



Claudio Roberto Braghini
Eliane Dalmora
Irinéia Rosa do Nascimento
José Wellington Carvalho Vilar
Ilka Maria Escalante Bianchini
(Organizadores)

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

» DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS «



Criação Editora

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:
– DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS –

ORGANIZADORES

Claudio Roberto Braghini
Eliane Dalmora
Irinéia Rosa do Nascimento
José Wellington Carvalho Vilar
Ilka Maria Escalante Bianchini

ISBN
978-85-8413-498-4



Criação Editora

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Ítalo de Melo Ramalho
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

» DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS «

Claudio Roberto Braghini

Eliane Dalmora

Irinéia Rosa do Nascimento

José Wellington Carvalho Vilar

Ilka Maria Escalante Bianchini

(Organizadores)



Criação Editora

Aracaju, 2024

Copyright © 2024 by Organizadores

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do autor, título da obra, editora, edição e paginação.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.619/98)
é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código penal.

Editoração eletrônica
Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes – CRB-8 8846

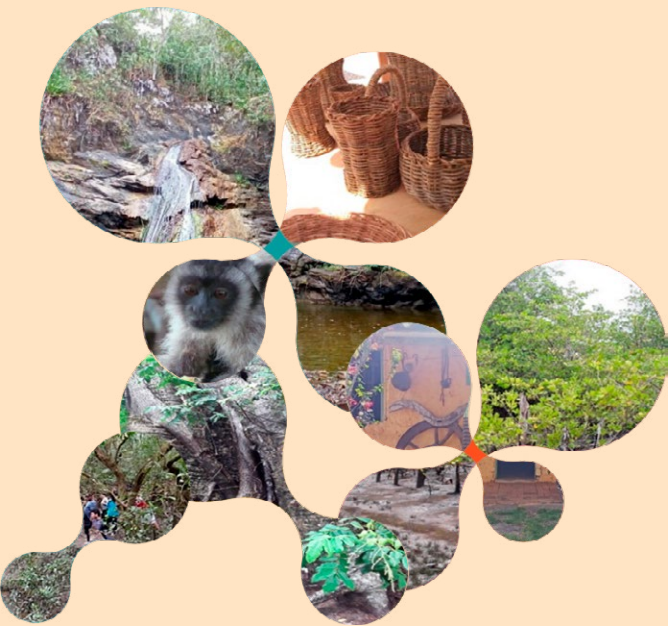
B813t Braghini, Claudio Roberto (org.) et al.

Turismo de base comunitária: diálogos e perspectivas / Organizadores: Claudio Roberto Braghini, Eliane Dalmora, Irinéia Rosa do Nascimento, José Wellington Carvalho Vilar e Ilka Maria Escalante Bianchini; Prefácio de Carlos Alberto Cioce Sampaio. – 1. ed. – Aracaju, SE : Criação Editora, 2024.

222 p. Inclui bibliografia
ISBN. 978-85-8413-498-4

1. Comunidade. 2. Geografia. 3. Meio Ambiente. 4. Turismo. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

CDD 338.4791
CDU 379.85



(...)

Mi poesía es un pasatiempo.

Mi vida es un pasatiempo.

Pero yo no soy un pasatiempo.

(...).

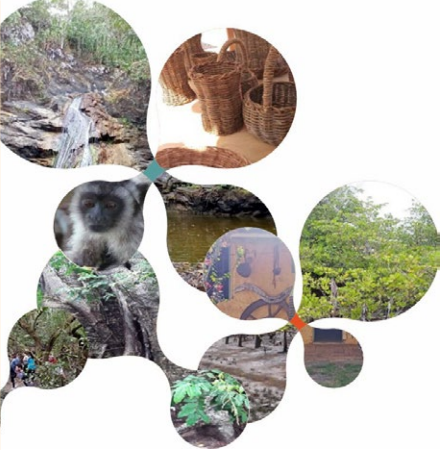
Yo quisiera quedarme desnudo como un cero y *contemplar*.

Tengo ganas de viajar largamente (...).

Carta de Federico García Lorca a Melchor Fernández Almagro

– Granada – Espanha – 1924.

(GARCÍA LORCA, F. **Epistolario I**. Madrid: Alianza Editorial, 1983, p. 101).



PREFÁCIO

Diante dos desafios contemporâneos, sobretudo no que se refere ao que pode ser chamado de cenário pós-pandêmico, a coletânea Turismo de Base Comunitária: Diálogos e Perspectivas, organizada pelos professores Claudio Roberto Braghini, Eliane Dalmora, Irinéia Rosa do Nascimento e José Wellington Carvalho Vilar, é uma contribuição de professores e alunos do Instituto Federal de Sergipe (IFS) para conhecer os problemas socioambientais e os desafios territoriais dessa modalidade coletiva de turismo.

Valer ressaltar inicialmente que os nove capítulos que compõem a referida obra originaram-se de dissertações defendidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe, Campus Aracaju.

A obra retrata experiências de modos de vida, de produção e de conhecimento territorial que estão em consonância com um projeto civilizatório de base ecocêntrica. Cabe destacar que não há como tratar de desenvolvimento sem considerar o eixo transversal natureza, na ocasião que se trata de uma visão ecocêntrica, que tem a compreensão da indisociabilidade entre dinâmicas culturais e ecológicas, na qual se estabelece que a natureza é sujeito de direitos.

Que se deixe claro que o Turismo de Base Comunitária (TBC) não trata de mais uma modalidade do turismo, enquanto negócio. O TBC refere-se a um projeto de desenvolvimento territorial sustentável, no qual se respeita as escalas espaço-temporais próprias do lugar, a escala humana,

como diria o saudoso Manfred Max-Neef,¹ onde as pessoas vivem na sua plenitude, tal como sugere o enfoque do Bem Viver (SAMPAIO et al., 2022)².

Venho estudando o TBC, entre outras ecossocioeconomias, há quase 25 anos. As experiências funcionam em rede, promovem o território, reconhecendo a dimensão tácita do conhecimento ali estabelecido.

Há que rever o que se convencionou chamar de desenvolvimento, que mais parece mal desenvolvimento, quando se releva a relação tanto assimétrica entre homem e natureza – exemplificada no que aponta o último Informe de Desenvolvimento Humano³, de que 20% da população mundial, representada pelos países com “muito alto” Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), lança 55% de todo dióxido de carbono equivalente na atmosfera –, como também entre homem e homem – ilustrada pelo mesmo 1/5 da população com “muito alto” IDH que concentra 64% do Produto Interno Bruto (PIB).

Não me alongando mais, pois o protagonismo é das organizadoras e organizadores, autores e autoras convido aos leitores a percorrerem os capítulos desta obra para melhor conhecê-la.

Boa leitura.

Blumenau, SC, julho de 2023

Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio

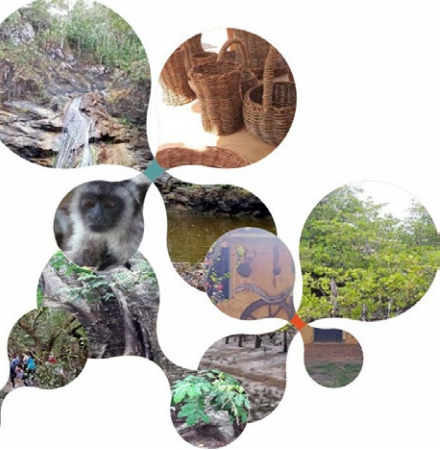
Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB)

Professor Visitante do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP)
Coordenador da Área de Ciências Ambientais (CiAmb) da CAPES Pesquisador CNPq

¹ SAMPAIO, C. A. C.; ALCANTÂRA, L. C. S.; SILVA, I. O.; SAMPAIO, M. V. B. C.; ALCÂNTARA, P. de. Desenvolvimento à escala humana (DEH): perspectivas para pensar a arte, atividade física e alimentação enquanto satisfatores sinérgicos. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 11, n. 3, p. 188–201. 2022. Doi <http://dx.doi.org/10.21664/2238-8869.2022v11i3.p188-201>.

² SAMPAIO, C. A. C.; ALCANTÂRA, L. C. S.; VIEIRA, P. H. F. Bem Viver: uma alternativa para repensar modos de vida pós-Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)*, v. 59, n. 1, jan./jun, p. 162–180, 2022. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v59i0.74145>.

³ UNDP, United Nations Development Program. *Human development reports*. New York: UNDP, 2022. Available: <https://hdr.undp.org/>. Acesso em: 19/07/2023



APRESENTAÇÃO

A presente obra corresponde a uma contribuição de professores e alunos do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Turismo (PPM-TUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS), Campus Aracaju, e está preocupada com aspectos teóricos e práticos da gestão de Turismo de Base Comunitária (TBC), a segunda linha de pesquisa do referido programa.

A maioria dos textos apresentados é resultado de Dissertações de Mestrado defendidas no período de vigência da emergência sanitária em função da covid-19. Nesse sentido, vale ressaltar as dificuldades para a realização das práticas de campo e o esforço docente e discente para levar a cabo o trabalho e apresentá-lo em defesa pública on line, presencial ou até mesmo de forma híbrida. De uma forma ou outra, a Covid-19, que tanto impacto trouxe para o turismo mundial, afetou a prática e a produção de ideias sobre o TBC, mas a qualidade dos capítulos dessa coletânea indica que o desafio de professores e alunos do PPMTUR-IFS foi bastante recompensado.

Além da divulgação dos trabalhos defendidos no PPMTUR-IFS, ampliando assim a visibilidade do programa e ao mesmo tempo dando retorno à sociedade, o objetivo do livro é discutir o TBC, seus problemas socioambientais e seus desafios territoriais. Com exceção do capítulo sobre Vitória do Xingu, no Pará, os estudos têm como recorte espacial algumas comunidades sergipanas, do Litoral ao Sertão, passando pela região do Agreste. A título de exemplo, tem-se o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, o assentamento Moacir Wanderley e Florestan Fernandes, além da comunidade quilombola Santa Cruz, em Brejo Grande, e a Ilha Mem de Sá, em Itaporanga d'Ajuda.

A preocupação em torno do TBC, enquanto objeto de estudo, convidou a uma série de escolhas temáticas, dentre as quais cabe destacar as seguintes: roteiros turísticos, ferramentas de gestão do turismo, saberes e fazeres da comunidade, biossegurança, campesinato, mulheres, natureza e assentamento de reforma agrária. É precisamente nesse universo temático que gravita a abordagem do TBC aqui proposta.

São inegáveis as dificuldades apresentadas pela prática do TBC, conforme indicam as realidades estudadas, todavia são variados os avanços dessa modalidade participativa de turismo. As experiências são discutidas na perspectiva de entender os desafios de um turismo que se insere em comunidades e, por meio do diálogo, do trabalho coletivo e da autogestão, abre possibilidades para a melhoria das condições de vida, da defesa de um ambiente sustentável, com proteção da natureza, valorização da identidade cultural e no ensejo da construção do desenvolvimento local.

Boa leitura a todos e todas!

Aracaju, 05 de maio de 2023, dia do fim da emergência internacional em saúde pública pela Covid-19.

Claudio Roberto Braghini
Eliane Dalmora
Irinéia Rosa do Nascimento
José Wellington Carvalho Vilar
Ilka Maria Escalante Bianchini
(Organizadores)

ORGANIZADORES



CLAUDIO ROBERTO BRAGHINI

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe – IFS

E-mail: braghini.claudio@ifs.edu.br



ELIANE DALMORA

Profª Drª do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe – IFS

E-mail: eliane.dalmora@ifs.edu.br



IRINÉIA ROSA DO NASCIMENTO

Profª Drª. do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe – IFS

E-mail: irineia.rosa@ifs.edu.br



JOSÉ WELLINGTON CARVALHO VILAR

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe – IFS

E-mail: wellington.vilar@ifs.edu.br



ILKA MARIA ESCALIANTE BIANCHINI

Profª Drª do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe – IFS

Coordenadora do PPMTUR

E-mail: ilka.bianchini@ifs.edu.br

AUTORES



ÁRTEMIS BARRETO DE CARVALHO

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo
do Instituto Federal de Sergipe – IFS
Turismólogo
E-mail: artemis.carvalho@ifs.edu.br



CLAUDIVANIA CONCEIÇÃO LIMA DANTAS

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo
do Instituto Federal de Sergipe – IFS
Pedagoga
E-mail: claudivania.dantas@ifs.edu.br



FLAVIANO DE OLIVEIRA FONSECA

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo
do Instituto Federal de Sergipe – IFS
Filósofo
E-mail: fflaviano10@hotmail.com



FRANDERSON EUDES UCHOA DUARTE

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo
do Instituto Federal de Sergipe – IFS
Professor do Instituto Federal do Pará (IFPA)
Turismólogo
E-mail: frandersonturismo@gmail.com



GEISLAINE SANTOS ANDRADE

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo
do Instituto Federal de Sergipe – IFS
Assistente social
E-mail: santosandradegeis@gmail.com

AUTORES



JARDEL DE CARVALHO BISPO

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe – IFS

Turismólogo

E-mail: jardeldecarvalhob@gmail.com



KAUANE SANTOS BATISTA

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe – IFS

Agroecóloga

E-mail: cauane.aju@gmail.com



LÍCIO VALÉRIO LIMA VIEIRA

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe – IFS

Geógrafo

E-mail: licio.vieira@ifs.edu.br



MANOEL ELIELSON CORDEIRO DE JESUS

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe – IFS

Turismólogo

E-mail: fcjecoturismo@hotmail.com



MARCIO ANDRÉ SOARES RAMOS

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe – IFS

Turismólogo

E-mail: marcios.ramos@yahoo.com.br

AUTORES



MARIA ROSA DO CARMO OLIVEIRA

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe – IFS

Historiadora

E-mail: maria.oliveira970@academico.ifs.edu.br



TAMIRES COSTA SANTOS

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Turismo do Instituto Federal de Sergipe – IFS

Turismóloga

E-mail: thamyres.ifs.23@gmail.com

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
APRESENTAÇÃO	9
ORGANIZADORES	11
AUTORES.....	12
Capítulo 1	19
TURISMO DE EXPERIÊNCIA E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES EM CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE	
<i>Márcio André Soares Ramos; Lício Valério Lima Vieira</i>	
1 Introdução	19
2 Revisão de Literatura	20
2.1 Do Desenvolvimento Territorial Rural ao Turismo de Base Comunitária	20
2.2 A Experiência Agregada aos Produtos dos Destinos Turísticos	25
3 Metodologia.....	28
3.1 Breve Caracterização da Área de Estudo	28
3.2 A Fenomenologia como Método de Investigação e os Instrumentos e Técnicas de Pesquisa	28
4 Resultados e Discussão	30
4.1 O Assentamento Florestan Fernandes: uma Leitura Comunitária.....	30
4.2 Percepção Comunitária acerca do Turismo e das Potencialidades Locais.....	34
4.3 Identificação de Potenciais Atrativos Turísticos e Experiências Vinculadas.....	37
5 Considerações Finais	39
Referências	39

Capítulo 2	43
ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO, CAPELA, SE: SUBSÍDIOS PARA UM PLANO DE AÇÃO	
<i>Jardel de Carvalho Bispo; Claudio Roberto Braghini; José Wellington Carvalho Vilar</i>	
1 Introdução	43
2 A Dependência Intrínseca entre Turismo e Sustentabilidade	45
3 Metodologia.....	49
4 Ecoturismo sob o Prisma da Gestão no RVS Mata do Junco	51
5 Desafios para o Desenvolvimento do Ecoturismo de Base Comunitária no RVS	56
6 Diretrizes para o Plano de Ação de Desenvolvimento Ecoturístico	58
7 Considerações Finais	60
Referências	61
Capítulo 3	63
ORGANIZAÇÃO COLETIVA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: OS SABERES E FAZERES DAS MULHERES CAMPONESAS DE UMBÁUBA – SE	
<i>Kauane Santos Batista; Eliane Dalmora</i>	
1 Introdução	63
2 Metodologia.....	64
3 Pluriatividade na Agricultura Familiar: Um Enlace para o Turismo de Base Comunitária	66
4 A Caminhada do Grupo de Mulheres Camponesas de Umbaúba	68
5 Os Fazeres e os Sonhos do Coletivo de Mulheres.....	74
6 Considerações Finais	83
Referências	84
Capítulo 4	87
AS DIMENSÕES DO TBC NO ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA MOACIR WANDERLEY/SE	
<i>Maria Rosa do Carmo Oliveira; Irinéia Rosa do Nascimento</i>	
1 Introdução	87
2 A Multifuncionalidade da Agricultura Familiar e a Perspectiva do Turismo	91
3 Abordagem Metodológica e a Área de Estudo.....	96
4 Os Atrativos e as Dimensões do TBC no Assentamento Moacir Wanderley.....	100
4.1 Os Atrativos Turísticos do Local.....	100
4.2 As Dimensões do TBC no Assentamento	101
4.2.1 A Organização Comunitária.....	101
4.2.2 A Integração Econômica das Atividades Desenvolvidas.....	103

4.2.3 Qualidade Ambiental no assentamento	104
5 Considerações Finais	106
Referências	107

Capítulo 5..... 111

MEDIDAS DE BIOSSEGURANÇA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA CRUZ – BREJÃO DOS NEGROS/SE

Geislaine Santos Andrade; Irinéia Rosa do Nascimento

1 Introdução	111
2 A Biossegurança e as Práticas de TBC: Um Breve Recorte Histórico.....	113
3 O Caminhar da Pesquisa e suas Bases Metodológicas	117
4 Os Atrativos Turísticos da Comunidade Santa Cruz.....	120
4.1 O olhar das “Dandaras” para as atividades turísticas.....	120
4.2 Caminhada Transversal: Conhecendo Os Aspectos Ambientais e de Segurança da Trilha Ecológica da Santa Cruz.....	121
5 Considerações Finais	128
Referências	129

Capítulo 6..... 133

ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO LITORAL NORTE DE SERGIPE: ROTEIRO DAS TARTARUGAS

Manoel Elielson Cordeiro de Jesus; Claudio Roberto Braghini

1 Introdução	133
2 Ecoturismo e Turismo de Base Comunitária: Algumas Reflexões	134
3 Metodologia.....	137
4 Potencialidades para o Turismo nos Povoados	140
5 O Roteiro das Tartarugas – Produto e Processo.....	141
6 Considerações Finais.....	150
Referências	151

Capítulo 7..... 155

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA PROPOSTA PARA AS MARISQUEIRAS DA ILHA MEM DE SÁ – SE

Claudivania Conceição Lima Dantas; José Wellington Carvalho Vilar

1 Introdução	155
2 Organização da Proposta Turística em Bases Metodológicas.....	156
3 Do Turismo Convencional ao Turismo de Base Comunitária	159
4 Turismo de Base Comunitária na Ilha Mem de Sá.....	165

4.1 A Ilha Mem de Sá: Breve Apresentação	165
4.2 As Marisqueiras: Mulheres na Ilha e seus Dilemas Territoriais	168
4.3 A Proposta de TBC	172
5 Considerações Finais	175
Referências	175

Capítulo 8..... 179
CAMINHOS PARA O TURISMO EM NOSSA SENHORA DAS DORES, SERGIPE:
DESAFIOS PARA INCLUSÃO DE COMUNIDADES

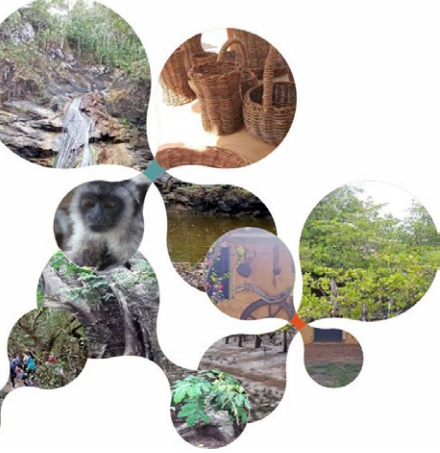
Tamires Costa Santos; Claudio Roberto Braghini; Ártemis Barreto de Carvalho

1 Introdução	179
2 Do Turismo ao Turismo de Base Comunitária: Breves Reflexões.....	180
3 O Caminhar da Pesquisa e suas Escolhas	185
4 O Município, os Povoados e as Perspectivas para o Turismo.....	186
5 Potencialidades e Desafios para o Turismo Comunitário	189
6 Considerações Finais.....	198
Referências	198

Capítulo 9..... 203
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: PLANO TURÍSTICO PARTICIPATIVO COMO
FERRAMENTA DE GESTÃO PARA A COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DAS
CHAGAS, VITÓRIA DO XINGU-PA

Franserson Eudes Uchoa Duarte; Claudio Roberto Braghini; Flaviano de Oliveira Fonseca

1 Introdução	203
2 Planejamento Turístico Participativo no Espaço Rural: Turismo de Base Comunitária Como Possibilidade.....	205
3 Perspectivas e Desafios para o Turismo na Comunidade São Francisco das Chagas	209
4 Plano de Desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária em São Francisco das Chagas	216
5 Considerações Finais	218
Referências	219



TURISMO DE EXPERIÊNCIA E O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES EM CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO/SE

Márcio André Soares Ramos
Lício Valério Lima Vieira

1 INTRODUÇÃO

A padronização de costumes e a homogeneização de comportamentos ocasionadas pelos efeitos da globalização, contribuíram para o surgimento de um novo perfil de consumidor turístico, cada vez mais implicado com conteúdo emocional, e ainda, pela busca de experiências de viagens mais intrínsecas e diferenciadas em ambientes que tragam consigo sentimentos de pertencimento e elementos que recorram a ideia de identidade.

Para além disso, essa nova demanda deseja experiências que promovam autoconhecimento e aprendizagem a partir de uma interação profunda e responsável, não só com os serviços experimentados ou com equipamentos e atrativos turísticos visitados, mas também, e sobretudo, com as pessoas que integram os destinos. Nesta perspectiva, Gândara *et al.* (2012) argumentam que a qualidade da experiência turística estará cada vez mais centrada nas histórias pessoais e nas experiências já vividas.

Entretanto, torna-se fundamental o planejamento de ações de turismo que contemplem tanto os anseios do turista pela experiência, quanto assegurem a preservação das características culturais e ambientais locais. Por certo, a prioridade no planejamento e na gestão turística de destinos voltados à prática do turismo de experiência em comunidades rurais, por exemplo, deve estar pautada nos conceitos das novas ruralidades e pluriatividades. Isto se refere à valorização de atividades não agrárias no espaço rural, dentre estas o turismo.

Nesta perspectiva, parte-se do pressuposto que o turismo de experiência em espaços rurais está conectado intrinsecamente com o turismo de base comunitária. Com isso, leva-se em consideração que é através do protagonismo e da cooperação dos comunitários compartilhando as suas realidades que o viajante irá experimentar uma vivência mais próxima da realidade de vida e cotidiana das pessoas no campo, podendo compartilhar e se envolver com diversas histórias.

Entende-se ser possível, através da implementação da atividade turística em comunidades rurais, o alcance de desenvolvimento territorial rural sustentável. Acredita-se que a prática do turismo de experiência em comunidades rurais deva estar relacionada à promoção de condições favoráveis e atividades criativas e imersivas, dentro da realidade visitada, ocasionando um elevado grau de envolvimento entre visitante e comunitário.

O objetivo é elaborar estratégias para o desenvolvimento do turismo de experiência e de base comunitária no assentamento Florestan Fernandes, em Canindé de São Francisco/SE. Para atingir o objetivo proposto foi necessário conhecer o cotidiano da comunidade, compreender as percepções dos comunitários a respeito das potencialidades locais para a prática do turismo, a fim de elucidar sobre as necessidades e expectativas dos moradores, além de identificar os elementos e características locais, assim como habilidades dos membros da comunidade, que se configuram como potenciais produtos turísticos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Do Desenvolvimento Territorial Rural ao Turismo de Base Comunitária

O alcance do desenvolvimento territorial rural, a partir da implementação de atividades não agrícolas no campo, em destaque o turismo no espaço rural de base comunitária, requer uma reflexão acerca da dicotomia rural-urbano e a ideia de novas ruralidades e pluriatividade.

A princípio, é importante destacar a compreensão acerca do uso da categoria territorial para pensar o desenvolvimento rural. Schneider (2003) entende o território como parte do espaço apropriado pela sociedade e cons-

truído a partir das relações e ações entre a população e o ambiente em que vivem. Para o francês Claude Raffestin (1993), o espaço está relacionado ao patrimônio natural de determinada região, enquanto o território engloba a variedade de interesses, além de relações de poder desse espaço. No âmbito do turismo em espaços rurais isto implica enxergar o espaço na perspectiva territorial, ou seja, na análise do território onde o turismo acontece.

As ações e políticas públicas de desenvolvimento instituídas sob abordagem regional, sempre favoreceram áreas urbanas. Esta ineficiência contribuiu para a transição da unidade de referência territorial a fim de reorientar as relações do estado com os órgãos locais. Desta forma, foi possível delimitar o espaço de desempenho, priorizando áreas de concentração de pobreza, além da atuação destas políticas de maneira descentralizada e com participação social. (SCHNEIDER, 2003).

Neste contexto, ressignificou-se a ideia de rural e urbano na qual sempre caracterizou o meio urbano como o foco de atividades não agrícolas e o meio rural, de atividades de agricultura e pecuária (ARAÚJO, 2010). Uma dicotomia que por muito tempo posicionou, de um lado, o meio rural e convencional, e do outro, o urbano, caracterizado pela modernidade.

Segundo Tulik (2010), crises agrárias contribuíram fortemente para que o agricultor buscasse atividades não-agrícolas. O surgimento de novas relações e novas necessidades ligadas ao meio rural, não necessariamente vinculadas a este tipo de atividade, trouxeram reflexões acerca das noções de rural e urbano.

Nessa perspectiva, não é mais possível pensar o espaço rural como fornecedor de mão de obra, produtos agropecuários ou ainda como se a sua existência estivesse interligada à única função de suprir o meio urbano. O incremento de outras atividades, não necessariamente ligadas à cultura agrícola e à pecuária no meio rural, é chamada por alguns estudiosos de novas ruralidades. Sobre isto Araújo (2010, p. 25) vai além ao afirmar que

Atualmente, a passagem da agricultura produtivista à sustentada surge em função de a sociedade, em seu conjunto, optar por esse tipo de desenvolvimento e por um ambiente mais saudável. Assim, além de produtor de alimentos não contaminados, o mundo rural recebe novos papéis, como os de protetor da natureza e lugar de lazer e descanso.

Esta concepção mais dinâmica do espaço rural acompanha uma revisão do conceito de ruralidade, abandonando a ideia de um ambiente de atraso em relação ao urbano e que sempre o caracterizou. Klein e Souza (2019, p.12) caracterizam o novo rural “por uma grande diversidade de ocupações, serviços e novas funções não exclusivamente produtivas (residência, paisagem, lazer), resultando em mudanças significativas na compreensão da noção de rural”. Isso pressupõe uma ideia de versatilidade.

Esta versatilidade do espaço rural provocou transformações no modo de vida, de produção, das inter-relações e nas questões naturais (WANDS-CHEER e TEIXEIRA, 2010). O incremento da tecnificação e de novas atividades produtivas no meio rural fez surgir o fenômeno da pluriatividade, afetando diretamente as relações sociais e de trabalho, (CANDIOTTO, 2007). A este fato o autor contribui ao dizer que:

A pluriatividade encontra-se associada à agricultura familiar, pois o fundamento da pluriatividade reside, primeiramente, na existência de uma ou mais atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade, combinada com uma ou mais atividades não agrícolas, desenvolvidas dentro ou fora da propriedade. Tais atividades não agrícolas podem estar vinculadas à indústria, comércio ou serviços públicos e privados, e são realizadas tanto em áreas consideradas rurais, como também nas urbanas (CANDIOTTO, 2007, p. 192).

Neste contexto, é importante ressaltar a convergência existente entre pesquisadores a respeito dos efeitos positivos e negativos da pluriatividade ao agricultor familiar. Conforme aponta Candiotto (2007), enquanto alguns autores a consideram benéfica e contribuinte para a melhoria social e econômica das famílias rurais, outros a enxergam como uma prática de subordinação ao capital. A consequência disto é o abandono do meio rural. A pluriatividade das famílias rurais parece ser, então, mais proveitosa na medida em que as atividades não agrícolas se desenvolvem dentro da propriedade familiar.

É sob esta perspectiva que o implemento de práticas turísticas nos espaços rurais se manifesta como uma importante atividade econômica e social não agrícola. As suas funções estão atribuídas não apenas à conservação

do homem do campo em seu território, como também ao compromisso com a preservação ambiental e a valorização da cultura rural local. Klein & Souza (2019, p. 9–10) ratificam essa ideia ao destacarem o turismo em espaços rurais como “expressão de uma pluriatividade particular e que se reveste de grande importância para pensarmos nas noções de desenvolvimento rural e de multifuncionalidade dos espaços rurais”.

Sob a perspectiva de quem viaja, a prática do turismo em espaços rurais reflete a necessidade em vivenciar o ambiente rural e suas características peculiares tão distantes do seu cotidiano urbano. Isto se dá através de modalidades turísticas variadas e vinculadas ou não às atividades agrícolas. Estas modalidades turísticas, de acordo com Tulik (2010, p. 5), “incluem turismo rural, turismo verde, ecoturismo ou turismo ecológico, agroturismo, turismo de aventura e esportivo e turismo cultural”.

O alcance do desenvolvimento territorial e sustentável através da atividade turística em áreas rurais é possível desde que haja o compromisso com a preservação do seu ambiente, a valorização da cultura regional e o fortalecimento e empoderamento das bases locais. Nesta perspectiva, é fundamental agregar os princípios do turismo de base comunitária ao planejamento de desenvolvimento turístico com foco no território. Braghini, Santos e Vieira (2020) conceituam o TBC como uma ferramenta de gestão e ordenamento comunitário, em prol da atividade turística, na qual a comunidade tenha consciência e participação nos seus processos de desenvolvimento.

O Ministério do Turismo, através do documento “Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: Desafio para a formulação de política pública”, faz uma contextualização do TBC e traz uma reflexão acerca do percurso das práticas já realizadas no Brasil. Com isso, a partir destas experiências, pontua os seguintes princípios básicos do turismo de base comunitária: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e o protagonismo da comunidade local no gerenciamento do seu próprio turismo (MTUR, 2010).

Desta forma, a implementação do turismo em espaços rurais sob gestão comunitária propõe a realização de diversas atividades turísticas conectadas

ao cotidiano rural, na qual a comunidade se aproprie de estratégias de desenvolvimento comunitário pautadas nos princípios do TBC. A Carta de Sergipe para o Turismo Comunitário, por exemplo, trata-se de um documento produzido durante o Seminário Sergipano de Turismo Comunitário (SESTUC), realizado no município de Brejo Grande, no estado de Sergipe. Na perspectiva do turismo comunitário ou TBC a carta demonstra o desejo de que

o patrimônio natural, cultural e atividades produtivas existentes possam se configurar como atrativos turísticos e, nesse sentido, como as comunidades podem se apropriar do que elas têm no seu território, para que sejam protagonistas dos produtos e serviços oferecidos, bem como dos benefícios, valorizando a autogestão, o associativismo, a transparência e equidade na distribuição dos direitos e responsabilidades, bem como a conservação ambiental (SESTUC, 2018, p. 1).

Portanto, para que as comunidades de um determinado território possam alcançar possíveis benefícios a partir da atividade turística, é preciso a elaboração de um plano de desenvolvimento turístico local, a longo prazo, que garanta tanto o envolvimento quanto a participação da comunidade nos processos de tomada de decisão, contemplando as suas necessidades e buscando um objetivo comum a todos na medida do possível.

Mendonça, Batalha e Santos (2002, p. 02) ratificam que o turismo em espaços rurais “tem sido considerado como a solução para problemas como marginalização, desigualdade, desertificação humana, falta de preservação ambiental de regiões e pequenas e médias empresas do meio rural”.

Por fim, aliada ao compromisso de promoção de desenvolvimento local, esta prática turística, sob uma gestão comunitária, deve prioritariamente promover melhorias para as comunidades receptoras, além de propiciar ao viajante a possibilidade de uma integração responsável e profunda com o patrimônio histórico, cultural e natural rural.

2.2 A Experiência Agregada aos Produtos dos Destinos Turísticos

Nas últimas décadas, alguns dos efeitos da globalização em destinos turísticos estão associados à mercantilização, massificação e uniformização de atividades turísticas, dentre elas a cultura, a identidade e as particularidades locais. Por sua vez, as inovações tecnológicas, no âmbito das telecomunicações, contribuíram para esses movimentos os quais proporcionaram uma maior competitividade entre os destinos através de estratégias descontextualizadas e mal planejadas de captação de visitantes. Nesse mesmo diapasão, Bezerra e Silva (2016) destacam que em tempos de globalização e concorrências acirradas a tecnologia e os produtos são copiados, enquanto os serviços têm-se tornado cada vez mais idênticos.

Mas, se por um lado, a globalização homogeneizou a oferta turística em algumas localidades, por outro, fruto deste mesmo posicionamento competitivo, ela foi também a responsável na melhoria da oferta de serviços e de um despertar para o desenvolvimento de um diferencial a partir da promoção das particularidades locais. Este último atende a uma demanda que apresenta características específicas na busca por novas práticas e produtos turísticos. Neste contexto, Zaoual (2010, p. 57) destaca que

a demanda turística tornou-se mais exigente, variada e variável. Ela tende a se focar cada vez mais sobre a qualidade e exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente. Concretamente, a clientela procura verdadeiros sítios que combinam autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar (ZAOUAL, 2010, p. 57).

Pode-se dizer que os comportamentos e anseios desta nova demanda refletem, no mercado turístico, a necessidade de planejamento de estratégias de marketing e inovação na potencialização das características locais de cada destino, além da urgente reinvenção e renovação das propostas de atividades inserindo a experiência memorável como elemento de conexão da produção e do consumo turísticos. Dias, Nascimento e Maia (2012) afirmam que é preciso

identificar a particularidade local e a diferenciação dos destinos turísticos, na qual a satisfação, através da vivência única do indivíduo, é o fator principal que contribui para o desenvolvimento local.

Gaeta (2010, p. 138) considera que “a sobrevivência da atividade turística, enquanto prestadora de serviços depende, então, de sua adaptação às mudanças da sociedade nos aspectos social, político e econômico, além do atendimento das expectativas dos clientes”. Diante disso, o que se espera é que as empresas turísticas concentrem suas ações na promoção criativa de possibilidades de vivências sensoriais e passíveis a diferentes interpretações e emoções a partir de interações pessoais e multiculturais.

Por sua vez, os planos de marketing de destinos turísticos têm um importante papel neste desafio de transmitir, através da análise dos elementos identitários locais e a formatação da imagem do destino, o compromisso de uma experiência inesquecível de viagem que é exclusivamente associada à destinação (BENI, 2004). Beni (2004) ressalta ainda que este desafio é colocado para as empresas e comunidades que se dispuserem a acessar e agregar este conteúdo experiencial em suas estratégias mercadológicas a fim de aumentar de forma responsável o fluxo de turistas e incentivar a revisitação e a recomendação do destino.

Acredita-se, portanto, que o planejamento da oferta turística de um destino, pautado nos preceitos do turismo de experiência, deve fundamentar-se na originalidade, criatividade e inovação de uma proposta integrada de produtos que valorizem os costumes locais e incentivem uma aproximação maior e mais livre entre o visitante e o objeto experienciado. A capacidade de proporcionar experiências turísticas relevantes ao turista será, cada vez mais, uma condição de sobrevivência para as organizações deste segmento (BENI, 2004).

A aproximação pode ocorrer a partir do momento em que é oferecido ao viajante a possibilidade de contato com elementos locais muito bem marcados em contexto de alteridade. Uma visita a uma propriedade de agricultura familiar, a imersão em vivenciar questões sociais de uma comunidade tradicional, a realização de uma oficina de gastronomia local, a interação sensorial com obras em museus de arte, uma conversa com artesãos locais ou simplesmente que o indivíduo tenha a liberdade de circular pela localidade visitada,

sem determinação de horários e roteiros rígidos, são exemplos de como podem se estabelecer relações e trocas de aprendizados por conta própria.

Nesta perspectiva, Seyfi *et al.* (2019) afirma que a qualidade da interação cultural entre viajante e destino visitado contribui tanto para a riqueza da experiência vivenciada pelo viajante quanto à aceitação e à tolerância dos residentes. Por sua vez, Caru e Cova (2003, p. 272) corroboram que “o consumidor deve ser visto como um indivíduo emocionalmente envolvido (em situações de consumo), em que os aspectos multissensoriais, do imaginário e emocionais são especialmente procurados e apreciados”.

A formatação e a promoção da imagem de um destino são importantes na medida em que projetem uma imagem singular e legítima no imaginário do indivíduo. Añaña *et al.* (2016) complementam que o encontro das expectativas criadas a partir da imagem difundida e a realidade do local podem interferir na experiência e na avaliação do destino. Gândara *et al.* ratificam que

por causa da intangibilidade da experiência, a imagem é a principal característica da qualidade dos serviços turísticos e pode conduzir ou travar a satisfação dos clientes. O turismo é uma atividade baseada na imagem. A sua primordial preocupação é construir, por meio de múltiplas representações, uma imagem que seduza o visitante a deslocar-se para um espaço definido em termos simbólicos (GÂNDARA *et al.*, 2010, p. 385).

Contudo, a expectativa construída a partir de uma imagem, assim como a experiência vivenciada, é individual e subjetiva. Isto significa que talvez seja impossível para um destino atender a tantas expectativas de diferentes ordens e pessoas. O que se propõe, sob uma perspectiva da experiência, é que as atividades turísticas promovidas por empresas e destinos turísticos causem um efeito de ressignificação destas expectativas criadas a partir de possibilidades de interação profunda e relacionada à subjetividade, sensibilidade e emoção.

3 METODOLOGIA

3.1 Breve Caracterização da Área de Estudo

A região do Alto Sertão Sergipano está localizada no noroeste do estado e é constituída pelo município de Canindé de São Francisco, além de outros seis municípios. Canindé de São Francisco apresenta diversos potenciais ambientais, econômicos, históricos e culturais, o que o torna uma localização adequada para o investimento turístico. Além do mais, concentra uma grande parte dos assentamentos do Estado. Por esta razão, para o recorte territorial de estudo, optou-se pelo assentamento Florestan Fernandes (Quadro 1), localizado a 14 (quatorze) quilômetros da sede deste município.

Quadro 1 – Características básicas do Assentamento Florestan Fernandes – Canindé do São Francisco

Data de Criação	Município	Área	Nº de famílias beneficiadas	Tamanho dos Lotes	Área da Reserva	Vinculado à reforma agrária
Abril/2002	Canindé de São Francisco	825 ha	31	23 ha	205 ha	Sim

Organizado pelos autores, 2021. Fonte: Seplantec, 2020.

3.2 A Fenomenologia como Método de Investigação e os Instrumentos e Técnicas de Pesquisa

Uma pesquisa fenomenológica analisa a maneira natural em que a realidade é percebida a partir da experiência humana, na sua essência e a sua visão de espaço (PANOSSO NETTO, 2005). Cabe ressaltar, portanto, que a fenomenologia valoriza o que está por traz do que aparece em forma de dados e fatos (NITSCHKE, 2007). Com isso, vem a ser, então, a busca do significado e das essências dos fenômenos, reveladas pelas coisas, através da experiência vivida.

Assim como na fenomenologia, a experiência humana é um elemento-chave que constitui o fenômeno turístico. Esta convergência contribui para a importância na elaboração de pesquisas e estudos de turismo com base filosófica na fenomenologia. Panosso Netto (2005) propõe ainda a fenomenologia como uma abordagem para o estudo do fenômeno turístico a partir

das especificidades da existência humana e não apenas uma análise restrita às relações de consumo.

Este trabalho foi inserido no escopo da pesquisa qualitativa e de natureza aplicada. Nesta pesquisa a abordagem qualitativa foi utilizada como estratégia da pesquisa exploratória descritiva aliada ao aprimoramento de ideias a partir de um levantamento bibliográfico pautado em leituras de livros, teses, dissertações e publicações em artigos científicos. A pesquisa de caráter qualitativo e fenomenológico valorizou a percepção da comunidade acerca da prática do turismo de experiência nessa área.

O levantamento de dados foi realizado através de técnicas de observação participante, entrevistas semiestruturadas e a aplicação de mapas mentais, no qual identificou-se a percepção dos moradores acerca da possibilidade de atividades turísticas pautadas nos princípios de turismo de experiência e de base comunitária. Ao que se refere à população da pesquisa, participaram do estudo dezessete assentados que compareceram em uma primeira reunião de apresentação do trabalho. O convite foi realizado pela liderança local a todos os assentados do Florestan Fernandes.

Além disso, a pesquisa recorreu, também, à prática do *snowball* (bola de neve) na qual, através do questionamento “*Quem na comunidade tem boas histórias para contar?*”, permitiu que os entrevistados sugerissem outros sujeitos a participarem da pesquisa. Uma vez identificado o grupo de interesse em participar da pesquisa, elaborou-se um diagnóstico onde foi possível detectar entraves e potencialidades da comunidade, identificar, mapear e reconhecer a área em termos de oportunidades de experiências de imersão na memória cultural e nos hábitos locais.

Além dos assentados foram entrevistados representantes das seguintes entidades públicas: INCRA, EMDAGRO, Conselho Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura.

Por último, vale destacar a convivência intensa com a comunidade, através de encontros informais e os trabalhos de campo, prática de grande relevância para que se tornasse possível uma percepção mais genuína da rotina do assentamento a partir do seu funcionamento diário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O Assentamento Florestan Fernandes: uma Leitura Comunitária

O início da ocupação da Fazenda Oroco (atual assentamento Florestan Fernandes), propriedade de Américo Alves, aconteceu em maio de 1999, quando famílias acamparam em barracos de lona no local, por um período de dois anos, até o momento da desapropriação e loteamento da terra.

Atualmente, o assentamento é constituído por 31 (trinta e uma) famílias e 14 (quatorze) agregados. Das 31 (trinta e uma) famílias assentadas, 23 (vinte e três) destas são cadastradas no DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf). O grupo de pessoas conhecido como agregados, caracteriza-se por sujeitos que compraram as casas de pessoas que deixaram o local após o loteamento.

O dia a dia do assentado no Florestan Fernandes é fortemente marcado pela dedicação à terra e os seus plantios, seja nas hortas dos quintais produtivos ou nos lotes de produção. O ambiente semiárido e sequeiro, com poucas chuvas irregulares, é um desafio constante para o desenvolvimento de culturas e para a sobrevivência no assentamento. A consequência disto é a migração frequente de jovens e famílias inteiras para outras localidades em busca de melhores oportunidades e, principalmente, de um trabalho que proporcione uma renda fixa.

Aqueles que resistiram e não deixaram os seus lotes no Florestan Fernandes continuam trabalhando na agricultura familiar, cuja função principal é a de subsistência. Assim, destaca-se a importância dos quintais como unidades produtivas familiares que possibilitem a segurança alimentar das famílias. Sobre a importância social e econômica do quintal produtivo em assentamentos, o Movimento Sem Terra (MST) o conceitua como

Uma unidade produtiva familiar que tem como objetivo garantir a soberania e segurança alimentar camponesa e geração de renda. Na sua execução prática é um espaço de trabalho apropriado principalmente pelas mulheres com uma importante coparticipação da juventude e dos homens. Atende nos seus princípios aos critérios da agroecologia e a convivência com o semiárido, é o local de reprodução dos conheci-

mentos tradicionais, com o cultivo e reprodução de sementes crioulas e de plantas medicinais, associado a produção de frutas e hortaliças e a criação de pequenos animais, como aves, suínos, ovinos e caprinos e ainda é um espaço de 108 trabalho produtivo facilmente associado as ações reprodutivas familiares (MST, 2021).

Nas unidades de produção das famílias, seja nos quintais ou nos lotes, observou-se o cultivo de espécies de hortaliças mais presentes nos hábitos alimentares locais como coentro, cebolinha, alface (crespo, liso, americano e roxo), rúcula, pimentão, abóbora, tomate, berinjela, repolho etc.

A conduta da agricultura familiar está associada tanto a uma outra forma de se produzir quanto a uma lógica diferente na relação do agricultor com o solo. À medida que se desenvolve, implementa também a agricultura sustentável, atendendo às necessidades de produção de alimentos, preservando a biodiversidade e utilizando a terra com o menor prejuízo possível (BERTOLINI, *et al*, 2020).

No Florestan Fernandes a produção/cultivo é mantida por sistemas como o sequeiro, de irrigação manual e dos poucos períodos de chuva para plantação das culturas do feijão, milho e abóbora, por exemplo. Tanto nos quintais produtivos quanto nos lotes de produção, os membros das famílias trabalham juntos em manejos sustentáveis na produção de alimentos variados e livres de agrotóxicos, adotando os padrões agroecológico e orgânico. A adubação nos quintais é à base de composto orgânico com uma mistura de adubo de quixabeira e resíduos orgânicos. As unidades de produção familiar, através destas práticas, ressignificam a relação do homem com a natureza em contraponto às práticas destrutivas tradicionais de agricultura. A condução dos quintais produtivos, no assentamento Florestan Fernandes, é protagonizada pela mulher com ajuda dos filhos e marido.

Apesar de toda a mobilização em prol da manutenção e fortalecimento da agricultura familiar, problemas referentes à seca, à falta de produção e à impossibilidade de realização de novos créditos impossibilita o sustento das famílias. A consequência disto é o afastamento temporário dos agricultores em busca de renda. Muitos alugam diárias para trabalharem em comunidades próximas, enquanto outros deixam as suas terras para exercerem trabalhos

provisórios na construção civil e/ou em outras áreas em outros estados. A fala do assentado 01 quanto a esta problemática é significativa.

De vez em quando a gente sente a necessidade de ir em busca do refrigerio lá fora para sustentar a família. Isso aí faz com que a gente migre mesmo da nossa região em busca de trabalho nas empresas de construção civil, nas fábricas e até na mineração. Mas depois retorna para a atividade principal porque está no sangue e na raiz (Assentado 01, 2021).

Mediante o questionamento sobre a renda da casa, o assentado 8 reforça a fala acima ao dizer que “a renda daqui vai depender. Nem todo mês é um salário. É assim. O dinheiro vem quando eu arrumo um dia de serviço fora, meu marido também. E do bolsa família” (Assentado 08, 2021).

Um outro fator relatado e atribuído ao distanciamento do agricultor da sua terra está relacionado à maneira como os programas sociais governamentais foram implementados nos assentamentos rurais. De acordo com relatos dos entrevistados, o agricultor se habituou a aguardar por projetos de melhorias e recursos do governo para suprir as suas necessidades, contrariando o desenvolvimento autossustentável destas famílias, conforme a narrativa abaixo do entrevistado 02.

Nós causamos na sociedade rural um prejuízo. Os programas sociais por serem temporários, as pessoas recebem o benefício apenas por um período, criando um hábito nos comunitários de receberem os benefícios sem esforço. Isso tem prejudicado o desenvolvimento das famílias. As vezes até têm um lote e não desenvolvem nada porque conseguem a condição alimentar através destes projetos (Entrevistado 02, 2021).

Uma outra problemática identificada no cotidiano do assentado se refere à dificuldade do agricultor em promover e comercializar os seus produtos por falta de uma política pública que as viabilize. Com isso, se tornam refêns de atravessadores – cidadãos que enxergam na produção local um nicho de mercado. Através de conversas informais e o relato do entrevistado 01 compreendeu-se melhor esta dinâmica.

O atravessador é um cidadão que não tem nenhum conhecimento técnico-científico na área, mas vê na comercialização desses produtos uma forma de subsistência. Isso cria um ciclo vicioso onde o produtor por não possuir habilidades comerciais entrega os produtos a atravessadores por um valor muito menor do que o valor de mercado (Assentado 01, 2021).

Neste contexto, Abramovay (1998) destaca que um dos fatores que impede que as famílias se desenvolvam economicamente resulta tanto da falta de habilidade de organização para a construção de mercado quanto a dificuldade de acesso ao consumidor e falta de uma estrutura de apoio. Isto se comprova a partir da fala do assentado 2 quando relata que “a gente tira o nosso sustento e o excedente, quando arruma mercado, a gente vende” (Assentado 02, 2021).

A agrovila é o centro do assentamento cujo modelo de estruturação atende à forma de organização dos assentamentos mais antigos do município: a agrovila no centro e os lotes de produção distantes das casas em torno de 04 a 05 quilômetros, gerando um desconforto na comunidade quanto ao deslocamento e distanciamento da produção, conforme fala do entrevistado 03.

Hoje, os assentados mais novos, as casas estão localizadas dentro do próprio lote de produção. Por isso que hoje ainda tem muitos assentamentos que as agrovilas são muito distantes das casas uma das outras e depois deste novo modelo ninguém quis mais a agrovila distante dos lotes (Entrevistado 03, 2021).

É na agrovila do Assentamento Florestan Fernandes onde se encontram as casas feitas em alvenaria, dispostas uma ao lado da outra, com os seus quintais produtivos e enfileiradas paralelamente, separadas por cercas de madeira e arame. A agrovila comporta também um campo de futebol, um curral coletivo e a casa grande – sede da associação de moradores multifuncional já que também abriga os cultos evangélicos, as reuniões e as celebrações locais.

Além disso, há no território, procedimento comum na implementação de assentamentos, uma grande extensão de reserva ambiental e área de proteção permanente (APP), mantida com muito cuidado pelos assentados.

Este cuidado, além de ser de fato uma preocupação dos moradores, é fruto de orientações dadas pelo INCRA na preservação da área de reserva da caatinga sob o risco de aplicação de multas e perda do lote, caso seja detectado algum desmatamento. No que diz respeito ao surgimento do assentamento dentro da fragilidade ambiental da caatinga, identificou-se que uma vez implementado o assentamento, o INCRA delegou uma série de responsabilidades ambientais nas quais “cada território assentado precisa deixar no mínimo de 20% de ambiente preservado” (Entrevistado 02, 2021).

Durante todo o processo de reconhecimento da comunidade percebeu-se a relação intrínseca entre o assentado e o seu quintal produtivo ou o seu lote de produção. Estes espaços são percebidos como uma extensão não só das casas, mas como deles próprios e responsáveis, inclusive, pelo estado de espírito das famílias. Esta relação pode ser evidenciada na fala do assentado 07 ao descrever o seu cotidiano “Na hora que eu abro os olhos eu vou direto pro meu quintal ver minha horta. Na hora que eu desço da moto vou direto olhar minha horta” (Assentado 07, 2021).

4.2 Percepção Comunitária acerca do Turismo e das Potencialidades Locais

Para a elaboração de estratégias para o desenvolvimento do turismo de experiência no assentamento Florestan Fernandes foi imprescindível conhecer a percepção local acerca do turismo e as potencialidades locais, além das habilidades de cada assentado participante da pesquisa.

Para isso, foram aplicadas ferramentas metodológicas no intuito de provocar e estimular os comunitários a refletirem sobre suas aptidões, além de reconhecerem locais e vivências de possível interesse turístico dentro do assentamento. Coube ao pesquisador, em seguida, catalogar essas informações e identificar outras habilidades e experiências, muitas vezes não percebidas pelo assentado e que se configuram como de grande potencial turístico local.

Desta forma, esta seção foi organizada a partir de questionamentos realizados durante as reuniões, entrevistas e conversas informais, tais como: O que o senhor (a) gosta e sabe fazer? O senhor(a) já teve contato com tu-

ristas? O senhor (a) gostaria de receber turistas em sua comunidade, em sua casa? O que um turista poderia fazer no assentamento? Além disso, analisou-se a percepção local a partir da interpretação de mapas mentais, frutos de uma oficina de diagnóstico rápido participativo (DRP) aplicada junto à comunidade. Com isso, foi possível identificar os saberes, as potencialidades e os processos produtivos locais, a partir do olhar e da experiência vivida dos assentados, tornando possível adequá-los à proposta de funcionamento da atividade turística no local, pautada na experiência e sob base comunitária.

Quanto às habilidades apresentadas pelos próprios comunitários, percebeu-se a diversidade e heterogeneidade de aptidões, destacando-se a culinária, a produção de artesanato a partir de fibras naturais e materiais recicláveis, o cultivo de plantas ornamentais, o manuseio de plantas medicinais para a produção de chás e xaropes, o crochê, o bordado, a xilogravura, a produção de cachaça e licor, a confecção de sabonetes de aroeira, a produção de pequenas esculturas em madeira, pinturas em pedras com temáticas locais, a confecção de bolsas produzidas com a palha da bananeira, a produção de mel, etc. No entanto, vale ressaltar que esta produção, em sua maioria, é para consumo próprio ou para comercialização interna e/ou do entorno do assentamento.

Uma vez identificadas as habilidades de cada assentado participante da pesquisa, foi necessário investigar a relação da comunidade com o turismo, observando as suas opiniões e expectativas quanto às possibilidades de práticas turísticas locais. Estas informações foram intencionalmente coletadas durante as primeiras visitas ao assentamento, com intuito de obter respostas com o mínimo de interferência das falas do pesquisador. Foi possível observar que alguns entrevistados não conseguiram, naquele primeiro momento, identificar atividades de interesse turístico no assentamento ou o fizeram de forma bastante vaga.

Ao serem questionados sobre uma possível movimentação de turismo no local e se gostariam de receber turistas na comunidade e/ou na própria casa todo o grupo participante se manifestou favorável à ideia, exaltando como principais razões a possibilidade de conhecer pessoas novas, além da oportunidade de acesso a uma renda extra e maior garantia de segurança alimentar.

No que se refere às atividades que um turista poderia fazer no assentamento, destacaram-se visita à nascente, andar pelo assentamento, fazer refeições preparadas no fogão ecológico, “tirar mel”, passeio na caatinga, na roça e “olhar umas coisa bonita que tem no mato” (Entrevistado 5).

Em virtude dos conhecimentos adquiridos em torno das conceituações de turismo e turismo de experiência comunitária no decorrer dos encontros com os assentados, evidenciou-se, a partir da aplicação dos mapas mentais, uma percepção mais elaborada acerca das potencialidades locais. Durante as entrevistas e conversas informais, ao relatarem as suas atividades diárias, desde o momento em que acordavam até a hora de dormir, os entrevistados foram provocados a pensarem estas atividades como de interesse turístico e capazes de despertar o desejo de visitação e de realização de vivências a partir das atividades sociais e produtivas que caracterizam o cotidiano do assentamento. Além disso, provocou-se a reflexão do uso da palma na culinária local, uma vez que até então a planta era utilizada apenas para a alimenta o de animais.

Para a interpreta o dos mapas mentais foi utilizada a metodologia de Kozel (2018) que parte de uma análise espacial, contemplando a forma e a distribui o dos elementos que constituem a imagem. Os mapas mentais foram investigados a partir das concep es procedentes da percep o dos assentados sobre o território vivido, os seus saberes e as potencialidades turísticas locais.   importante reiterar que a aplica o desta ferramenta aliada a observa o participante fundamentou o método fenomenológico utilizado na pesquisa, uma vez que foi desenvolvida com base na experiência humana e sua percep o acerca do local onde vivem, seus objetos, símbolos e significados.

Na ocasião, os assentados foram divididos em grupos e produziram desenhos a partir do seguinte questionamento: “Turismo em minha comunidade: dentro das atividades que vocês já realizam no dia a dia que experiências um turista pode ter no assentamento?”

4.3 Identificação de Potenciais Atrativos Turísticos e Experiências Vinculadas

O quadro 2 apresenta as potencialidades turísticas identificadas e pontuadas, principalmente, a partir das reflexões dos próprios assentados acerca dos seus valores, suas aptidões e dos recursos culturais e naturais locais.

Quadro 2 – Atrativo em potencial e possibilidades de experiências turísticas associadas no Assentamento Florestan Fernandes – Canindé do São Francisco.

Atrativo em potencial	Possibilidades de experiências vinculadas ao turismo
Lotes de produção agroecológica sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Visitação aos lotes de produção – Caminhada e identificação das culturas; • Conhecendo a agroecologia – Vivência com técnicas agroecológicas locais; • Vivência de plantio, irrigação e/ou colheita das culturas produzidas; • Colha e Pague – Colheita e consumo de produtos orgânicos, assim como conservas da horta; • Degustação e consumo de produtos culinários à base dos frutos da caatinga produzidos pelos proprietários do lote; • Degustação e consumo de licores e cachaças produzidos pelos proprietários do lote; • Consumo de refeição (café da manhã ou da tarde) ao ar livre, acompanhada dos donos do lote.
Quintais Produtivos	<ul style="list-style-type: none"> • Visitação aos quintais produtivos – Conhecendo e entendendo o que é um quintal produtivo; • Vivência de agricultura familiar no plantio e colheita das culturas produzidas; • Colhendo a própria salada – experiência de colher e preparar a própria salada; • Refeição no quintal – Degustação e consumo de refeições produzidas não apenas à base das espécies da caatinga, como de elementos presentes nos hábitos alimentares dos assentados, como a galinha caipira e o bode. • Colha e Pague – Colheita e consumo de hortaliças e frutíferas produzidas nos quintais.
Bioma Caatinga	<ul style="list-style-type: none"> • Caminhada para identificação de plantas frutíferas e medicinais da Caatinga; • Preparo e consumo de xaropes e cosméticos produzidos à base das espécies da Caatinga; • Vivência de curas envolvendo reza, benção e práticas e saberes locais; • Trilha interpretativa da Nascente; • Caminhadas para coleta de matéria-prima e oficina para produção de artesanato a partir do material coletado; • Vivência de técnicas rápidas e fáceis de como sobreviver na Caatinga – como obter água, fogo, abrigo e alimento? Como orientar-se dentro da caatinga sem GPS? • Oficina de desenhos inspirados na flora e fauna da caatinga observados e fotografados durante as caminhadas; • Vivência de replantio de espécies da caatinga na estufa comunitária utilizando técnicas tradicionais locais; • Vivência com o umbuzeiro – conhecer a árvore-símbolo do município e suas diferentes espécies, além do consumo de produtos oriundos do umbu.

Atrativo em potencial	Possibilidades de experiências vinculadas ao turismo
Artesanato	<p>Oficina e consumo de artesanato à base da fibra de bananeira e o croá (bolsas, cestas, colares, suplás);</p> <p>Oficina de produção e consumo de filtros dos sonhos produzidos a partir das fibras naturais;</p> <p>Oficina de produção e consumo de pedras decorativas com reprodução de pinturas rupestres de sítios arqueológicos da região, da fauna e flora da caatinga e elementos identitários;</p> <p>Oficina de produção e consumo de sabonetes artesanais à base dos frutos da caatinga;</p> <p>Consumo de crochês e bordados;</p> <p>Oficina de produção e consumo de artesanato do lixo – gerenciamento do lixo para produção de artesanato com materiais recicláveis.</p>
Culinária	<p>Degustação e consumo de produtos oriundos da palma forrageira (doces, salgados, sucos);</p> <p>Degustação e consumo de produtos oriundos do umbu e outros frutos da caatinga;</p> <p>Vivência na casa do assentado com refeições preparadas à lenha nos fogões ecológicos. Destaque para a galinha caipira e o bode;</p> <p>Degustação e consumo de geladinhos e sorvetes produzidos à base da palma e outros frutos da caatinga;</p> <p>Degustação e consumo do Suchá – chá local produzido com a folha do umbuzeiro, a folha do capim santo e limão;</p> <p>Degustação e consumo de licores à base dos frutos da caatinga e cachaças artesanais;</p> <p>Degustação e consumo de pão de fermentação natural;</p> <p>Degustação e consumo de mel;</p> <p>Vivência de apicultura orientada por apicultores locais;</p>
Memórias do assentamento Florestan Fernandes	<p>Contação de história – Histórias de luta e resistência de todo o processo de conquista da terra e o surgimento do assentamento Florestan Fernandes contadas por assentados mais antigos durante uma caminhada pelo assentamento;</p> <p>Místicas – Apresentações de peças de teatro inspiradas no histórico do assentamento e nas personalidades populares locais;</p> <p>Serestas com cantos de viola, literatura de cordel e poemas produzidos pelos jovens do assentamento;</p>
Projeto Mulheres de Fibra	<p>Visitação e consumo de artesanato feito da palha da bananeira, doces artesanais e plantas ornamentais produzidos por mulheres de diferentes assentamentos da região;</p> <p>Piquenique na caatinga – consumo e degustação de produtos locais ao ar livre com cestas e esteiras produzidas pelas mulheres de fibra;</p> <p>Conhecendo os cactos, as succulentas e as rosas-do-deserto – Oficina de produção e consumo de terrários com cactos e succulentas.</p>
O assentado	<p>Caminhar livremente pelo assentamento, experimentar uma “conversa de cerca” e sentir o acolhimento das famílias assentadas;</p> <p>Memorial do assentado Florestan Fernandes – resgate da memória do assentado e todo o processo de luta na conquista da terra.</p>

Organização: Os autores, 2021. Fonte: Trabalho de campo, 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de turismo de experiência é fundamentada na imersão profunda no destino escolhido a partir do contato direto com elementos identitários locais, permitindo ao viajante experienciar outras realidades. Estas novas relações de troca provocadas pelo turismo e o foco na promoção da vivência memorável como diferencial na oferta turística é que deram origem à atividade de turismo de experiência.

Esta pesquisa objetivou apresentar possibilidades de práticas de turismo de experiência a partir da observação e elaboração de um diagnóstico dos hábitos rurais que caracterizam o cotidiano social e produtivo dos moradores do assentamento Florestan Fernandes.

É digno de registro o fato deste estudo ter considerado integralmente a percepção do assentado sobre si mesmo e de que maneira cada um poderia contribuir como elemento fundamental no desenvolvimento do turismo local, pautado na vivência da sua realidade. Concluiu-se que os assentados convergem quanto ao desejo de receberem visitantes na comunidade e que o desenvolvimento de práticas turísticas no local pode contribuir como uma alternativa às adversidades vividas no assentamento. No entanto, os comunitários necessitam de apoio técnico e políticas públicas rurais adaptadas para o turismo, incentivando-os e permitindo-os se articularem devidamente. Desta maneira, será possível uma atuação de protagonismo local em um modelo de gestão plenamente comunitário, princípio básico do turismo de base comunitária.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 2, 3 e v. 29, n. 1, jan.–dez., 1998.

ARAÚJO, J. G. F.. Potencialidades do turismo no espaço rural: desenvolvimento, conceitos e tipologia. Cap. 2. In: SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010.

AÑAÑA, E. da; ANJOS, F. A. dos; PEREIRA, M. de L. Imagem de destinos turísticos: avaliação à luz da teoria da experiência na economia baseada em serviços. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 10(2), 2016, p. 309–329, maio/ago.

BENI, M. C.. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. **Turismo – Visão e Ação**. vol. 6, n. 3, 2004, p. 295–305, set./dez.

BERTOLINI, M. M.; PAULA FILHO, P. L.; MENDONÇA, S. N. T. G.. A importância da agricultura familiar na atualidade. In: **Congresso Internacional de Agroindústria**. 2020. Disponível em < <https://ciagro.institutoidv.org/anais.php> >. Acesso em: 1 de março de 2023.

BEZERRA, L. T.; SILVA, F. F.. A Construção da Experiência Turística por Intermédio da Imagem e do Imaginário do Viajante. **Anais do Seminário da ANPTUR**, 2016.

BRAGHINI, C. R.; SANTOS, T. C.; VIEIRA, L. V. L. Reflexões sobre o turismo de base comunitária – TBC. In BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S.; VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá – Sergipe**. Aracaju: Edifs, 2016.

CANDIOTTO, L. Z. P. Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais. **Revista Faz Ciência**. 2016, v. 9, n. 10, jul/dez. pp. 191–208.

CARU, A; COVA, B.. Revisiting consumption experience: a more hamble but complete view of the concept. **Marketing Theory**, 2003 v. 3, n. 2, p. 267–286.

DIAS, P. O. O; NASCIMENTO, I; MAIA, A. F. A.. Experiência como Produto Turístico: A emoção e a sensação do novo e diferente. **Turismo: Estudos e Práticas**. v. 1, n. 2, jul./dez.

GAETA, C.. Turismo de Experiência e novas demandas de formação profissional. In: PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília (Orgs.). **Turismo de Experiência**. São Paulo: Senac, 2010, p. 133–149.

GÂNDARA, J. M; MENDES, J. C.; MOITAL, M; RIBEIRO, F. N. S; SOUZA, I. J; GOULART, L. A.. A Qualidade da experiência na visitação dos destinos turísticos. In: BENI, M. C. (Org). **Turismo: Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão – Desenvolvimento Regional, Rede de Produção e Clusters**. São Paulo: Manole, 2012.

KLEIN, A. L; SOUZA, M.. Rural, Ruralidade, Pluriatividade e Multifuncionalidade do Desenvolvimento Rural. In: DOLCI, T. S; SOUZA, M. (Orgs.). **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2019, p. 09–22.

KOZEL, S.. **Das imagens às linguagens do geográfico**: Curitiba, a “capital ecológica”. Curitiba: UFPR, 2018.

MENDONÇA, M. C. A.; BATALHA, M.; SANTOS, A. C. dos. Turismo no espaço rural: debate e tendências. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, 2002, V. 04, n. 2, p. 131.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Plano de Atividade Quintais Produtivos**, 2021. Disponível em <<https://mst.org.br/tag/quintais-produtivos/>>. Acesso em: 17/10/2021.

MTUR – Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública. Ministério do Turismo – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

NITSCHKE, L. B.. **O significado do turismo no roteiro “Caminhos de Guajuvira”**, Araucária/PR. (Dissertação de Mestrado – PPG Geografia). Curitiba: UFPR, 2007.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 1993

RAFFESTIN, C.. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

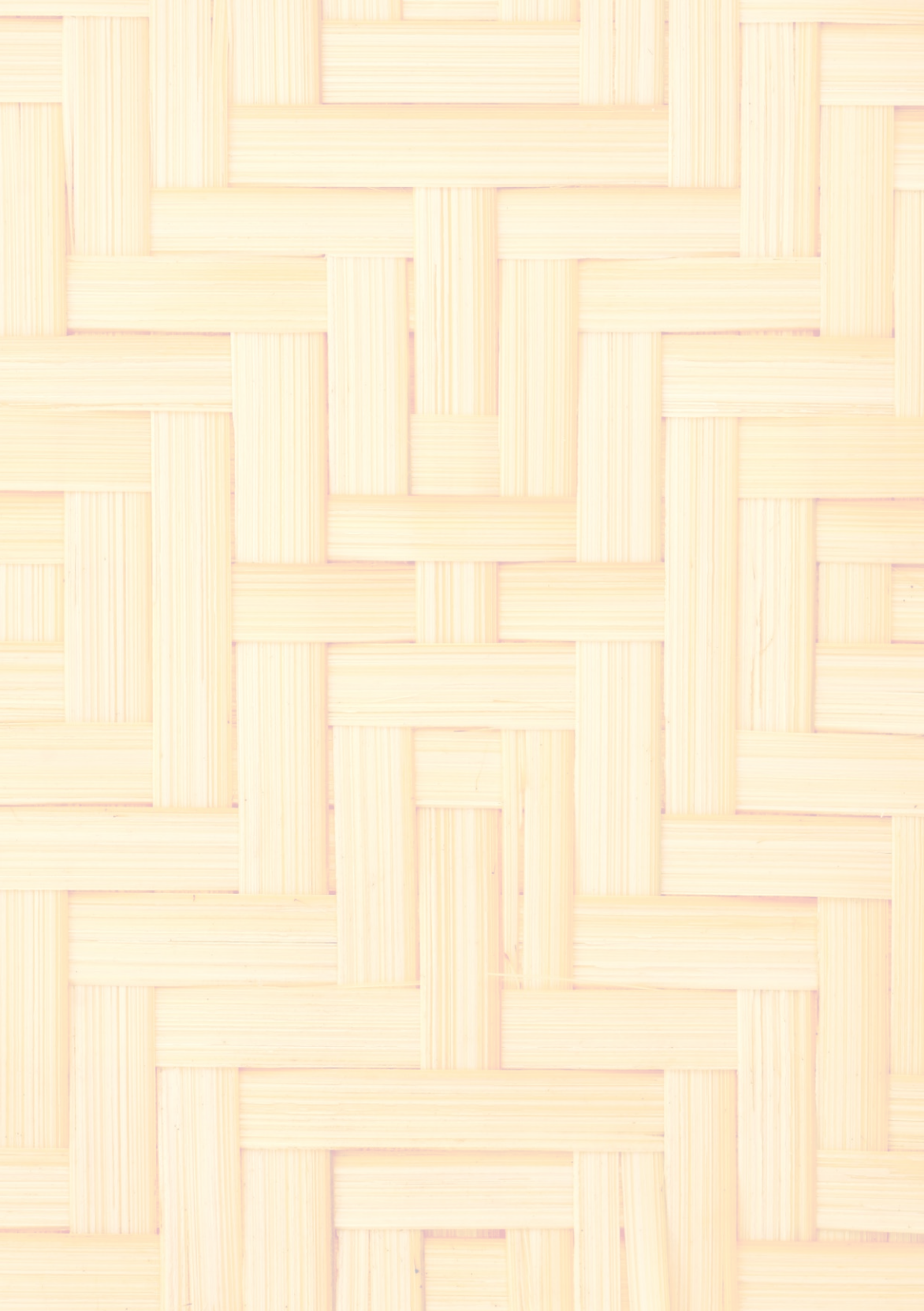
SCHNEIDER, S.. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, n. 11, 2003, p. 70–125, jan./jun, 2003.

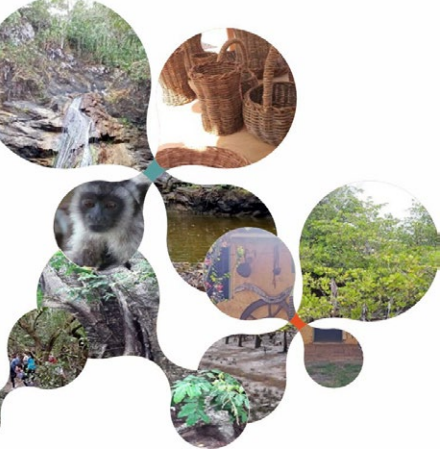
SEYFI, S.; HAL L, C. M.; RASOOLIMANESH, S. M. Exploring memorable cultural tourism experiences, **Journal of Heritage Tourism**, 2019, p. 35.

TULIK, O. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010.

WANDSCHEER, E. A. R.; TEIXEIRA, A. R.. Novas ruralidades: demandas e potencialidades. In: SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010, p. 47–58.

ZAQUAL, H.. Do turismo de massa ao turismo situado. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem, 2009.





ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO, CAPELA, SE: SUBSÍDIOS PARA UM PLANO DE AÇÃO

Jardel de Carvalho Bispo
Claudio Roberto Braghini
José Wellington Carvalho Vilar

1 INTRODUÇÃO

Estudos voltados para o turismo como ferramenta de fomento ao desenvolvimento são disseminados cada vez mais, ao passo que são elaboradas estratégias de implementação da atividade, visando à diminuição das desigualdades sociais e econômicas através de geração de emprego e renda. Como é inerente ao desenvolvimento de qualquer atividade, desdobramentos dessa implementação podem trazer resultados assertivos, contudo se deve atentar para os resultados negativos que podem ser desastrosos e até irreversíveis (NUNES, 2009).

Por volta das décadas de 1980 e 1990, como contraponto ao turismo de massa, buscou-se formas alternativas para essa atividade em razão dos impactos negativos identificados e ligados a essa forma de ordenamento turístico (PIRES 2002). A emergência das ideias de desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade foram disseminadas e chegaram ao turismo que passa a incorporá-las e se denominar, turismo sustentável. Na verdade, o turismo como fenômeno contemporâneo foi provocado a se posicionar sobre o seu papel no desenvolvimento e suas implicações socioambientais e territoriais.

Nesse contexto, surge o ecoturismo, com o compromisso de favorecer o desenvolvimento com forte atenção nos pressupostos de proteção e conservação ambiental. Posteriormente, com as experiências e iniciativas do turismo de base local, emerge a concepção de gestão coletiva, ou seja, com o

protagonismo da comunidade na posse e prestação dos serviços turísticos, denominada de turismo comunitário ou turismo de base comunitária (TBC). De certa maneira, a visão de desenvolvimento sustentável se adequa à ideia de TBC, vista pelas comunidades como uma opção de melhoria de suas condições de vida (SCÓTOLO; NETTO, 2015).

Nesse contexto de mudanças derivadas de necessidades socioambientais, surgem o ecoturismo e o TBC. Ao longo da História, o ecoturismo incorporou princípios que se direcionam à proteção ambiental, bem como à geração de benefícios às comunidades locais. Tais pressupostos trouxeram uma ligação com as áreas protegidas, além de direcionar o olhar para as comunidades que se relacionam a tais espaços de conservação e preservação.

As áreas protegidas são instrumentos previstos na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), regulamentada em 1981 e na Constituição Federal de 1988. No Brasil, há vários tipos de áreas protegidas (PNAP, 2006) e as Unidades de Conservação da Natureza (UCs) representam um desses tipos. As UCs apresentam categorias que admitem visitação turística e outras, que, devido à necessidade maior de proteção, não a permitem. Na verdade, UCs do grupo de proteção integral tem cunho mais restritivo em comparação as do grupo de uso sustentável.

A presente pesquisa se desenvolveu no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVS-MJ), localizado no município de Capela e gerida pelo Estado de Sergipe. O principal documento orientador para o planejamento e gestão é o Plano de Manejo (PM) que prevê, na legislação vigente, a possibilidade do ecoturismo. As comunidades com perfis rurais do entorno da Mata do Junco anseiam melhorias nas condições de vida e neste sentido, o RVS pode ser uma alternativa. Apesar de ter sido levantada uma barreira legal que gerou restrições de uso dos recursos, há previsão do ecoturismo como atividade. Sinalizam-se assim, possibilidades para se planejar o desenvolvimento local, utilizando para tanto o ecoturismo e o TBC.

Como o RVS-MJ é de proteção integral, é preciso que o ecoturismo na UC seja organizado e possa integrar a comunidade na prestação de serviços, de forma a criar um movimento que permita gerar atividades ou roteiros com ações na própria UC e nas comunidades do entorno. A partir dessas reflexões,

o estudo partiu de dois questionamentos centrais: a) Como está estruturado atualmente o ecoturismo no RVS–MJ? b) Quais as possibilidades e desafios para o desenvolvimento do ecoturismo no RVS, pensando na inclusão das comunidades no processo?

Uma UC com regras claras, normas bem dimensionadas e limitações de uso e ocupação do solo impõe ou implicam condições para que se desenvolvam atividades, como a visitação turística. A manifestação da gestão em articular ações e integrar a comunidade esbarra em desafios que a própria gestão impõe, relativas às questões legais e materiais existentes. E falar em desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária exige refletir e conhecer as limitações e possibilidades legais e estruturais para tal. Desse modo, o objetivo geral do presente capítulo é analisar as condições para o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco em Capela (SE) na perspectiva de subsidiar um plano de ação.

2 A DEPENDÊNCIA INTRÍNSECA ENTRE TURISMO E SUSTENTABILIDADE

O turismo enquanto fenômeno territorial e socioeconômico está relacionado ao fluxo de pessoas, à produção e ao consumo de uma grande variedade de produtos e serviços, tangíveis e intangíveis, que geram uma série de impactos econômicos e socioambientais, tanto positivos como negativos (SANTOS *et al.*, 2014). Por sua vez, Pinheiro e Rossi (2015, p. 9) entendem que o turismo “está relacionado a diversos interesses da área de administração, como *marketing*, estratégias, formação de redes, empreendedorismo, negócios internacionais, entre outros. Dessa forma se faz necessário pensar o turismo como um setor de interesse global”.

No tocante ao avanço da discussão teórica, os segmentos turísticos estão intimamente imbricados às motivações da viagem turística num esforço de adequação da oferta às demandas, e nesse sentido são submetidos a um constante processo de modelagem e readequação mercadológica para atingir objetivos e metas.

Os atrativos são a força motriz do turismo, pois é uma das principais motivações que levam os turistas a se deslocarem pelo território até os destinos esco-

lhidos, devendo-se então atentar-se para o impacto nas localidades receptoras dos variados riscos que enfrentam. Na visão esclarecida de Dias (2003, p. 25) “[...] um uso turístico intenso a curto prazo provocará a médio e a longo prazo clara diminuição da demanda, pelo motivo de que o recurso natural que atraiu o visitante não mais existirá ou estará tão degradado que não será mais atrativo”.

Os impactos causados pelo turismo assumem diversas dimensões, tais como: ambiental, econômica, social, política, territorial e cultural. A adoção da ideia de desenvolvimento sustentável conduziu ao turismo sustentável como premissa central da atividade, na busca incessante de equilíbrio entre crescimento econômico e conservação ambiental. Diante dessa premissa, recomenda-se cautela no planejamento do turismo, tendo em vista os impactos advindos da atividade. Dito isto, o conceito de sustentabilidade “permite refletir uma política e estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais, cuja qualidade depende da continuidade da atividade humana e do desenvolvimento.” (BENI, 2003, p. 7).

Uma das preocupações centrais do desenvolvimento sustentável é a manutenção da biodiversidade e da vida futura no planeta Terra e para isso, entre outras coisas, há a necessidade de criação de espaços territoriais legalmente protegidos. No Brasil há diversas áreas protegidas, entre elas estão as Unidades de Conservação da Natureza, definidas na Lei 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000). As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O objetivo das UCs de proteção integral é preservar os recursos naturais e por isso só é permitida sua utilização de forma indireta, como é o caso do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco. No que diz respeito às UCs de uso sustentável o objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

De especial interesse para a pesquisa, o RVS compõe a categoria de Unidades de Conservação Integral, cuja definição esclarece que só é possível utilizar os recursos de maneira indireta. Nesse âmbito, o ecoturismo é o segmento mais indicado para o desenvolvimento em áreas naturais protegidas devido ao seu caráter conservacionista, e, na mesma direção, é fundamental

o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem a participação e o retorno da renda para a comunidade (KINKER, 2002). Caminha-se, assim, para o alinhamento entre ecoturismo, proteção ambiental e sustentabilidade.

Vale ressaltar que para o SNUC o objetivo de uma RVS é proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória (BRASIL, 2000). Esse instrumento de proteção se alinha ao desenvolvimento sustentável na medida em que se processa numa perspectiva democrática com foco na participação e com garantias de um meio ambiente equilibrado. O ecoturismo também se alinha a esse contexto de proteção de espaços naturais e de uso turístico sustentável.

Wood (2002, p. 14, tradução nossa) apresenta de forma mais precisa os princípios do ecoturismo numa perspectiva sustentável:

- Minimizar os impactos negativos na natureza e cultura que podem prejudicar um destino.
- Educar os visitantes sobre a importância da conservação.
- Enfatizar a importância de negócios responsáveis, que trabalham em cooperação com as autoridades locais e as pessoas para atender às necessidades locais e oferecer benefícios de conservação.
- Receitas diretas para a conservação e gestão de áreas naturais e protegidas.
- Enfatizar a necessidade de zoneamento de turismo regional e de planos de gestão de visitantes projetados para regiões ou áreas naturais que estão programadas para se tornarem eco-destinos.
- Enfatizar o uso de estudos de base ambiental e social, bem como programas de monitoramento de longo prazo, para avaliar e minimizar os impactos.
- Maximizar o benefício econômico para o país anfitrião, as empresas e comunidades locais, especialmente as pessoas que vivem em áreas naturais e protegidas e adjacentes a elas.
- Garantir que o desenvolvimento do turismo não exceda os limites sociais e ambientais de mudança aceitável, conforme determinado pelos pesquisadores em cooperação com os residentes.

- Contar com infraestrutura desenvolvida em harmonia com o meio ambiente, minimizando o uso de combustíveis fósseis, conservando as plantas e a vida selvagem local e integrando-se ao ambiente natural e cultural.

Através da gestão participativa, o ecoturismo abre espaço para a abordagem e desenvolvimento de um olhar turístico de base local e/ou de base comunitária. O incentivo à participação da comunidade, no qual é possível perceber as intenções e necessidades de acordo com o próprio ponto de vista comunitário, fomenta a interação e integração das comunidades. Dessa forma, pode-se almejar o desenvolvimento do TBC no entorno e/ou no interior de uma UC. “O turismo comunitário é um modelo turístico endógeno que tem como proposta a preservação dos recursos naturais e enaltecimento das expressões culturais” (GONÇALVES; SILVA, 2017, p. 1).

Para atingir esse propósito, no ecoturismo, “é comum que as comunidades recorram a agentes externos que possam colaborar com esse processo, como o poder público, o setor privado e as organizações do terceiro setor” (NEIMAN; BARROS, 2020, p. 490). Por sua vez, segundo o WWF, ecoturismo de base comunitária corresponde às atividades turísticas levadas a cabo em espaços naturais, determinado e controlado pelas comunidades, que gera benefícios predominantemente para estas na perspectiva da conservação da biodiversidade e da melhoria das condições socioeconômicas locais.

Nesse mesmo diapasão, conforme o ICMBio (BRASIL, 2019, p. 16), “[...] o TBC emerge, em planejamento turístico, como uma via possível para inclusão econômica e social de grupos vulneráveis e, também, para a conservação da biodiversidade e para a valorização dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais [...]”

Essa discussão levanta questões referentes ao papel do poder público na garantia da proteção do meio ambiente, distribuição de renda e da participação das comunidades do entorno nas atividades desenvolvidas na própria UC. Destaca-se o fato de que as comunidades do entorno já faziam uso de recursos antes da criação da unidade de conservação, porém esse usufruto lhes foi tirado, sem qualquer contrapartida.

Ademais, o processo de se pensar em ações capazes de modificar a realidade de um dado local implica em enxergar etapas que possibilitem orientar determinadas ações. Planejar é o passo apropriado na hora de se pensar em ações para atingir determinado objetivo. O planejamento pode ser entendido como uma ação composta de estratégias e medidas capazes de dar subsídios para alcançar objetivos traçados em projetos, planos ou programas, cujo intuito é de resolver ou mitigar problemas identificados em um dado local e/ou instituições (MITRAUD, 2003). Elaborar as diretrizes favorece pensar em um plano ou documento congênere, que serve de ponte entre a origem de determinado objetivo e o seu alcance. Dentro das estratégias previstas para o plano de ação pode-se destacar o planejamento participativo.

Assim como prevê o SNUC, os conselhos consultivos são espaços colegiados e descentralizados de gestão, símbolo das indicações de direitos que promovem o exercício da democracia e da participação rumo ao desenvolvimento sustentável. A partir desse princípio, é possível promover o fortalecimento da gestão participativa e da interlocução entre os atores e agentes sociais (FRANCA, 2006). No caso da RVS, os conselhos consultivos contribuem para tornar realidade a participação na administração por parte da sociedade civil. Dessa forma, evita-se que as necessidades das populações que interagem de alguma forma com a UC sejam negligenciadas.

Como instrumento de gestão participativa da administração pública, o conselho de Unidades de Conservação (UCs), também denominado conselho gestor ou comitê, tem relevante papel no processo de administração contínuo, cujo principal objetivo é materializar na prática a participação política e a construção da cidadania, ratificando o dever e o direito da sociedade civil na gestão pública, previstos na Constituição Cidadã de 1988 (ALEGRIA; SILVA, 2006, p. 1).

3 METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e aplicada e se pautou pelo método dedutivo, pois considerou-se que é positiva a construção de um plano de ação para o ecoturismo na UC, de forma sustentável e participativa. Em termos de

objetivos, o trabalho é de caráter exploratório e descritivo ao buscar explorar e descrever características relativas a fatos e fenômenos relacionados ao desenvolvimento do ecoturismo no RVS Mata do Junco, além das possibilidades e limitações para a participação das comunidades.

Os procedimentos, as estratégias metodológicas e os recursos utilizados na pesquisa incluíram: estudo de caso, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevista semiestruturada, entrevista não estruturada, observação direta, pesquisa de campo e reunião participativa.

Em reunião realizada em 2021 foi relatado ao Conselho Consultivo do RVS Mata do Junco o desenvolvimento do projeto, no sentido de legitimar a pesquisa e o pesquisador nas comunidades e na UC (Figura 1).

Figura 1 – Reunião do Conselho Consultivo da Mata do Junco.



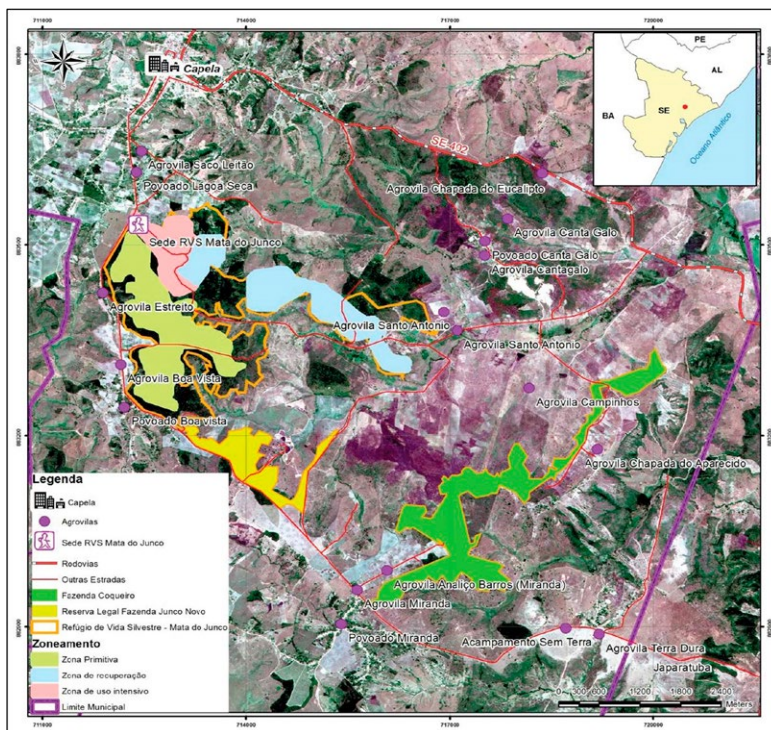
Fonte: Autores, 2022.

No caso das entrevistas com os gestores do RVS, cabe destacar que houve uma mudança recente na administração pública estadual e considerou-se também as ações das gestões anteriores. Portanto, foram entrevistados os seguintes gestores: Sra. Maria Augusta Barbosa (Gestor 1), o Sr. Marcos Domingos de Santana, (Gestor 2) e o Sr. Mário Sérgio (Gestor 3 – gestor atual). Além das chefiás, também foi entrevistado o Sr. Marcelo “Guigó”, principal agente fiscalizador e condutor das trilhas na RVS-MJ.

4 ECOTURISMO SOB O PRISMA DA GESTÃO NO RVS MATA DO JUNCO

O Plano de Manejo em vigência na RVS-MJ é o principal instrumento utilizado como referência legal para gestão da UC e, igualmente, serviu como base de orientação no cotejamento das informações derivadas das entrevistas. Esse instrumento de gestão busca, entre outras coisas, “[...] viabilizar o uso público no Refúgio através da implantação de infraestrutura de lazer e do **ecoturismo**, em todas as modalidades compatíveis com a categoria de manejo da Unidade” (SERGIPE, 2011, p. 55, grifo nosso). Dado o interesse em desenvolver o ecoturismo, no PM há um zoneamento indicativo de características da UC com definição de quais atividades podem ser desenvolvidas, especialmente nas zonas onde é permitida a visitação (Figura 2).

Figura 2 – Zoneamento do RVS Mata do Junco.



Fonte: Extraído de Sergipe, (2011).

Em conformidade com o Plano de Manejo, o ecoturismo apenas pode ocorrer nas duas zonas de visitação (Quadro 1): de uso intensivo e de uso extensivo. Foram estabelecidas algumas diretrizes no Plano de Manejo (SERGIPE, 2011), tais como aquelas para a trilha do Visgueiro, composta por trajetos menores que se encontram na trilha principal.

Quadro 1 – Características do zoneamento que permite visitação no RVS Mata do Junco

Zonas	Grau de Intervenção	Caracterização Ambiental	Principais Conflitos	Usos Permitidos
Zona de Uso Extensivo	Média	– Ocorrência de floresta secundária alterada	– Assoreamento dos recursos hídricos; – Pouca manutenção de trilhas; – Falta de sinalização; – Espécies invasoras exóticas.	– Fiscalização; – Proteção; – Pesquisa Científica; – Visitação.
Zona de Uso Intensivo	Alta	– Vegetação descaracterizada com ocorrência de espécies exóticas	– Espécies exóticas da fauna e flora; – Falta de sinalização.	– Fiscalização; – Proteção; – Pesquisa Científica; – Lazer e recreação; – Educação e interpretação ambiental.

Fonte: Sergipe (2011, p. 65, adaptado).

O PM da Mata do Junco realizou um levantamento de dados de locais com atividades de ecoturismo na RVS, bem como de espaços com atividades em potencial para o desenvolvimento dessa atividade, a saber: Complexo da Sede, Área de Captação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), Mirante, Trilha da Bica/Visgueiro, Usina do Engenho, Arquitetura Municipal e Observação do Macaco Guigó (SERGIPE, 2011).

Segundo os gestores entrevistados, ainda que o referido plano apresente em seu Programa de Ecoturismo as atividades supracitadas, há muitas limitações devido ao caráter restritivo desse tipo de UC. Diante disso, as atividades oferecidas são majoritariamente trilhas interpretativas, como a Trilha do Visgueiro, D'Água e do Guigó, bem como atividades associadas aos princípios do ecoturismo, a exemplo de palestras, oficinas de educação ambiental (EA) e pesquisas promovidas pelas universidades.

A respeito dos frequentadores e participantes das atividades mencionadas anteriormente, a gestora 1 aponta que, em sua maioria, os visitantes são

oriundos de Capela ou de Sergipe como um todo, mas há universitários de vários estados do Brasil, principalmente com objetivos de pesquisa. De acordo com gestor 2, os visitantes pertencentes às comunidades do entorno ajudam na organização das atividades, gerando um sentido de pertencimento. Ainda segundo a gestora 1, as comunidades participam de atividades voltadas para a educação ambiental, e muitas vezes docentes e discentes dos povoados do entorno integram-se em busca de despertar o pertencimento, com ações de sensibilização e reflexão ofertadas na UC.

A equipe responsável por atender aos visitantes, de acordo com a gestora 1, além do coordenador técnico (gestor), é terceirizada em sua maioria, composta por porteiros para a guarita, dois servidores para o serviço de limpeza e manutenção, um guarda-parques, dois agentes de educação ambiental, responsáveis pelas palestras de recepção, e três monitores de visitação, além de um adjunto. Vale ressaltar que sem a capacitação desses funcionários, perdem-se ferramentas capazes de sustentar a visitação a longo prazo, pois tecnologias focadas em atender bem e oferecer serviços cômodos aos visitantes não serão assimiladas e praticadas.

A UC também conta com a participação da gestão no Conselho Consultivo, criado em 2008, com 21 membros, representantes do poder público, sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa e proprietários de áreas inseridas no RVS.

A infraestrutura é parte crucial na oferta de serviços, tendo em vista que é responsável por melhorar o ambiente em que os atores e agentes estão inseridos, possibilitando sustentar a logística e a demanda, além de atraí-la. Para o gestor atual, a infraestrutura do local é adequada para o desenvolvimento de atividades ligadas ao ecoturismo. Igualmente, de acordo com a gestora 1, a infraestrutura conta com a sede administrativa (Figura 3) e alojamento com equipamentos básicos.

Figura 3 – Sede administrativa do RVS-MJ.



Fonte: Autores (2017).

Especificamente para os pesquisadores, há um espaço para laboratório com bancadas, balcões e bancos. Há o centro de vivência local que recebe os visitantes e serve como espaço para exposição de banners, assim como alguns outros itens para ajudar nas ações de educação ambiental. Foram citadas pelos gestores entrevistados a falta de alguns equipamentos como computador e impressora no laboratório, além de lupa e microscópio, e projetor de imagem e som.

Apesar das propostas de desenvolvimento da atividade ecoturística, segundo o gestor atual, não existe recurso específico voltado para essa finalidade, informação corroborada pelos gestores anteriores. O recurso direcionado para a UC é originário de medidas compensatórias e seu acesso depende de consulta aos superintendentes. Os recursos injetados eram voltados em grande parte para ações de EA e não para atividades de ecoturismo propriamente ditas. No entanto, pode-se pensar no ecoturismo como ferramenta de apoio à educação ambiental, desde que integradas (NEIMAN, 2008).

Para discutir sobre as atividades a serem desenvolvidas no local e para planejá-las, a equipe de gestão do RVS conta com o Conselho Consultivo como apoio na tomada de decisão, que junto com o Plano de Manejo são encarados como os principais instrumentos de gestão da UC (SILVA, 2016). O Conselho

Gestor, apesar de não ter caráter deliberativo, sempre é consultado a respeito de mudanças que podem ocorrer no RVS. Segundo os gestores, a decisão final é da equipe de gestão, porém sempre são considerados os anseios dos membros, além do empenho para tomar as decisões em comum acordo.

Ao presumir que o RVS possui parceria com instituições, é importante entender suas relações, isto é, como atuam dentro da área e fora dela para que seja possível identificar a forma como as comunidades podem ser inseridas em atividades ligadas ao ecoturismo.

No diagnóstico do PM e nas entrevistas, identificou-se que as atividades econômicas presentes na UC e em seu entorno são voltadas para o espaço agrário, a exemplo da pecuária, agricultura e avicultura. Mas, segundo o gestor atual, alguns moradores locais mantêm viva a tradição do artesanato com bambu e esculturas com a identidade do macaco Guigó (*Callicebus coimbrai*) (Figura 4).

Figura 4 – Macaco Guigó (*Callicebus coimbrai*) existente na RVS–MJ.



Fonte: Ascom/Semarh, (2012).

Ademais, foi constatado em visitas de campo, confirmadas pelos gestores em entrevistas, que a principal organização privada que pratica atividades direcionadas para o ecoturismo e EA é a Guigó Aventura, responsável por conduzir pesquisadores através das trilhas de interpretação já existentes, a saber, Trilha do Visgueiro, Trilha do Guigó e Trilha D'Água.

Mas há registro de ocorrências de outras atividades associados ao ecoturismo e Educação Ambiental, promovidas de forma pontual por pessoas ou instituições. A visitação deve ser solicitada antecipadamente, ou seja, agendada e há espaço para tal pedido no site da hoje Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura (SEDURBI), no Portal da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas (SEMAC). No caso de instituições, solicita-se por meio de ofício para SEDURBI que analisa o pedido, cabendo ao órgão aprovar ou não.

5 DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO RVS

Para que o ecoturismo seja efetivado de forma adequada não se deve negligenciar os entraves que dificultam e que, por vezes, inviabilizam o desenvolvimento da atividade. Durante as visitas de campo e pesquisas relacionadas ao ecoturismo na mata do Junco, considerando a proposta do Plano de Manejo, identificou-se contradições a respeito do que era estabelecido no documento e a realidade local, entretanto é interessante mencionar que os gestores não veem as diretrizes como amarras, e sim como orientações que podem ser adaptadas à realidade local, respeitando o caráter técnico do documento.

No RVS, identificou-se através de entrevistas que não há distinção entre atividades de ecoturismo e EA, pois sempre que os gestores eram questionados sobre atividades de ecoturismo desenvolvidas no local, os exemplos reverteravam sobre a educação Ambiental. Outro ponto a ser levado em conta, apesar do ecoturismo e EA serem tratados como iguais pela gestão, é que as zonas de atuação de ambos são distintas em alguns casos. Mas é notório que ações de EA se sobressaem em relação às de ecoturismo. Da mesma forma, a interação dos moradores com qualquer que seja a atividade sofre restrições legais, dificultando ainda mais sua inserção.

Por meio de relatos, a gestão sinalizou interesse em desenvolver atividades de ecoturismo junto com a Secretaria do Estado responsável, a do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade (SEDURBS), hoje Secretaria de

Meio Ambiente e Ações Climáticas (SEMAC), assim como ampliar ações de EA, promovidas em grande parte para escolas através de oficinas, seminários e dinâmicas pedagógicas.

Para buscar entender como poderá ser ofertado o ecoturismo, recomenda-se discutir o perfil dos visitantes, ao mesmo tempo em que se deve estimar o fluxo e como atendê-los. Contudo, a gestão ainda não tem claro o número de visitantes, assim como não há dimensão em nenhum projeto identificado ou no Plano de Manejo sobre o quantitativo mensal. Tal característica revela como ainda são incipientes as atividades dedicadas ao ecoturismo, pois, no mínimo, deveria constar o controle de entrada e saída, os dias da semana, o horário de funcionamento e a forma como se lida com as chuvas sazonais. Nas visitas técnicas foram identificadas fragilidades na infraestrutura, tanto na entrada quanto nas trilhas, com a ausência de sinalização adequada.

Importa também levar em conta a equipe disponível, a atuação de cada indivíduo pertencente ao grupo e a distribuição de profissionais para as atividades. Como foi discutido anteriormente, a gestora 1 apontou a equipe responsável por manter o RVS em funcionamento, mas há demanda de profissionais direcionados para cada uma das atividades.

Diante disso, contando que as atividades de ecoturismo sejam desenvolvidas e ampliadas, questiona-se sobre os possíveis desdobramentos, inclusive, no âmbito legal. A partir dessa percepção, incluem-se ações de fiscalização para ajustar a demanda e pensando num planejamento contínuo, bem como no monitoramento, que permitirá indicar a necessidade de manejo das áreas, pois objetiva a adaptação, adição ou exclusão das ações. Atualmente, a própria coordenadoria faz a fiscalização com o intuito de garantir o funcionamento adequado do refúgio. Ressalta-se, entretanto, que a intensidade da fiscalização variou durante as três últimas gestões devido às constantes mudanças de gestores.

Diante da possibilidade de ampliar a visitação, interessa saber as viabilidades de se comercializar bebidas e artesanatos produzidos localmente e se essa prática é respaldada pelo Plano de Manejo. Os gestores apoiam a inserção da comunidade na oferta de serviços, porém o gestor 2 ressaltou que

deve ser uma atividade em consonância com o PM e que, principalmente, não leve ônus para a fauna e flora local. Estas atividades previstas no PM deverão ocorrer na zona de uso intensivo, mais precisamente na sede. Entretanto, cabe destacar que tais atividades, como qualquer participação da comunidade e parcerias com instituições do ramo turístico, dependerão do apoio em instrumentos legais.

Outro fator que influencia as decisões sobre o desenvolvimento do ecoturismo no RVS é a relação entre gestão da UC e instâncias hierárquicas superiores, as prioridades e intenções, assim como, investimentos e estrutura do setor competente das UCs estaduais, atualmente na SEMAC. Não há até o momento um quadro profissional e muito menos um plano de carreira que dê garantia de continuidade ao monitoramento, fragilidade já apontada em estudo de Braghini (2016), quando analisou a gestão da APA Morro do Urubu, dadas as suscetibilidades às mudanças de governo. Os investimentos derivados de compensação ambiental estão dependentes da articulação com a ADEMA (Administração Estadual do Meio Ambiente), prática essencial na realização das Câmaras Técnicas que definem o destino desses recursos.

6 DIRETRIZES PARA O PLANO DE AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ECOTURÍSTICO

Numa perspectiva de síntese, as diretrizes para o ecoturismo orientam ações do plano de ação, apresentado ao atual gestor do RVS (Quadro 2). As diretrizes indicam possibilidades para o desenvolvimento de ações específicas, considerando-se as fragilidades identificadas e as intenções e perspectivas de identidade para a atividade ecoturística de forma distinta das ações de EA com escolas. Outro aspecto relevante é que a organização para a implementação do ecoturismo permitirá uma oferta que reforce ações de TBC no entorno, vinculados ao turismo rural ou ao próprio ecoturismo, com o RVS-MJ como indutor do processo. Reconhece-se que essas ações não sejam dissociadas da necessidade de se pensar a unidade de conservação como um todo, em especial quando se trata de recursos para custeio e investimentos, equipe e infraestrutura.

Quadro 2 – Diretrizes para o Ecoturismo do Plano de Ação – RVS Mata do Junco, SE.

Diretrizes	Parcerias possíveis	Prazo (anos)
Definição de zonas de uso para o ecoturismo e EA e respectivas normas na revisão do Plano de Manejo, adequando uso às zonas	Gestão, Conselho Consultivo, Comunidade, organização responsável pela revisão do Plano de Manejo.	2
Distinção entre ações de ecoturismo e EA no plano de manejo, bem como suas interconexões, inserindo o TBC como possibilidade.	Gestão, Conselho Consultivo, e comunidades.	2
Desenvolvimento de pesquisa sobre impacto da visitação	Gestão, escolas, comunidade e universidades	2
Adoção de metodologia de avaliação da qualidade da experiência do visitante.	Gestão, comunidade e universidades.	5
Confecção e Instalação de placas nas trilhas com sinalização informações sobre fauna e flora	Gestão, comunidade, pequenos empresários locais, escolas e universidades.	2
Mapeamento das trilhas existentes no RVS.	Gestão, universidade, Conselho Consultivo e organizações privadas.	2
Criação de acervo na sede do RVS voltado para ecoturismo e EA	Gestão, universidade e Conselho Consultivo	2
Mapeamento das trilhas existentes no RVS	Gestão, comunidade, Conselho Consultivo, pequenos empresários, universidades e setor público.	2
Definição do perfil de visitantes desejados pelo desenvolvimento do ecoturismo do RVS	Gestão, comunidade, Conselho Consultivo, universidades e pequenos empresários.	2
Conhecimento do patrimônio natural e cultural do entorno do RVS, identificando possibilidades de integrar com o que é oferecido no RVS.	Gestão, comunidade, Conselho Consultivo, pequenos empresários e universidades.	5
Estabelecimento de possibilidades de concessões de usos no RVS	Comunidades, gestão, Conselho Consultivo e microempresários locais.	2
Definição de orçamento e fontes de recursos financeiros para custeio e investimentos para o desenvolvimento do ecoturismo	Gestão e setor público.	2
Estabelecimento de capacidade de bem receber visitantes de ecoturismo e EA	Gestão, comunidades, Conselho Consultivo e universidades	2
Capacitação da equipe do RVS em Ecoturismo e Conservação	Universidades, gestão, comunidades e Conselho Consultivo	5
Sensibilização e familiarização com o Turismo de Base Comunitária	Gestão, Conselho Consultivo, Comunidades, Escolas e Universidades	5

Fonte: Autores, baseado em Carvalho (2020).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um lado, o ecoturismo no RVS–MJ ganha projeção, pois encontra campo fértil para seu desenvolvimento, com demandas que anseiam por mudança, de outro, se depara com sujeitos com seus próprios interesses que nem sempre se coadunam com as ideias de preservação e conservação e proteção da natureza. Como contraponto a esse antagonismo, o ecoturismo, apoiado no modelo de gestão de base comunitária, convida a inserção e transformação dos autóctones em protagonistas respeitando e entendendo a dinâmica territorial local.

Consciente de tais características, dos recursos disponíveis e do respaldo vindo do Plano de Manejo, a presente pesquisa buscou pensar no Ecoturismo de Base Comunitária como ferramenta capaz, através dos seus princípios, de alteração da realidade, considerando entendê-la e estabelecer diretrizes e ações que possam nortear a gestão na tomada de decisão e o planejamento da atividade.

Todavia, a dependência contínua do poder público, a ausência de medidas de estímulo que visem ao desenvolvimento do ecoturismo na RVS–MJ, junto com as constantes mudanças de gestão, tem afetado o planejamento e a própria gestão em si, principalmente, a respeito da maneira de tornar pessoas das comunidades atores e agentes do ecoturismo nas zonas permitidas.

Ainda que a gestão busque recursos financeiros diretamente destinados para tais finalidades, a equipe deve estar preparada para receber os visitantes. Isto porque, atualmente o RVS tem poucas atividades desenvolvidas pelas comunidades. O levantamento dos dilemas relativos ao ecoturismo de base comunitária no RVS–MJ possibilitou pensar em diretrizes para um Plano de Ação. Assim, é reconhecida a necessidade de seguir com estudos que busquem captar cada vez mais recursos possíveis de serem ofertados à medida que se ganha robustez na parte teórica para sustentar o desenvolvimento de ações.

REFERÊNCIAS

- ALEGRIA, M. F.; SILVA, H. P. **Refletindo sobre a dimensão coletivista do conselho gestor**. II SAPIs, Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- BARRETO, M. **Planejamento e organização do turismo**. Campinas: Papirus, 1991.
- BENI, M. Como certificar o turismo sustentável? **Revista Turismo em Análise**, v. 14, n. 2, p. 5–16, 2003.
- BISPO, J. de C. **Ecoturismo no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, Capela, SE: subsídios para um Plano de Ação**. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo). IFS, Aracaju, 2022.
- BRAGHINI, C. R. **Gestão territorial de unidades de conservação no litoral sergipano**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 de julho de 2000.
- BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais**: caderno de experiências. Brasília: ICMBio, 2019.
- COOPER, C. **Turismo: princípios e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.
- FRANCA N. **Educação Ambiental na Gestão Participativa**: fortalecimento do conselho consultivo do Parque Nacional da Tijuca – Projeto Água em Unidade de Conservação. Rio de Janeiro: IBASE. 2006.
- GONÇALVES, S.; SILVA, G. C. J. Possibilidades do turismo comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão/RN. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 82–95, dez. 2017.
- IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Thonsom, 2003.
- KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais**. Campinas: Papirus, 2002.
- MITRAUD, S. (Org.) **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF, 2003.
- MOLINA, S. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru: Edusc, 2005.
- NEIMAN, Z.; BARROS-FREIRE, J. M. Percepção local acerca da aplicabilidade do Ecoturismo de Base Comunitária na RESEX Corumbau (BA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 3, ago–out de 2020, p. 488–515.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. A Educação Ambiental através do Ecoturismo: o diferencial das atividades de contato dirigido com a natureza. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 3, n. 2, p. 76–101, 2008.

NUNES, I. M. **Turismo, desenvolvimento e dependência em Cabo Verde**. Tese de Doutorado. FEUC, 2009.

PETROCCHI, M. **Turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 1998.

PINHEIRO, M. W.; ROSSI, B. G. O Brasil como objeto de estudo na pesquisa sobre turismo no contexto internacional. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 18, n. 1, jan–abr. 2015.

PIRES, P. dos S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

SANTOS, T. S.; SOUZA, P. A. R.; PEREIRA, R. S. Pesquisa em turismo e desenvolvimento regional: análise dos estudos realizados no Brasil entre os anos de 1997 e 2013. **Anais de Seminários em Administração**, v. 17, 2014.

SCÓTOLO, D.; NETTO, A. P. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **CULTUR – Revista de Cultura e Turismo**, v. 9, n. 1, p. 36–59, 2015.

SERGIPE. **Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco**. SEMARH – SBF, 2011.

SILVA, C. M. da. **Estratégias para implementação de governança ambiental no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, uma Unidade de Conservação Estadual de Sergipe**. 2016. 195 f. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

VALLS, J. F. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WOOD, M. E. **Ecotourism: principles, practices & policies for sustainability**. Paris: UNEP/The International Ecotourism Society 2002.

WWF BRASIL. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

ORGANIZAÇÃO COLETIVA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: OS SABERES E FAZERES DAS MULHERES CAMPONESAS DE UмбаÚBA – SE

Kauane Santos Batista
Eliane Dalmora

1 INTRODUÇÃO

O turismo nordestino tem sido estruturado e fortalecido por meio do reconhecimento de novos grupos organizados e novas parcerias interinstitucionais, com o propósito de dinamizar a economia e valorizar o patrimônio cultural e natural da região e suas localidades. Especificamente, nas distintas realidades do Nordeste, o turismo no espaço rural, também tem se estruturado e mais bem divulgado, além de incluir segmentos variados, a exemplo de do: turismo de aventura; comunitário; ecológico; agroturismo; e de experiências. Os equipamentos turísticos envolvidos nestes segmentos rurais, se inter-relacionam, em certas circunstâncias, com a agricultura familiar campesina, em especial-quando vinculada a produção agroecológica.

Para os propósitos desta abordagem da agricultura familiar, o Turismo de Base Comunitária (TBC) denota maiores afinidades, pois favorece o envolvimento das comunidades locais, bem como dos empreendedores solidários, que tem como elemento central a autogestão dos processos associativos. Neste sentido, as comunidades são envolvidas pedagogicamente na tomada de consciência do seu potencial turístico. O TBC constitui, provavelmente, um contraponto ao turismo fordista, emergindo fortemente no cenário dos ambientes naturais, sendo ele uma escolha dos turistas em buscar o contato com a natureza no espaço rural.

Ao considerar o contexto supracitado, o presente estudo tem como objetivo analisar os potenciais turísticos envolvendo o Grupo de Mulheres Cam-

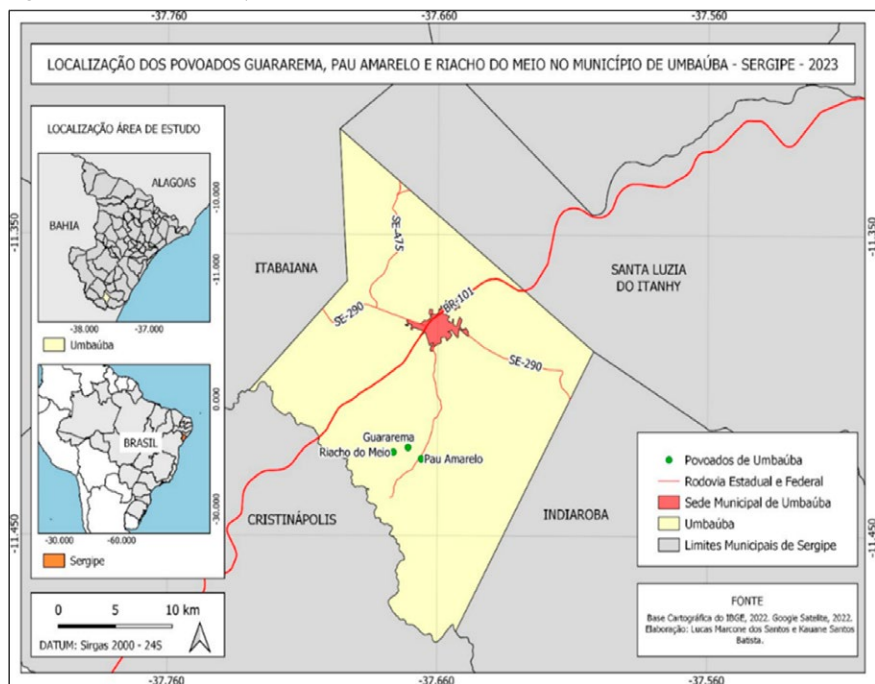
ponesas de Umbaúba (GMC), a organização social e a pluriatividade como elementos facilitadores para a implementação do Turismo de Base Comunitária.

Partindo-se de uma perspectiva de sustentabilidade, o TBC em comunidades rurais pode estabelecer uma intervenção desta realidade, na qual o agronegócio atua e o individualismo emerge, e por tal motivo torna-se de extrema relevância a composição de trabalhos científicos no campo do turismo, os quais possam revelar novos caminhos à agricultura familiar campesina no estado do Sergipe. Entretanto, profusos desafios de inserção do TBC ocorrem e as questões sociais do meio rural evidenciam problemas a serem identificados e verificados no campo, tal fato propicia a à seguinte questão norteadora: a organização do Grupo de Mulheres Camponesas de Umbaúba e seu tradicional preparo nordestino dos alimentos caracteriza fazeres e saberes locais como atrativos turísticos que possibilitam a sua inserção no TBC?

2 METODOLOGIA

O universo de pesquisa é o Território Sul Sergipano, envolvendo, especificamente, o GMC; composto por doze integrantes e tem sede na comunidade rural de Riacho do Meio em Umbaúba. O município está localizado na Mesorregião Leste Sergipano (coordenadas: latitude de 11°22'32" e longitude de 37°39'35") (IBGE, 2010; IBGE, 2017), pertencente ao bioma Mata Atlântica, e está situado a 97 Km de Aracaju (Figura 1).

Na presente pesquisa, foi desenvolvida a perspectiva, no que se refere a coleta e tratamento dos dados, do tipo quali/quantitativa, em que se utilizou a pesquisa-ação. Conforme Thiollent (1986), a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica, a qual é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Neste desenho de pesquisa, pesquisadores e participantes representativos da situação-problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo para formular soluções adequadas à realidade.

Figura 1 – Mapa de localização Município de Umbaúba.

Fonte: Compilado de IBGE (2010).

Há uma ênfase no caráter formativo do estudo, pois o sujeito deve tomar consciência das transformações que decorrem do processo de investigação. Para tanto, no levantamento dos dados foi utilizado o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), baseado em Verdejo (2006), como também nas metodologias participativas propostas por Boef e Thijssen (2007) e ECOAR (2008).

As oficinas participativas foram realizadas com a participação do GMC do Povoado Riacho do Meio, na sede da cozinha comunitária e da casa de Farinha. As oficinas totalizaram 40 horas, e foram denominadas de “Organização Social, Solidariedade e Potenciais Turísticos do GMC”. Tiveram o objetivo de debater as vantagens e desvantagens da formalização de uma associação, identificando os potenciais e a viabilidade no processo de implementação do TBC. Na ocasião, foram aplicadas as seguintes ferramentas: a) Linha do Tempo – visando identificar a história do grupo desde a sua formação até os dias

atuais; b) *O que essas mãos fizeram e o que essas mãos podem fazer*, técnica utilizada para identificar os saberes e habilidades, na perspectiva do autoco-nhecimento e resgate da história de vida do grupo e sua identidade; c) *Árvore dos Sonhos*, utilizada para identificar as metas do grupo e sua perspectiva futura.

Além destas ferramentas, foram realizadas, em cada família das mulheres associadas, uma entrevista semiestruturada. Esta ferramenta facilitou a criação de um ambiente aberto de diálogo e permitiu ao entrevistado se expressar livremente, sem as limitações criadas por um questionário (VERDEJO, 2006). A ferramenta permitiu a obtenção de dados socioeconômicos sobre a unidade de produção agrícola, ao qual as mulheres estão vinculadas.

3 PLURIATIVIDADE NA AGICULTURA FAMILIAR: UM ENLACE PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Ao longo do tempo, as comunidades campesinas se reproduzem, se reestruturam e coexistem sem perder parte dos elementos constituintes do modo camponês de fazer agricultura. No Brasil, os camponeses apresentam uma ocupação territorial mínima, se comparada com o volume de alimentos biodiversos por eles produzidos, denotando a característica fundamental desta categoria: a luta pela autonomia. Entretanto, o campesinato vem constantemente sendo desafiado pelas relações de dependência estabelecidas nas novas demandas do mercado (PLOEG, 2016). Tais relações são em parte suplantadas pela coprodução entre o homem, a natureza e a sua interação no mercado.

O campesinato busca a diversificação de atividades, dentro e fora da propriedade, constituindo a denominada *pluriactivité* (pluriatividade), por comporem suas rendas provenientes, ora da agricultura, ora de outras atividades não agrícolas (SCHNEIDER, 2003). Para o mesmo autor, no seu conjunto, a pluriatividade favorece e mantém a forma familiar de organização do trabalho e da produção no campo, no entanto ela não é um fenômeno exclusivo dos tempos atuais ou localizado a um território exclusivo, bem como, não é algo generalizado para todos os agricultores. Ela tende a se desenvol-

ver como uma estratégia de reprodução das famílias, cuja articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas.

Na década de setenta este conceito é reafirmado no contexto dos países de capitalismo emergente, como resultado do próprio processo de modernização da agricultura ao qual os agricultores mecanizados e com ganhos de produtividade são de certa forma liberados da dedicação total na agricultura, os colocando na condição de tempo parcial. No Brasil, está tendência se manifesta de outra forma, resultado da precariedade nas condições econômicas dos agricultores familiares, que individualmente precisam recorrer às atividades não agrícolas buscando rendas condignas, mais favoráveis.

Propõe-se um novo entendimento do papel da agricultura familiar, visando à valorização do espaço rural, com a presença dos camponeses e agricultores familiares, ora por promoverem a segurança alimentar, ora pela geração de emprego e renda, e ora pela conservação da biodiversidade e a preservação das tradições culturais (LIMA; SILVA; IWATA, 2007).

Outrossim, no Brasil o predomínio das monoculturas em extensos territórios denota um novo quadro paisagístico desolador, como se refere Schneider (2016, p. XIV): “(...) imaginemos uma sociedade sem camponeses. A vida se tornaria chata e enfadonha, sem a diversidade da comida, o aroma dos temperos, a alegria das festas, a beleza das roupas, o sabor das bebidas e toda a diversidade cultural que foi gerada e transmitidas por gerações de camponeses”.

Neste quadro, os empreendedores do espaço rural perdem a oportunidade de acolher os serviços turísticos que incluem a valorização de experiências autênticas e a oferta de serviços ambientais provenientes de ecossistemas relativamente conservados. O espaço rural privilegiado, para este tipo de experiência é justamente o que comporta alimentos diversificados, saudáveis e ecossistemas relativamente conservados, ao contrário das unidades de produção em monoculturas carentes de pessoas (SCHNEIDER, 2016).

A valorização dos elementos locais traz um novo significado, determinando o avanço das atividades turísticas em comunidades de diferentes culturas. Para tais experiências, o TBC é uma proposição favorável para minimizar os problemas encontrados na realidade de diferentes grupos e comunidades camponesas (FABRINO, 2013).

São múltiplos os fatores promotores da pluriatividade, como sintetiza Mattei (2018): econômicos (pela escassez de recursos e meios de produção); sociais (expectativas Inter geracionais, exclusão social e educacional); contexto territorial (oferta de emprego, desenvolvimento intersectorial, proximidades e logística); e de lazer (sítios, chácaras, trilhas, gastronomia típica, áreas preservadas e outros). Uma outra dimensão que se evidencia no contexto da sociedade atual, é a definição da multifuncionalidade, pois são as novas funções sociais da agricultura que incluem o campo dos serviços turísticos e ambientais. Nesta perspectiva, são abertas novas valorizações aos produtos, com a oferta do agroturismo, especialmente a produção e manufatura de produtos “caseiros” e artesanais, resultando em uma coesão social e ambiental intrínseca; uma articulação entre território, agricultura e desenvolvimento sustentável (MALUF, 2002).

Desse modo, a multifuncionalidade é própria da agricultura familiar pela sua efetividade na produção de alimentos saudáveis, gerando empregos, otimizando o uso dos recursos disponíveis, valorizando a agrobiodiversidade (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009). Trata-se de um “novo olhar” na compreensão da agricultura familiar, considerando o modo de vida, a inserção nos mercados e a reprodução social. Em síntese, as múltiplas funções da agricultura incluem as atividades não diretamente associadas à produção de alimentos, exercidas pelos membros das famílias, assim indicando que a multifuncionalidade incorpora a noção de pluriatividade. Enfim, são muitas as expectativas de inserção de projetos de desenvolvimento local sustentável nos propósitos do TBC, com o reconhecimento e a valorização dos saberes populares, afirmando novos olhares para o espaço rural.

4 A CAMINHADA DO GRUPO DE MULHERES CAMPONESAS DE UMBÁUBA

A proposição do Turismo de Base Comunitária e a decorrente inclusão social com a geração de emprego e renda estruturada e associativa, geralmente é desconhecida pelos gestores dos territórios e localidades. Contudo, o desenvolvimento turístico no contexto da agricultura familiar camponesa reside na capacidade de autogestão e efetivação de direitos às famílias cam-

ponesas, nas características do espaço rural em termos de oferta de serviços e atrativos turísticos inseridos na produção agrícola. O TBC pode reverter esta tendência hegemônica da economia do turismo voltada para os grandes negócios e que considera a participação da agricultura familiar no turismo como acessória ou tangencial.

Para a implementação do TBC, é necessário, inicialmente, que as comunidades tradicionais ou grupos que têm uma cultura popular tradicional tenham esclarecimento do segmento turístico em sua totalidade com diferentes perspectivas. Ressaltando que as comunidades devem estar cientes das vantagens e desvantagens desse segmento, estando aptas ao modelo de turismo que se enquadre ao seu território rural.

No momento da proposição da pesquisa junto ao GMC e aos gestores do turismo do município, foi constatado que o TBC não fazia parte da pauta dos gestores e lideranças. Conforme expresso em reunião realizada com a equipe de pesquisa da Secretaria Municipal de Turismo de Umbaúba, denotou-se interesse pela expansão do segmento turístico rural, envolvendo o turismo de aventura (com foco para o ciclismo, trilhas ecológicas e tradição) e hotelaria (vinculado aos caminheiros que repousam no local). Nestas metas, não foram evidenciados interesse no envolvimento dos potenciais da agricultura familiar e seu protagonismo como gestores eficazes e dinâmicos. Consideraram que o GMC teve uma oportunidade de ser inserido na Rota do Engenho, com a oferta dos produtos gastronômicos e artesanais. Porém, tal rota consistiu num empreendimento individual, enfatizando, deste modo, ganhos particulares, sem integrar os serviços das mulheres e outros possíveis atrativos do local.

Na realização das oficinas de capacitação, foram apresentadas as diferentes proposituras e abordagens do turismo e o GMC passou a discernir e refletir sobre o papel meramente acessório que exerciam junto a Rota. Em face dessa avaliação, ficou evidente para o GMC as diferentes abordagens do turismo e o grupo se mostrou favorável à abordagem do TBC.

Entre as vantagens observadas pelo GMC no desenvolvimento do TBC, destaca-se a abertura para o capital social e a pluriatividade exercida como uma ação coletiva dos agentes sociais envolvidos no processo. O TBC não se

executa com competição entre os provedores da gestão, mas sim com a cooperação nas tarefas a serem executadas e o compartilhamento dos esforços. No somatório, oportuniza-se aos visitantes uma série de vivências e serviços diferenciados.

Mas de onde provêm a disposição do GMC em agir de modo cooperativo e solidário? A motivação desta organização em grupo se originou de experiências anteriores, como relata D. Ivanilde:

Quando criança morávamos em casa de taipa (...). Logo mais tarde mudamos, para casa de farinha do meu avô, porque a casa, com um inverno forte de 1965, a chuva derrubou uma parede da casa, aí foi preciso fazer uma casa de alvenaria, que na época era luxo. Conseguimos fazer essa casa através das cooperativas que foram realizadas na região sul (...). Surge oportunidades para os agricultores familiares da região.

Foram experiências salutares de organização que corroboram por uma busca positiva para continuarem a superar as dificuldades de modo organizado. Parte das mulheres do grupo foram integrantes da Cooperativa de Mandioca, atualmente desativada. Já, outras delas, tiveram experiências positivas de participação via Sindicato Rural. Somadas às experiências de organização, parte das integrantes do grupo dominavam o processamento de pães e bolos, como o caso de Irailde que aprendeu o ofício com os pais:

Minha mãe fazia bolo pra vender na feira e no bar onde meu pai trabalhava. Era os bolinhos mais famosos da região. Morávamos no município de Cristinápolis. Hoje, a principal renda nossa vem dos nossos bolos que é através do plantio e cultivo da mandioca e seus derivados, como farinha, goma, massa de macaxeira, tapioca, puba, beiju de massa, beiju, pé de moleque, bolos e pães, todos à base da mandioca e macaxeira. Também fazemos roça de milho, feijão, fava, abóbora e amendoim.

Quando a família de Irailde passou a residir na comunidade, aprimoraram o conhecimento sobre o preparo dos panificados. Depois foram convidadas as três companheiras da antiga cooperativa para organizarem um coletivo de mulheres e assim providenciaram o alvará da vigilância sanitária

do estado. Ainda com base na experiência adquirida, elas decidem ampliar o coletivo inserindo mais seis mulheres com habilidades complementares para fazer parte desse novo grupo.

Com base na linha do tempo e a aplicação de entrevistas, foi identificado que o Grupo das Mulheres Camponesas de Umbaúba efetivamente foi organizado em 2014. Em 2015, o grupo era composto por nove mulheres e foram contempladas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Aquisição de Merenda Escolar (PNAE). Para tanto, foi preciso se vincular à Cooperativa do município de Cristinápolis, juridicamente cadastrada e não negativada. Também foram beneficiadas pela Prefeitura Municipal de Umbaúba com a disponibilização de banca na feira da agricultura familiar do município e realizaram o curso de Boas Práticas de Produção, ofertado pelo SEBRAE/SE.

Passam a integrar a Associação de Camponeses e Camponesas do Estado de Sergipe (ACCESE) em 2017, com a perspectiva de formalizar legalmente o empreendimento associativo e realizar a comercialização dos produtos em mercados regionais, através das chamadas públicas voltadas para a agricultura familiar. Assim, abrem-se para uma relação de confiança e fortalecimento através da parceria com Movimento Camponês Popular (MCP). A partir de então, surgem novas oportunidades, de modo que, o seu mercado é ampliado para outros municípios da região. Em 2017 e 2018, permaneceram as encomendas via licitações e a participação em feiras.

Em 2019, foram contempladas com a licitação do PNAE no município de Estância. O grupo de mulheres contribuiu com a produção de cinquenta mil bolinhos. O coletivo de mulheres, via MCP, foi contemplado em edital para adquirir novos materiais (um forno, louças, embalagens e batedeira industrial) para a equipar a cozinha coletiva.

Ainda em 2019, foi possível investir em mais equipamentos, além de que e foram realizadas adequações da estrutura da cozinha, o que facilitou o trabalho e a motivação do grupo. Neste mesmo ano, grupo também participou do Congresso Brasileiro de Agroecologia, sediado na Universidade Federal de Sergipe, com o fornecimento de pães e a participação na Cozinha das Tradições, atuando como facilitadoras das oficinas sobre o fazer tradicional de

alimentos característicos da culinária sergipana. As atividades de 2019 foram finalizadas com a participação do grupo no curso de Boas Práticas oferecido pela Prefeitura de São Cristóvão.

Em 2020, o número de pedidos diminuiu devido a pandemia, porém o MCP foi contemplado com uma licitação na Fundação Banco do Brasil para cestas básicas, onde foram incluídos pães e bolos. A Secretaria da Cultura, através do Ministério do Turismo (MTUR), financiou o material para construção de um biodigestor, o fardamento do grupo e a ampliação da cozinha.

No ano de 2021, novamente o MCP é contemplado com cestas básicas onde foram incluídos mil e duzentos bolos e pães. Como o programa pressupunha a compra antecipada em quantidade de produto e preço pré-definido, o grupo adquiriu equipamentos novos com o crédito disponibilizado. Ainda neste ano foi realizada uma parceria com a Cooperativa de Cristinápolis para entrega de bolos para merenda escolar do município ao qual não teve continuidade em 2022. Porém, ainda em 2022, continuaram participando da feira de Aracaju e concorrendo aos editais de chamada pública do Fundo Casa, mantendo a parceria com a Cooperativa de Cristinápolis e Santa Luzia de Itanhly, com entrega de bolos e pães para o município.

Por meio das entrevistas semiestruturadas e as observações realizadas na vivência, apontadas no diário de campo, foi observado que as famílias agricultoras mantiveram peculiaridades no preparo artesanal dos alimentos típicos da culinária local, sem perder sua originalidade, especialmente nas receitas que contém milho, mandioca e demais alimentos de policultivo da agricultura camponesa, como o beiju, pé de moleque, doce de leite, pão de macaxeira, bolos de puba, macaxeira e milho. O grupo é reconhecido localmente por manter nas suas receitas os sabores próprios da culinária regional nordestina, e seus membros relataram que foram destaques nos festejos juninos do município pela forma camponesa de preparo dos alimentos.

No desenrolar das oficinas, o grupo debateu sobre as experiências de cooperação e as categorias jurídicas mais apropriadas para o autodesenvolvimento. Após os esclarecimentos da equipe de pesquisa sobre as diferenças entre cooperativas e associações, elas consideraram que se enquadrariam como associação, por não dependerem de outras pessoas para gerir. No caso

da cooperativa, precisariam de um suporte de assessores externas ao grupo e o tamanho dos negócios até então realizados não comportariam maiores custos operacionais. Também entenderam que a cooperativa envolveria trâmites a quem das suas necessidades. Como associação informal de um grupo pequeno e coeso, evitariam grande parte dos problemas advindos de divergências, características de grupos maiores, e consideraram a cooperativa ser uma categoria mais difícil de gerir.

A transparência financeira, a gestão participativa, o compartilhamento do trabalho e os potenciais individuais sendo respeitados, são as principais características que tornam coeso o Grupo, resultando no desenvolvimento local, solidário e sustentável.

Foi observado que as práticas de produção agrícola e o processamento eram favoráveis ao TBC por seguirem alguns princípios de base agroecológica de produção: a) não uso de venenos agrícolas no cultivo de alimentos; b) os alimentos processados são livres de corantes artificiais, acidulantes e conservantes, prejudiciais à saúde dos consumidores; c) realizam, concomitantemente, a gestão e o processo de trabalho, assim são caracterizados como agricultores familiares; d) buscam a diversificação produtiva, garantindo em parte a alimentação da família; e) valorizam a conservação das áreas de reserva legal e de preservação permanente; g) evitam o uso de adubos químicos, buscando integrar as criações animais no fornecimento de compostos orgânicos para a fertilização das terras; h) a inserção no mercado se dá por venda direta, conectando produtores e consumidores e, se possível, agregando valor aos produtos da agricultura familiar.

Em debate nas oficinas, ponderou-se acerca de todas as etapas para a consolidação do TBC, indicando as disposições de cada uma das integrantes para oferta dos serviços turísticos, com os devidos atrativos e as fragilidades. No final, foi elaborado um início do estatuto para a formalização do GMC, com a meta de ampliar os mercados e a qualificação dos produtos, com a participação nos programas governamentais de alimentação escolar.

O mérito do grupo está no seu protagonismo em conduzir um empreendimento, saudando seus compromissos financeiros, sem gerar endividamentos, contando com a sua disposição para o trabalho organizado e coletivo.

As ações do grupo foram se integrando aos Arranjos Produtivos Locais e aos produtos da agricultura camponesa, em especial, no que se refere ao processamento da mandioca e da laranja, iniciativas estas que propiciam o desenvolvimento local.

Há que se destacar também, as particularidades do produto turístico por envolver bens físicos e serviços relacionados a um determinado destino e às experiências proporcionadas aos turistas. Tal abrangência abrange elementos da natureza, equipamentos de lazer, alimentos, acolhimento, hospitalidade e experiências.

Cada associada estabeleceu o seu cronograma de trabalho com base na sua disposição e o tamanho do compromisso assumido pelo grupo. Isto caracterizou um empreendimento associativo, fiel aos princípios de ajuda mútua, transparência e participação democrática, que garantem a coesão e continuidade. Certamente cada uma das famílias, de modo individual, não alcançaria a demanda de investimento atualmente conquistada coletivamente. Foi através da soma no trabalho e na otimização dos poucos recursos, que o grupo se desenvolveu e teve clareza de seus limites, para avançar de modo mais incisivo no mercado.

5 OS FAZERES E OS SONHOS DO COLETIVO DE MULHERES

Na aplicação da ferramenta metodológica “Árvore dos Sonhos”, as mulheres expressaram as motivações que lhes traziam força e animação para continuarem juntas. Elas entendiam ser a união, o interesse em comum de crescer e a vontade de aprender que as levariam ao sucesso do grupo. Seus desejos eram: melhoria da cozinha, ampliando o espaço, e a legalização do grupo como associação.

Enquanto mulheres atribuladas, elas desejavam ter mais tempo para o trabalho fora das tarefas cotidianas da casa, tendo mais condição de crescer na unidade de processamento. Mas para isto, era preciso ter mais demanda de produtos e com frequência regular.

Foram observadas algumas fragilidades nos espaços de processamento de alimentos. A maior precariedade residia na estrutura e equipamentos

da casa de farinha, sem avanços tecnológicos, composta pela rusticidade do processamento, dificultando a adequação às regras básicas de sanitização e de controle de qualidade nos procedimentos de higiene e no processamento dos alimentos. Nas instalações da cozinha coletiva de processamento dos panificados, ainda havia fragilidades nas normas de segurança e na prevenção de acidentes, além do espaço da cozinha ser pequeno frente ao volume de produção gerado.

As mulheres também gostariam de aperfeiçoar seus fazeres com novos cursos, de forma a concatenar os aprendizados atuais no processamento de bolos, pães e doces, somados àqueles saberes provenientes das gerações passadas, das mães para as filhas. Como destaca Ivonilde:

Hoje, a principal dificuldade do nosso coletivo é a falta de iniciativa da gestão pública, com cursos de formação para as mulheres do campo. Precisamos de mais apoio para que possamos produzir e escoar nossos produtos no mercado regional. Se nós tivéssemos um bom apoio da prefeitura, a sustentabilidade dentro dos nossos quintais, tenho certeza que muita mulher não precisaria sair do seu quintal produtivo para buscar um sustento familiar fora

Dessa forma, o investimento nas melhorias poderia lhes trazer maiores rendimentos, novos investimentos para a continuidade e apoio nas reformas da estrutura. No intuito de resgatar e conhecer as habilidades dessas mulheres e identificar suas perspectivas de futuro foi aplicada a ferramenta participativa “O que está mão sabe fazer? O que está mão pode fazer?” Cada integrante desenhou a sua mão em um papel, apontando cinco habilidades na mão direita e cinco possibilidades na mão esquerda. Como resultado esta ferramenta denotou a pluriatividade na vida das mulheres e sua família. Além do trabalho vinculado ao processamento, as mulheres participavam dos trabalhos na agricultura e na comercialização, além dos serviços domésticos incluindo cuidados variados com filhos pequenos, netos e idosos.

Esta ferramenta complementou as informações das entrevistas. Do total das mulheres, 75% trabalhavam na lavoura, colaborando com o cultivo de alimentos diversos como: mandioca, milho, macaxeira, feijão, amendoim,

favas e diversas frutíferas, com destaque para citricultura. Dessas, 12,5% participavam do manejo de animais. A dedicação aos serviços domésticos era executada por 63% das mulheres associadas. A participação das mulheres no trabalho multifacetado foi expressa no depoimento de Maria:

Meu pai trabalhava na lavoura dos fazendeiros de serviço de vaqueiro. Tinha um salário certo. Nós vivíamos nessa fazenda, na casa que o dono cedeu para nossa família. E vivemos muitos anos lá. A casa era bem em frete a mata da fazenda, onde minha mãe ia buscar lenha toda semana pra cozinhar. E eu, como filha mais velha, ia junto pra lida. Minha mãe era boazinha. Ela também fazia bordado, crochê e costurava nossas roupas. Minha mãe era maravilhosa, amo minha mãe, sinto falta dela. Minha mãe ralava mandioca para fazer beiju na palha da bananeira. E pé de moleque. Ela era bastante trabalhadora e trocava o serviço em roça por corte de tecido. Naquele tempo eu tinha sete anos, só vivia dentro de casa e quando mãe ia para a roça, acompanhava (...) depois conheci o homem que hoje é o meu marido, pai dos meus filhos. E somos felizes na agricultura vivendo como camponeses.

Observa-se nesta fala que a mulher camponesa de geração a geração mantém a cultura da diversidade como costureira, bordadeira, agricultora e doméstica. O saber fazer nos derivados da mandioca, se projeta agora na casa de farinha com o preparo do pé de moleque e do beiju, garantindo assim, a originalidade nordestina e camponesa no preparo do alimento.

No decorrer do tempo e nos diversos espaços do território nacional, a mandioca foi sendo consumida como fonte de alimentação humana e animal, e foi amplamente aproveitada em alimentos derivados do seu processamento, tais como farinha, amido, fécula e ração (SHINOHARA, 2014). Em síntese, a mandioca e a macaxeira se revelam como alimentos adaptados aos ecossistemas e facilmente integrados à cultura alimentar regional, sendo reinventada nas diversas receitas da cultura local.

A história de Leni na roça se deu deste a infância, aprendeu a lidar com a farinha, os cultivos biodiversos livres de agrotóxicos, um trabalho digno:

Comecei a trabalhar na agricultura com sete anos. Minha infância foi

trabalhando para ajudar meus irmãos. Fui criada por eles, onde procurava ajudar minha família na lida da roça, plantando batata-doce, laranja, abacaxi, amendoim, feijão, dentre outras culturas, onde plantávamos para comer e vender. Como também, a mandioca para fazer farinha e tirar Tapioca. Onde tirava para gente mesmo, porque casa de farinha era da família. Sendo que até hoje eu tiro. Foi um conhecimento que aprendi com a minha avó, no grupo que faz essa atividade. E até hoje plantamos sem veneno e sobrevivemos da agricultura. Me orgulho muito de ser agricultora.

Para a camponesa Zu, a determinação por realizar uma agricultura livre de venenos é resultado do aprendizado da agricultura camponesa, já realizada pelos pais. Cuidar da saúde está no empenho em produzir o próprio alimento, provindo dos ingredientes da roça:

Aprendi tudo que sei da agricultura com a minha mãe. O plantio e cultivo de feijão, milho, mandioca, macaxeira e tudo que tem na roça. E até hoje vivo dessa atividade na roça. Hoje estou com 53 anos. E é da agricultura que nós fazemos os bolos, puba e o que posso dizer a vocês é que me sinto muito bem na agricultura. E o bom da nossa agricultura é que quando nós trabalhamos e nós planta, não compramos nada de veneno. É natural, porque não colocamos veneno na nossa roça e comemos sem medo. E vendo na feirinha da agricultura. É muito bom e quando as pessoas perguntam, aí respondemos que as coisas da cidade têm muito veneno. Agora mesmo quero começar a plantar pimentão, tomate, cebolinha, coentro e alface, pois se plantamos essas coisas, a gente se livra de comprar. E é bom; não é porque vai comprar, e sim porque plantando não vai ter veneno em nosso alimento (...) e estou muito feliz sendo camponesa.

Por sua vez, Jovita, que todas chamam de “Tonha”, construiu a sua identidade na lida e luta no campo. Suas palavras:

Com imenso carinho onde o meu trabalho na agricultura começa com meus pais. Na agricultura é assim sempre vai ser de pai para filho e fui criada na roça com os meus pais plantando, colhendo e vendendo e como todos até os vizinhos naquela época trabalhávamos juntos. As-

sim tínhamos o conhecimento de agricultura familiar porque fazíamos desse jeito e o pouco que sei do que a terra dá e hoje através das pragas as pessoas têm que colocar remédio caseiro para pulverizar porque o veneno só vai nos matar e se não pulverizar a praga come tudo da lavoura. E vivemos disso. E quando o universo dá bem, a fartura é melhor. E quando colhemos menos, mesmo assim só temos a agradecer por nossa roça. E por tudo que Deus me deu. Não tenho vergonha de dizer que vim e vivo até hoje como agricultora camponesa.

Os saberes tradicionais na lida com as pragas e doenças, trazem às mulheres a confiança nos seus alimentos e, assim, vivem exercendo suas crenças, com respeito as divindades. Portanto, as mulheres se identificam como camponesas, exercendo funções múltiplas e tendo participação ativa na agricultura. Os trabalhos no processamento de panificados é exercido de modo e tempos diferenciados, conforme a necessidade de cada uma das participantes. Ceça acredita na força da coletividade, tem uma história de luta e de reconhecimento dos benefícios do cooperativismo:

Já acompanhava meu pai pra roça com meus irmãos, onde plantávamos macaxeira, milho, dentre outras culturas agrícolas. Também tirávamos laranja e limão pra vender na cooperativa (...). Fazíamos farinha porque toda vida fui interesseira em trabalhar. Também na casa de farinha, tirava tapioca pra comprar minhas coisas. Me casei com idade de dezoito anos, continuo trabalhando na roça e no coletivo, na cozinha comunitária, fazendo bolos e comidas diversas. E na luta como camponesa, onde sempre tive e vou estar para trazer o conhecimento pros meus filhos.

Ao serem questionadas sobre o que pretendem realizar no futuro, foi recorrente o desejo de reduzir os trabalhos domésticos e as demandas de cuidados com os familiares, para poderem se dedicar mais amplamente nas ações de processamento do GMC, como se refere Angélica:

Com quinze anos me casei e meu marido era até hoje é roceiro, até hoje praticamente vivemos e trabalhamos na roça. Não vou mais todos os dias da semana porque cuido da minha mãe que tem câncer. Essa

doença ruim. Onde ainda vendemos para consumir e vender nas feiras e criei meus filhos na roça onde levava uma rede para colocar eles. O meu estudo foi pouco, porque não tínhamos condições de ir à escola estudar. O dinheiro era de sobreviver. Mesmo assim sou muito grata a DEUS por tudo e estou aqui podendo contar a minha história. Tenho bastante orgulho da minha origem na agricultura camponesa.

Das participantes, 75% das mulheres mencionam ter habilidade para comercialização dos produtos do seu quintal, sendo comum levarem os produtos para venda direta na feira livre do município.

A intermediação direta dos camponeses com os consumidores, fortalece o comércio justo e nele se estabelece um bonito diálogo, envolvendo a troca de conhecimentos gastronômicos e de receitas caseiras, se efetivando como a renda principal familiar. Os vínculos então estabelecidos entre os camponeses e clientes, se traduzem em uma espécie de fidelização, se estabelecendo um processo de aprendizagens onde os próprios consumidores atuam como degustadores, facilitando o aperfeiçoamento do produto, conforme a preferência do fiel consumidor.

Assim o GMC foi ampliando a variedade dos processados, ao qual incluem: pé de moleque, cocada de leite e coco, bolacha de goma, bolo de leite, bolo de macaxeira, bolo de puba, bolo de milho, doce de leite, pamonha, canjica, farinha, frango, beiju de massa, tapioca, puba, bolacha de goma, pães de macaxeira, cenoura, couve, beterraba, espinafre, batata-doce, queijada e massa de macaxeira. Esses derivados são produzidos, em parte, com a matéria-prima proveniente dos quintais produtivos das participantes do grupo.

A associação entre o universo da culinária e o turismo, quando bem construídas, podem ser o principal atrativo turístico de um destino turístico, como comungam Botelho (2006) e Barroco (2008). Para estes autores, o potencial que a gastronomia possui em atrair pessoas para o destino, torna-se o diferencial, o elemento que interliga a memória sensorial (sabores, aromas, cores e texturas) e a memória espacial (lugar, espaço), corroborando com Santiago, Medina e Brasileiro (2019). No contexto da globalização, com a tendência da homogeneização dos alimentos e o crescimento do consumo dos industrializados, surge o contraponto que evidencia os alimentos regio-

nais, artesanais e locais (MENASCHE, 2016). O rural passa a ser valorizado e procurado pelas paisagens, costumes, festas, alimentos e vivências, constituindo sistemas alimentares incluindo, como destaca Menasche (2016, p. 8):

[...] receitas herdadas, pratos tradicionais, produtos e ingredientes locais, espécies e variedades nativas, práticas de alimentação cotidianas e rituais, utensílios e objetos que conformam a cultura material relacionada à produção e consumo de alimentos, mecanismos de sociabilidade em que se dá a sua circulação e, ainda, espaços mercados e feiras, entre outros.

Adicional a estes saberes, há um leque de elementos próprios da cultura nordestina, que constituem o universo dessas mulheres que incluem: conhecimento do uso de plantas medicinais e seu preparo em chás, garrafadas e lambedor; e danças tradicionais como o Reisado, Maracatu, Guerreiro, Roda de Fogo e quadrilhas.

Na perspectiva enunciada por meio das ferramentas participativas, as mulheres expressaram seus desejos com relação ao futuro do grupo: a) diminuir o trabalho e deixar a roça para o marido; b) melhorar os produtos, trazendo mais sabor e mais qualidade, para ampliar as vendas; c) ampliar a estrutura da cozinha, aplicando mais conhecimentos nas receitas visando fortalecer os produtos no mercado e trazendo diversidade para expandir as vendas; d) libertar-se dos serviços domésticos para poder ter um trabalho mais permanente no grupo, com mais vendas; e) continuar sempre unidas, mantendo as relações de amizade dentro do coletivo; f) reconhecer o produto no mercado levando para fora do município e participando do PAA e PNAE; g) aumentar a divulgação dos produtos e que o grupo encontre o nome certo para associação; h) desenvolver mais projetos de parceiras, via associação, reduzindo os encargos e custos de produção; i) formalizar a associação mantendo o trabalho compartilhado, fortalecendo cada uma das integrantes do grupo; j) ter sempre saúde e paz para realizar o trabalho no coletivo de mulheres.

Embora já tenham experiência em trabalho coletivo e denotaram coesão na forma como realizam a divisão das tarefas no processamento e na gestão dos negócios, 25% das participantes consideram ser necessário am-

pliar os aprendizados sobre o trabalho coletivo, pois sabem da importância da união e da coesão na expansão dos negócios.

Neste contexto de busca por crescimento dos negócios, a melhoria da qualidade dos produtos foi citada por 50% das mulheres por considerarem que precisam garantir qualidade e diversidade dos produtos ofertados. Quanto ao aumento de renda, 40% das mulheres participantes citaram essa expectativa, de modo que o mesmo ocorreu com a necessidade de equilibrar as horas dedicadas ao trabalho na roça e ao cotidiano do trabalho doméstico. No trabalho na roça, as mulheres reafirmam a sua importância e o desejo da família em continuar a fornecer ingredientes para os processamentos dos bolos, doces e panificados. Tal necessidade de equilibrar a dedicação ao trabalho, está no desejo das mulheres em investirem no turismo, se dedicarem as tarefas de receber visitantes, ampliando seus potenciais e consolidando seus atrativos.

Conforme definido em reunião, o Turismo de Base Comunitária (TBC) foi prontamente acolhido pelo GMC, pois seus princípios e diretrizes estão alinhados com os propósitos dos agricultores familiares organizados no que se refere a: autogestão; relativa autonomia na busca de insumos para produção de alimentos; comercialização em cadeias curtas que aproximam produtores de consumidores; participação democrática; pluriatividade; equidade nas gerações de gênero e na divisão das tarefas. Este conjunto de valores, faz parte da caminhada do GMC e sua inserção no TBC, que está sendo marcado pela espontaneidade e disposição das mulheres e suas famílias em receber turistas. Entendem que o TBC vai favorecer o exercício da gestão compartilhada dos negócios, o empoderamento das mulheres e o fortalecimento do coletivo.

A implementação do turismo, bem como de suas atividades turísticas de forma participativa, vinculando o desenvolvimento socioeconômico local e regional, envolverá o coletivo e suas comunidades em todo o processo do planejamento estratégico para estruturação de roteirização turística, o que proporcionará um modelo de gestão autêntico, que preza pela promoção e preservação dos valores socioculturais das mulheres camponesas de Umbaúba/SE.

De acordo com Long (2018), a perspectiva do turismo inclusivo, colaborativo e fundamentado na autogestão, perpassa por reconhecer a diversidade

e a multifuncionalidade dos camponeses, permitindo que diferentes opiniões sejam debatidas e que as comunidades locais estejam representadas, preservando suas identidades.

Com todos estes potenciais resgatados na presente pesquisa, ao qual a comunidade se abre para investir no TBC, foram relacionados um conjunto de atrativos para fazerem parte dos roteiros de visitação turística. O GMC utilizou um dos dias da oficina para fazer o autorreconhecimento das unidades de produção agrícola. Geraram uma proposição e roteiros que foram assim denominados: Caminho das Manivas; Encanto das Jaqueiras; e Vale dos Laranjais.

No Caminho das Manivas, o potencial turístico são os saberes do cultivo de mandioca, o cultivo das plantas medicinais, as indicações de cura de doenças, a cozinha coletiva com a oferta de café e almoço típico nordestino, o acolhimento, a vivência no processamento da mandioca, entre outras vivências no roçado. No Encanto das Jaqueiras, o acolhimento do casal é marcado pelo entusiasmo para receber visitantes e expor seus saberes de manejo da agrobiodiversidade, o aspecto paisagístico do lote, composto de jardins com plantas ornamentais populares, a abundância das frutas, a casa de taipa, o manejo das culturas típicas da região, somado ao contar da história sobre as plantas, os animais silvestres e as culturas agrícolas. No Vale dos Laranjais o encanto está na afetividade pela terra, o acolhimento e a recepção de visitantes, numa perspectiva de saborear as diversas variedades de laranjas, no estilo pague quanto colhe, compartilhando saberes sobre o manejo dos laranjais, as indicações de uso medicinais e outros usos das plantas arbóreas nativas.

A partir desta definição pelo TBC, o GMC se encontra na fase de busca de apoio da gestão pública local e de demais parceiros, entre os quais incluem: uso dos meios de comunicação e agenciamento para as visitas; capacitação quanto às boas práticas de processamento; e cursos de manejo agroecológico; e de boas práticas de sustentabilidade.

Os alimentos da agricultura familiar vêm ganhando reconhecimento na gastronomia regional, devido a um público específico que valoriza o produto local, colonial, orgânico e os elementos da cultura popular, incluindo o di-

ferencial no seu sabor e a peculiaridade da produção artesanal (BARBOSA, 2009). Com essa preocupação para abertura de novos espaços de comercialização direta do campesino, surge uma nova modalidade dentro do sistema onde surge uma segunda ou terceira fonte de renda, que é, justamente, o Turismo de Base Comunitária, onde sua autogestão é coletiva e traz a valorização do território rural frente às novas ruralidades existentes na atualidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção da pesquisa-ação no estudo, além do caráter socioambiental educativo, tem como uma das premissas contribuir para uma maior visibilidade dos produtos gerados pelas mulheres, seus olhares e suas perspectivas de crescimento e engajamento no TBC, agregando valor, ao se inserir na oferta de produtos para o turismo. Pelos princípios, o TBC propicia que os benefícios econômicos do empreendimento sejam diretamente apropriados pelos agricultores familiares. Exemplar é a formação desse grupo pelo potencial da organização coletiva, solidamente estruturada no trabalho coletivo, na transparência e solidariedade interna. Com o protagonismo das mulheres e seus familiares, há potenciais efetivos para o desenvolvimento de roteiros turísticos provindos da agricultura familiar camponesa. Os visitantes, ao vivenciar as experiências poderão apreciar os sabores e saberes da realidade local, marcados pela diversidade alimentar, além de conhecer uma experiência de organização e de luta do GMC.

O grupo de mulheres integra a ACCESE, e realizam o policultivo da cultura da mandioca, macaxeira, frutas e outras diversidades destinadas à alimentação da família e a sua comercialização em feiras livres. Em síntese, a pesquisa identificou o preparo dos alimentos típicos da cultura nordestina em sua relação com o calendário agrícola, a diversidade dos seus quintais e roçados e a mobilização destas mulheres para inserir o TBC no grupo, como proposta de desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Os praticantes da agricultura camponesa denotam eficácia e eficiência na produção de alimentos saudáveis, e as experiências replicadas, envolvendo as comunidades locais, geram aportes para produção sustentável de alimen-

tos. A agricultura familiar camponesa produz diversidade e conhecimentos no resgate do alimento regional e saudável, como o exemplo do milho crioulo, livre de transgenia, a mandioca e macaxeira para produção de farinha, tapioca, puba e amido. Especialmente nos territórios de Umbaúba/SE, os quintais produtivos exibem saberes tradicionais nas suas receitas baseadas em sabores próprios, onde os ingredientes da roça constituem e valorizam a tradição da alimentação saudável.

Está em construção o TBC nas comunidades rurais do município de Umbaúba. Espera-se assim, que os resultados da presente pesquisa tenham levantado a percepção de atividades turísticas no município, com um olhar para a inclusão das comunidades rurais, promovendo, como resultado, o TBC no Polo Sertão das Águas, possibilitando novos destinos aos turistas que visitam essa região do estado de Sergipe. Nesses termos, há o aporte para novas pesquisas engajadas no desenvolvimento do protagonismo feminino.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, M. L.; PACHECO, J. K. (Orgs.). **Juventude, consumo e educação**. Porto Alegre: ESPM, 2009. p. 15–64.
- BARROCO, L. M. S. A importância da gastronomia como patrimônio cultural, no turismo baiano. **TURYDES: Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local, Málaga**. V. 1. N. 2, p. 1–15, mar. 2008.
- BOEF, W. S.; THIJSSSEN, M. H. **Ferramentas participativas no trabalho com cultivos, variedades e sementes**: um guia para profissionais que trabalham com abordagens participativas no manejo da agrobiodiversidade, no melhoramento de cultivos e no desenvolvimento do setor de sementes. Wageningen: Wageningen International, 2007.
- BOTELHO, R. B. A. Culinária Regional: o Nordeste e a alimentação saudável. 2006. 192f. **Tese (Ciências da Saúde)** – Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.
- ECOAR. **Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/fms/PDF%20DO>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

FABRINO, N. H. Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. 2013. 185f. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)** – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 15 out. 2020.

_____. **Sergipe**. Estados. Brasília: IBGE, 2017. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/panorama>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LIMA FILHO, D. O. *et al.* O turismo rural como alternativa econômica para a pequena propriedade rural no Brasil Turismo. **Visão e Ação**. São Paulo. V. 9. N. 1, p. 63–82, jan./abr. 2007.

LONG, L. M. Política cultural no turismo gastronômico com alimentos étnicos: pensatas. **Revista de Administração de empresas**, [s.l.], v. 58, n. 3, p. 13–32, may.–jun. 2018.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Orgs.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 301–328.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF**: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 1998.

MENASCHE, R. **Saberes e Sabores da Colônia**: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural. Pelotas: Ed. da UFRGS, 2015.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. São Paulo/Porto Alegre: Editora Unesp/Editora UFRGS, 2016.

SANTIAGO, M. P.; MEDINA, J. C.; BRASILEIRO, M. D. S. Saberes e sabores do turismo na Paraíba: uma análise de um guia de viagem. **Caderno Virtual de Turismo**: CVT em espaço. Rio de Janeiro. V. 19. N. 3, p. 36–52, 2019.

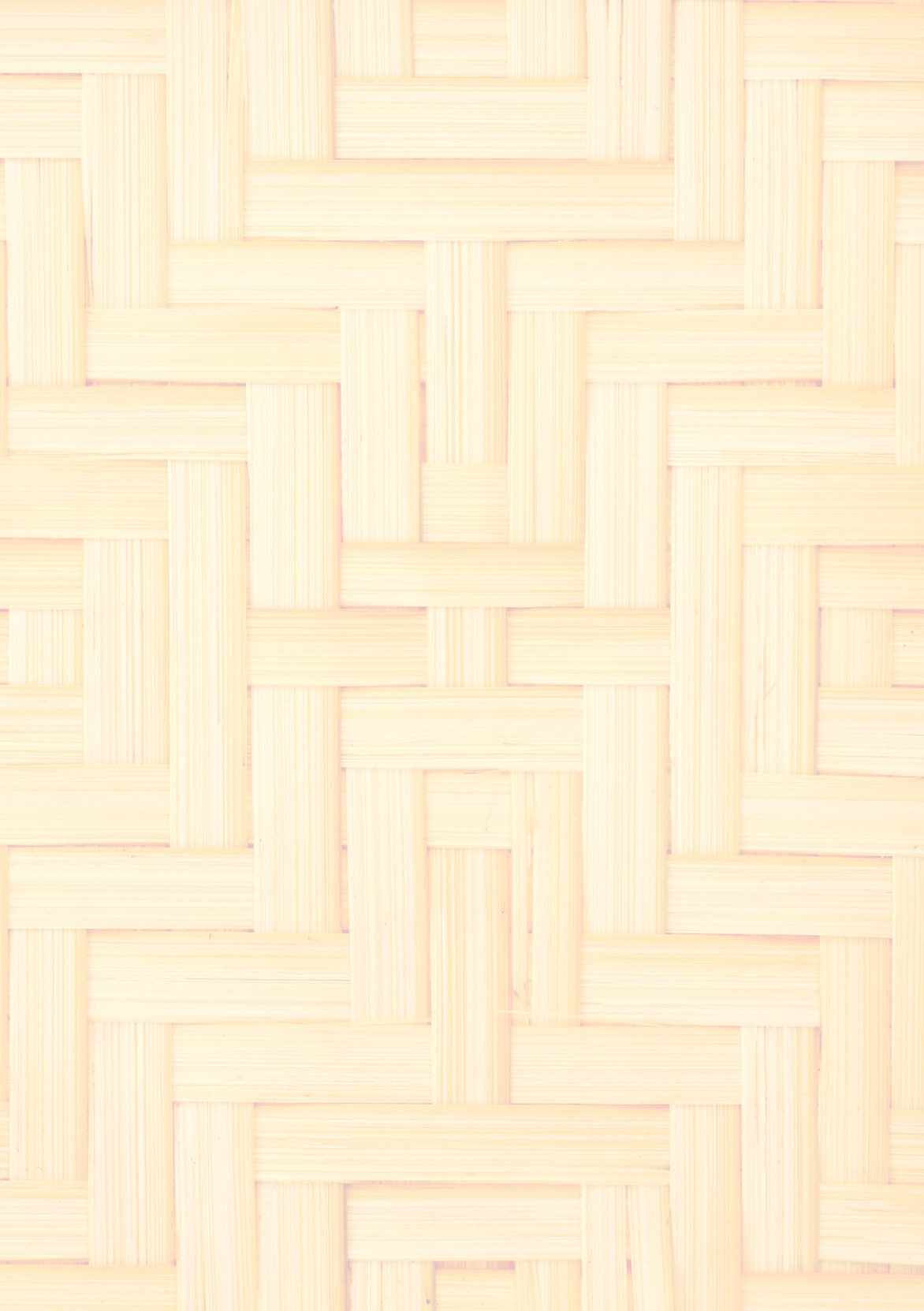
SCHNEIDER, S. A Prefácio à edição Brasileira. In: PLOEG, J. D. V. der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto Chayanoviano. São Paulo/Porto Alegre: Editora Unesp/Editora UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução da agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 175–225.

SHINOHARA, N. K. S. *et al.* Macaxeira na Cultura Alimentar Pernambucana. **Diálogos Acadêmicos**. [s.l.]. V. 7. N. 2, p. 86–102, jul–dez, 2014.

THIOLLENT, M.. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**: um guia prático de DRP. Brasília: Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.



AS DIMENSÕES DO TBC NO ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA MOACIR WANDERLEY/SE

Maria Rosa do Carmo Oliveira
Irinéia Rosa do Nascimento

1 INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura no Brasil resultou em mudanças estruturais no espaço rural, a partir do surgimento de sistemas produtivos altamente tecnificados e dependentes do capital, dando origem ao agronegócio. Este modelo de produção agrícola implicou na expansão de áreas produtivas, ocupadas por empresas subsidiadas por políticas públicas de incentivo ao aumento da produção e da produtividade no campo.

A análise das mudanças ocorridas no campo traz a tona a dualidade do modelo de desenvolvimento rural, que por outro lado, exclui os sistemas produtivos familiares que não se enquadram na lógica e não atendem as exigências dos mercados dominantes. Wanderley (2003), em discussão sobre o desenvolvimento de forças produtivas nos anos 1970, destacou a urbanização nos espaços rurais e o êxodo como efeitos do processo de modernização.

As desigualdades sociais e econômicas no campo se acirraram com o advento do processo de globalização. Fernandes et al. (2007) ressaltaram que os impactos e as mudanças desencadeadas no mundo pelo avanço do processo de globalização, com base na ideologia neoliberal, atingiram de forma contundente o campo, as florestas, as águas e as sociedades que fazem desses espaços seus territórios de vida.

Considerando as reflexões de Fernandes (2012) sobre o modo de uso destes territórios, é possível compreender que a relação social que constrói o território camponês é o trabalho familiar, associativo, comunitário e coo-

perativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental. Fabrini (2011) corrobora com essas ideias, enfatizando que o território camponês, evidenciado na agricultura familiar, é portador de um conjunto de práticas não-capitalistas, como produção de autoconsumo e resistência, controle relativo do processo produtivo, autonomia, relações comunitárias e solidárias, dentre outras características que são perdidas nos sistemas produtivos do agronegócio.

Desta forma, os sistemas da agricultura familiar vêm buscando alternativas e adotando estratégias de reprodução social e de inserção no mercado, reafirmando a resiliência do campesinato em prol da família e da terra. A diversificação da produção agrícola, a gestão familiar das diferentes etapas do negócio, ou seja, da produção à comercialização, são características da agricultura familiar que remetem à multifuncionalidade destes espaços e dos seus valores. A diversificação das atividades agrícolas garante o suprimento da família e possibilita a comercialização dos produtos excedentes.

Santos e Silva (2022) analisaram os conceitos sobre a pluralidade e as interações entre os agricultores e o meio rural e entre a agricultura e os demais setores. Ressaltaram que pode ser observada por meio de encadeamentos produtivos remetendo à visão sistêmica de agricultura pela atuação de membros das famílias agrícolas em atividades não agrícolas, dentro ou fora de seus estabelecimentos, fenômeno ao qual é dado o nome de pluriatividade.

Do ponto de vista econômico, o agricultor(a) familiar pode desempenhar outras funções não necessariamente vinculadas ao campo, como prestação de serviços no meio urbano, confecção e venda de artesanatos, entre outras atividades que se agregam à renda da família. De acordo com Salvadi e Cunha (2010), o trabalho extra agrícola executado por um ou vários membros da unidade familiar pode desempenhar diferentes funções de acordo com a lógica da dinâmica de reprodução social da unidade familiar. A renda obtida tanto pode servir como complemento que reforça e garante a reprodução da exploração agrícola como pode indicar uma estratégia de segunda opção da atividade agrícola na reprodução social.

De acordo com Maluf (2002), a noção de multifuncionalidade da agricultura é tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que

permite analisar a interação entre famílias rurais e territórios na dinâmica de reprodução social, considerando os modos de vida das famílias na sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos.

Dentro deste contexto, o turismo tem sido considerado como uma atividade de promoção de renda extra, e ao mesmo tempo, colabora para a preservação dos recursos naturais e para valorização da cultura camponesa. Souza e Klein (2019) reforçam que, na perspectiva de multifuncionalidade, território, diversificação, sociabilidade e desenvolvimento, estas dimensões podem levar a uma reflexão sobre o turismo no espaço rural. Neste sentido, a lógica da agricultura familiar se coaduna com os conceitos e princípios do Turismo Comunitário ou Turismo de Base Comunitária (TBC).

Coriolano (2012) define o Turismo de Base Comunitária como aquele que é desenvolvido pelos próprios moradores de um determinado lugar, que se tornam os articuladores e os construtores do arranjo produtivo local, ficando a renda e o lucro na própria comunidade, contribuindo de forma significativa para melhoria da qualidade de vida da mesma. Para além do olhar da geração de renda, o TBC é definido por Costa (2013) como um modelo de desenvolvimento turístico centrado em recursos endógenos de uma determinada localidade. Trata-se de do turismo essencialmente protagonizado pela comunidade receptora, tanto na gestão quanto na oferta de bens e serviços turísticos.

Os projetos de Assentamento da Reforma Agrária ganham destaque na implantação de projetos de TBC, tendo em vista que, de uma forma geral, os assentamentos da agricultura familiar tendem a promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se instalaram, muitas vezes anteriormente caracterizadas por uma agricultura com baixo dinamismo (NASCIMENTO; ANDRADE, 2022; MEDEIROS; LEITE, 2004).

A dinâmica local/regional estabelecida a partir da implantação dos assentamentos e a organização social observada nestes espaços são fatores que colaboram para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária. Ainda, Pena et al. (2010), em estudo sobre turismo em assentamentos rurais da reforma agrária, concluíram que a prática do turismo em assentamentos apresenta diversas possibilidades ao visitante: conhecer atrativos naturais e culturais, degustar a gastronomia típica, conhecer modos de produção, além de praticar

atividades como passeios de caiaque e canoa em açude, cavalgadas, passeio de carroça e caminhadas ecológicas, gerando renda e possibilitando a preservação do meio natural. Estas opções de lazer, diferentemente das ofertadas pelo segmento turístico convencional, atraindo um perfil de visitante interessado em conhecer a realidade social dos assentados, os processos produtivos e as formas de organização dos agricultores, a cultura e a tradição local.

No estado de Sergipe, o Assentamento da Reforma Agrária Moacir Wanderley, localizado no povoado rural Quissamã – município Nossa Senhora do Socorro – se destaca, tendo em vista a sua representatividade no processo de luta pela Reforma Agrária. De acordo com Oliveira (2023), o assentamento é um território conquistado através da luta pela terra, com sujeitos sociais portadores de uma história de resistência. As famílias produzem e comercializam diversos produtos agrícolas visando o sustento e renda. No local encontra-se o Centro de Capacitação Canudos (CECAC), que constitui um espaço de intercâmbio cultural, utilizado de forma comunitária e criativa pelos assentados. Também existem espaços de lazer e de vivências culturais onde ocorrem eventos como o Quissa Fest (Festa de Carnaval), a Festa Junina e o torneio de futebol da Reforma Agrária, com a participação de vários agricultores de outros assentamentos do estado de Sergipe.

O assentamento também é palco de visitas de instituições e entidades nacionais e internacionais, que comungam com a luta pela “terra para quem precisa de terra”. Ainda, são observadas a realização de visitas técnicas com fins didáticos, por pesquisadores, professores e estudantes do ensino profissional e superior no intuito de conhecer os sistemas de produção da agricultura familiar e a história de militância pelo direito de viver no campo.

No ano de 2022, o assentamento foi cenário de uma visita com finalidade didática, realizada por estudantes, professores/pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe – *campus* Itabaiana, curso de Licenciatura em Geografia – disciplina Geografia Agrária. Os estudantes permaneceram durante 3 (três) dias no assentamento, vivenciando as experiências do campesinato. O roteiro proposto pelos assentados, “Vivência, Saberes e Sabores no Assentamento em Quissamã (Nossa Senhora do Socorro/SE)”, foi construído de forma participativa, integrando os atrativos turísticos do local (OLIVEIRA, 2023).

O desenvolvimento do TBC passa pela análise do planejamento coletivo dos roteiros turísticos ofertados e das dimensões relacionados ao seu desenvolvimento. O trabalho em tela consistiu em um estudo exploratório de natureza qualitativa, com o objetivo de analisar os aspectos que envolvem a organização comunitária, a integração econômica, a qualidade ambiental e os atrativos turísticos para o desenvolvimento de atividades de TBC no Assentamento da Reforma Agrária Moacir Wanderley.

2 A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E A PERSPECTIVA DO TURISMO

Ao longo do século XX, foram desencadeadas mudanças que emergiram no processo de modernização da agricultura no Brasil, as quais foram consolidadas com o processo de globalização sob a ótica do mercado para produção em escala global, acumulação de riquezas e concentração fundiária. Os sistemas de produção agropecuária centrados na monocultura e na concentração fundiária foram fortalecidos com a adoção de pacotes tecnológicos visando a maximização da produção no campo.

No Brasil há em curso dois modelos de desenvolvimento para o campo: o modelo da agricultura do agronegócio, representado pelas grandes empresas transnacionais de produção do monocultivo para exportação, e da pecuária extensiva, de modo que, de acordo com Fernandes (2013, p. 191-192), o agronegócio é “a expressão capitalista da modernização da agricultura, que tem se apropriado dos latifúndios e das terras para se territorializar”.

Em sua atuação, o controle dos produtos agrícolas e da comercialização segue preceitos que incluem a extensiva utilização de agrotóxicos, a exploração da mão de obra local, a transgenia e a utilização intensiva de grandes máquinas, deteriorando, dessa maneira, os solos, desequilibrando os ecossistemas e meio ambiente, e desrespeitando, por vezes, as convenções internacionais de direitos humanos.

Por outro lado, tem-se o modelo da agricultura familiar que reúne categorias como agricultores e povos tradicionais. A agricultura familiar e cam-

ponesa permaneceu com práticas e princípios opostos ao agronegócio. De acordo com Savoldi e Cunha (2010, p. 6),

A agricultura familiar, ao longo do processo histórico, sempre manteve um lugar no contexto do desenvolvimento econômico dos países por ser supridora de alimentos básicos para o mercado interno. No Brasil, a agricultura familiar, praticada nas pequenas propriedades surgiu à margem da grande propriedade e nunca teve uma política em seu benefício. A partir da década de 1990, ocorreram de forma significativa mudanças econômicas, sociais e políticas no espaço mundial. No contexto do espaço agrário brasileiro, o reflexo dessas mudanças pode ser constatado no âmbito da agricultura familiar que conquista um lugar importante neste cenário de transformações.

O surgimento do debate sobre um modelo sustentável para o desenvolvimento do campo veio de encontro com as aspirações da agricultura familiar. O modelo de desenvolvimento rural sustentável surgiu com uma abordagem ambiental para o campo, onde os recursos naturais passaram a serem vistos não só para fins agrícolas, mas agregando usos sociais como uma preocupação com a conservação da biodiversidade (GOMES, 2017).

Deste debate, acenderam novas vertentes para a agricultura familiar, a partir da concepção da diversidade social, econômica e cultural do espaço rural, ou seja, as “novas ruralidades” e a visão da multifuncionalidade dos territórios da agricultura familiar. O conceito de rural passou a ser relacionado ao novo modelo de produção e trabalho, surgindo novas abordagens conceituais ligadas à ruralidade. Do debate sobre a ruralidade emerge a existência de diferentes espaços rurais e diferentes ruralidades, decorrentes dos distintos modos com que esses espaços são ocupados, explorados e vivenciados pelos vários atores que com eles se relacionam (CAMARGO; OLIVEIRA, 2012), e a possibilidade da implementação de atividades turísticas nestes espaços.

Os autores Souza e Klein (2019, p. 96) ressaltaram que “os turistas que buscam o rural privilegiam os aspectos culturais, ecológicos, naturais e artesanais dos produtos e serviços que nesse contexto são percebidos como autênticos”. As abordagens sobre turismo no espaço rural refletem a diversi-

dade e complexidade desse espaço, a exemplo do disposto em publicações do Ministério do Turismo:

Nos territórios rurais, os elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial manifestam-se, predominantemente, pela distinção da terra, notadamente focada nas práticas agrícolas e na noção de ruralidade, ou seja, no valor que a sociedade contemporânea concede ao lugar. Tal valor contempla as características mais gerais do meio rural: a produção territorializada e de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, o modo de vida, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza (BRASIL, 2010, p. 18).

Do ponto de vista conceitual, verifica-se na literatura uma diversidade de entendimentos que levam em conta questões como espaço geográfico, paisagem, estrutura da propriedade, economia local, organização da família, cultura, relações sociais e modos de vida diversos, possíveis de encontrar no rural brasileiro. Tulik (2010, p. 7) afirma que “[...] no Brasil, as abordagens conceituais sobre turismo no espaço rural refletem essa diversidade, mas já se aceita, até mesmo no plano oficial, a existência de diversas manifestações do Turismo no Espaço Rural que não se incluem no Turismo Rural propriamente dito”.

A organização de atividades não agrícolas ganhou espaços significativos para o fortalecimento daquelas famílias e/ou comunidades rurais carentes de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local. Estas populações, através de movimentos de resistência e luta constroem um espaço plural e multifuncional como alternativa de sobrevivência e inserção nos mercados (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2023).

Nesse cenário, o desenvolvimento do turismo tem se constituído em uma alternativa de incremento de renda, valorização da agricultura familiar, a partir do conceito de turismo situado que contrapõe o modelo de turismo de massa. Zaoual (2008, p. 7), de forma resumida, descreveu que “a teoria de sítios postula que o sítio é uma cosmovisão, um espaço de crenças partilhadas que define o real, em um dado momento, bem como as concepções e as práticas dos atores. O conceito de sítio articula assim suas crenças, seus conhecimentos e seus comportamentos”.

O turismo na agricultura familiar também se insere na perspectiva de um turismo sustentável, em sua diversidade de segmentos e formas de organização, a exemplo do Turismo de Base Comunitária, dando visibilidade, assim, aos modos de vida e manifestações artístico-culturais dos agricultores familiares, colaborando com a proteção do patrimônio histórico e ambiental coletivo. Para Martins *et al.* (2013), entende-se o TBC como uma forma de planejamento, organização, gestão e controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística.

Para Coriolano (2003), o Turismo de Base Comunitária pode ser conceituado como aquele que é desenvolvido pelos próprios moradores de um determinado lugar, que se tornam os articuladores e os construtores do arranjo produtivo local, ficando a renda e o lucro na própria comunidade, contribuindo de forma significativa para melhoria da qualidade de vida da mesma.

No Brasil, Ministério do Turismo (2010) listou os princípios comuns ao TBC: a autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Os agricultores familiares assentados em projetos da Reforma Agrária ganham destaque nesse processo. A diversificação da produção agrícola, as introduções de atividades mais lucrativas, e em alguns casos, as mudanças tecnológicas refletem na composição da receita dos assentados, afetando o comércio local, a geração de impostos, a movimentação bancária, entre outros, com efeitos sobre a capacidade do assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional (MEDEIROS; LEITE, 2004).

Os projetos de assentamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) estabelecem diversas iniciativas de interesse dos diferentes setores da sociedade, a exemplo do desenvolvimento de projetos de pesquisas e de extensão conduzidos por instituições de ensino superior, nas diversas áreas do conhecimento, assim como por instituições vinculadas

à pesquisa e extensão rural, nos âmbitos municipal, estadual e federal, e por organizações não governamentais (ONG's), que resultam em constantes visitas.

Os assentamentos também são espaços de visitas e divulgação da memória de luta, através de intercâmbios técnicos e sociais, realizados por estudantes, agricultores, artistas, organizações sociais, sindicatos nacionais e internacionais. A respeito, Gianini (2017, p. 69) ressaltou que

A abertura às visitas nos assentamentos do MST pode ser também capaz de servir para romper visões estigmatizadas sobre a reforma agrária, especialmente, veiculadas pelos meios de comunicação de massa, os quais os mostram, geralmente, como baderneiros, marginais e foras da lei.

De maneira um pouco dispersa e recente, a bibliografia a respeito de iniciativas de turismo em assentamentos de Reforma Agrária aponta elementos importantes para compreensão das mudanças espaciais, culturais, sociais e econômicas que têm ocorrido no campo brasileiro. A atividade turística passa a ser uma ferramenta de contribuição para o desenvolvimento, social, político e econômico desses espaços. Ramiro e Dias (2011, p. 15) realizaram pesquisas em assentamentos na região do Pontal de Paranapanema (São Paulo) e em assentamentos no estado do Mato Grosso do Sul, e concluíram que:

A prática do turismo nestes espaços aparece não apenas como uma atividade não-agrícola capaz de gerar renda, mas também como forma de preservar e compartilhar as culturas existentes nesses espaços seja essas, de cultivo e plantio, de festas ou de crenças religiosas.

Sousa (2017), em sua incursão para levantar as experiências de turismo em assentamentos na região do Nordeste do Brasil, identificou na Bahia, 42 assentamentos com ocorrência de atividades turísticas em vários territórios, a exemplo da Chapada Diamantina, Recôncavo Baiano e sul do estado. Na Paraíba, o autor identificou 03 assentamentos com atividades turísticas; em Alagoas, 03 assentamentos; no estado de Pernambuco, 04 assentamentos desenvolvem atividades turísticas; e no Ceará, foram identificados 04 assen-

tamentos. Em todos foi identificada grande relevância da atividade turística, sendo que, em três deles, pôde-se identificar nitidamente a ocorrência do turismo comunitário, e apenas em um, o turismo rural.

De acordo com Sousa (2017), o assentamento Coqueirinho é o de maior destaque no Ceará, e um dos mais importantes casos de turismo em assentamento da reforma agrária no Brasil. Em 2004, a comunidade começou a se organizar para introduzir o turismo como uma pluriatividade no assentamento. Em 2008, com a criação da Rede Tucum, o assentamento além de passar a integrar esta rede, também passou a ser beneficiado pelas ações desenvolvidas por ela, principalmente em relação à divulgação das comunidades pertencentes à rede, bem como através do trabalho de mobilização destas comunidades pela garantia dos seus territórios e da autonomia econômica das mesmas.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA E A ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa corresponde a um estudo exploratório, de caráter qualitativo. No que se refere à coleta de dados primários, além da observação das pesquisadoras, foram utilizadas metodológicas participativas que possibilitaram a participação dos assentados no levantamento de informações sobre os aspectos do TBC estudados.

Os aspectos do TBC estudados constaram de: organização comunitária, integração econômica, qualidade ambiental, diretrizes analisadas com base no diagrama proposto por Fabrino *et al.* (2016), que apresenta aspectos do turismo comunitário considerados como elementos-chaves (Quadro 1).

Quadro 1 – Referencial de análise para as iniciativas de TBC no Assentamento Moacir Wanderley/SE

Elementos-chaves	Critérios	Objetivos/subcritérios
Organização Comunitária	Organização interna	Identificar e qualificar as formas de organização interna à comunidade que atuem em prol do turismo comunitário. Se constatada a existência de Organização, levantar: modelo de gestão, formalização e frentes de atuação.
	Organização externa	Verificar a existência de apoio externo técnico e financeiro voltados para o desenvolvimento do turismo comunitário.
Integração Econômica	Fornecimento de Insumos	Identificar se a população local é fornecedora de insumos para a operação dos empreendimentos turísticos da comunidade.
	Comercialização de Produtos	Identificar se a comunidade comercializa produtos locais para os visitantes.
Qualidade Ambiental	Saneamento Ambiental	Identificar como se dá a gestão/acesso da comunidade em relação a três aspectos: 1.1 Resíduos sólidos; 1.2 Abastecimento de água
	Manejo dos Recursos Naturais	Identificar o manejo dos recursos naturais locais sob duas perspectivas: 2.1 Institucional, refere-se às ações de caráter administrativo, legal e/ou político para salvaguarda dos recursos naturais locais. 2.2 Técnico, relaciona-se ao manejo específico adotado na gestão dos recursos naturais locais.

Fonte: Nascimento, I.R., adaptado de Fabrino et al. (2016).

As técnicas/ferramentas participativas foram aplicadas *in loco* na forma de oficinas durante a realização de visitas das pesquisadoras e da equipe auxiliar, composta por membros do Núcleo de Estudos Agroecológicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (NEA/IFS) no assentamento. Para tanto, foram utilizadas as ferramentas de Diagnóstico Participativo Rural (DRP): mapa da comunidade e entrevistas semiestruturadas, conforme Verdejo (2010).

O mapa da comunidade, com ênfase na produção e nos recursos naturais, auxiliou na criação de uma concepção compartilhada sobre a utilização dos espaços e dos recursos do assentamento. Possibilitou também, a identificação dos atrativos turísticos (potencialidades e limitações), segundo a visão dos assentados. As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas em todas as etapas da pesquisa, especialmente, na fase inicial quando gerou pontos de vista, orientações e hipóteses para o aprofundamento da investigação, a definição de novas estratégias e a seleção de outros instrumentos (VERDEJO, 2007).

A seleção dos colaboradores da pesquisa seguiu a propositura de Creswell (2010), a respeito da seleção intencional de indivíduos, locais e documentos para análise. O autor entende que em uma perspectiva qualitativa, a intencionalidade da escolha auxilia o pesquisador(a) a entender o problema e a questão de pesquisa, ao contrário dos estudos quantitativos que precisam da seleção aleatória e de um número representativo de participantes para alcance do objetivo do estudo (CRESWELL, 2010). Assim, participaram da pesquisa, as lideranças e os assentados (primeiros agricultores assentados, responsáveis por estabelecimentos comerciais, artesãos), envolvidos no processo de desenvolvimento do TBC no Moacir Wanderley.

As informações foram baseadas nas visitas ocorridas no assentamento, especialmente, na visita “Vivência, Saberes e Sabores” no Assentamento em Quissamã (Nossa Senhora do Socorro/SE), realizado por estudantes universitários, em maio de 2022.

Para o levantamento de dados secundários foram realizadas pesquisas bibliográficas através de consultas em livros, artigos técnico-científicos em periódicos especializados, buscando o embasamento teórico necessário para compreensão dos temas abordados e análise, a partir do método da triangulação (DENZIN, 2009).

Na análise dos dados, optou-se pela técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011). Define-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.

O trabalho foi conduzido no Projeto de Assentamento (P.A.) da Reforma Agrária Moacir Wanderley (Figura 1), que abrange uma área de 355,9200 hectares (coordenadas georeferenciadas de 10°53'37''S e 37°10'46''W). Encontra-se localizado no Povoado Quissamã, pertencente ao município de Nossa Senhora do Socorro, no estado de Sergipe.

Figura 1 – Localização do Assentamento Moacir Wanderley – Nossa Senhora do Socorro – SE

Fonte: Google Earth, 2023.

O P.A. Moacir Wanderley, também conhecido como Quissamã, foi criado pela Portaria n. 076, de 12 de agosto de 1993, do INCRA, beneficiando 37 famílias de agricultores, a partir da desapropriação da Fazenda Experimental Quissamã, de propriedade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Constituído por lotes produtivos e uma agrovila, o local dispõe de uma infraestrutura social de usos comuns como a escola, o posto de saúde e os lotes coletivos destinados à produção agrícola e pecuária. Atualmente, residem 37 famílias no local, totalizando cerca de 220 habitantes (INCRA, 2020).

O assentamento apresenta características peculiares que o diferencia dos demais espaços agrícolas do estado de Sergipe. A começar por sua localização geográfica, a aproximadamente 6 Km de Aracaju, capital sergipana. Essa ocorrência facilita o acesso ao Moacir Wanderley, tanto para aqueles provenientes da capital, quanto aqueles que residem em municípios interiores.

O assentamento é tido como o centro da reforma agrária em Sergipe e, por conta da sua representatividade, recebe diversos visitantes (local, de outros estados e do exterior) interessados em conhecer a história

de luta e conquista da terra pelos assentados. Algumas destas incursões e demandas sociais geraram parcerias com Organizações Não Governamentais Internacionais (OLIVEIRA, 2023).

4 OS ATRATIVOS E AS DIMENSÕES DO TBC NO ASSENTAMENTO MOACIR WANDERLEY

4.1 Os atrativos turísticos do local

Diante da proposta de desenvolvimento de atividades de turismo comunitário, o protagonismo dos sujeitos locais é determinante para a gestão do projeto e para a análise dos expoentes turísticos inseridos à proposta. Seguindo esta linha de raciocínio, a sistematização dos resultados da aplicação da ferramenta mapa da comunidade colaboraram para analisar os atrativos turísticos, através do olhar e entendimento dos assentados (Quadro 2).

Quadro 2 – Atrativos identificados pelos assentados do Moacir Wanderley

Atrativos	Potencial	Motivação para o Turista
Moradias	Hospedagem e visitação	Vivência do cotidiano do agricultor
Quintais produtivos	Visitação	Produção de alimentos saudáveis – cultivos e criações de base agroecológica
Estabelecimentos comerciais bar/ restaurante	Oferta de alimentação no local	Culinária típica regional, com uso de ingredientes produzidos localmente
Recursos naturais	Trilha ecológica	Vegetação remanescente de mata atlântica, animais silvestres e o rio Poxim Mirim e nascente
Espaços coletivos de produção agropecuária	Visitação	Vivência e experiências de pesca nos tanques de piscicultura, criação de suínos e bovinos, processamento de frutas em doces, manejo das criações de animais
Espaços coletivos de lazer e de cultura (CECAC) e “Espaço Quissa”	Visitação e hospedagem	Vivência da história de luta dos pela posse da terra, e do cotidiano dos assentados, eventos sociais e educativos; Vivência cultural (festa junina, música ao vivo, cavalgada, Quissa Fest)
Espaço de lazer e recreação (campo de futebol)	Organização de atividades esportivas e campeonatos comunidades	Vivência esportiva de campeonatos entre assentamentos de Reforma Agrária do estado de Sergipe

Fonte: Autoras, (2022).

As moradias dos assentados foram citadas como locais de hospedagem e visitação, que possibilitam a vivência do cotidiano dos agricultores assentados, suas formas de reprodução cultural através das expressões de artesanato, culinária e saberes relativos à produção agropecuária. Neste contexto, os quintais produtivos são palcos de experiências em produção agroecológica, atraindo um público preocupado com o consumo de alimentos saudáveis e preocupados com as questões ambientais.

Nos quintais são cultivados milho, macaxeira, amendoim, hortaliças e frutas, além da criação de animais de pequeno porte (galinhas e ovinos). Os quintais, ao serem vistos como tecnologias sociais, se caracterizam como estratégias competitivas, uma vez que a combinação de atividades realizadas nesses espaços (produção de hortaliças, frutíferas, ornamentais, pecuária, bem como o beneficiamento e a comercialização de demais produtos) exercem impactos econômicos sociais e ambientais capazes de melhorar as condições de vida dessas famílias (CARMO, 2018).

Entre os espaços coletivos do assentamento, os participantes apontaram o Centro Estadual de Capacitação Canudos, como um espaço de memórias e perspectivas positivas para o turismo. A partir da leitura e impressões dos colaboradores desta pesquisa, o referido centro é um espaço coletivo sobre gestão do MST em Sergipe e da comunidade que tem representatividade na coordenação geral do movimento.

4.2 As dimensões do TBC no assentamento

As entrevistas semiestruturadas e a observação participativa das pesquisadoras colaboraram para a identificação e análise dos aspectos/dimensões TBC no assentamento Moacir Wanderley.

4.2.1 A organização comunitária

Quanto ao critério organização interna, o assentamento apresenta duas associações: (i) Associação de Cooperação Agrícola do Quissamã (ACAC), voltada para as questões de produção agropecuária; (ii) Associação

de Mulheres Agricultoras e Artesãs de Sergipe (AMAAS), que atua junto às demandas produtivas das mulheres e engloba outros espaços da agricultura familiar. Segundo os colaboradores da pesquisa, o desenvolvimento de turismo na comunidade não depende das associações, porém a AMAAS apresenta um estatuto mais flexível, capaz de incorporar as demandas do turismo comunitário.

As iniciativas de TBC no Moacir Wanderley, até então, não tiveram apoio financeiro de nenhum órgão público ou privado. Isso é um fator limitante para a comunidade, diante da necessidade de maiores investimentos estruturais, especialmente, no que se refere à organização e reforma das residências receptoras de visitantes.

A organização/articulação externa para o apoio técnico ao desenvolvimento do turismo comunitário se efetiva através de parcerias com instituições de ensino, a exemplo da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Estas instituições desenvolvem projetos de pesquisa e de extensão voltados para o incremento do TBC no local. Ainda, somam-se a estas iniciativas, as ações do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SE), e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/SE), que oferta cursos de capacitação em gastronomia regional, boas práticas de processamento de alimentos, entre outros necessários para o turismo (Quadro 3).

Quadro 3 – Organização comunitária no Assentamento Moacir Wanderley

Critério	Subcritério	Resultado
Organização interna	Presença de Organização	Associação de Mulheres Agricultoras e Artesãs de Sergipe – AMAS
	Formalização das Organizações	CNPJ ativo/regular
Articulação externa	Apoio técnico	UFS; IFS; SEBRAE/SE; SENAR/SE
	Apoio financeiro	Inexistente

Fonte: Nascimento, I. R. (2023).

Vale ressaltar que o assentamento se encontra localizado na região da Grande Aracaju, fato que facilita as interações com as instituições de ensino e demais entidades, consolidando parcerias para o desenvolvimento de

projetos de ensino, pesquisa e de extensão rural. A proximidade aos centros urbanos também reflete na pluriatividade dos assentados, possibilitando a integração das atividades rurais com atividades não agrícolas.

4.2.2 A integração econômica das atividades desenvolvidas

O entendimento sobre aspecto integração econômica passa pela identificação da relação do turismo com as outras atividades econômicas do assentamento. Quanto aos alimentos ofertados aos visitantes, os assentados estabeleceram que estes devem ser provenientes da produção dos quintais e lotes do assentamento, na perspectiva de desenvolver uma economia solidária no local. Conti e Antunes (2020, p. 30) afirmaram que “a economia solidária (Ecosol) é um modo de organização das atividades econômicas na qual predominou as soluções coletivas para a produção, comercialização, financiamento e consumo de serviços”.

Durante as atividades de turismo, os alimentos são adquiridos pelo restaurante “Espaço Quissa” responsável pelo fornecimento da alimentação aos visitantes. O “Espaço Quissa” também se constitui em um atrativo turístico do assentamento, com a oferta de refeições típicas do campo, com um espaço para realização de eventos recreativos e para a exposição de produtos artesanais confeccionados pelos assentados.

Os entrevistados afirmaram que a venda de produtos locais durante as visitas é quase inexistente. Um dos fatores é o poder aquisitivo do público visitante, na maioria dos casos, constituído por estudantes e pessoas das comunidades circunvizinhas. Soma-se a isto, a falta de divulgação dos produtos, independentemente das atividades de turismo, para que possam ser conhecidos pela sociedade em geral (Quadro 4).

Quadro 4 – Integração econômica: TBC e outras atividades do assentamento

Critério	Resultado
Fornecimento de insumos/operação do TBC	Alimentos não industrializados adquiridos nos quintais e lotes produtivos do assentamento
Comercialização de produtos/turista	Raro

Fonte: Nascimento, I. R., (2023).

4.2.3 Qualidade Ambiental no assentamento

Um dos princípios do TBC tem como base a construção de uma relação entre a sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade ambiental (REDE TUCUM, 2013). Desta forma, a análise da qualidade ambiental torna-se um dos elementos chaves para a promoção de iniciativas de turismo comunitário, satisfazendo as expectativas dos visitantes que buscam paisagens diferenciadas das urbanas e que se preocupam com a preservação do ambiente (Quadro 5).

Quadro 5 – Aspectos ambientais do assentamento

Critério	Subcritério	Resultado
Saneamento Ambiental	Resíduos sólidos	Coleta pública semanal Reaproveitamento dos resíduos orgânicos
	Efluentes	Fossa séptica
	Abastecimento de água	Poço artesiano
Manejo dos recursos naturais	Institucional	Áreas protegidas – reserva natural dos lotes
	Técnico	Manejo agroecológico dos sistemas produtivos

Fonte: Nascimento, I. R., (2023).

No Moacir Wanderley o fornecimento de água potável para as casas da agrovila e lotes de produção se dá através de poço artesiano. As moradias dispõem de fossa séptica e não estão ligadas à rede pública de esgotamento. A destinação dos resíduos sólidos se constitui em outro problema de ordem pública no meio rural. A maioria das comunidades rurais do país não acessa as políticas públicas de saneamento básico e de serviço de coleta pública de resíduos. Apesar de serem classificadas como políticas estruturantes da vida, em geral, oneram os gastos públicos na sua execução, considerando a demanda difusa no espaço rural. Por outro lado, reflete o secular descaso dos governos com as populações do campo e reforça as desigualdades entre o urbano e o rural.

Nestas localidades, as práticas de queimar ou de enterrar o lixo são alternativas comumente utilizadas pelas populações, com potencial de gerar reflexos negativos ao ambiente. No caso do assentamento Moacir Wanderley, a proximidade com a sede municipal também facilita a realização da coleta pública do lixo, que ocorre duas vezes na semana.

Segundo os assentados, são poucos os moradores que queimam os resíduos inorgânicos e orgânicos em suas unidades produtivas. Na maioria das casas da agrovila, a separação da matéria orgânica e inorgânica faz parte da rotina das assentadas. Os resíduos orgânicos são reaproveitados nos quintais produtivos, destinados à alimentação de animais, especialmente para a criação de galinhas, e/ou tratados para a elaboração de composto orgânico (compostagem).

O assentamento conta com uma área de aproximadamente 120 hectares de vegetação remanescente da Mata Atlântica, perpassando pelas áreas delimitadas de produção agrícola. Além de abrigar espécies vegetais típicas da região, a mata é cortada pelo rio Poxim Mirim e uma nascente protegidos pela vegetação ciliar. Para os assentados a mata é de suma importância para todos: é o local de lazer e de contemplação da natureza. Ainda, as mulheres do assentamento obtêm a matéria-prima para fabricação de produtos fitoterápicos artesanais (xarope, sabão, etc.) através das espécies vegetais com propriedades medicinais encontradas na mata.

A mata também é um dos atrativos turísticos do assentamento. Através da Trilha do rio Poxim Mirim, rumo a uma nascente que segue ao lado inverso do rio, o visitante pode desfrutar de paisagens naturais e aprazíveis (Figura 2). De acordo com Oliveira (2023), o nome Quissamã, de origem angolana, significa “entre o rio e o mar”, alusivo ao nome do povoado em decorrência da presença do rio Poxim Mirim e nascente.

Figura 2 – Trilha do Rio Poxim Mirim – Assentamento Moacir Wanderley



Fonte: Oliveira, M. R. C., 2022.

O incentivo à adoção de manejo agroecológico nos lotes e quintais produtivos, demonstra a preocupação dos agricultores com o ambiente e com a qualidade dos alimentos que são produzidos no assentamento. Os assentados envolvidos com a atividade de turismo percebem a sinergia entre o TBC e a agroecologia. Em diversos momentos foi mencionado que a produção agroecológica fortalece a agricultura familiar e pode incrementar o desenvolvimento das atividades turísticas no assentamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O assentamento Moacir Wanderley é um território de luta, de resistência e de conquistas onde são valorizadas a construção de projetos coletivos. A percepção dos sujeitos locais dos aspectos produtivos, históricos/culturais, das paisagens e das dimensões que envolvem o TBC, evidencia a autoestima e entendimento da comunidade, fatores necessários para o protagonismo social na execução das atividades de turismo comunitário. A disposição e motivação dos assentados em promover o turismo no local, viabiliza a proposta do TBC a partir do envolvimento dos sujeitos na sua gestão.

O fortalecimento das atividades de turismo em comunidades rurais perpassa pela implantação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para o turismo, no que se refere ao acesso às tecnologias sustentáveis, a infraestrutura básica, ao crédito financeiro entre outras demandas. Ao mesmo tempo, pode auxiliar no avanço das questões fundiárias no país. Muitos dos desafios da Reforma Agrária Popular se assemelham aos princípios do TBC. Implicam na eliminação da pobreza no campo; no combate da desigualdade social, de todas as formas de exploração dos camponeses e camponesas e da degradação dos recursos naturais, na garantia da participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso à terra.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- CAMARGO, R. A. L.; OLIVEIRA, J. T.A. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. **Ciência Rural**, [S.l.], v. 42, n. 9, p. 1707–1714. 2012.
- CARMO, M. S. O potencial dos quintais produtivos numa comunidade quilombola no território do recôncavo da Bahia. 2018. 72 f. **Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Agroecologia)** – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018.
- CONTI, B. R.; ANTUNES, D. C. Turismo e Economia Solidária: uma aproximação relutante. **Rosa dos Ventos**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 1–15, jan./mar. 2020.
- CORIOLOANO, L. N. A contribuição do turismo ao desenvolvimento local. In: PORTUGUEZ, A. P., FARIAS, G.; QUEIROZ, O. T. M. M. (Orgs.). **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, p. 61–70, 2012.
- _____. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudanças**. Fortaleza: Editora UECE, 2009.
- COSTA, H. A. **Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DENZIN N. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods** Routledge: London; 2009.
- FABRINI, J. E. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 7, p. 97–112. 2011
- FERNANDES, B. M. Território camponês. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.) **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular. 2012.
- _____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. **SADER**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 5, p. 10–16. 2013.
- _____.; MARQUES, M. I. M; SUZUKI, J. C. Geografia agrária: teoria e poder. **Expressão popular**, [S.l.], v. 5, n. 8, p. 15–30. 2007.
- GIANNINI, N. **Turismo rural comunitário em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 2017. Projeto (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

GOMES, F. Turismo rural e novas ruralidades: um estudo de caso. In: SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFSCAR, 3., São Paulo. **Anais...** São Paulo, p. 19–27, 2017.

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa – inovação nas tradições da agricultura familiar. **CNPq/Paralelo**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 301–328, 2002.

MARTINS, L.C.A.; DÉJARDIN, I. P.; SILVA, F. P. S. Reflexões sobre a importância da investigação histórica para o ecoturismo e o turismo de base comunitária. In: **V Congresso Latinoamericano de Investigación Turística**. N. 24, p. 187–207, enero/juunio, 2013.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **Assentamentos rurais e mudanças locais**: uma introdução ao debate. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda., 2004.

NASCIMENTO, I. R., ANDRADE G. S. Perspectivas de implantação do TBC no assentamento Padre Nestor/ SE, sob a ótica dos assentados. In: III Seminário Internacional de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável & IV Workshop Internacional Pesquisa e Resiliência Ambiental, 23 a 26 de novembro de 2022, Universidade Estadual do Oeste do Paraná

NASCIMENTO, I. R.; OLIVEIRA, M. R. C.; DALMORA, E.; ANDRADE, G. S.; BATISTA, K. S. Inventariação participativa no assentamento de reforma agrária Moacir Wanderley/SE para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária. IN: SILVEIRA, R. P. (Org.). **Estudos em Turismo**: Desafios e Caminhos – Volume 2 – Formiga (MG): Editora Ópera, 2023. 163 p.: il.

OLIVEIRA, M. R. C. Assentamento Moacir Wanderley/SE: belezas, saberes e sabores da terra e o turismo de base comunitária. **Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)**. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe, Aracaju, 2023.

PENA, L. C. S.; BRASILEIRO, I. L. G.; SANTOS, A. R. D. Turismo e sustentabilidade em territórios de assentamentos rurais da reforma agrária. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 7., São Paulo. **Anais...** São Paulo, p. 20–39, 2010.

RAMIRO, P. A.; DIAS, I. M. Identidade e turismo nos espaços rurais dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, [S.l.], v. 2, n. 47, p. 1–16, 2011.

REDE TUCUM. Rede Brasileira de Turismo Comunitário. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON SUSTAINABLE TOURISM, 2., Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, p. 10–25, 2008.

SANTOS, G. R.; SILVA, R. P. **Agricultura e diversidade**: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11405/1/diversidade_agricultura_cap1.pdf>. Acesso em: 20 de março de 2023.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 12–25. 2010.

SOUSA, P. G. Turismo em assentamentos de reforma agrária no Nordeste do Brasil. 2017. 236 f. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)** – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SOUZA, M.; KLEIN, A. L. Rural, ruralidade, pluriatividade e multifuncionalidade do desenvolvimento rural. In: SOUZA, M.; DOLCI, T. S. (Orgs.). **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 9–22, 2019.

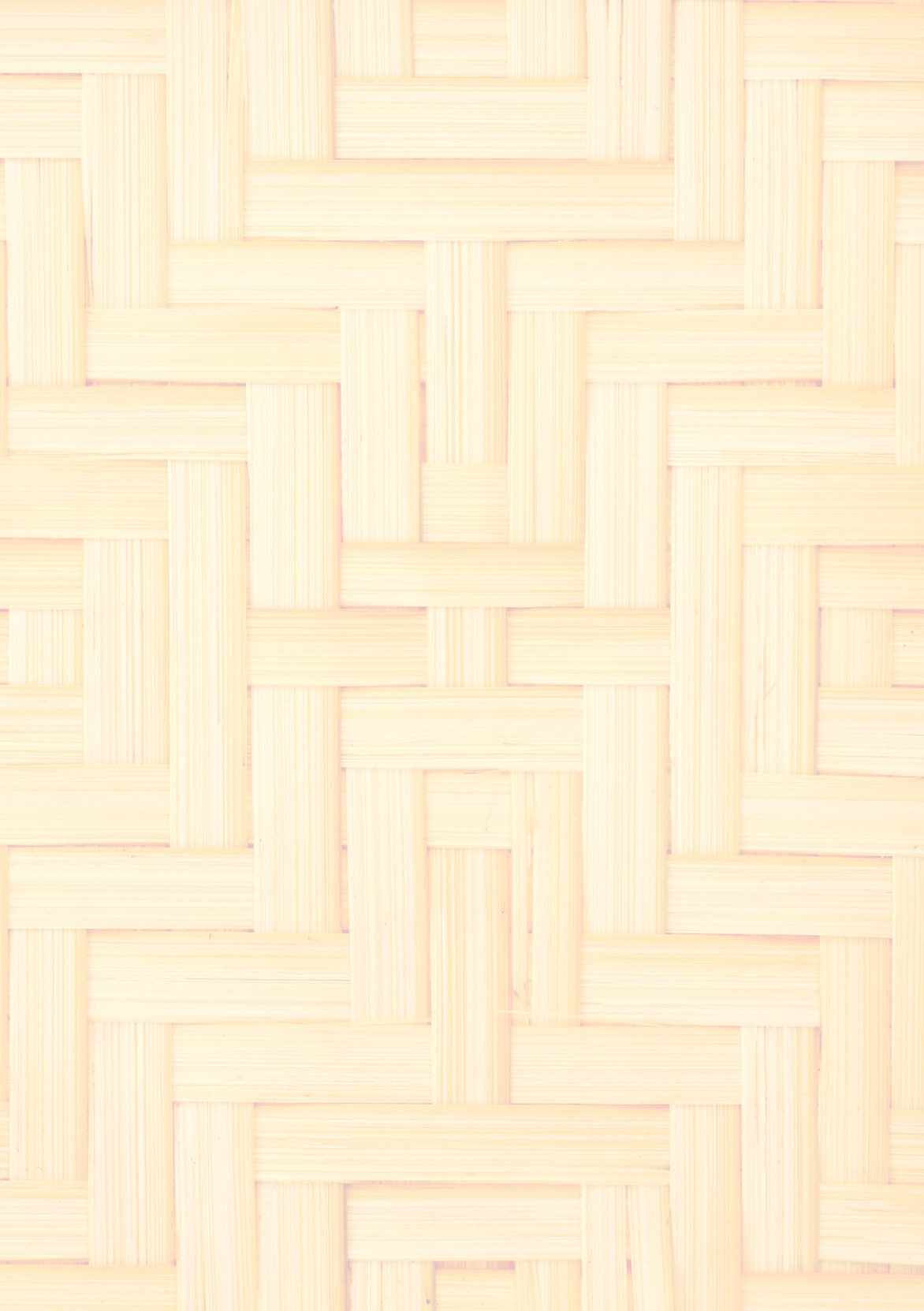
TULIK, O. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, p. 2–22, 2010.

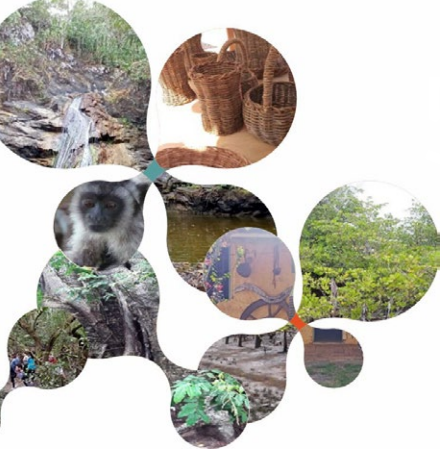
VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático de DRP. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, p. 42–61. 2003.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**. v. 51, n. 1. p. 25–44. 2015.

ZAQUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 8, nº 2, 2008.





MEDIDAS DE BIOSSEGURANÇA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA SANTA CRUZ – BREJÃO DOS NEGROS/SE

Geislaine Santos Andrade
Irinéia Rosa do Nascimento

1 INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) pode ser compreendido como uma das atividades de promoção do desenvolvimento local, especialmente, quando realizadas em comunidades tradicionais da agricultura familiar. Nesse contexto, o TBC soma-se as demais estratégias de inclusão socioeconômica utilizadas por estas populações, como um meio de redução das desigualdades sociais e de acesso ao mercado. Gómez et al. (2015) destacaram que as comunidades tradicionais, como quilombolas, aldeias de índios, agricultores rurais, vilas de pescadores, buscam no modelo do TBC uma das alternativas que colabora com a redução da pobreza. Esse modelo emerge como um contraponto ao turismo de massa, tendo como o principal atrativo a troca de experiências entre hóspedes/visitantes e anfitriões.

A promoção de atividades turísticas, do modelo de gestão comunitária, em comunidades do meio rural também pode contribuir para a preservação e conservação dos recursos naturais, considerando que, para o turismo, estes constituem em atrativos apreciados por visitantes em busca de novas paisagens e de experiências diferenciadas, não possível de serem vivenciadas no meio urbano. Em diferentes pontos do país, as áreas destinadas à reprodução econômica, social e cultural destas comunidades são ameaçadas por grupos econômicos detentores do capital, em prol da especulação imobiliária, do avanço das fronteiras agropecuárias, entre outros empreendimentos de grande impacto ambiental, resultando na perda da biodiversidade.

Diante da transversalidade do turismo, a sinergia do Turismo de Base Comunitária com as questões ambientais traz à tona a discussão sobre a política agrícola e ambiental e seus reflexos na saúde humana e animal. Schatzmayr *et al.* (2010) ressaltaram que esta política deve ser avaliada quanto seu impacto sobre doenças emergentes. Citaram que a substituição de grandes áreas da flora local por monoculturas altera as condições ecológicas, permitindo a proliferação de certos reservatórios e vetores. Ainda, a expansão da fronteira agrícola, com mudanças inevitáveis no ambiente, merece ser avaliada não somente sob a ótica do desenvolvimento sustentável, mas também sob aquela das doenças emergentes, devido ao contato do homem e de animais de pecuária com novos nichos eco-microbianos. É necessário que o desenvolvimento aceito como sustentável esteja em harmonia com seu impacto na saúde (SCHATZMAYR, *et al.*, 2010).

A partir de 2019, os anos subsequentes foram marcados pela crise sanitária gerada pela Pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pelo desenvolvimento da doença COVID-19. Um dos maiores desafios dos últimos séculos, a COVID-19 pode ser classificada como uma doença emergente, ou seja, “toda aquela causada por novos agentes patogênicos ou ainda por antigos agentes que ganharam novas capacidades destrutivas, modificando assim seu quadro original” (SCHATZMAYR, *et al.*, 2010, p 375).

Neste contexto, Wallace (2020) relacionou o aparecimento do Novo Coronavírus, às mudanças nos ecossistemas (desmatamento, implantação de empreendimentos que favorecem a transmissão de patógenos dos animais silvestres para os animais de produção, e destes para os trabalhadores, etc.) que levam a destruição da resiliência agroecológica, proporcionando condições perfeitas para a evolução dos patógenos, em particular dos fenótipos mais virulentos e infecciosos.

A ocorrência da COVID -19 gerou, incontestavelmente, uma preocupação no setor de turismo. Foi necessário equacionar soluções que conciliavam a execução das atividades turísticas e, ao mesmo tempo, garantiam a saúde de todos os atores envolvidos no processo. Do ponto de vista econômico, os primeiros cenários levaram a crer que a demanda pelos serviços de turismo e dos setores relacionados não seria a mesma, já que a predisposição para

gastos em viagens estaria condicionada a uma maior confiança na segurança sanitária do destino a ser visitado (FGV, 2020).

Do ponto de vista social, Cardoso (2021) enfatizou que a pandemia trouxe múltiplos desafios para o TBC no Brasil, talvez, uma quantidade considerável de iniciativas, sobretudo aquelas que não conseguiram consolidar os processos de autogestão social e planejamento estratégico, tenham dificuldades de retomar suas atividades no processo de reabertura da atividade turística. Desse modo, num contexto de uma sociedade atravessada por múltiplas crises – política, econômica, social e sanitária –, faz-se necessário do ponto de vista acadêmico e social avançar no conhecimento dessas experiências e das comunidades que as protagonizam.

Estas conjecturas reportaram para a necessidade de mudanças na condução das atividades e a uma nova percepção do setor turístico, com vista nos conceitos de biossegurança. A propositura de medidas de biossegurança para atividades de TBC passa pela análise das condições de segurança dos serviços ofertados pela comunidade acolhedora, no que se refere aos aspectos de saúde e preservação do ambiente. No entanto, considerando o caráter participativo inerente ao TBC, o olhar da comunidade torna-se imprescindível para a compreensão das condições e das ações necessárias para minimizar ou eliminar os possíveis riscos.

Diante do exposto, o presente trabalho realizado na comunidade rural Santa Cruz, pertencente ao Território Quilombola Brejão dos Negros/SE, visou caracterizar e analisar as atividades de TBC ofertadas na comunidade de forma participativa, a fim de indicar possíveis medidas de biossegurança voltadas para a realidade do local.

2 A BIOSSEGURANÇA E AS PRÁTICAS DE TBC: UM BREVE RECORTE HISTÓRICO

A compreensão sobre biossegurança voltada às práticas turísticas remete a uma breve análise da trajetória da saúde pública no Brasil, historicamente negligenciada. A Política de Saúde no Brasil, atualmente é preconizada na Constituição Federal de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã. A

política veio atender às reivindicações e às lutas dos movimentos sociais e surgiu como divisor de águas para ações voltadas para garantir as necessidades de saúde à população do país, quando a maior parte da mesma não tinha acesso. No final da década de 1970, os movimentos populares, trabalhadores formais, profissionais da saúde, entre outras categorias de trabalhadores insatisfeitos com o abandono da saúde pública, reivindicaram um plano de atenção à saúde e investimentos na área (GOLVEIA; PALMA, 1999).

A Constituição Federal de 1988, no Art. 196, relata: *“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”*. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) garantiu o direito à universalização dos serviços, à descentralização, à integralidade das ações de saúde e controle social, tornando-se determinantemente essenciais no processo de efetivação da Política de Saúde no Brasil.

O planejamento em saúde passou a ser responsabilidade das três esferas do poder: federal, estadual e municipal, visando à efetivação dos serviços a serem ofertados a população com políticas de saúde voltadas a públicos-alvo de forma universal. Com propostas e metas a serem alcançadas a partir da integração dos gestores e técnicos da vigilância em saúde, buscou-se ampliar ações de prevenção e controle das doenças de acordo com a necessidade apresentada pela população em seu território.

Por sua vez, no Brasil, a biossegurança começou a ser institucionalizada a partir da década de 1980 quando o país adota parte do Programa de Treinamento Internacional em Biossegurança ministrado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com o objetivo de estabelecer pontos focais na América Latina para o desenvolvimento do tema.

Em 29 de janeiro de 2000, na cidade de Cartagena, na Colômbia, foi realizada a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) adotando o primeiro acordo conhecido como Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que visa assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados (OVMs), resultantes da biotecnologia moderna que pos-

sam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana, decorrentes do movimento transfronteiriço (BRASIL, 2010).

Somente em 2005, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Lei de Biossegurança Nacional (Nº 11.105, de 24 de novembro de 2005), que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados. Em 2010, o Ministério da Saúde definiu biossegurança como:

compreende um conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar, mitigar ou eliminar riscos inerentes às atividades que possam interferir ou comprometer a qualidade de vida, a saúde humana e o meio ambiente. Desta forma, a biossegurança caracteriza-se como estratégica e essencial para a pesquisa e o desenvolvimento sustentável sendo de fundamental importância para avaliar e prevenir os possíveis efeitos adversos de novas tecnologias à saúde (BRASIL, 2010, p. 15).

As preocupações quanto à biossegurança foram intensificadas com o advento da Pandemia do Novo coronavírus. Após 115 países declararem casos de infecção, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde elevou o novo coronavírus (SARS-CoV-2) à classificação para pandemia, devido a disseminação geográfica rápida que a COVID-19 apresenta, em uma escala de tempo muito curta.

A biossegurança trata do fenômeno que demanda da comunidade internacional a formação de consensos, formulação de políticas e o desenvolvimento de estratégias e instrumentos para lidar com áreas específicas, a fim de conhecer e minimizar os impactos à saúde da população mundial (BRASIL, 2010). No entanto, o mundo não estava preparado para um fenômeno que viria atingir diretamente diversos setores como a economia, saúde, a sociedade e outros.

Dentre os setores da economia, os serviços ligados ao mercado de viagens foram um dos mais afetados com o isolamento social imposto, frente a possibilidade de contágio pelo novo coronavírus. Enquanto atividade que fortalece e gera emprego e renda, o turismo sentiu que o esvaziamento trouxe significativas consequências aos diversos níveis da cadeia produtiva (FGV, 2020).

Na busca de mitigar o impacto no setor do turismo, assim como adotados por outros setores diante a crise sanitária em escala mundial, foram seguidos protocolos de biossegurança para prevenir, conter e permitir o deslocamento e o acesso das pessoas em hotéis, pousadas, transportes terrestres e aéreo, com aval do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério do Turismo (MTur), que associado ao Sebrae disponibilizou “on line” diversos documentos com orientações de boas práticas, voltadas aos prestadores de serviços e guias de turismo (BRASIL, 2020).

Na busca minimizar os impactos da pandemia da COVID-19, ainda na primeira etapa do Plano de Retomada do Turismo Brasileiro em 2020, foi lançado pelo Mtur o selo *Turismo Responsável*, um programa voltado às boas práticas de higienização para cada segmento do setor. Buscando incentivar uma viagem segura dos locais a serem visitados. Só poderia ter acesso a este selo as empresas e guias de turismo inscritos no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR) (BRASIL, 2020).

Segundo o MTur (2021), o setor do turismo buscou manter-se organizado com intuito de promover ambientes seguros aos que pretendem viajar, contanto que cumpram os protocolos específicos para a prevenção da COVID-19. Os protocolos disponibilizados pelo MTur foram voltados à atividades turísticas, a exemplo de meios de hospedagem, parques temáticos, restaurantes, cafeterias e bares. No entanto, não foram estabelecidos protocolos de biossegurança voltados para as atividades de TBC realizadas em comunidades tradicionais no espaço rural.

A inexistência de protocolos destinados ao TBC demonstra a fragilidade da atividade e a deficiência de políticas públicas destinadas ao modelo de gestão de turismo comunitário. A escassez de políticas públicas destinadas às comunidades tradicionais destoam do propósito de promoção de desenvolvimento no país. Comunidades tradicionais ficaram invisíveis aos olhos do poder público, expostas à doença COVID-19, e ainda estão expostas a outras doenças virais e infecciosas, possíveis de transmissão no momento que recebem turistas/visitantes, seja para hospedá-los ou guiá-los na visita à comunidade.

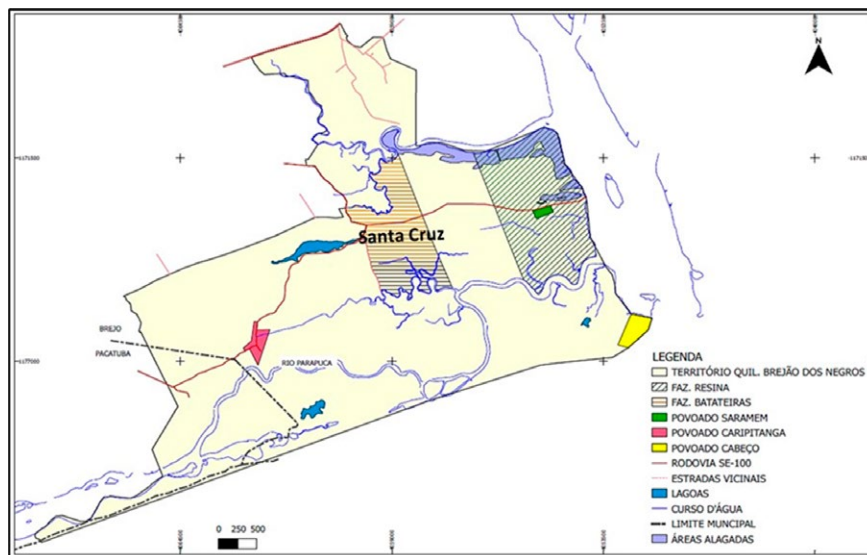
A Pandemia do Novo Coronavírus expôs um quadro de urgência na busca de meios para minimizar/mitigar os impactos da relação entre o ser humano e o meio ambiente, uma vez que, na prática, do TBC o turista/visitante e

os autóctones mantêm contato direto entre si e com o ecossistema (NASCI-MENTO; ANDRADE, 2022).

3 O CAMINHAR DA PESQUISA E SUAS BASES METODOLÓGICAS

O presente trabalho foi desenvolvido na comunidade rural Santa Cruz, antiga fazenda Batateiras, pertencente ao Território Quilombola Brejão dos Negros (Figura 1), localizado entre os municípios de Brejo Grande e Pacatuba, ao nordeste do estado de Sergipe.

Figura 1 – Delimitação do Território Quilombola Brejão dos Negros, com destaque para Comunidade Santa Cruz



Fonte: INCRA-SE (2015).

Situado a 138 km da capital sergipana, o Território Quilombola em questão é reconhecido pelas suas belezas naturais, onde o encontro das águas do rio com o mar torna-se um atrativo que favorece a ocorrência do turismo. As principais atividades econômicas desenvolvidas no local são: a pesca artesanal, o extrativismo e a agricultura, com destaque para o cultivo de cana-de-açúcar, arroz e coco (PINHEIRO, 2018; NEA, 2021).

De acordo com Bomfim (2017), Brejão dos Negros é caracterizado pela diversidade ecológica (floresta atlântica, mananciais litorâneos, aspectos do cerrado e da caatinga), em plena planície costeira cujo modelado está composto por dunas e alagadiços interligados aos mangues, lagoas e ilhas, que compõem uma vasta paisagem natural, a qual desde 2004 faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte.

A partir dos anos 2000, o Território Brejão dos Negros passou ser visto como local de desenvolvimento do turismo de gestão comunitária, considerando as paisagens diversificadas e a cultura quilombola. Para Noronha (2015), o turismo surge como uma das alternativas para promoção do desenvolvimento sustentável local, permitindo a troca de experiências entre os visitantes e os quilombolas e a valorização do patrimônio cultural e natural da comunidade.

Na comunidade Santa Cruz residem cerca de 80 famílias quilombolas, que garantem seu sustento através da produção agrícola (pesca, extrativismo, agricultura e criação de animais domésticos) e da venda dos produtos excedentes. Ainda, compõe a renda familiar a comercialização de produtos artesanais, o trabalho em propriedades vizinhas e no comércio da sede municipal (NEA, 2021). Atualmente, a comunidade vem ganhando destaque com as iniciativas de turismo comunitário, a partir da organização de um grupo de mulheres dedicadas à promoção do turismo na comunidade, denominado de “As Dandaras”.

Neste processo, adotou-se a pesquisa-ação como tipo de pesquisa qualitativa, considerando que é um tipo de pesquisa social, com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1988).

Os dados primários foram obtidos a partir da aplicação de ferramentas participativas do Diagnóstico Rápido Participativo Rural (DRP), segundo Verdejo (2010) e ECOAR (2007), junto ao grupo de mulheres responsáveis pelas atividades de TBC na Santa Cruz, “As Dandaras”. Através da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, as colaboradoras da pesquisa

deram anuência para utilização de suas falas e fotografias, conforme estabelecido pelo Comitê de Ética do Instituto Federal de Sergipe – IFS. Foram utilizadas as seguintes técnicas participativas:

- i) **Mapa da comunidade:** através desta ferramenta foi possível fazer um levantamento, sob a ótica da promoção de turismo seguro, dos atrativos e dos roteiros turísticos ofertados na comunidade.
- ii) **Caminhada transversal:** a ferramenta foi utilizada para complementar as informações sobre os atrativos turísticos, especialmente, a respeito das trilhas ecológicas. Verdejo (2010) enfatizou que a Caminhada transversal ou Travessia permite obter informação sobre os diversos componentes dos recursos naturais, a vida econômica, as moradias, as características de solos, etc. Para Boef e Thijssen (2007), o diagrama obtido a partir da Caminhada Transversal é um ponto de partida para discussões que buscam alternativas para o uso da terra, dos recursos naturais e da agrobiodiversidade; auxiliam as pessoas a expressar o que elas sabem a respeito de seu ambiente e auxilia na estruturação de tópicos levantados nas discussões durante a caminhada.

A classificação da trilha seguiu as categorias apresentadas pelo Instituto Florestal (2008). Os dados secundários foram coletados através de consultas bibliográficas em periódicos científicos e relatórios técnicos sobre os temas abordados. Na análise dos dados foi empregado o método da triangulação. Entende-se a triangulação como um procedimento que combina diferentes métodos de coleta de dados, distintas populações (ou amostras), diferentes perspectivas teóricas e diferentes momentos no tempo, para consolidar suas conclusões a respeito do fenômeno que está sendo investigado (DENZIN, 2009). O conceito da triangulação abre a possibilidade de se trabalhar diversas perspectivas de compreensão da realidade em um único método, sobretudo na perspectiva da metodologia da pesquisa qualitativa.

4 OS ATRATIVOS TURÍSTICOS DA COMUNIDADE SANTA CRUZ

4.1 O olhar das “Dandaras” para as atividades turísticas

Buscando o entendimento das atividades turísticas realizadas na comunidade, foi promovido um debate junto às “Dandaras”, motivado pelo seguinte questionamento: *Quais são as atividades de TBC praticadas na comunidade?* Tal questão alicerçou a aplicação da ferramenta participativa Mapa da Comunidade, com ênfase nas atividades turísticas e foi pautada pela definição de roteiro turístico proposta por Brambatti (2002).

As participantes retrataram o caminhamento feito na Área de Proteção Ambiental (APA) da comunidade através da trilha denominada de Raízes do Quilombo Brejão dos Negros, que é subdividida em duas rotas: a do Terreiro e a do Gameleiro. De acordo com o grupo, os visitantes são recepcionados no Centro Comunitário de Brejão dos Negros (espaço comunitário coletivo) com um café animado por cantigas regionais entoadas pelas “Dandaras”. Neste momento são repassadas as orientações sobre a visita. Posteriormente, os visitantes seguem em direção ao Cruzeiro (local de orações e cânticos religiosos) chegando na cancela de acesso à mata (local do ritual de permissão para adentrarem na mata), onde se inicia o caminhamento dentro da APA.

No mapa foram indicadas as lagoas, o “terreiro” de manifestações religiosas de matriz africana, as espécies vegetais arbóreas típicas da região, a exemplo do Gameleiro, o mangue, entre outros locais de parada durante o caminhamento. A figura 2 mostra o mapa elaborado pelo grupo.

Figura 2 – Mapa elaborado pelo grupo: Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros



Fonte: NASCIMENTO, Irinéia (2022).

4.2 Caminhada transversal: conhecendo os aspectos ambientais e de segurança da trilha ecológica da Santa Cruz

A caminhada transversal em direção à trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros teve início na sede do Centro Comunitário, e contou com a participação de três condutoras do grupo “As Dandaras”, com membros do Núcleo de Estudos Agroecológico do IFS (NEA/IFS) e dois bombeiros militares, disponibilizados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe (CBM/SE), em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe. A participação dos bombeiros possibilitou a identificação dos pontos de riscos de acidentes durante todo o percurso.

Saindo do Centro Comunitário, o percurso segue pela rua Dona Cristina em direção à trilha. Na cancela que dá acesso a trilha, as “Dandaras” entoam cânticos, saudações e pedidos de permissão ao orixá Oxossi para adentrar

na mata em direção ao Terreiro “Centro São João Batista” (Figura 3). Neste momento, o turista/visitante é orientado sobre a regra da trilha: “*pode tocar, pode sentir, pode cheirar, mas não pode levar*”. Assim, o que é oferecido a partir dali não pode ser levado, a exemplo das frutas que são degustadas no trajeto.

Figura 3 – Terreiro “Centro São João Batista”, atrativo da Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros



Fonte: ANDRADE, Geislane (2022).

O caminhamento não apresentava sinalização indicativa do espaço, ou seja, não existia sinalização visual, como placas, setas ou alguma forma de indicação que permitisse o auto-guiamento. Durante o trajeto, foi verificado a ocorrência de insetos (pernilongos, cupins, marimbondos formigas, entre outros), além da possibilidade de o turista/visitante deparar com animais silvestres e peçonhentos. Na busca de minimizar a ocorrência de insetos voadores e as possíveis picadas, as “Dandaras” elaboram um defumador tendo como base a resina da árvore *Almescla (Protium heptaphyllum)*. A fumaça aromática exalada, segundo as condutoras, afasta os insetos e os maus espíritos.

Pinheiro (2018), em estudo no Território Quilombola Brejão dos Negros, também relatou o uso da almescla para fins religiosos pelas comunidades quilombolas. De acordo com Rizzini e Mors (1976), a resina elemi ou Almescla do Brasil é empregada como incenso (rituais religiosos), medicina popular, analgésico, cicatrizante, expectorante e na preparação de bálsamos e vernizes.

Lorenzi e Matos (2002) relataram que a Almescla pode ser encontrada em várias regiões do Brasil, no entanto só ocorre onde há mata nativa bem preservada. Por não tolerar o desmatamento pode ser considerada um bioindicador do estado de conservação do ambiente. Além disso, seus frutos são cobertos por uma massa branca e doce que atrai pássaros e outros dispersores. Isso é um indicativo que a mata vem sendo preservada pelas comunidades pertencentes ao Território Quilombola Brejão dos Negros e seus ancestrais, presentes na região a mais de um século. A dispersão de sementes pelos pássaros que a visitam é resultante do equilíbrio do ecossistema, possibilitando a integração homem-flora e fauna.

Após a visita ao Terreiro de Umbanda denominado “Centro São João Batista”, inicia-se a rota do “Gameleiro”. A denominação do percurso faz alusão a uma árvore secular e lendária na região. De acordo com um mateiro do quilombo, o nome Gameleira é devido a utilização da madeira para fazer utensílios domésticos, a exemplo das gamelas (uma espécie de bacia), comuns nas moradias dos seus ancestrais (NEA/IFS, 2019).

Em direção a árvore Gameleira (*Ficus adhatodifolia*) (Figura 4) foi observado os mesmos riscos da primeira rota, ou seja, falta de sinalização visual, ocorrência de insetos, possibilidade de encontro com animais peçonhentos e silvestres.

Durante o percurso foi possível verificar a ocorrência de formigas denominadas de “trinca cunhão” ou “formiga de estalo” (*Odontomachus Bauri*). A respeito desta formiga, a comunidade tem várias histórias que foram passadas pelos ancestrais e são reproduzidas até hoje, sendo mais um atrativo na trilha. Segundo as “Dandaras”, os ancestrais contavam que se alguém matar uma formiga “trinca cunhão” anoitece mais cedo. A “trinca cunhão” possui uma picada bem dolorosa, podendo inchar e causar coceiras no local, trazendo risco a quem tiver algum tipo específico de alergia. As mandíbulas são grandes e especializadas na captura de presas, como cupins e até mesmo formigas em seus ninhos. Além de ser um bioindicador, associada ao seguimento da mata tropical, elas se espalham geograficamente por todo o espaço, denotando a organização das comunidades locais de diversos insetos (CREPALDI, 2011).

Figura 4 – Árvore que dá nome a Rota/trilha do Gameleiro.



Fonte: ANDRADE, Geislane (2022).

Durante o percurso, as condutoras relataram a possibilidade de encontrar animais peçonhentos, a exemplo de cobras, aranhas, escorpião, como também de animais silvestres (micos, morcegos, camaleões e outros). Há relatos da ocorrência das seguintes espécies: jiboia, caninana, cobra cega, salamanta, coral e jaracucu. Essas duas últimas são venenosas e já houve casos de acidente de picada de cobra venenosa por membros da comunidade nas imediações que leva à trilha.

No percorrer de toda trilha foi possível visualizar a diversidade do ecossistema, com vegetação típica do local, a exemplo do Imbé ou Trepadeira, cujo cipó é usado para amarração e tapagem das casas, fabricação de chapéus, balaios, cestas, entre outros fins. As espécies vegetais como Cambuí (*Myrcia selloi*), Pitaia (*Hylocereus undatus*), Ubaia (*Eugenia Glandulosa*), Amescla (*Protium Heptaphyllum*) e Ouricuri (*Syagrus Coronata*) também foram encontradas.

Andrade et al. (2017) enfatizaram o potencial etnobotânico da comunidade Santa Cruz, indicando a existência de pelo menos 58 espécies vegetais nativas com finalidades medicinais e de ornamentação. Destacaram o Cambuí (*Myrcia selloi*) que é utilizado na alimentação, ingestão de sucos e degustação dos frutos; a Amescla (*Protium heptaphyllum*) a Sambacaitá (*Mesosphaerum*

pectinatum) que são anti-inflamatórios, a Canela-de-veado ou Pirunga (*Eugenia ligustrina*) e o Genipapinho (*Tocoyena sellowiana*) que servem para o cercamento de terrenos e construção de casas de taipa.

Por outro lado, observou-se que a área é palco de conflito pela terra, com a invasão de forasteiros em busca de madeiras e da demarcação do manguezal para fins de exploração da carcinicultura. Segundo relatos das condutoras, os conflitos pelo espaço do território impedem a comunidade de ter acesso ao manguezal, onde são realizadas atividades de extrativismo (cata de caranguejo e de moluscos) necessárias para o sustento das famílias. Relataram ainda sobre a intensificação do processo de salinização das águas e dos solos provocadas pela somatória das ações antrópicas na região.

Estas ocorrências também foram relatadas por Querino (2019). Segundo a autora, as comunidades de Brejão dos Negros não possuem uma atividade pesqueira como antes, devido ao avanço da água salgada e salobra do Oceano Atlântico em relação ao rio São Francisco. Aliado a isso, com a carcinicultura há uma ameaça à qualidade da água e à pesca, bem como torna inviáveis a plantação de arroz e de outros produtos de auto consumo para a população local. Há, também, problemas quanto à demarcação de Terras e ao possível arrendamento para a Carcinicultura, o que vem desmatando o mangue ao longo da foz do rio São Francisco.

As áreas foram demarcadas e limitadas por cercas, impedindo a circulação dos comunitários pelo mangue, interrompendo a trajetória que constitui a trilha (Figura 5). Assim, para alcançar alguns pontos do mangue se faz necessário desviar da rota natural da trilha. A alternativa encontrada pelas condutoras foi o caminhamento por áreas úmidas e escorregadiças e de maior declividade, onde são encontradas grandes raízes de árvores com possível risco de acidentes.

Figura 5 – Demarcação clandestina de área de Manguezal com cerca.

Fonte: ANDRADE, Geislane (2022).

Após a realização da caminhada transversal, foi possível sistematizar de forma participativa as informações observadas no decorrer da trilha, através da elaboração de um diagrama (Quadro 1).

Quadro 1 – Caracterização da Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros

Características	Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros
Solo	Arenoso/alagadiço
Vegetação	Típica de Restinga e de Manguezal
Animais	Silvestres, peçonhentos e insetos
Fonte de água	Rio Paraúna e lagoas
Problemas ambientais	Desmatamento (corte indiscriminado de madeiras e queimadas) Delimitação clandestina na APA Atividade de carcinicultura em ecossistema naturalmente frágil Qualidade da água (salinização e contaminação)
Segurança	Falta de sinalização visual em todo o percurso Falta de identificação das espécies vegetais utilizadas como alimento e para demais fins Declividade do terreno na área de mangue Acesso limitado para pessoas com necessidades especiais
Possíveis soluções	Divulgação de medidas preventivas junto aos turistas dos riscos do caminhamento na trilha Sinalização visual da trilha Acionamento dos órgãos públicos a respeito das áreas com atividades degradadoras e ilegais.

Elaboração: NASCIMENTO, Irinéia; ANDRADE, Geislane (2022).

O caminhamento também possibilitou a classificação da Trilha Raízes do Brejão dos Negros, apresentada no quadro 2.

Quadro 2 – Classificação da Trilha Raízes do Quilombo Brejão dos Negros

Classificação	
Forma da Trilha	Linear
Quanto a Função	Recreativo e educativo – guiada
Grau de Dificuldade	Fácil
Quanto a Distância Percorrida	Trilha Longa (acima de 1.500m)

Elaboração: NASCIMENTO, Irinéia e ANDRADE, Geislane (2022).

De acordo com o Instituto Florestal (2008), a trilha foi classificada como linear. Uma característica da trilha linear é que o caminho de volta é igual ao de ida, com a possibilidade de se cruzar com outros visitantes. É o formato mais comum de trilhas, sempre levando a destinos como lagos, rios, mirantes, entre outros.

Quanto à função, a trilha apresentou caráter recreativo e educativo com programação desenvolvida para interpretação do ambiente natural. Diante de suas características, quanto aos recursos de interpretação ambiental foi sub classificada em guiada, já que as condutoras vão direcionando o caminho e contando as histórias ancestrais e sobre o ecossistema local.

Quanto ao grau de dificuldade, a trilha se enquadrou na graduação fácil, com classificação das atividades: “grau A”, que corresponde a passeios que podem ser apreciados sem obrigatoriedade de ter de desenvolver alguma atividade física. Não requer experiência anterior. O percurso foi realizado por um terreno de relevelamento plano, com inclinação em alguns trechos, porém não exige um bom condicionamento físico do turista/visitante. No entanto, não há acessibilidade para pessoas com necessidades especiais.

Sobre a distância, o percurso total da trilha correspondeu a 3,41Km, sendo assim, classificada como longa, ou seja, acima de 1.500 m. O tempo de caminhamento foi em torno de 2:h20 (duas horas e vinte minutos), considerando os pontos de parada para a explanação das condutoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento sobre os pontos críticos da trilha permite a tomada de medidas de mitigação aos riscos para os visitantes. Consiste em um diferencial para o turismo local que pode alavancar a atividade turística na comunidade Santa Cruz, a partir de uma visão de turismo rural de base comunitária seguro e preocupado com os aspectos de saúde humana e ambiental. As soluções propostas nesta pesquisa podem ser equacionadas pela comunidade com auxílio das entidades e das instituições que atuam de forma direta ou indireta no processo de fortalecimento do turismo no Território Quilombola Brejão dos Negros. A divulgação de medidas preventivas junto aos turistas dos riscos do caminhamento na trilha pode resultar na elaboração de uma cartilha disponibilizada de forma física e virtual.

Os problemas ambientais detectados levam a uma gama de reflexões sobre a segurança alimentar das comunidades quilombolas, ameaçada de obter alimentos básicos para o sustento das famílias, com a invasão e degradação da área de mangue. Sobre a perda da biodiversidade, há uma relação intrínseca com a cultura e tradições dos quilombolas e sobre a relação com a emergência de patógenos infecciosos de alto grau de transmissão de doenças para o homem e demais animais. O desmatamento e destruição da biodiversidade das áreas de restinga e de manguezal passa a ser um problema de violação dos Direitos Humanos das comunidades quilombolas e de toda a sociedade, necessitando do rigor dos órgãos públicos em coibir tais ações degradadoras.

O TBC na Santa Cruz pode colaborar para o processo de conservação do patrimônio natural e cultural da região. A visibilidade do local que o turismo proporciona através da realização de visitas com caráter educativo, contribui para sensibilizar a sociedade perante os problemas ambientais existentes na comunidade. Além disso, promove a valorização dos saberes e das tradições quilombolas. Assim, o turismo reforça a luta das comunidades em defesa do Território Quilombola Brejão dos Negros.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. S.; ALVES, N. M. S.; FARIAS, M. C. V.; SANTANA, B. L. P.; FIGUEIREDO, M. A. M.. A restinga como recurso para as comunidades costeiras: o caso da comunidade quilombola Santa Cruz-Brejo Grande, SE. **III Seminário Espaços Costeiros**, Bahia, v. 3, p.8-16, out, 2017.

BOEF, W. S.; M. H. THIJSSSEN. **Ferramentas participativas no trabalho com cultivos, variedades e sementes**. Um guia para profissionais que trabalham com abordagens participativas no manejo da agrobiodiversidade, no melhoramento de cultivos e no desenvolvimento do setor de sementes. Wageningen: Wageningen International, 2007.

BOMFIM, W. J.. A “luta pela terra” no processo de regularização fundiária de território quilombola: o caso da comunidade Brejão dos Negros (SE). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2017, 252f. (Tese, **Doutorado em Sociologia: Ciências Sociais**).

BRAMBATTI, L. E. (Org.) **Roteiros Turísticos e Patrimônio Histórico**: Porto Alegre: Est Editora, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Biossegurança em saúde**: prioridades e estratégias de ação / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

----- Ministério da Saúde. Portaria Conjunta nº 8, de 29 de junho de 2004. **Define o Teto Financeiro de Vigilância em Saúde – TFVS e dá outras providências**. Diário Oficial da União 2004; 12 jul.

----- Ministério da Saúde. Orientações gerais ao controle e à mitigação da COVID-19. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acessado em março de 2021.

----- Ministério do Turismo. Selo Turismo Responsável. Segurança para o consumidor e incentivo para o turismo brasileiro, 2020. Disponível em: <https://www.turismo.gov.br/seloresponsavel/>. Acessado em abril de 2022.

CARDOSO, T. S. **Turismo de Base Comunitária no Brasil**: uma práxis educativa decolonial e transmoderna. **Anais**: 40ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Belém, 2021.

CREPALDI, Rafael Aparecido. Bioindicadores de qualidade do solo em agroecossistemas. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados, 2011, 51p. (**Dissertação, Mestrado em Entomologia e Conservação da Biodiversidade**).

BOMFIM, W. J. A “luta pela terra” no processo de regularização fundiária de território quilombola: o caso da comunidade Brejão dos Negros (SE). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2017, 252f. (Tese, **Doutorado em Sociologia: Ciências Sociais**).

DENZIN N. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods.** Londres: Routledge, 2009.

ECOAR; USP; YORK. **Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário.** São Paulo: Instituto Ecoar para a Cidadania; Universidade de São Paulo; York University, 2007. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/ems/PDF%20DOS%20PROGRAMAS/MANUAL_DE_METODOLOGIAS_PARTICIPATIVAS.pdf> Acesso em: 15 nov. 2021.

FAUSTINO, D. M. A equidade racial nas políticas de saúde. *In*: BATISTA, L.; WERNEK, J.; LOPES, et al. (Orgs). **Saúde da População Negra.** Brasília: ABPN, 2012. p. 62–114.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV Projetos. **Impacto Econômico do Covid-19 Propostas para o Turismo Brasileiro.** São Paulo: Projetos Ebape, 2020.

GOLVEIA, R.; PALMA, J. J.; **SUS: na contramão do neoliberalismo e da exclusão social,** Dossiê Saúde Pública, v. 13, n. 35, p.139–146, jan/abril1999.

GÓMEZ, C. R. P.; FALCÃO, M. C.; CASTILLO, L. A. G.; CORREIA, S. N.; OLIVEIRA, V. M. de. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. *In*: **Pasos: Revista de Turismo y Patrimônio Cultural,** vol. 13, n. 5, p. 1213–1227, 2015.

INSTITUTO FLORESTAL. **Manejo de trilhas: um manual para gestores.** Série Registros: São Paulo, 2008.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. **Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas.** Nova Odessa: Plantarum. 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTUR. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública.** Brasília: MTUR, 2010.

NASCIMENTO, I. R.; ANDRADE, G. S. **Condições de Biossegurança e as Atividades de TBC Desenvolvidas na Comunidade Quilombola Santa Cruz/Brejão dos Negros–SE.** XIX Seminário Anptur: passado, presente e futuro da pesquisa em turismo no Brasil. Recife, 2022. Anais Anptur/ISSN 23596805.

NEA – Núcleo de Estudos Agroecológicos do IFS. **Relatório de Projeto Criação Agroecológica de Galinha de Capoeira: Fortalecimento da Agricultura Familiar e Empoderamento de Mulheres e Jovens em Comunidades Rurais de Sergipe.** CNPq, 2019.

NORONHA, R. G. Era uma vez no quilombo: narrativas sobre turismo, autenticidade e tradição entre artesãs de Alcântara (MA). **Textos escolhidos de cultura e arte populares.** Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 43–60, mai. 2015.

PINHEIRO, R. C. S. Turismo de Base Comunitária no Território Quilombola Brejão dos Negros/SE: Uma Proposta de Desenvolvimento Turístico Local. Aracaju: Instituto Federal de Sergipe, 2018, 152f. (**Dissertação, Mestrado Profissional em Turismo**).

QUERINO, J. F. **Entre diálogos, conflitos e as identidades territoriais: complexidade territorial quilombola de Brejão dos Negros.** Anais: IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária/IX Simpósio Internacional. Recife, 2019.

RIZZINI, C.T.; MORS, W. B. **Botânica econômica brasileira**. São Paulo: EPU Editora Pedagógica e Universitária, 1976.

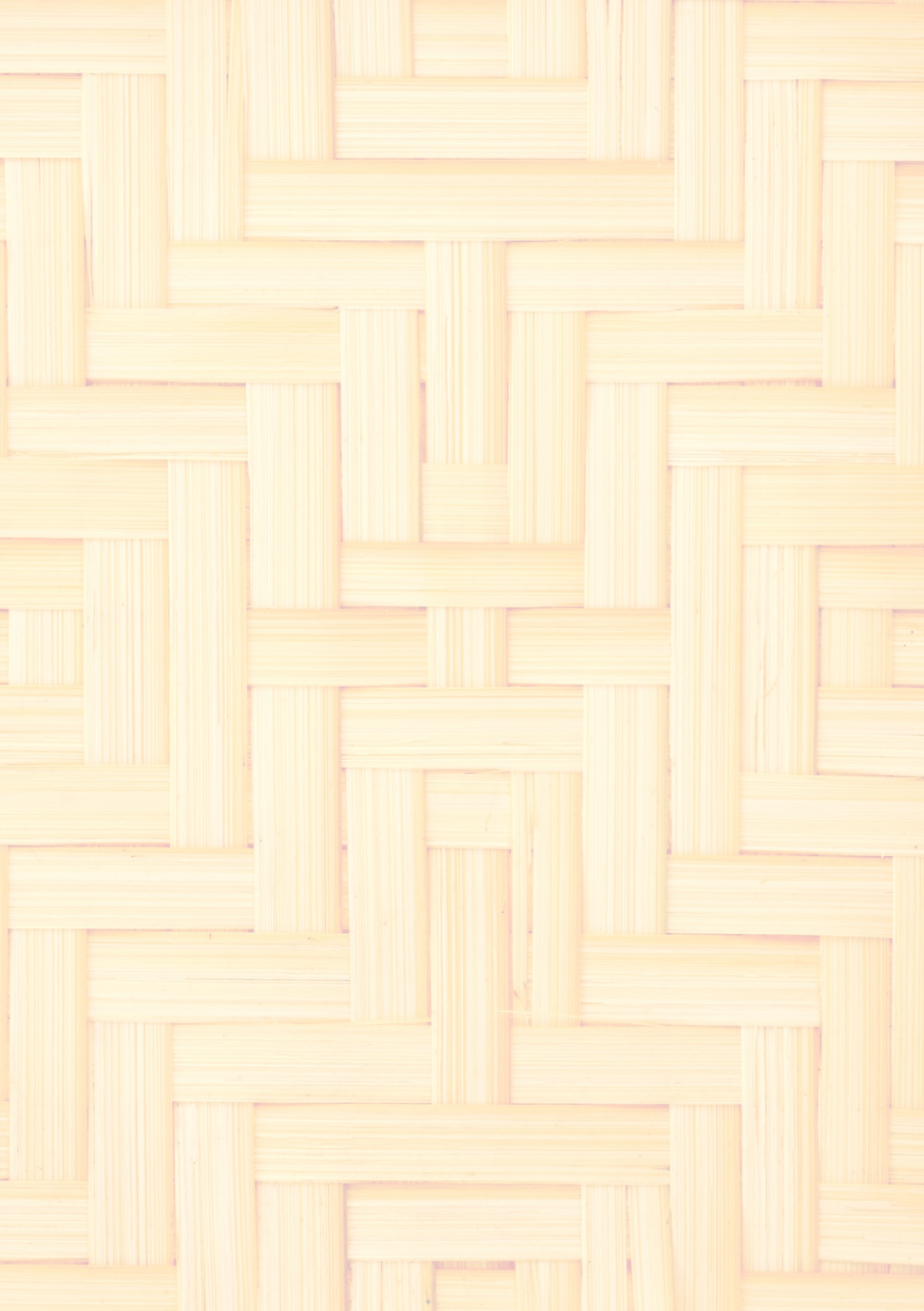
SCHATZMAYR, H. G.; SANTOS, I. K. F. de M.; TANURI, A. **Doenças emergentes, biossegurança e Desenvolvimento sustentável IN: Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar**. 2. ed. TEIXEIRA, P.; VALLE, S. (Orgs.). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

TEIXEIRA, P.; VALLE, S. **Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.

WALLACE, R. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.



ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO LITORAL NORTE DE SERGIPE: ROTEIRO DAS TARTARUGAS

Manoel Elielson Cordeiro de Jesus
Claudio Roberto Braghini

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as comunidades do Litoral Norte do Estado de Sergipe vivenciam transformações nos seus territórios. Esse espaço geográfico apresenta um cenário natural bastante diversificado com praias, dunas, matas, campos, rios, lagoas e brejos, além de construções humanas que se destacam na paisagem, como é o caso dos cataventos da usina eólica e das plataformas petrolíferas. No âmbito cultural, é possível salientar o saber-fazer das comunidades tradicionais, o cotidiano, as manifestações religiosas e os festejos locais.

Os municípios do Litoral Norte, Barra dos Coqueiros, Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande, com seus limites territoriais defrontantes com o mar, envolvem 22 povoados e comunidades tradicionais, e é possível identificar características sociais, econômicas, culturais e ambientais semelhantes entre eles. Há registro de comunidades na região desde 1650 (SILVA, 2002) e atualmente a pavimentação da Rodovia SE-100 Norte sinaliza mudanças relevantes nas localidades.

De forma marcante na ocupação relativamente recente desse espaço litorâneo, existem oficialmente quatro unidades de conservação da natureza (UC) de diferentes categorias (Parque Estadual Marituba, Reserva Biológica Santa Isabel, Reserva Particular do Patrimônio Natural Dona Benta e Seu Caboclo e Lagoa Encantada do Morro da Lucrecia), que servem como indicadoras de proteção da natureza e cuidado com o meio ambiente, além de se configurarem como atrativos naturais.

A construção de um Roteiro Ecoturístico foi proposta no sentido de estimular nas comunidades o protagonismo para desenvolvimento do Turismo

de Base Comunitária (TBC). Nesse caminho, a participação das comunidades em várias fases do processo foi essencial. A partir desse pressuposto, foram elaboradas algumas questões norteadoras: como contribuir para o desenvolvimento local que alie conservação ambiental e cultural através do TBC? Como uma proposta de ecoturismo associado ao TBC pode contribuir para auxiliar na sua implementação?

O objetivo do presente capítulo é discutir o processo de construção de um roteiro turístico para o Litoral Norte do Estado de Sergipe, com foco no Ecoturismo e no Turismo de Base Comunitária.

2 ECOTURISMO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: ALGUMAS REFLEXÕES

O ecoturismo está em ascensão desde a década de 1980, expandindo-se no mundo como uma forma de turismo que alia desenvolvimento local a conservação ambiental. Ao longo das experiências e discussões, estabeleceram-se princípios como referenciais às atividades ecoturísticas desenvolvidas. Esse histórico e características são também reconhecidas em unidades de conservação da natureza que admitem visitação turística.

No Brasil, o ecoturismo é proposto pelo Ministério do Turismo como um segmento do turismo “que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo bem-estar das populações” (BRASIL, 2010, p. 17).

Vale ressaltar que as caracterizações e princípios de ecoturismo reforçam a importância da participação das comunidades destinatárias de benefícios, considerando-se até o empoderamento para autogestão, em especial nas áreas protegidas (PIRES, 2002; NASSAR, COBRA, VIEIRA, 2017).

Várias comunidades litorâneas se tornaram receptoras do turismo globalizado e foram perdendo suas características culturais e seus espaços foram sendo descaracterizados e assim, são impactadas negativamente, ao ponto de até se registrar venda de imóvel e retirada para outro local (BARBOSA *et al.* 2008). A globalização tem auxiliado nesse processo de perda de identidade e pertencimento das comunidades, como também tem impulso-

nado a demanda turística para aqueles que buscam cultura e meio ambiente como atrativos (ZAOUAL, 2009). A *World Tourism Organization* (UNWTO, 2019) mostra que o TBC e o Turismo de Aventura cresceram mais de 20% ao ano, enquanto o convencional apenas 7,5%.

Em função dos riscos relacionados ao turismo, principalmente aqueles que se correlacionam às modificações dos recursos naturais, culturais (MATHIESON e WALL, 1982; LEIPER, 1995; MIDDLETON e HAWKINS, 1998; LAGE e MILONE, 2000; SWARBROOKE, 2000), econômicos e sociais (BUHALIS, 2000; SWARBROOKE, 2000; KRIPPENDORF, 2003), estudos de capacidade de carga e pesquisas sobre a influência do turismo na aculturação são fundamentais para a atividade, porque poderão minimizar esses riscos.

As atividades turísticas envolvendo residentes de uma comunidade, quando incorporadas às demais atividades produtivas, se fortalecem sustentavelmente, e nas considerações de López Guzmán, Borges e Castillo Canalejo (2011), o turismo comunitário se contrapõe como uma alternativa aos destinos turísticos tradicionais. Por sua vez, Oyarzún Méndez *et al.* (2009) destacam sobre as ações de turismo comunitário no Chile (Comunidade de Mariquina), com melhorias na identidade cultural, na gestão e na compreensão para inovar com tecnologia para uso sustentável dos recursos naturais. O protagonismo comunitário, a busca para captação e movimentação de recursos próprios e a valorização do patrimônio comum no local, tornam-se referenciais para projetos de turismo de base comunitária (JONES, 2005; HIWASAKY, 2006; MIELKE, 2009).

Assim, as políticas que se apoderam hegemonicamente dos espaços e da produção do turismo se deparam com um movimento de resistência atuando inversamente ao modelo de turismo convencional, demonstrando a busca da almejada sustentabilidade econômica, ambiental e sociocultural, configurando-se como atores principais do desenvolvimento turístico e deixando de serem tratados como objetos (RUIZ *et al.*, 2008; IRVING, 2009).

Outro fator a ser considerado é o crescimento da consciência crítica partindo dos visitantes e turistas voltados para o meio natural, fazendo diminuir o distanciamento e incentivando a necessidade de aproximação da atividade turística aos anseios da comunidade (HIWASAKI, 2006; BURSZTYN

E BARTHOLO, 2012). Vários autores e organizações concordam que o direcionamento das ações do TBC, nascem a partir do protagonismo comunitário, no sentido de melhorias locais (Quadro 1).

Quadro 1 – Definições de Turismo de Base Comunitária

Autoria	Definição
<i>World Trade Organization (WTO)</i>	Uma interação visitante/anfitrião, cuja participação é significativa para ambos e gera benefícios econômicos e de preservação para as comunidades e o meio ambiente local. UNCTAD/WTO (2005, p. 27)
<i>World Wildlife Fund (WWF Brazil)</i>	Turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade (WWF, 2003, p. 23).
Ministério do Turismo (MTur. Brasil)	O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTUR, 2008, p. 1).
Rede Cearense de Turismo Comunitário TUCUM	Aquele no qual, as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária. (TUCUM, 2008, <i>apud</i> SANSOLO e BURS-ZTYN, 2009, p. 147)
Coriolano	O turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. (CORIOLANO, 2009, p. 282)
Irving	Aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. (IRVING, 2009, p. 111)

Fonte: Organizado pelos autores, 2020.

É importante explicitar que o TBC pode ser tratado como uma forma de gestão coletiva do turismo e não como uma simples segmentação turística. Seja como for, alguns autores afirmam que o TBC é uma metodologia de trabalho e que pode ser aplicada em todos os segmentos (FABRINO, COSTA E NASCIMENTO, 2012; MIELKE e PEGAS, 2013).

Segundo o ICMBio (2018), os princípios do TBC (Quadro 2) brotam como um referencial ou ideia de modelo que se aproxima daqueles existentes na justiça social, equidade e inclusão e se contrapõem aos padrões dos projetos turísticos tradicionais.

Quadro 2 – Princípios do TBC segundo o ICMBIO

PRINCÍPIOS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA
A conservação da natureza e a salvaguarda do patrimônio sociocultural local devem nortear as propostas de TBC.
O TBC deve ser capaz de desencadear um processo de reconhecimento, divulgação e valorização da história e cultura dos povos e comunidades locais e, quando necessário, envolver e estimular esses atores a compartilhar e a aprofundar o conhecimento sobre aspectos de sua história e memória coletiva.
O TBC deve ser um modelo de desenvolvimento turístico com protagonismo comunitário nas atividades e na tomada de decisões em todas as etapas do processo.
A partilha dos benefícios deverá ser de forma justa entre os atores envolvidos com a atividade, beneficiando, sempre que possível, a comunidade como um todo.
A solidariedade e a cooperação devem se sobrepor aos interesses pessoais.
As informações ambientais, sociais e financeiras relacionadas ao TBC devem estar à disposição dos diferentes atores envolvidos (comunitários, gestores das UC, representantes da sociedade civil organizada e de instituições privadas) com a atividade.

Fonte: Extraído de ICMBio (2018, p. 11.)

O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Florestas (ICMBio) desenvolveu um processo de estudo e elaboração de diretrizes do turismo de base comunitária em unidades de conservação federais, reconhecendo o valor da sociobiodiversidade, levando em consideração, portanto, a inclusão de comunidades e a justiça social aliada à conservação ambiental (ICMBIO, 2018).

Nesse contexto, não é difícil afirmar que o TBC é uma ferramenta de gestão que impulsiona a geração de emprego e renda, e é nesse ponto que ele se torna mais visível. Igualmente, pode estar também vinculado a uma visão mais ampla de desenvolvimento, elencando melhorias positivas para a comunidade (IRVING, 2009; CORIOLANO e LIMA, 2003).

Assim, a criação de um roteiro turístico utilizando os princípios da base comunitária envolve processos de planejamento, conhecimento dos elementos do percurso, plano de divulgação/comercialização e execução das atividades que serão desenvolvidas (SEBRAE, 2014; TELES, 2011; SILVA, 2010).

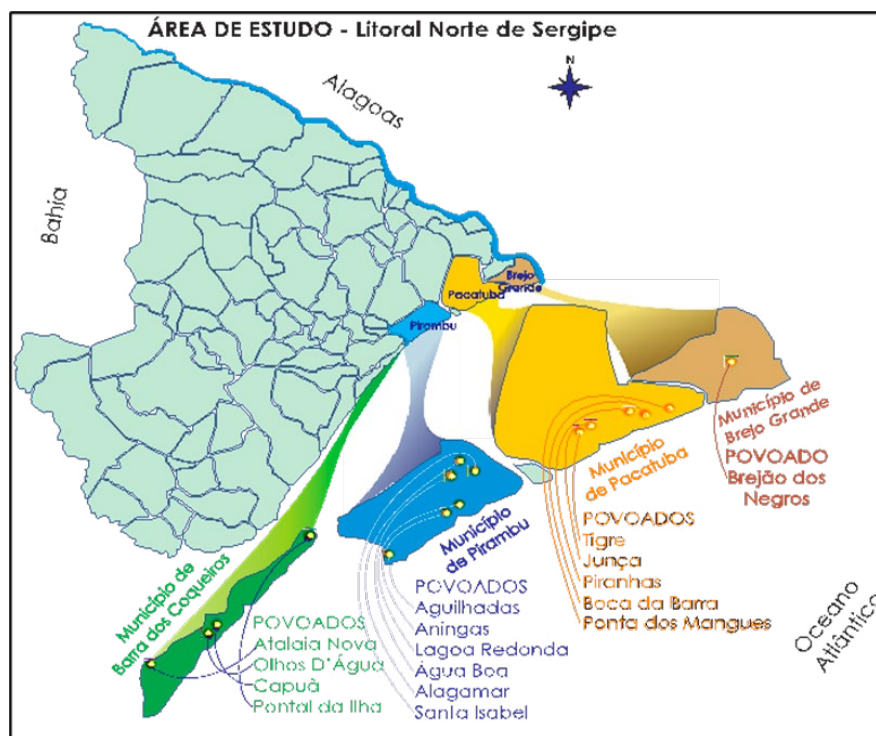
3 METODOLOGIA

O presente estudo é resultante de pesquisas de caráter qualitativo, aplicada, exploratória e descritiva. Em termos procedimentais, fez-se uso de

revisão bibliográfica e documental, trabalho de campo, assim como pesquisa participante, dado que os pesquisadores possuem envolvimento e identificação com as comunidades pesquisadas. Adotou-se o método dedutivo, no sentido geral para o particular, na medida em que se partiu da premissa que um roteiro de turismo utilizando a ferramenta de gestão comunitária é favorável às comunidades.

A escolha dos municípios levou em consideração os seguintes aspectos: litoraneidade; proximidade da Rodovia SE-100 Norte; feições paisagísticas com aparente similaridade geomorfológica e populacional; e existência de comunidades que conservam saberes e fazeres ancestrais. Os municípios selecionados foram: Pirambu, Pacatuba e Brejo Grande, inseridos no Polo Costa dos Coqueirais (Figura 1).

Figura 1 – Área de estudo no Litoral Norte de Sergipe



Fonte: organizado pelos autores, 2019.

Para a escolha dos povoados utilizou-se os mesmos critérios, acrescentando a observação direta, levando em consideração as seguintes características: pertencimento aos municípios selecionados; atrativos naturais e culturais; existência de infraestrutura mínima de apoio ao turismo; e presença de liderança comunitária e contato prévio com o (a) mesmo (a) a fim de verificar o interesse em participar da pesquisa;

Após a seleção dos povoados, verificou-se que existia algumas peculiaridades e semelhanças entre eles, tais como: pequenas distâncias de um para o outro, em alguns casos chegando a confundir em se tratar de um único povoado; feições paisagísticas parecidas; produção associada ao turismo; e atrativos com potencial turístico utilizados por mais de um povoado. Assim, visando facilitar o levantamento de dados através de Diagnóstico Rápido Participativo, agrupou-se os doze povoados em sete unidades de estudo: 1. Aguilhadas (Pirambu); 2. Aningas e Lagoa Redonda (Pirambu); 3. Água Boa e Santa Isabel (Pirambu); 4. Alagamar (Pirambu); 5. Tigre e Junça (Pacatuba); 6. Piranhas, Boca da Barra e Ponta dos Mangues (Pacatuba); e 7. Santa Cruz (Brejo Grande).

Os atrativos turísticos foram georreferenciados através de aparelho GPS manual, fabricação Garmin, modelo eTrex 10. Para o registro fotográfico utilizou-se câmera de aparelho celular, marca LG, modelo K10. O software Google Earth Pro, versão 7.3.3.7786 (64 bits) foi utilizado para obtenção de imagens via satélite e construção do mapa do roteiro.

Nas fases de aproximação, abordagem e coleta de dados foram utilizados diversas ferramentas ou estratégias metodológicas que possibilitaram contato mais próximo entre pesquisador e pessoas da comunidade: caminhada transversal, entrevistas, observação direta e reuniões com os líderes locais.

Depois do levantamento de dados gerais sobre os povoados, procurou-se identificar os seus atrativos (reais e potenciais). Para a aproximação e definição de parcerias, foram feitos contatos com as lideranças locais, associações comunitárias, comerciantes e moradores, prefeituras e ONGs. Através de conversas com os moradores locais, foram confirmadas as áreas de abrangência da pesquisa, e nesse momento foram feitos os convites para participação voluntária na pesquisa.

4 POTENCIALIDADES PARA O TURISMO NOS POVOADOS

Através das caminhadas transversais foram identificados nos povoados dos três municípios e nos seus entornos territoriais, atrativos potenciais e atrativos reais classificados como: naturais; histórico-culturais e atividades econômicas. Observou-se que elementos naturais estão vinculados a ambientes naturais, como rios, praias, manguezais, lagoas e áreas embrejadas, e trilhas em matas e dunas, mas também nas atividades desenvolvidas, a exemplo de observação de aves, caminhadas.

Do ponto de vista histórico e associado à cultura, observou-se a presença de sítios arqueológicos, comunidades quilombolas, artesanato de palha de taboa e licurizeiro, além da possibilidade de visita às comunidades para ouvir contadores de causos e lendas, conhecer e vivenciar manifestações culturais associadas à música, dança e poesia, alguns vinculados a eventos permanentes, de cunho religioso ou populares. No âmbito restrito da cultura gastronômica local é comum a culinária com peixes, crustáceos e moluscos, relacionados ao mar, rio, manguezais, principalmente, com pratos à base de galinha/frango e alguns doces.

Entre atividades econômicas típicas, percebe-se a importância da pesca artesanal, mas também do extrativismo vegetal e animal. Particularmente importante é a presença de extrativismo mineral, como a exploração de petróleo, pela mobilização de recursos e intervenções que a atividade gera e, em contrapartida, pela possibilidade de um acidente com contaminação ambiental.

Na medida em que o TBC tem como foco principal a atratividade vinculada à cultura, ao modo de vida das comunidades, muitos desses elementos se mostram apropriados a serem trabalhados, com as especificidades locais e regionais (PROJETO BAGAGEM, 2009).

A articulação com cada povoado, com as pessoas do lugar que participaram e auxiliaram no levantamento de dados e informações, reconhecendo-se e se dispondo a darem continuidade ao trabalho, fortaleceu a possibilidade de se conceber um roteiro turístico amplo, com possibilidades de itinerários menores.

5 O ROTEIRO DAS TARTARUGAS – PRODUTO E PROCESSO

Para propor um roteiro de visitação, procurou-se conhecer a região e realizar o levantamento dos atrativos com suas categorias, além de se acrescentar o contexto ambiental, de cunho conservacionista. Ao longo dos diversos atrativos naturais identificados destaca-se a presença de unidades de conserva o da natureza, que ratifica pensar tipos de turismo com preocupa o e compromisso com o meio ambiente, como o ecoturismo e o turismo cultural associados às comunidades. Isso favorece pensar no TBC como apropriado para se trabalhar o roteiro.

Foram identificados nos povoados, locais com alta demanda de visitantes do turismo convencional. Notou-se, porém, que   crescente a procura por espaços naturais isolados e que ofereçam banho. Direcionando-se o olhar para os segmentos turísticos possíveis de serem desenvolvidos, conectando-se com o TBC, foram identificadas atividades comuns nas segmenta es oficiais do turismo (Quadro 3). Algumas dessas atividades já são exploradas pelo turismo convencional (banhos de rio, cachoeira e principalmente na lagoa), e outras, por um fluxo de visitantes mais seletivo, com foco no atrativo natural e cultural associados, tais como trilhas, contempla o da natureza, produ o do artesanato, e oferta de hospedagem com predomínio do sistema Cama e Café.

Quadro 3 – Atividades e segmentos turísticos possíveis nos povoados do Litoral Norte de Sergipe

Povoados/ Munic�pios	Ecoturismo	Turismo de Aventura	Turismo Cultural	Turismo Rural
Aguilhadas - Pirambu	Trilhas, Educa�o Ambiental, Caminhadas, Conta�o de "Causos", Lendas e Tradi�es.	Mergulho na Lagoa das Tit�aras e no Rio Japaratu-ba e Flutua�o <i>Snorkeling</i> .	Cavalgada, Festa da Padroeira e Comunidade Cigana.	Intera�o com as Artes�s, Manejo da Mangaba, Ouricuri, e Coco e Produ�o de Farinha de Mandioca.
Aningas e Lagoa Redonda - Pirambu	Trilhas nas RPPNs, Educa�o Ambiental, Pesquisa Cient�fica, Observa�o de P�ssaros e de Astros e Caminhadas.	<i>Sandboard</i> nas Dunas das RPPNs, Mergulho na Lagoa do Sangradouro e Flutua�o/Snorkeling.	Cavalgada, Festa da Padroeira, Casa de Farinha, Gastronomia e Carnaval.	Hospedagem Cama e Caf�, Intera�o com as Artes�s e Banho de Rio/Lagoa.

Povoados/ Municípios	Ecoturismo	Turismo de Aventura	Turismo Cultural	Turismo Rural
Água Boa e Santa Isabel – Pirambu	Trilhas nas RPPNs, Educação Ambiental, Pesquisa científica, Observação de Pássaros e de Astros, Caminhadas e Contação de “Causos”, Lendas e Tradições.	<i>Sandboard</i> , Mergulho na Lagoa de Santa Isabel e Flutuação/ <i>Snorkeling</i> .	Cavalgada, Festa da Padroeira, Carnaval, Pega de Boi no Mato e Produção Associada.	Manejo da Mangaba, Ouricuri e Coco, Produção de Farinha de Mandioca, Hospedagem Cama e Café, Interação com as artesãs e Banho de Rio/Lagoa.
Alagamar – Pirambu	Trilhas, Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Caminhadas e Contação de “Causos”, Lendas e Tradições.	Mergulho no Rio Poxim	Cavalgada, Festa da Padroeira, Casa de Farinha, Gastronomia Comunidade Quilombola e Artesanato.	Manejo da Mangaba, Coco e Ouricuri, Produção de Farinha de Mandioca, Hospedagem Cama e Café, Interação com as artesãs, Banho de Rio/Lagoa.
Tigre e Junça – Pacatuba	Trilhas, Educação Ambiental, Pesquisa Científica e Caminhadas.	<i>Sandboard</i> e Mergulho nas Lagoas dos Lençóis.	Cavalgada, Gastronomia, Produção associada: Artesanato e Carnaval.	Manejo da Mangaba, Coco, Ouricuri e Taboa. Interação com as Artesãs e Banho de Rio e Lagoa.
Piranhas, Boca da Barra e Ponta dos Mangues – Pacatuba	Trilhas, Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Caminhadas, Contação de “Causos”, Lendas e Tradições.	<i>Sandboard</i> , Canoagem e Passeio no Manguezal.	Festa da Padroeira, Gastronomia, Produção associada: Artesanato, Carnaval, Capoeira, Reisado e Gastronomia.	Manejo da Mangaba, Coco, Ouricuri e Taboa, Pesca de Camarão e Ostra Interação com as Artesãs e Banho de Rio, Lagoa e Praia.
Santa Cruz – Brejo Grande	Trilhas, Educação Ambiental, Pesquisa Científica, Caminhadas, Contação de “Causos” Lendas e Tradições.	Canoagem e Passeio no Manguezal.	Festa da Padroeira, Maracatu, Artesanato Percussão, Pega de Boi, Gastronomia, São João. Carnaval e Produção Associada	Manejo da Mangaba, Coco e Ouricuri, Pesca de Camarão e Vivência na Cozinha com Produtos Locais.

Fonte: Organizado pelos autores, baseado em Cordeiro de Jesus (2018).

Aproveitando-se da lógica dos roteiros, é possível destacar o que fazer em cada povoado, onde se hospedar, o que comer e onde, vinculando opções de serviços ofertados pelas comunidades. Verificou-se também a existência de locais com potencial para se tornar atrativo, assim como aqueles que ainda são conhecidos somente por alguns residentes (Quadro 4).

Quadro 4 – O que fazer nos Povoados do Litoral Norte de Sergipe?

Povoados /Atrativos	O que fazer	Tempo (Minutos)	Suporte Existente	Padrão das vias de Acesso
Aguilhadas	Visitar Comunidade cigana	30	Telefonia móvel e fixa, transporte.	Asfaltada
Aningas e Lagoa Redonda	Alimentação/hospedagem	90	Telefonia móvel e fixa, condutor ambiental, restaurantes e pousadas	Asfáltico/piçarra/ paralelepípedos
	Banhar-se no Rio Sapucaia trecho próximo à REBIO	120		Asfáltico/piçarra/ paralelepípedos.
	Banhar-se no Rio Sapucaia trecho da Lagoa Redonda	90		Asfáltico/piçarra/ paralelepípedos
	Trilha na RPPN Dona Benta e Seu Caboclo	120		Paralelepípedos e piçarra
	Fazer trilha Educativa dentro da REBIO	120		Asfáltico/piçarra/ paralelepípedos
ECOMUSEU do Roceiro	Trilhas na RPPN Dona Benta e Seu Caboclo	300	Telefonia móvel, condutor ambiental, restaurante e Cama e Café, Educação Ambienta	Asfáltico/piçarra/ paralelepípedos
	Trilhas RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia	180		Asfáltico/piçarra/ paralelepípedos
	Visitar Sítio Arqueológico Upã Angaba	90		Asfáltico/piçarra/ paralelepípedos
	Contemplar pôr do Sol no Morro da Lucrécia e banhar-se na Lagoa Encantada	120		Asfáltico/piçarra/ paralelepípedos
	Conhecer a fauna e flora da ASAS	120		Asfáltico/piçarra/ paralelepípedo
Água Boa e Santa Isabel	Trilha para RPPN Lagoa Encantada do Morro da Lucrécia	120	Telefonia móvel, condutor ambiental, restaurante e Educação Ambiental	Asfáltico e piçarra
	Trilha com banho na Cachoeira	180		Asfáltico e piçarra
	Trilha com banho na lagoa Azul	180		Asfáltico e piçarra
	Banho na Lagoa de Santa Isabel (Lagoa Grande)	120		Asfáltico e piçarra
	Visitas à Comunidade	120		Asfáltico e piçarra
	Trilha Educativa até praia dentro da REBIO.	180		Asfáltico e piçarra

Povoados /Atrativos	O que fazer	Tempo (Minutos)	Suporte Existente	Padrão das vias de Acesso
Alagamar	Trilha Ecoturística no entorno do Povoado, com banho no trapiche/Zamarelo	180	Telefonia móvel, condutor ambiental, restaurante, Cama e Café e Educação Ambiental	Asfáltico/piçarra/ paralelepípedos
	Visitas dentro do Povoado	120		Asfáltico/piçarra/ paralelepípedos.
Tigre e Junça	Visitas à Comunidade	120	Telefonia móvel, condutor ambiental, restaurante, pousadas, Cama e Café e Educação Ambiental	Asfáltico e piçarra
	Trilhas das Dunas e Lençóis	180		Asfáltico e piçarra
	Trilha do Pantanal de Pacatuba	180		Asfáltico e piçarra
Piranha, Boca da Barra e Ponta dos Mangues	Praia da Boca da Barra	120	Telefonia móvel, condutor ambiental, restaurante, pousadas, Cama e Café e Educação Ambiental	Asfáltico/piçarra/ paralelepípedos
	Rio Parapuça e seus canais, pescaria e banho na foz.	240		Asfáltico/piçarra/ paralelepípedos
	Praia do Porto em Ponta dos Mangues	120		Asfáltico/piçarra/ paralelepípedos
Santa Cruz	Trilha da Mata	180	Telefonia móvel, condutor ambiental, restaurante, Cama e Café e Educação Ambiental	Asfáltico e piçarra
	Roda de Conversa na Comunidade	120		Asfáltico e piçarra

Fonte: Organizado pelos autores, 2022.

Observa-se que as possibilidades se relacionam com os elementos potenciais levantados, sinalizando tempos mínimos para uma visitação e interação nesses espaços, em especial aqueles em ambientes naturais. Obviamente, na interação com as comunidades, a lógica do TBC sugere flexibilidade, na medida em que se espera estabelecer mais momentos de trocas e interculturalidade.

Os desafios identificados foram: proximidade e acesso à sede do município Pirambu; formação de parcerias; criação de produtos turísticos locais; sinalização da Rodovia SE-100 Norte e das estradas vicinais de acesso aos atrativos; controle e monitoramento dos acessos aos atrativos; gerenciamento de conflitos nas Unidades de Conservação; e trabalho de Educação Ambiental (EA).

Notou-se que os empreendimentos pesquisados foram protagonizados e geridos por pessoas das comunidades, cuja gestão envolve outros membros da família, juntamente com colaboradores residentes nos povoados. No roteiro proposto, o visitante tem a opção de se hospedar em um Cama e Café, Camping ou em Pousada (Tabela 1).

Tabela 1 – Onde se hospedar no Litoral Norte de Sergipe?

Povoados	Meios de Hospedagem	Total de UH
Aningas e Lagoa Redonda	Pousada	36
	Camping	(Barracas) 40
EcoMuseu do Roceiro	Cama e Café	6
	Camping	(Barracas) 50
Alagamar	Cama e Café	3
Tigre e Junça	Pousada	22
	Cama e Café	2
Piranhas, Boca da Barra e Ponta dos Mangues	Pousada	20
	Cama e Café	6
Santa Cruz	Cama e Café	8

Fonte: Organizado pelos autores, 2020.

É bastante conhecido que a gastronomia identifica povos, emoldura a história local e ajuda o aprofundamento nos hábitos e costumes locais. Considerada uma arte que exige sintonia para quem faz e para quem a aprecia, a culinária é um atrativo importante e contribui para pensar se os princípios do TBC se encontram presentes: a conservação, a salvaguarda do patrimônio sociocultural, valorização cultural, aprofundamento dos aspectos históricos e da memória coletiva e o protagonismo comunitário. No roteiro, observa-se a existência de serviços e pratos tradicionais nos povoados (Quadro 5).

Quadro 5 – Onde se alimentar Litoral Norte de Sergipe?

Povoado	Fornecedor	Produto servido	Pratos Tradicionais
Aguilhadas	Lanchonete e Padaria	Sanduíches, pães, doces e salgados	Não identificado
Aningas e Lagoa Redonda	Restaurante	Café, almoço, janta e petisco	Moqueca de camarão e galinha caipira
	Pousada	Café, almoço e janta	Moqueca de camarão e galinha caipira
	Lanchonete	Sanduíches, doces e salgados	Pão de queijo
Alagamar	Morador local	Café, almoço e janta	Moqueca de saburica e peixe e galinha caipira.
	Assentamento São Sebastião	Doces e salgados	Bolo e doces de mangaba.
Água Boa e Santa Isabel	Bar / Restaurante	Almoço e petisco	Galinha caipira
	Morador local	Doces e salgados	Bolo e doces de mangaba, pé de moleque e beiju
Tigre e Junça	Restaurante e Pousada	Café, almoço, janta e petisco	Moqueca de camarão e peixe, camarão alho e olho, galinha caipira.
	Lanchonete	Sanduíches, doces e salgados	Não identificado
Ponta dos Mangues	Restaurante	Almoço e petisco	Moqueca de peixe e catado de caranguejo.
	Lanchonete	Sanduíches, doces e salgados	Cocadas
Santa Cruz	Restaurante	Café, almoço, janta e petisco	Moqueca de sururu, caldinho, siri, caranguejo e maxixada.
	Morador local	Doces e salgados	Doce de ubaia

Fonte: Organizado pelos autores, 2020.

Vale ressaltar que os serviços de transportes periódicos e as vias de locomoção em bom estado de conservação facilitam a visita dos atrativos. O transporte regular de passageiros partindo de Aracaju para os povoados do Litoral Norte de Sergipe e vice-versa, pode também servir ao turismo, desde que se façam algumas melhorias nos veículos (ar-condicionado e *wifi*) e haja aumento da frota. Observou-se também que o sistema é gerido por coope-

rativas, nas quais os cooperados donos dos veículos ou seus condutores são moradores dos povoados e possuem veículos, tais como: micro-ônibus, van, táxi e mototáxi.

Os atrativos do Roteiro das Tartarugas se encontram basicamente no meio rural, e quase sempre exige do visitante que além do transporte motorizado, faça algum tipo de caminhada para se chegar até eles, logo, é importante que tal informação faça parte da programação e seja do conhecimento do visitante antes da contratação dos serviços. Cabe o destaque que são serviços oferecidos pelas comunidades e ainda não há agências parceiras, e por isso a comercialização do roteiro é um desafio, mas a articulação feita durante processo de construção do roteiro permitiu estabelecer contatos para organizar e receber grupos, combinando-se previamente.

Em comunidades, as questões históricas, sociais e culturais podem se tornar barreiras para a implantação de projetos de TBC, porém, quando o empreendimento turístico é gerido pelos próprios comunitários, os obstáculos internos existentes podem ser contornados (MIELKE, 2009; PEGAS E STRONZA, 2010; RODRIGUEZ, 2008). Nas comunidades estudadas, as formas de organização comunitária estão presentes, e possíveis parcerias locais foram identificadas (Quadro 6). Identificou-se muitas associações formais nos povoados, utilizadas para fins diversos (moradores, pescadores, artesãs etc.), porém, nenhuma específica para o turismo. A atuação vai desde aquelas que defendem os interesses dos comunitários até as que se encontram adormecidas. O associativismo e o cooperativismo estão presentes, ainda que de forma tímida. Alguns povoados já receberam iniciativas de TBC, porém ainda carecem de capacitação e apoio técnico para a implementação.

Quadro 6 – Formas de organização social nos povoados do Litoral Norte de Sergipe

Povoados	Organização Formal	Organização Informal
Aguilhadas	Locais: Associação de Moradores e Associação de Pescadores Externo: PEAC e Projeto Tamar	Comunidade Cigana
Aningas e Lagoa Redonda	Locais: Associação Moradores; Instituto San Rafael; Associação Quilombola e Instituto Dona Benta e Seu Caboclo Externas: PEAC e Projeto Tamar	Grupo de Ambientalistas
Água Boa e Santa Isabel	Locais: Associação de Moradores e Instituto Dona Benta e Seu Caboclo Externas: PEAC e Projeto Tamar	Grupo de Cambaio
Alagamar	Locais: Associação de Moradores, Cooperativa Jardim, Associação dos Quilombolas, Associação do Assentamento Externas: Associação Dona Benta e Seu Caboclo e Projeto Tamar	Grupo de TBC FiDua e de Artesanato de Iran
Tigre e Junça	Locais: Associação de Moradores do Tigre, da Junça e Associação de Pescadores Externas: Instituto Dona Benta e Seu Caboclo, PEAC, Projeto Tamar	Grupo de TBC e de Artesanato de Ana
Piranhas, Boca da Barra e Ponta dos Mangues	Locais: Associação de Moradores de Piranhas, Associação de Moradores da Boca da Barra, Associação de Moradores de Ponta dos Mangues, Associação de Pescadores da Boca da Barra e Associação de pescadores de Ponta dos Mangues Externas: PEAC e Projeto Tamar	Grupo de TBC e Grupo de Capoeira
Santa Cruz	Locais: Associação de Moradores Externas: Instituto Dom Távora, IFS, e Instituto Dona Benta e Seu Caboclo	Grupo do Maracatu e de Turismo

Fonte: Organizado pelos autores, baseado em Cordeiro de Jesus (2018).

Sabe-se da dificuldade para colocar os atrativos turísticos ou aqueles com potenciais em um único Roteiro. Incluiu-se aqueles que têm possibilidades de receber visitantes. Acredita-se que os condutores ambientais sejam um dos principais meios para se aplicar o princípio do TBC relacionado ao reconhecimento, divulgação e valorização da história e cultura local. Vale frisar que nos povoados não há Guias de Turismo, mas os guias que chegam podem ter os condutores locais como parceiros, pois eles conhecem bem a região.

Observou-se existir 38 condutores ambientais, distribuídos da seguinte forma nos povoados: Aguilhadas, 1 condutor; 6 em Aningas e Lagoa Redon-

da; EcoMuseu do Roceiro, 2; Água Boa e Santa Isabel, 4; Alagamar, 2; Tigre e Junça, 14; Piranhas, Boca da Barra e Ponta dos Mangues, 5, e por fim, Santa Cruz com 4 condutores. Em alguns Povoados, há condutores formados, mas que não atuam, exigindo assim novas formações para suprir a demanda. Vale registrar que praticamente não existe diálogo ou conexão entre os condutores locais, pois eles agem isoladamente. Ademais, alguns apresentam carências em conhecimento histórico-cultural e ambiental dos povoados e do Litoral Norte como um todo.

Identificou-se que os povoados realizam eventos festivos permanentes: Festa dos Padroeiros(as), Cavalgadas, Aniversário do Assentamento São Sebastião (criado pelo MST) no povoado Alagamar, Festa do Bom Jesus dos Navegantes, Festival Maré Lança e Vadeia Mangue, Carnaval e São João, que além de envolver a população local, recebem pessoas de outros municípios e do estado de Alagoas. Observou-se também que nesses períodos, as pousadas lotam com antecedência e permanecem assim durante todos os dias do evento. De qualquer forma, não estão inseridos no fluxo turístico convencional, comercializado pelas agências de viagens e receptivos.

Elaborou-se como produto um mapa temático do Roteiro das Tartarugas: Natureza e Saberes Locais (Figura 2), com elementos pictóricos, indicando os municípios, povoados e alguns aspectos ambientais e culturais que se configuram como atrativos. Sabe-se, entretanto, que é uma fase de um processo que deve continuar.

Figura 2 – Mapa Pictórico do Roteiro das Tartarugas – Litoral Norte de Sergipe



Fonte: Google Earth, 2019. Organização: autores, 2019.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca em compreender a dinâmica social e ambiental do Litoral Norte e objetivando a propositura de alternativas de renda para as comunidades locais, com foco no turismo e na capacidade de incorporar critérios de sustentabilidade, encontrou-se na forma de gestão de base comunitária um caminho promissor para desenvolvimento local. Com o TBC, acredita-se que haverá uma redescoberta do lugar para o turismo, a partir das oportunidades de trabalho e renda, estimulando os envolvidos para o aprofundamento no conhecimento da História e cultura local, mantendo as tradições, o folclore, a gastronomia, costumes e, principalmente, o saber-fazer que envolve o artesanato.

No Litoral Norte de Sergipe foram identificados locais com áreas ainda bem naturais que recebem visitantes e turistas, mas que já apresentam sinais de impactos negativos com práticas desordenadas da visitação. São exemplos desses impactos ambientais o acúmulo de resíduos sólidos, desmonte de

dunas, assoreamento dos corpos hídricos, destruição de vestígios arqueológicos com veículos automotores e o barulho. Estes locais merecem intervenção urgente na perspectiva de dimensionar a capacidade de carga, ordenar a comercialização de empreendedores na área, fiscalizar a conduta de turista/visitantes, monitorar os impactos e implantar equipamentos turísticos.

Na região, há comunidades que ainda não trabalham com o turismo, mas tendo em vista os atrativos naturais, se mostram dispostas a desenvolverem a atividade, não somente para ajudar a proteger o meio ambiente, como também por entenderem que há possibilidades de geração de renda e de desenvolvimento territorial. Nesses locais, é imprescindível sensibilizar e capacitar os indivíduos para o TBC, antes da ampliação de fluxos do turismo convencional que não envolve as comunidades.

A história contada oralmente de casos e “causos” foi observado em todos os povoados estudados. Aliado a esse fato, há relatos de folguedos que se encontram adormecidos, desconhecidos dos grupos mais jovens. Acrescenta-se ainda a tradicionalidade dos povoados para com o artesanato, utilizando matéria prima natural. Sugere-se aqui a criação de Centros de Tradições Sergipana (CTS), com o envolvimento de vários tipos de atividades culturais em um só lugar.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L; M.; SOUZA NETO, G. F. DE; MENDES, E. G. **A modernização do Litoral Cearense e as comunidades pesqueiras: O caso de Tatajuba, Camocim-CE**, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. **Ecoturismo: orientações básicas**. Ministério do Turismo, 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BUHALIS, D. Marketing the competitive destination of the future. **Tourism Management**, v. 21, p. 97-116, 2000.

BURSZTYN, I. E BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustentabilidade em Debate**, v. 3, n. 1, p. 97-116, 2012.

CORIOLOANO, L. N. Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: Atores e cenários em mudança. Fortaleza: EDUECE. 2009.

CORIOLOANO, L. N.; LIMA, L. C. Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental. Fortaleza: EDUECE. 2003.

FABRINO, N. H.; COSTA, H. A.; NASCIMENTO, E. P. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 5, n. 3, p. 546–559, 2012.

HIWASAKI, L. Community-based tourism: A pathway to sustainability for Japan`s protected areas. **Society and Natural Resources**, v. 19, 2006, p. 133–143.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Florestas. **Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: Princípios e Diretrizes**. Brasília, 2018.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SA NSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009, p. 108–121.

JONES, S. Community-based ecotourism the significance of social capital. **Annals of Tourism Research**, v. 32, 2005, p. 303–324.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo: por uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Turismo: teoria e prática**. Editora Atlas: São Paulo, 2000.

LEIPER, Neil. **Tourism Management**. Victoria: TAFE Publications, 1995.

LÓPEZ-GUZMÁN, T., BORGES, O.; CASTILLO-CANALEJO, A. M. Desarrollo económico local y turismo comunitario en países en vías de desarrollo: Un estudio de caso. **Revista Omnia**, 17(3), 113–130. 2011.

MATHIESON, A.; WALL, G. **Tourism: Economic, Physical and Social Impacts**. Harlow: Longman, 1982.

MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170–189, abr. 2013.

MIDDLETON, V.; HAWKINS, R. **Sustainable tourism: a marketing perspective**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2009.

MTUR. Ministério do Turismo. **Chamada Pública MTUR n. 001/2008: Apoio as iniciativas de turismo de base comunitária**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

NASSAR, P. M.; COBRA, L. V.; VIEIRA, F. S. **Práticas para o ecoturismo de base comunitária em Unidades de Conservação**. Tefé, AM: IDSM, 2017.

OYARZÚN-MÉNDEZ, E.; HENRÍQUEZ, C., LYON, V.; CIOCE-SAMPAIO, C. A. Acciones de turismo comunitario y sustentabilidad en Tralcao, Mariquina (Chile): interconectando

preservación ambiental, gestión ecoturística y fortalecimiento de la identidad cultural en el contexto de una experiencia de Agenda Local 21. **Anuario Turismo y Sociedad**, v.10, n. 1, p. 17–29, 2009.

PEGAS, F.; STRONZA, A. Ecotourism and sea turtle harvesting in a fishing village of Bahia, Brazil. **Conservation and Society**, v. 8, n. 1, p. 15–25, 2010.

PIRES, P. dos S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

PROJETO BAGAGEM. **Projeto Bagagem: Semeando o turismo comunitário pelo Brasil**. Parte 1. Projeto Bagagem, 2010.

RUIZ, E., HERNANDEZ, M., COCA, A., CANTERO, P. Y DEL CAMPO, A. Turismo comunitario en Ecuador. Comprendiendo el community-based tourism desde la comunidad". **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 6, n. 3, 2008, p. 399–418.

RODRIGUEZ, A. Tourism, indigenous peoples and conservation in the Ecuadorian Amazon. In: STRONZA, A.; DURHAM, W. **Ecotourism and Conservation in the Americas**. Cabi: Oxfordshire, Reino Unido, 2008, p. 155–165.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Roteiros de Turismo**. Brasília. 2014.

SILVA, R. M. **A luta dos posseiros de Santana dos Frades**. São Cristóvão: UFS, 2002.

SILVA, G. T.; NOVO, C. B. M. C. **Roteiro Turístico**. Manaus: Cetam, 2010.

SWARBROOKE, J. **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph. 2000.

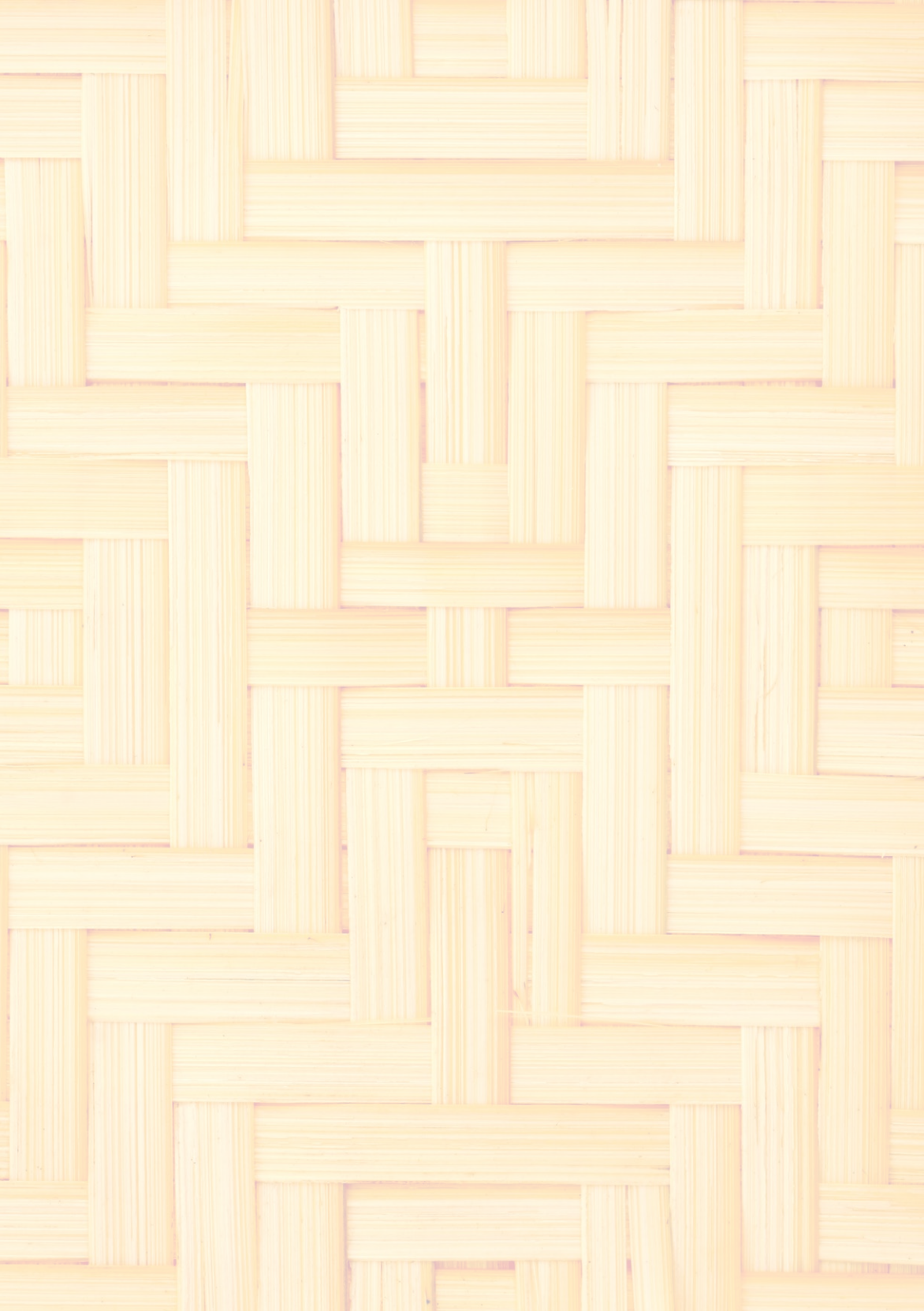
TELES, Margarete Araújo. **Turismo, ordenamento territorial e desenvolvimento na região metropolitana de Curitiba**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra da UFPR, Curitiba, 2011.

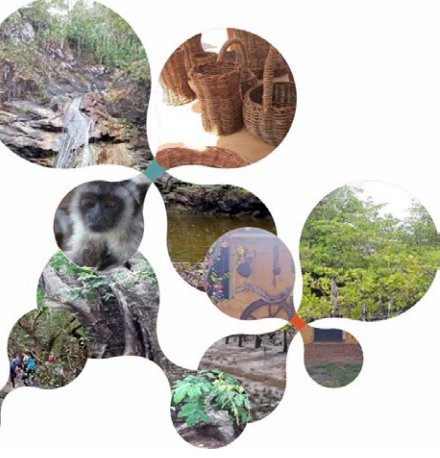
WWF BRASIL. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. 2003. Brasília: WWF Brasil, 2003.

UNWTO. **Organização Mundial do Turismo**. Principal. Disponível em: <http://www2.unwto.org/es>. Acesso em: 29 abr. de 2019.

UNCTAD/WTO. **Módulo de treinamento para o sucesso do turismo baseado na comunidade: TBC no âmbito do PRPE – Programa de Redução da pobreza através da Exportação**. Genebra: Internacional Trade Center. UNWTO, 2005.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.





TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA PROPOSTA PARA AS MARISQUEIRAS DA ILHA MEM DE SÁ – SE

Claudivania Conceição Lima Dantas
José Wellington Carvalho Vilar

1 INTRODUÇÃO

O questionamento central do presente capítulo gira em torno da seguinte pergunta de pesquisa: quais resultados se podem alcançar com a promoção do Turismo de Base Comunitária em comunidades socialmente desfavorecidas? Diante dessa questão inicial, pensou-se a respeito de uma proposta para atuar junto à comunidade de marisqueiras da Ilha Mem de Sá, situada no estuário do Rio Vaza-barris, em Itaporanga d’Ajuda/SE. Essa proposta se concretiza em um trabalho com a referida comunidade, abrangendo o Turismo de Base Comunitária (TBC) no âmbito de um processo de educação. A reflexão que motivou o delineamento de tal proposta parte do reconhecimento que esse tipo de turismo se caracteriza como um fator de integração sociocultural, de produção de identidades e cidadania.

Assim, o estudo que tem como objetivo discutir os aspectos qualitativos de uma iniciativa turística orientada pelos princípios do Turismo de Base Comunitária (TBC), tendo como foco de atenção a comunidade das marisqueiras da Ilha Mem de Sá, espaço com potencial turístico pertencente ao município de Itaporanga d’Ajuda e situado na periferia oriental atlântica do Estado de Sergipe. Nessa visão, o turismo se constitui como uma atividade complementar às atividades tradicionais desenvolvidas pela comunidade.

2 ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA TURÍSTICA EM BASES METODOLÓGICAS

O ato de pesquisar determinado tema implica em algum tipo de envolvimento com o objeto a ser pesquisado. De acordo com essa premissa, adentrar no universo de uma comunidade requer metodologias adequadas para desvelar o espaço delimitado, tendo como alicerce os referenciais teóricos a serem aplicados na prática. Num primeiro momento foi feita uma revisão crítica da literatura específica, com vista à abertura de “janelas” para clarificar o caminho a seguir no trabalho de pesquisa, pois esta, diante das questões, é uma atividade fundamental que, integrando a teoria e a prática, desenha o processo que leva à procura de descoberta da realidade.

Trata-se, pois, de uma atividade complexa que interliga duas vertentes: a teoria e a prática, combinando-as na resposta aos problemas levantados (STAKE, 2009). A pesquisa tem um caráter pragmático que, envolvendo um conjunto de procedimentos orientados por etapas, busca respostas para os problemas levantados, seguindo um método científico. Destaca-se que, no método da pesquisa, outras questões relacionadas ao estudo devem estar de acordo com o tipo de trabalho que se desenvolve.

Com esse enfoque, desenvolveu-se a proposta que enfatiza a construção de processos integrados, orientados para um trabalho a se realizar com as marisqueiras da Ilha de Mem de Sá, baseado nos recursos turísticos daquela localidade. Por si só, a realidade social vivenciada por essas mulheres justifica a necessidade de se idealizar uma proposta que utilize o TBC como prática capaz de lhes gerar benefícios econômicos e sociais, a fim de que possam superar as desigualdades e a exclusão que vivenciam na comunidade.

Desse modo, procurando explicar o plano metodológico seguido, face aos tipos de informações necessárias para cumprir o objetivo de promover o TBC com a comunidade de marisqueiras da Ilha Mem de Sá/SE, identifica-se a opção pela pesquisa qualitativa desenvolvida no âmbito da pesquisa-ação, adotando-se ainda a abordagem interpretativa do método fenomenológico na construção do conhecimento. A fenomenologia, como base útil ao turismo devido ao seu foco na consciência humana, na vivência de situações sociais durante todo o processo de pesquisa, consegue capturar a essência

da experiência humana e sua interação com os ambientes. Medeiros, Passador e Bechelini (2010) ressaltam que, por meio da fenomenologia, o turismo pode obter caráter diferente do qual hoje possui e receber um sentido humano.

De acordo com Bogdan e Biklen (2010), a investigação fenomenológica começa com o silêncio, na tentativa de captar aquilo que se estuda, buscando penetrar no mundo conceptual dos seus sujeitos com o objetivo de compreender como e qual o significado que constroem para os acontecimentos das suas vidas cotidianas. Prosseguem os autores afirmando que:

Os fenomenologistas acreditam que temos à nossa disposição múltiplas formas de interpretar as experiências, em função das interações com os outros e que a realidade não é mais do que o significado das nossas experiências. Consequentemente, a realidade é socialmente construída (BOGDAN; BIKLEN, 2010, p. 54).

Com base nesses fundamentos teóricos e conceituais, para a pesquisa de campo, com indicação do líder comunitário, foi selecionado um grupo de oito marisqueiras a partir do entendimento de que o trabalho desenvolvido por elas requer um olhar abrangente, levando-se em conta sua importância para o sistema produtivo da comunidade. Diante das condições ambientais e tendo em vista que a venda de mariscos constitui, para a grande maioria dessas mulheres, a única segurança de sustento, ponderou-se ser um grupo vulnerável, por isto mesmo merecedor de maior atenção.

Na coleta de dados junto às essas participantes, por permitir maior liberdade ao pesquisador, conforme afirma Minayo (2004), foi utilizada a entrevista estruturada como ferramenta, seguida da execução de oficina participativa com a comunidade. A proposta, em seu aspecto qualitativo, abrange a entrevista que, respondida pelas participantes, serve para colher as informações mais objetivas, pretendendo-se, por meio desse instrumento, chegar a um diagnóstico das dificuldades enfrentadas pelas marisqueiras. Uma primeira coleta de informação ocorreu em outubro de 2017, abordando os seguintes aspectos: caracterização da entrevistada; levantamento das necessidades da comunidade; e participação na gestão comunitária da Ilha Mem de Sá.

Por sua vez, a oficina participativa, utilizada como estratégia metodológica, aponta para uma nova maneira de se pensar o turismo, constituindo-se como “unidades produtivas de conhecimentos a partir de uma realidade concreta, para serem transferidas a essa realidade a fim de transformá-la” (OMISTE; LÓPEZ; RAMÍREZ, 2000, p. 178). Assim, o conceito de oficinas refere-se ao lugar onde se aprende fazendo junto com os outros. Tendo como embasamento as técnicas participativas e os trabalhos em grupo, essa oficina visou à mobilização e sensibilização da comunidade, o que permitiu fazer uma análise do potencial turístico da Ilha Mem de Sá. A atividade, a participação, a socialização da palavra, a vivência de situações concretas, a análise de acontecimentos, a leitura e a discussão de textos, e o trabalho com distintas representações comunitárias, constituem os elementos fundamentais na dinâmica da aludida oficina participativa, levados a cabo durante a realização do trabalho.

A realização das oficinas participativas observou a seguinte estrutura: reserva de local, no caso a Associação de Moradores; organização do ambiente; e levantamento de informações. Após a confirmação do local e do horário para as oficinas, as quais ocorreram em dias diferentes, a primeira delas consistiu em uma reunião de sensibilização, onde a proposta foi apresentada, enfatizando-se a importância da participação das marisqueiras na obtenção de informações relativas à realidade da comunidade. Nessa mesma ocasião, foram assinados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, formalizando, assim, a autorização para participação na pesquisa.

A segunda oficina agregou, exclusivamente, uma entrevista sociocultural, que aconteceu individualmente com as marisqueiras, com duração média de 20 minutos, cada uma. O diálogo com as marisqueiras obedeceu a um roteiro prévio com questões estruturadas, abordando, inicialmente, aspectos indispensáveis para traçar o perfil socioeconômico do grupo a partir de informações pertinentes à idade, estado civil, número de filhos, trabalho, nível de escolaridade, renda familiar e recebimento de benefício do governo. Nessas entrevistas roteirizadas, as pesquisadas foram ouvidas sobre questões específicas, tais como sua visão sobre a comunidade, o turismo na Ilha, o engajamento em projetos comunitários, dentre outros aspectos relevantes para a pesquisa.

Os conteúdos obtidos nas entrevistas foram analisados com base na abordagem interpretativa de Ludke e André (2013), segundo a qual se deve dar relevância aos significados explícitos e implícitos contidos nos discursos dos pesquisados. Na análise interpretativa, o pesquisador não pode se limitar apenas ao que está expresso no material, mas se aprofundar para descobrir as mensagens que estão subentendidas, bem como as contradições existentes.

Assim, no contexto das oficinas participativas, relaciona-se a atuação educativa ao potencial turístico da região e ao exercício da cidadania que, mesmo não resolvendo todos os problemas estruturais, pode minimizá-los a partir de uma prática consciente no que diz respeito à participação do indivíduo em seu espaço social.

3 DO TURISMO CONVENCIONAL AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Sob o ponto de vista de Neves (2012, p. 15), o turismo diz respeito às “atividades de pessoas, identificadas como visitantes que viajam a lazer/férias, negócios, saúde, educação ou outros fins, para um destino fora do seu ambiente habitual, por menos de um ano”. Nessa concepção, o turismo é entendido como um fenômeno social, econômico e cultural que envolve pessoas em diferentes espaços. Mas é o papel no desenvolvimento econômico que faz a atividade turística se destacar por sua relevância na geração de empregos, além de alavancar o Produto Interno Bruto (PIB) das nações. Conforme divulgado pela Organização Mundial do Turismo (2014), a atividade turística envolve 9% do PIB e 9,09% do emprego mundial.

O turismo, como adverte a Organização Mundial do Turismo (2014), representa um setor promissor, em constante crescimento, gerador de significativo volume de divisas, bem como de sólida alternativa para o desenvolvimento econômico e social de uma determinada área. A partir da leitura de Moraes *et al.* (2001), é possível se identificar que o turismo tem o poder de mudar o perfil social e econômico de uma dada região, configurando-se como uma das maiores e mais lucrativas atividades do mundo. Considerando suas possibilidades para o desenvolvimento de economias locais, o turismo caracteriza-se como:

[...] um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural (IGNARRA, 2013, p. 24).

Porém, Moech (2002) alerta para o aspecto econômico do turismo que, compreendido como uma “indústria de viagens”, é tratado como uma mercadoria a ser consumida, passando a ser comercializado, em consequência, como um produto. Essa visão reducionista do fenômeno descaracteriza as relações humanas existentes no setor, fragilizando a identidade social e ambiental das sociedades que recebem os visitantes, pois, não sendo percebidas em seu contexto, como produtos e produtoras de cultura, faz com que se pense nos turistas apenas como portadores do dinheiro, esquecendo a possibilidade do turismo para a formação humana. Por isso, a compreensão do turismo não pode ser reducionista e sim dentro de uma perspectiva abrangente, que integre as relações entre os seus elementos.

A esse respeito, May (1991) atenta para os impactos produzidos pelo turismo, ainda que sua propagação proporcione renda. Um desses impactos diz respeito aos diferentes valores dos visitantes, cuja demanda turística reflete as interações de suas necessidades e motivações, incluindo os desejos para “construir o seu bem-estar de maneiras consoantes com as suas forças de caráter” (BENUR; BRAMWELL, 2015, p. 48). O outro impacto mencionado por May (1991) está associado às estruturas, tais como estradas, hotéis, carros e seus efeitos poluentes, aviões e tantos outros que afetam o meio ambiente. A questão ambiental faz com que governos e gestores se voltem para o planejamento do turismo a fim de evitar problemas de contaminação das águas, poluição do ar, ruído, poluição visual, congestionamentos, danos ecológicos, além de outras perturbações (INSKEEP, 1987).

No centro da temática do desenvolvimento sustentável desde os anos de 1990, o turismo vem sendo planejado para evitar a degradação social e ambiental dos destinos (HALL, 2001). Em um processo de cooperação, esse planejamento deve envolver “uma série de atores sociais locais (comunida-

des, empresas turísticas – ou não, organizações governamentais – ou não) e não locais como os turistas e intermediários, bem como suas inter-relações” (MIELKE; PEREIRA, 2006, p. 70). Mais do que uma atividade econômica, o turismo, nesse cenário, mostra-se como uma possibilidade de formação humana, capaz de contribuir para a constituição de novos sujeitos que, por meio das vivências, se percebam como cidadãos.

Nessa discussão, acrescentem-se as propostas que, tendo como referência o relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e assumidas pelo Ministério do Turismo (2010) no Brasil, destacam o turismo como uma importante ferramenta para a erradicação da pobreza e da fome, numa relação com a garantia da sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento. Recorrendo a Irving (2002) para demonstrar a necessidade de se lutar para que o turismo se desenvolva como uma atividade economicamente rentável, ecologicamente correta e socialmente justa, ou seja, sustentável, Ferreira (2005, p. 4) afirma que:

O desenvolvimento da atividade turística qualificada de ‘sustentável’ exige a incorporação de valores e princípios éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios, e um novo modelo de implementação de projetos, centrado em parceria, responsabilidade e participação.

No campo do desenvolvimento sustentável, Sorrentino *et al.* (2005) argumentam que existem duas grandes tendências. A primeira volta-se para a construção de soluções que se harmonizem com a necessidade de preservação da biodiversidade, a conservação dos recursos naturais, o desenvolvimento local e a diminuição das desigualdades sociais, por meio de novas tecnologias, políticas compensatórias, tratados internacionais de cooperação e de compromissos multilaterais, estímulo ao ecoturismo, certificação verde de mercados alternativos, entre outros. A segunda tendência segue finalidades semelhantes, porém, por intermédio da inclusão social, da participação do indivíduo na tomada de decisões e na promoção de mudanças culturais.

Nessas tendências, pode-se inserir a proposta do Turismo de Base Comunitária, também chamado de Turismo Comunitário, Solidário, de Conservação,

entre outras denominações em todo o mundo e, em particular, na América Latina. O TBC é visto como um fenômeno que, na atualidade, se constitui uma possível via de redução das desigualdades sociais e regionais existentes no Brasil, tal como evidenciado no Plano Nacional de Turismo. Ao contrário do modelo convencional, pautado pela lógica do mercado, é compreendido como:

Um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 1).

Tendo como elemento comum a interpretação da comunidade como sujeito de seu próprio avanço, participando da concepção, desenvolvimento e gestão do turismo, na perspectiva de Burgos e Mertens (2015), o TBC surge como uma resposta de resistência às pressões mundiais do mercado turístico que, além de excluir determinadas populações locais dos potenciais benefícios da atividade, também ameaçam a coesão social, cultural e seu *habitat* natural. Contrapondo-se ao turismo massificado, essa modalidade encontra-se arraigada em uma proposta de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente responsável, consolidando-se como um modelo que pode apontar caminhos para a sustentabilidade.

O princípio básico do TBC centra-se na melhoria da condição de vida das pessoas que residem em regiões, onde são, via de regra, excluídas do sistema econômico (MIELKE; PEGAS, 2013). Prosseguem os autores afirmando que são regiões nas quais o Estado se faz pouco presente e uma das poucas possibilidades de incremento de renda e geração de emprego se dá através de iniciativas cuja atividade econômica de fundo é o turismo. A amplitude conceitual do TBC é usada para tratar de contextos diversos e diferentes, “podendo estar se referindo às populações tradicionais ou a amálgamas sociais compostos pelos movimentos migratórios e processos de exclusão socioeconômicos, entre outros” (FABRINO, 2013, p. 17).

Essas concepções permitem ampliar o olhar sobre o fenômeno do turismo, principalmente para comunidades menos favorecidas, as quais, sofrendo

pelo alheamento do governo e dos órgãos competentes, não dispõem de água tratada, moradias adequadas, escolas com fácil acesso, além de dificuldades na comercialização de seus produtos. A esse respeito, torna-se oportuno ressaltar o pensamento de Kunsch (2012), que chama a atenção para a manipulação dessas comunidades, por parte de alguns gestores, mediante a participação em projetos mascarados de gestão compartilhada.

Daí a importância de articulações, conforme Beni (2012), com o setor privado, terceiro setor, universidades e institutos de pesquisa, para planejamento de ações integradas visando ao desenvolvimento endógeno dessas comunidades. O envolvimento dos atores locais por meio de um processo de participação e organização social permite às comunidades assumirem um papel ativo no planejamento e gestão da atividade turística, visando ao bem-estar e à geração de benefícios para seus membros. É, pois, nesse protagonismo social, decorrente da mobilização de recursos próprios e da valorização do patrimônio comum, que reside o princípio norteador do TBC, de acordo com o pensamento de Mielke (2009).

Alves (2016) evidencia no Brasil uma crescente preocupação ideológica com respeito ao desenvolvimento da comunidade local onde se pratica o turismo, que pode ser considerado, hoje, como uma alternativa ao desenvolvimento socioeconômico de localidades em situações precárias. Não obstante, de acordo com Mielke e Pegas (2013, p. 172), “num país continental de 8,5 milhões de km², o grande desafio brasileiro é precisamente planejar um programa de governo, em âmbito nacional de desenvolvimento turístico, executando-o de forma a atender a diversidade sociocultural e ambiental presente no país”. A despeito disso, os autores destacam que aqui no Brasil se encontram alguns casos de sucesso, nos quais a atividade turística contribuiu com a melhora da condição de vida através de projetos de TBC.

Conforme o Ministério do Turismo (2010), no Brasil, o TBC se desenvolve com maior intensidade em áreas protegidas e espaços rurais que, em sua maioria, abrigam comunidades com poucas perspectivas econômicas. Uma de suas características fundamentais, e que torna singular a experiência do TBC, é o papel principal das comunidades locais, que se organizam e participam socialmente na gestão dessa atividade, com predomínio das relações

sociais nos serviços turísticos desenvolvidos. Como afirmam Ruiz *et al.* (2008, p. 400), “é a comunidade no turismo e não tanto o turismo na comunidade o determinante no TBC”.

No preparo das comunidades para a participação no turismo, Gastal e Moesch (2015) salientam a importância da dimensão pedagógica que deve permear os projetos turísticos comunitários, distinguindo o planejamento estratégico como parte do processo de exercício da cidadania e função educativa relevante nas tomadas de decisões e ações que objetivam a transformação da realidade. De igual modo, Simmons (1994) destaca a necessidade de uma considerável educação dos moradores das localidades a fim de que possam contribuir plenamente, adquirindo a confiança originada do conhecimento sobre o desenvolvimento do turismo, em seus pontos positivos e negativos.

Diante disso, fomentar o turismo exige um novo olhar sobre os problemas sociais, culturais e ambientais do destino turístico, refletindo sobre os rumos a seguir para promover seu potencial positivo. Entende-se, nesse sentido, que as discussões sobre o tema turismo pode se articular aos debates relativos às questões de direitos humanos, encontrando-se diretamente vinculados ao contexto socioeconômico no qual se inserem. Quanto aos pontos negativos, um deles é revelado por Blackstok (2005), quando a autora adverte sobre o poder e os processos de decisão no interior de uma comunidade, os quais não levam automaticamente à tomada de decisão participativa, uma vez que sob o discurso do interesse comunitário podem se encontrar dissimuladas as motivações econômicas daqueles que detêm o poder, e não o bem coletivo.

Partindo do pressuposto que a participação depende das estruturas das relações que se estabelecem na comunidade, quer sejam relações internas, quer sejam externas, assim como dos anseios da sociedade no processo de desenvolvimento, é necessário fomentar aprendizagens e o exercício de práticas que capacitem os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, reconhecendo-se, acima de tudo, como sujeitos de direitos e, por isto mesmo, cidadãos. Planejamento, educação e participação são meios que o turismo pode utilizar para fomentar o desenvolvimento nas comunidades menos favorecidas.

4 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ILHA MEM DE SÁ

A pesquisa sobre TBC na Ilha Mem de Sá implica interesse social, pois modela uma proposta que abarca, além do trabalho feminino em uma relação de gênero, poder e território, proposições para o desenvolvimento da comunidade das marisqueiras. Desse modo, em seguida, apresentam-se os principais aspectos do contexto de realização do estudo, no que se refere à comunidade, nomeadamente à caracterização territorial da ilha Mem de Sá.

4.1 A Ilha Mem de Sá: Breve Apresentação

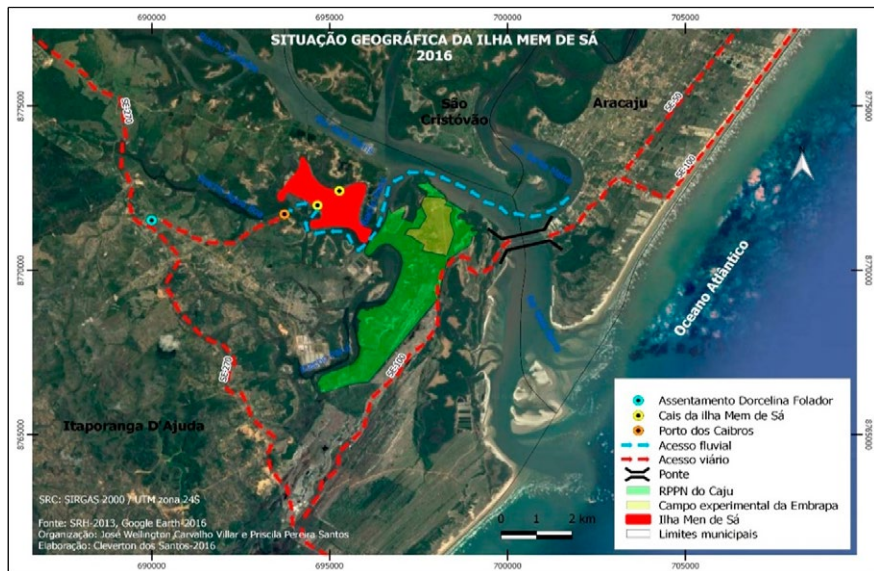
As ilhas fluviais são territórios peculiares, “onde vivem as pessoas que fazem do convívio, na simplicidade do cotidiano, um verdadeiro mosaico de cultura. São moradores que ocupam terras que não consideram de sua propriedade, mas sim do rio” (SOUZA; SANTOS; BRANDÃO, 2009, p. 4). A fixação de moradores nas ilhas encerra uma nova dinâmica de existência, na qual esses sujeitos procuram criar laços de afetividade, criam arranjos e estratégias de pertencimento nestes espaços.

Souza, Santos e Brandão (2009) consideram as ilhas como territórios com limites inconstantes e, enquanto espaços de produção social, as ações de vida e trabalho se processam em função da existência desse território que, apesar de não ser fixo, mas sim fluido, está presente na vida das pessoas por todo o tempo. O território é, portanto, para os moradores das ilhas, uma maneira de se autoafirmarem enquanto construtores de formas próprias de produção e, diante das necessidades básicas de sobrevivência, partilham saberes e estabelecem vínculos, com a intenção de se manterem como viventes de um grupo.

Nesses lugares, a terra e o rio são elementos indissociáveis e significantes, que ligam a natureza e integram os sujeitos, criando vínculos materiais e simbólicos que moldam as representações construídas e reconstruídas sobre si mesmo e sobre os outros (SOUZA, 2015). Na abordagem da referida autora, a forma de apropriação do território do rio é compreendida a partir dos usos que os sujeitos fazem desse ambiente, exibindo, cada localidade, uma dinâmica de uso e apropriação diferenciada.

Segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2007), originariamente a ilha Mem de Sá foi povoada por três famílias que, ao longo do tempo, vieram a utilizar os recursos encontrados no ambiente circundante, como os ecossistemas de restinga, o manguezal e o estuário. A pesca se tornou a principal atividade econômica, junto com o cultivo da mandioca e o aproveitamento do coco. É possível situar a referida ilha, na periferia oriental atlântica do Estado de Sergipe, num contexto fluviomarinho da bacia costeira do rio Vaza Barris, dominada pelo clima tropical úmido e subúmido (Figura 1).

Figura 1 – Situação Geográfica da Ilha Mem de Sá.



Organização: José Wellington Carvalho Vilar/2017.

Elaboração: Geógrafo Cleverton Santos/2017.

O acesso à ilha Mem de Sá pode ser feito de duas maneiras: pelo sistema viário e pelo canal estuarino. O primeiro, pelas rodovias SE -100 ou pela SE -270 até alcançar o Porto dos Caibros, no riacho Água Boa, para se realizar a travessia até o cais da ilha, denominado localmente Porto da Areia. No caso da via estuarina, é possível chegar à Mem de Sá a partir do Mosqueiro, na

Zona de Expansão de Aracaju, pelo rio Santa Maria, Vaza Barris e Riacho Paruí (VILAR, 2020). Para o citado autor, nesse ambiente, a ação humana tem sido ambígua, complexa e contraditória, variando entre iniciativas de proteção integral, de uso sustentável, de degradação e de geração de conflitos.

A ocupação humana no entorno da ilha decorre dos assentamentos rurais para efeitos de reforma agrária, e já as atividades econômicas locais giram em torno de três atividades básicas: agricultura de pequena escala, extrativismo e pesca tradicional. As atividades agrícolas são dificultadas pelos solos da planície costeira que se caracterizam, de maneira geral, pela baixa fertilidade natural e pela elevada acidez e salinidade. O extrativismo corresponde à extração da mangaba, uma fruta da mangabeira, espécie pioneira da Mata de Restinga, tradicional no litoral sergipano e que está associada à economia local. A lida da mangaba compete às mulheres catadoras que, conhecidas como “Senhoras da Mangaba”, formam, na visão de Mota *et al.* (2011), uma tríade com as mangabas e as mangabeiras, estreitamente vinculada à construção social de um território da planície costeira sergipana.

Aos homens cabe à pesca, universo dominado pelo masculino, numa rotina que se inicia de madrugada, quando se deslocam até os principais pontos de pesca para depositarem as redes durante a maré cheia e retirá-las com a maré baixa. De acordo com Santana (2010), entre as populações pesqueiras, as mulheres coletam crustáceos e moluscos, trabalho menos valorizado entre os próprios pescadores porque não está ligado diretamente à captura do peixe no rio. A pesca tradicional, base da economia local e do entorno estuarino, corresponde ao fundamento da organização comunitária onde o espaço fluviomarinho e oceânico é permeado por recursos de uso comum, compartilhados por praticamente todas as comunidades costeiras do Vaza Barris (VILAR, 2020).

Atualmente, pesquisas realizadas nessa comunidade, tal como aquela feita por Santana (2010) e Vilar (2020), informam que o povoado Mem de Sá está formado por uma população de aproximadamente 75 famílias (375 pessoas) que vivem há décadas em situação de isolamento geográfico em relação ao seu município, Itaporanga d’Ajuda. Conforme esses autores, no caso das marisqueiras ou catadoras de mariscos, é possível se perceber a invisibilida-

de de seu trabalho nos arranjos internos e externos relacionados à dinâmica do processo de desenvolvimento local daquela unidade territorial. Falando a respeito do assunto, Aragão, Curado e Souza (2010) revelam que há grande preocupação dos pais para com seus filhos, em geral, jovens, no que se refere aos obstáculos para o acesso à educação, saúde e lazer, além das mínimas possibilidades de trabalho não só na Ilha quanto fora dali.

4.2 As marisqueiras: Mulheres na Ilha e seus Dilemas Territoriais

Na construção social da população de mulheres marisqueiras da Ilha Mem de Sá é importante descortinar alguns aspectos da situação vivida no município de Itaporanga d'Ajuda. A população estava estimada em 2021 em 33.713 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No tocante ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os dados no ano de 2010 indicavam o índice de 0,561. No ensino, o município, que tem 53 escolas de Ensino Fundamental, 2 de Ensino Médio e 42 escolas de Ensino Pré-escolar, apresentou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede pública até a 4ª série, em 2011, em torno de 2,6, e 2,2 da 5ª a 8ª série. A incidência da pobreza corresponde a 53,17%, enquanto a taxa de analfabetismo (25,70%) está acima da média nacional (9,37%), notando-se que entre a população feminina do município o índice de analfabetismo é de 24,59%, e na população masculina é 26,85%.

Tal como se constata na realidade do povoado Mem de Sá, é evidente a violação dos direitos humanos fundamentais e as exclusões oriundas das políticas públicas sobre as minorias sociais. Com base no estudo desenvolvido por Santana (2010), tem-se uma reflexão sobre a necessidade de se compreender e olhar, de maneira abrangente, as populações pesqueiras, onde a produção das mulheres é tão importante quanto à dos homens, porém não sendo reconhecida como tal. No caso da Ilha Mem de Sá, seus habitantes veem na pesca realizada pelos homens uma atividade mais importante do que a catação de mariscos desenvolvida pelas mulheres locais.

Nessa discussão, tratando sobre as populações pesqueiras em geral, Ramalho (2006, p. 59) afirma que coube às mulheres, no decorrer dos anos,

“o papel de catadeiras, coletadoras ou (como são mais conhecidas) marisqueiras, que dominam junto com filhos e filhas, as margens das regiões estuarinas, dos rios ou dentro dos mangues, com a pesca da ostra, marisco, siri, sururu etc.”. Dentre essas espécies aquáticas, na dinâmica socioambiental que compõem o território da Ilha Mem de Sá, o aratu e o caranguejo são relevantes economicamente devido à comercialização de sua massa, garantindo, conseqüentemente, renda para os moradores, principalmente para um significativo número de mulheres dessa comunidade.

Assim, a atividade de catação, principalmente do aratu, é desenvolvida por mulheres, na Ilha Mem de Sá. Como fonte de sobrevivência da família, essa atividade é realizada, de acordo com levantamento realizado com 8 marisqueiras que compõem o universo de pesquisa, por mulheres com idade entre 22 e 50 anos, com maior participação de marisqueiras na faixa de 30 a 32 anos ($n=3$) e de 22 anos ($n=2$). Sobre o estado civil das marisqueiras, foi observado que o casamento é predominante ($n=6$), elemento que, segundo Santos (2012, p. 57), em pesquisa similar realizada com marisqueiras da Taiçoca de Fora, em Nossa Senhora do Socorro/SE, “traz uma relevância social para essas mulheres que atribuem ao homem o direcionamento familiar, mesmo que na realidade seja realizado por elas. Isso é fruto de uma sociedade patriarcal na qual estão inseridas”. Nessas famílias, a média de filhos é de 1,13 por marisqueira, variando de nenhum a 5 filhos, conforme a amostra.

Nenhuma dessas mulheres possui carteira de trabalho, ainda que 7 delas sejam registradas como pescadoras e 1, como marisqueira informal, verificando-se que o tempo na atividade se situa entre 8 a 10 anos e mais de 20 anos, para 6 e 2 entrevistadas, respectivamente. Desse modo, as entrevistadas formam um grupo quase homogêneo no tocante à experiência no desenvolvimento da atividade, devido ao conhecimento adquirido ao longo dos anos.

Os dados sobre a formação escolar evidenciaram que as marisqueiras pesquisadas são escolarizadas, ou seja, passaram pelo processo de aprendizagem em contexto escolar, notando-se que 5 mulheres possuem o Ensino Fundamental completo, 1 o Ensino Fundamental incompleto e 2 o Ensino Médio completo. Isso demonstra que há potencial, por parte das participantes,

para a captação das informações sobre as ações futuras relacionadas à sensibilização da comunidade para a proposta do TBC.

Nesse contexto, leva-se em conta a renda familiar que, para a maioria ($n=6$) desse grupo de pesquisadas, é menor que 1 salário-mínimo. O resultado é a pobreza na comunidade, o que sugere a implementação do TBC como um meio a mais para a geração de renda. Segundo Lima (2011, p. 6), “ao falarmos de TBC estamos tratando de processos transformadores de contextos sociais que visam romper com os dogmas econômicos vigentes no mundo contemporâneo exigindo, assim, uma nova organicidade de ações inovadoras”.

Na questão relativa à quantidade de pessoas da família que contribuem com seu trabalho para o sustento da casa, 2 marisqueiras responderam que somente elas, 5 afirmaram que desenvolvem atividades com seus respectivos maridos, e 1 citou que, além dela, o pai. Conforme se observa, os filhos, no caso daquelas que os têm, não auxiliam no desenvolvimento da atividade, e tampouco contribuem para a complementação da renda familiar. Sobre benefícios do governo, a maioria das marisqueiras ($n=7$) afirmou receber apenas o seguro defeso.

Da análise das questões apresentadas, apreende-se que, dentro da ideia da pouca importância do trabalho realizado por mulheres marisqueiras, são desencadeados outros processos, como a baixa remuneração dos pescados por elas vendidos. Santana (2010) analisa que essas condições econômicas, como um todo, delimitam os espaços que as marisqueiras devem ocupar na sociedade e na comunidade local. Em outras palavras, as desigualdades marcam a vida das mulheres marisqueiras que exercem esta atividade seja por falta de alternativas, seja pela cultura que considera tal atividade como fazendo parte do conjunto das tarefas domésticas, denotando que o papel dessas mulheres tem limites sociais e territoriais.

Na visão de Santana (2011, p. 4), na construção social dessas marisqueiras, o território revela “um domínio que delimita um espaço ou estabelece fronteiras, por meio de marcas simbólicas e tangíveis, oriundas de representações e sentimentos; esse domínio é estruturado por elementos políticos, econômicos, ideológicos e culturais”. É fato, portanto, que na construção social da comunidade, tanto o território quanto as territorialidades criaram

padrões de comportamento que privilegiam a situação do homem pescador, marginalizando o papel das mulheres na atividade marisqueira.

Assim, além das questões que permitiram traçar o perfil socioeconômico, outros aspectos foram abordados no sentido de identificar a realidade vivida, visando fundamentar a proposta de TBC. Quando indagadas sobre a visão que tinham sobre a comunidade em que vivem, as marisqueiras afirmaram ser favorável, elencando os pontos que precisam ser melhorados. Em relação a isso, para a totalidade das participantes, saúde e desemprego são os principais aspectos que necessitam melhoraria, seguidos das escolas, mencionadas por 6 marisqueiras, e segurança, citada somente por 1 entrevistada. A realidade dessa comunidade não contradiz a situação vivida em outros municípios costeiros sergipanos, quanto às dificuldades constatadas na saúde pública, o desemprego, a educação e a segurança.

Sobre o que é ser cidadão, o resultado mostrou que, para essas mulheres, significa: *“participar das decisões da comunidade”*; *“respeitar o outro e exigir ser respeitado”*; *“cobrar o cumprimento das promessas de campanha”*; *“exigir direitos e cumprir deveres”*; *“ter liberdade para se expressar”*. Nessa perspectiva, pressupondo que a possibilidade do exercício da cidadania pela comunidade deve passar, inicialmente, pelo conhecimento acerca de seus direitos e do próprio exercício de sua cidadania, indagou-se às marisqueiras sobre o interesse em discutir a respeito da cidadania. Houve unanimidade quanto ao desejo de conhecer o assunto, assim como concordância de que o conhecimento sobre os direitos ajudaria no trabalho.

Apesar de uma marisqueira mencionar que não gostaria de aprender sobre turismo, as demais revelaram interesse em participar de um projeto de estudo envolvendo o uso do TBC, tendo, inclusive, ouvido falar sobre ele. Todas participam de projeto comunitário na ilha, especificamente da Associação de Moradores. Para essas mulheres, o turismo *“gera renda para a comunidade”*, além do significado de *“receber pessoas de outros lugares”*. Essas concepções vão ao encontro ao olhar de Burgos e Mertens (2015, p. 60), quando apontam para o turismo *“como um fenômeno de interação entre o turista e o núcleo receptor [...] capaz de gerar benefícios sociais e econômicos [...]”*.

4.3 A Proposta de TBC

Esta proposta está construída com base na aproximação com a comunidade pesquisada, numa relação de troca de conhecimentos ou, como descrito por Santos (2005), de exercício de uma razão comunicativa. Tem como objetivo o desenvolvimento do TBC, voltando à atenção para um tipo de turista “que não quer estar plenamente submetido aos pacotes estéreis de atividade de entretenimento e lazer nos complexos hoteleiros” (LIMA, 2011, p. 3). Para o autor, esse turista faz parte de um contingente de pessoas interessadas em gozar de atrativos turísticos dos quais a mão do homem ainda não arrancou sua essência natural e cultural, o que lhe permite conhecer e interagir com as dinâmicas comunitárias.

Assim, o contexto em que se apresenta esta proposta é marcado por um cenário de pouca urbanização, mas de grande riqueza natural. Nos dizeres de Vilar (2020, p. 1), a geografia da ilha Mem de Sá é “concebida como um convite ao conhecimento de um espaço singular, cuja natureza tropical, litorânea e estuarina produz um cenário geográfico onde se processam fenômenos do meio natural e antrópico [...]”. Acredita-se que esse patrimônio natural de alto valor, aliado à pobreza econômica e social, informada pelas próprias participantes da pesquisa, irá desafiar à comunidade na criação de oportunidades, tal como um projeto que possa ser a base para seu desenvolvimento.

Diante disso, o TBC apresenta-se como uma modalidade de aproveitamento desses recursos naturais, ao mesmo tempo em que irá satisfazer as necessidades econômicas da comunidade local. Todavia, de acordo com o referencial de Fabrino (2013), um princípio desta proposta refere-se à integração do turismo na dinâmica produtiva local sem substituir as atividades econômicas da comunidade, o que, em outras palavras, significa dizer que o TBC será exercido como uma atividade econômica complementar, e não como atividade principal.

Igualmente, julga-se importante compreender que, “no TBC percebe-se, como um elemento comum, a interpretação da comunidade como sujeito de seu próprio avanço, participando da concepção, desenvolvimento e gestão do

turismo” (FABRINO, 2013, p. 17). Esse conceito abrange os vínculos do homem e das mulheres com seu território, o sentido de pertencimento às propostas de desenvolvimento e à sua capacidade, como membros de uma comunidade, de participar de processos de tomada de decisão.

Por conseguinte, à luz do trabalho de campo, o desenvolvimento da proposta de TBC passa, necessariamente, por um processo educacional desenvolvido em espaço de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de confronto, vivência e troca de experiências. Nesse sentido, busca-se envolver a comunidade das marisqueiras em um processo de aprendizagem, tendo por base a afirmação da vida e da dignidade da pessoa humana. A proposta inicia um processo que visa consolidar o conceito de cidadania mediante discussões sobre a realidade na qual vivem essas mulheres e os problemas enfrentados pelas famílias residentes na ilha. Com isso, são obtidas informações que permitem projetar o que se deseja para a comunidade, ou seja, o que pode ser feito para proporcionar qualidade de vida em harmonia com o meio ambiente.

Aqui, leva-se em conta o argumento de Blackstock (2005), segundo o qual o turismo será bem-sucedido se em seu planejamento e implementação incorporar valores e visões dos residentes das comunidades locais. Nesse contexto, valoriza-se o conhecimento das marisqueiras sobre os atrativos da ilha Mem de Sá para estruturação do turismo. O mapeamento desses atrativos permite discuti-los em termos de localização e acesso. Vale lembrar que essas mulheres residem há mais de 20 anos na comunidade, conhecendo, portanto, o cenário ambiental ali existente, ponto importante para a sustentação da proposta do TBC.

Os locais sugeridos pelas participantes da pesquisa serão inseridos em um roteiro turístico destinado a mostrar a identidade cultural, o patrimônio e o modo de vida das marisqueiras e da comunidade da ilha. Buscam-se, ainda, ideias que melhor reflitam o cotidiano das marisqueiras, as atividades, os produtos e aspectos ambientais que possam atrair o turista. Os resultados estão contextualizados em uma Cartilha sobre TBC, na perspectiva de desenvolvimento vinculado a uma oportunidade econômica que a comunidade possa usufruir a partir dessa atividade turística.

Essa proposta reflete a percepção de diferentes autores quanto à importância de um projeto turístico ativador de melhorias econômicas e sociais em localidades que enfrentam problemas de subemprego, desemprego, alto índice de analfabetismo e pobreza. Diante disso, fomentar o turismo na comunidade das marisqueiras da ilha Mem de Sá exigiu um novo olhar sobre problemas sociais, culturais e ambientais, refletindo sobre os rumos a seguir para promover seu potencial positivo como destino turístico.

Para a participação ativa da comunidade, a proposta considerou indispensável se estabelecer um processo educativo com a finalidade de fomentar aprendizagens e o exercício de práticas que capacitem as marisqueiras a se organizarem com objetivos comunitários, reconhecendo-se, acima de tudo, como pessoas de direitos e, por isto mesmo, cidadãs. Como principal resultado, neste primeiro momento, pode-se apontar a aceitação, por parte da comunidade, da proposta apresentada na abertura das oficinas de planejamento participativo.

Indica-se, ainda, que o fato desse grupo de pesquisadas ter tido acesso à educação facilitou o entendimento, contribuindo para uma melhor divulgação das ações preliminares relativas ao processo de desenvolvimento da proposta e a exposição das informações para a comunidade. Além disso, as respostas obtidas nas entrevistas com as participantes da pesquisa reforçaram a percepção do turismo, vinculado à educação e participação, como um meio para fomentar o desenvolvimento da cidadania na comunidade.

Dessa maneira, em resposta à questão que norteou a realização deste estudo, sobre quais resultados se podem alcançar com a promoção do Turismo de Base Comunitária em comunidades socialmente desfavorecidas, pode-se dizer que, além do benefício econômico, esse tipo de turismo propicia a valorização da identidade cultural, a participação da comunidade no planejamento e gestão dessa atividade, preservação dos recursos naturais e desenvolvimento social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão inicial que motivou o delineamento deste estudo parte do reconhecimento do Turismo de Base Comunitária, apresentado na literatura científica como uma proposta associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local, principalmente de comunidades menos favorecidas. Esse reconhecimento conduziu à elaboração de uma proposta destinada à comunidade de marisqueiras da ilha Mem de Sá/SE como destino turístico.

No âmbito dessa proposta de TBC, é possível identificar que as participantes, chamadas a protagonizar a melhoria das condições de vida local, podem atuar de forma ativa e interativa na atividade turística. Isso porque, o modelo de gestão do TBC permite a inclusão da população local no desenvolvimento da atividade, identificando suas necessidades e, principalmente, mobilizando-a para lutar por seus direitos e fortalecimento de sua cidadania, de modo a evitar a exclusão imposta às pequenas comunidades pelo turismo de massa.

Por fim, os argumentos que sustentam a proposta apresentada servem de base para a formulação de uma opção de desenvolvimento sustentável, implicando necessariamente na inclusão comunitária, na gestão e condução do turismo dentro de uma prática de cidadania, onde cada um desempenhe conscientemente seu papel, contribuindo para o aperfeiçoamento das condições de vida dos indivíduos na comunidade, resultando na criação de uma nova realidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. J. R. Patrimônio natural e turismo voluntário: ética do cuidado na relação sociedade-natureza. 2016. 162 f. **Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)** – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ARAGÃO, M. C. O.; CURADO, F. F.; SOUZA, R. M. e. Relações socioambientais na comunidade pesqueira Mem de Sá, Sergipe. Florianópolis, SC: 2010. **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPA)**. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT12--265-20100830220543.pdf>>. Acesso em: 25 fev., 2016.

- BENI, M. C. (Org.). **Turismo planejamento estratégico e capacidade de gestão**. Barueri: Ed. Manole, 2012.
- BENUR, A.; BRAMWELL, B.. Desenvolvimento do produto turístico e diversificação de produtos nos destinos. **Tourism Management**, v. 50, out. 2015, p. 213–224.
- BLACKSTOCK, K. Um olhar crítico sobre o turismo baseado na comunidade. **Community Development Journal**, v. 40, n. 1, p. 39–49, 2005.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K.. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2010.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**. Desafio para a formulação da política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Universidad de La Laguna, Tenerife, Espanha, v. 13, n. 1, p. 57–71, 2015.
- CANAU, V. M. **Educação em direitos humanos**: uma proposta de trabalho. Oficinas Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos. Rio: 1999. Disponível em: <<http://dhnet.org.br/educar/cartilhas/oficinas/partl.htm>>. Acesso em: 15 mar., 2017.
- EMBRAPA TABULEIROS COSTEIROS. **Gestão participativa para o desenvolvimento da comunidade Mem de Sã** – Itaporanga d’Ajuda/SE. Aracaju: Embrapa, 2007.
- FABRINO, N. H. Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. 2013. 185 f. **Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)** – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília: 2013.
- FERREIRA, R. B.. **Turismo e cidadania**: como pensar as bases desta relação? Caxias do Sul: 2005. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt3-turismo-e-cidadania.pdf>>. Acesso em: 22 mar., 2017.
- GASTAL, S.; MOESCH, M. M. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. Rio de Janeiro: Aleph, 2015.
- HALL, M. **Planejamento turístico**. Políticas, processo e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.
- IGNARRA, Renato. **Fundamentos do turismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Senac, 2013.
- INSKEEP, E. Planejamento ambiental para o turismo. **Tourism Management**, v. 14, n. 1, 1987, p. 118–135.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Informações estatísticas**. Brasília: 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?cod-mun=280320>>. Acesso em: 17 mar., 2017.
- IRVING, M. A. Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. (Orgs.). **Turismo, o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002, p. 35–45.

KUNSCH, M. M. K. Relações públicas comunitárias nos processos de gestão das atividades turísticas. In: BENI, M. C. **Turismo Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão**. Barueri: Ed. Manole, 2012, p. 331–344.

LIMA, R. P. Turismo de base comunitária como inovação social. 2011. 191 f. **Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)** – UFRJ, 2011.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MAY, V. Turismo, meio ambiente e desenvolvimento. Valores, sustentabilidade e moradia. **Tourism Management**, v. 12, n. 2, jun. 1991, p. 113–118.

MEDEIROS, M. de L.; PASSADOR, J. L.; BECHELINI, D. G. A fenomenologia e a pesquisa em turismo: reflexões para aplicação com base no turismo gastronômico. **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, v. 13, n. 1, p. 20–34, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1742/1863>>. Acesso em: 2 abr., 2017.

MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas: Alínea, 2009.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 1. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v24i1p170-189>>. Acesso em: 18 de fev., 2016.

MIELKE, E. J. C.; PEREIRA, A. Desenvolvimento Econômico e Social através do Turismo: interações entre atores locais. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, IV Seminário da ANPTUR – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo, III, 2006. **Anais...** ANPTUR, Caxias do Sul, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MORAES, B.; SOUSA, E.; OLIVEIRA, F.; ALVES, J.; TARARAN, S.. Turismo e desenvolvimento local: mitos, ameaças e oportunidades. **Revista Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 1, n. 3, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/viewFile/149/156>>. Acesso em: 3 de mar., 2017.

MOTA, M.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da; PORRO, N. M.; OLIVEIRA, T. C. V. de. **A mangaba, as catadoras e o extrativismo**. Belém: EMBRAPA, 2011.

NEVES, J. do R. O. **O papel dos eventos no reforço da atratividade turística de Cabo Verde**. O caso da cidade da Praia. 2012. 147f. Dissertação (Mestrado em Turismo, Especialização em Gestão Estratégica de Eventos). Estoril, Portugal, 2012.

OMISTE, A. S.; LÓPEZ, M. D. C.; RAMIREZ, J. Formação de grupos populares: uma proposta educativa. In CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. (Orgs.). **Educar em direitos humanos**: construir democracia. Rio de Janeiro: DP & A, 2000, p. 168–184.

RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis, 2006.

RUIZ, E.; HERNÁNDEZ, M.; COCA, A.; CANTERO, P.; DEL CAMPO, A. Turismo comunitario en Ecuador. Comprendiendo el Community – based tourism desde la comunidad. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 6, n. 3, p. 399–418, 2008.

SANTANA, M. C. S. O trabalho (re) faz o gênero: rede de pescarias e catações na Ilha Mem de Sá. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 15, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2010, p. 1–15.

SANTOS, E. A. (Re) produção social e dinâmica ambiental no espaço da pesca: reconstruindo a territorialidade das marisqueiras em Taiçoca de Fora – Nossa Senhora do Socorro/SE. 2012. 163 f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SIMMONS, David G. Community participation in tourism planning. **Tourism Management**, v. 15, n. 2, 1994, p. 98–108.

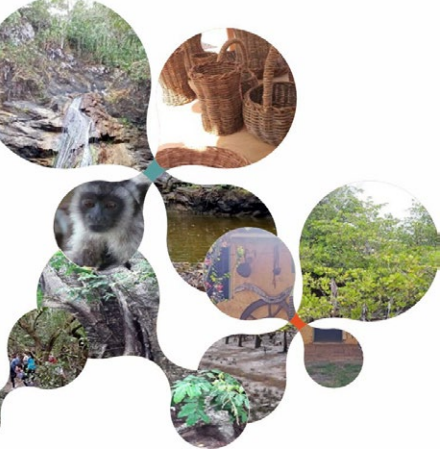
SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285–299, 2005.

SOUZA, A. F. G. O vivido, percebido, concebido: identidades e territorialidades nas margens e ilhas do médio Rio São Francisco em Minas Gerais. In: VARGAS, M. A. M.; DOURADO, A. M.; SANTOS, R. H. (Orgs.). **Práticas e vivências com a geografia cultural**. Aracaju: EDISE, 2015, p. 67–93.

SOUZA, A. F. G.; SANTOS, R. H. do; BRANDÃO, C. R. Ciclos de vida nos lugares das águas: as ilhas do rio São Francisco. In: Encontro de Grupo de Pesquisas, V – Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais, Santa Maria, RS, 25 a 27 de novembro, 2009. **Anais...** Universidade Federal de Santa Maria, 2009, p. 1–13.

STAKE, R. E. **A arte de investigação em estudos de caso**. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

VILAR, J. W. C. **A Ilha Mem de Sá no contexto do Litoral Sul de Sergipe**: da “invisibilidade” histórica à apropriação social das paisagens. In: BRAGHINI, C. R. et al. (Orgs.). Turismo de base comunitária: reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá. Aracaju: EDIFS, 2020, p. 119–142.



CAMINHOS PARA O TURISMO EM NOSSA SENHORA DAS DORES, SERGIPE: DESAFIOS PARA INCLUSÃO DE COMUNIDADES

Tamires Costa Santos
Claudio Roberto Braghini
Ártemis Barreto de Carvalho

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo objetiva apresentar os caminhos do turismo no município de Nossa Senhora de Lourdes, na região do Agreste de Sergipe, na perspectiva de inclusão de comunidades. Buscou-se apresentar os elementos que favorecem o desenvolvimento do turismo no município, no sentido de inserção das comunidades Gado Bravo Sul e Cachoeirinha. Vale inicialmente ressaltar que o termo caminhos é utilizado como reflexão de uma trajetória com início e percursos que conduzem ou permitem transitar de um ponto a outro e, também, sugere opções e escolhas que levam a outros caminhos, no sentido de uma continuidade.

A linha de argumentação do presente capítulo conecta o Turismo de Base Comunitária (TBC) com o contexto da ruralidade, na qual o turismo no espaço rural é uma possibilidade. A ideia de TBC remete à inclusão das comunidades, desde o planejamento até a autogestão, com o protagonismo comunitário na prestação de serviços turísticos e na distribuição dos benefícios gerados. Fortalece-se a concepção do TBC como caminho para auxiliar na resistência e permanência de comunidades, com seus modos de vida e cultura, seus lugares e territórios.

No estado de Sergipe existem algumas iniciativas de TBC, mas não há políticas públicas específicas para o setor. Algumas dessas iniciativas apresentam relação com o perfil de comunidades litorâneas de pescadores ar-

tesanais, extrativistas e agricultores familiares, e outras, relacionadas ao interior, com agricultores familiares, pequenos criadores de animais e extrativistas, com quintais produtivos ou roças. Vale ressaltar que as ações públicas e privadas em Sergipe focalizam o turismo de sol e praia e de lazer, ampliado com ações do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE). Na verdade, são escassas as atividades voltadas ao turismo nos espaços rurais no âmbito estadual.

2 DO TURISMO AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: BREVES REFLEXÕES

Visto de forma sistêmica, o turismo integra diversos setores, como os meios de transporte, equipamentos e serviços, mobilizando instituições, agentes econômicos, turistas e residentes de um determinado destino. Em diversas partes do Brasil, o setor promove o crescimento socioeconômico, por meio da geração de emprego, renda e valorização dos patrimônios cultural e natural. Entretanto, os modelos adotados também trazem consequências consideradas negativas às localidades e devem ser consideradas (BARRETTO, 2014; RUSCHMANN, 2015).

Mesmo em processo de desenvolvimento, o turismo gerou fortes impactos sobre as culturas e as paisagens dos lugares visitados (RUSCHMANN, 2015). Entre os impactos vale destacar o “consumo exacerbado, poluição, crescimento de frota de veículos, popularização cada vez mais acentuada de práticas antes delegadas às camadas mais abastadas” (RAMALHO; SILVA; RABINOVICI, 2010, p. 27–28). Com a repercussão dos problemas econômicos, sociais e ambientais, provocados pelo turismo e outras atividades econômicas, as questões ambientais e sociais ganham magnitude.

A partir das implicações negativas do turismo de massa, ambientalistas questionam os efeitos em países do então chamado Terceiro Mundo. Como contraponto, registra-se o Turismo Alternativo (TA), que pleiteia estratégias de inclusão social para as comunidades excluídas e marginalizadas pelo turismo massificado. De acordo com México (2004), o turismo alternativo é uma atividade que busca aproximação direta e efetiva com a natureza, valorizando e respeitando as características culturais e naturais de comunidades visitadas.

O mais adequado é pensar em busca de formas alternativas de turismo, na medida em que não havia um modelo consensual e sim, um período em que se discutiu e surgiram variadas propostas (PIRES, 2002). Entre as décadas de 1980 e 1990 surgiram e se ampliaram formas de turismo com essa linha de pensamento, tais como, ecoturismo, turismo ecológico, turismo responsável, turismo de aventura e turismo rural (RUSCHMANN, 2015; BARRETTO, 2014; COOPER *et al.*, 2008; PIRES, 2002).

A adoção dessa tendência busca um olhar consciente e sensível sobre o meio ambiente e os aspectos culturais de comunidades (indígenas, rurais, ribeirinhas, quilombolas e outras). Essa forma de repensar o turismo se fortaleceu com reuniões de cúpula das Nações Unidas, a exemplo da Rio 92 e da Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, no ano de 2003 (COOPER *et al.*, 2008), e em diversos eventos posteriores.

Atualmente, a expressão Turismo Sustentável é a mais disseminada, incorporando princípios do turismo alternativo, desde a proposição e consagração das ideias de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Nesse contexto, sustentabilidade implica a promoção da participação da comunidade local no processo de planejamento, desenvolvimento e execução do turismo, ou seja, um caminho para o desenvolvimento, uma vez que “considera a autenticidade cultural, a inclusão social, a conservação do meio ambiente, a qualidade dos serviços e a capacidade de gestão local como condições fundamentais para a viabilidade da atividade turística a longo prazo” (BRASIL, 2007, p. 19).

Uma dessas formas alternativas se insere no contexto do turismo no espaço rural (TER) como estratégia para o desenvolvimento local. Com base em Souza e Klein (2019), o termo “rural” se refere a uma incisão espacial de natureza geográfica. Em outras palavras, são áreas onde pode ocorrer atividades agrícolas e não agrícolas. Candiotto (2009), Souza e Klein (2019) e Wandscheer e Teixeira (2010) compartilham dessas ideias sobre a dinâmica contemporânea dos espaços rurais na quais o turismo integra novas ruralidades, bem como os conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade no campo.

O desenvolvimento rural multifuncional deve-se às mudanças espaciais que ocorreram nos territórios. Lazer, turismo rural (TR), agroindústrias e

agroecologia, em conciliação com as atividades agrícolas, corroboram o fortalecimento e o desenvolvimento da multifuncionalidade rural. Neste caso, “o turismo no espaço rural será entendido com aquele turismo que tem como cenário o espaço rural para as atividades e lazer e fruição em contato com a natureza e com as populações locais e suas práticas culturais” (ALMEIDA, 2010, p. 35).

Segundo Santos e Pires (2010), o turismo rural no Brasil foi pensado como uma alternativa econômica para minimizar o declínio do meio rural e manter em funcionamento as atividades agrícolas e a recuperação do valor econômico e social. O turismo no espaço rural, em especial o turismo rural, foi relevante na geração de oportunidades e possibilidades da fixação do homem do campo e pode se integrar a outros segmentos como ecoturismo, turismo de aventura e turismo cultural.

É neste contexto que se incluem possibilidades de um turismo de base local com foco no protagonismo das comunidades, no direito à permanência e resistência em seus territórios, com sua cultura e seu cotidiano, em busca de melhoria das condições de vida, como o turismo comunitário ou turismo de base comunitária (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

No Brasil, o turismo comunitário ou turismo de base comunitária emerge da discussão sobre turismo de base local, na década de 1990. Segundo Irving (2009), o TBC é reconhecido como estratégia de desenvolvimento do turismo, como forma de organização alternativa de inclusão social e governança democrática. Nessa direção, o TBC vem se estruturando em algumas regiões brasileiras. Uma das iniciativas pioneiras foi desenvolvida no litoral cearense.

Sansolo e Bursztyn (2009) reforçam o potencial do TBC no espaço rural, correlacionado as novas funções do campo e associadas à multifuncionalidade, à pluriatividade da terra, à busca pela permanência no território, além das políticas de valorização dos povos tradicionais e da agricultura familiar. Tal potencial permitiu que o turismo assumisse um papel importante no meio rural, principalmente com o TBC. Nesse diapasão, Mielke e Pegas (2013, p. 173) entendem que “os projetos de turismo de base comunitária devem ter como princípio básico a melhora da condição de vida das pessoas que residem em regiões onde, via de regra, são excluídas do sistema econômico”.

Nessa concepção, o TBC é uma alternativa ou estratégia de inclusão das comunidades no processo de planejamento e desenvolvimento social, além disso, a ideia de participação é uma das principais características do TBC que o difere de outros modos de organização da atividade turística (GÓMEZ *et al.*, 2016). Segundo Moraes (2011), um dos princípios que diferencia o turismo comunitário do turismo convencional é a forma como essa modalidade se interliga com os demais subsistemas, como: educação, saúde e o modo de vida; além da ofertar os serviços turísticos.

O turismo comunitário consiste assim “em um modelo de desenvolvimento turístico centrado nos recursos (humanos, naturais e de infraestrutura) endógenos de determinada localidade”. (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016, p. 174). Nessa linha de pensamento, Irving (2009) pontua que o TBC está vinculado ao compromisso de inclusão social, inserido na atual conjuntura política e com maior alcance e visibilidade no país e no plano mundial.

Para desenvolver uma iniciativa de TBC é preciso levar em consideração os princípios que a sustentam. No Brasil, o Ministério do Turismo (2010) identificou algumas características ou princípios comuns às iniciativas de TBC estudadas: autogestão; associativismo e cooperativismo; democratização de oportunidades e benefícios; centralidade da colaboração, parceria e participação; valorização da cultura local; e protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

A Rede TURISOL destaca o modo de vida da comunidade entre os princípios que norteiam o TBC que inclui “sua forma de organização, os projetos sociais que fazem parte, a mobilização comunitária, a tradição cultural e as atividades econômicas” (PROJETO BAGAGEM, 2010, p. 30). Outros princípios abrangem o protagonismo comunitário com a comunidade empreendedora e proprietária dos empreendimentos turísticos; a “autogestão; partilha cultural; conservação ambiental; transparência no uso dos recursos e a parceria social com agência de turismo” (PROJETO BAGAGEM, 2010, p. 30).

Posteriormente, o ICMBIO (2018, p. 11–12), com foco na gestão de unidades de conservação e nas comunidades sob sua influência, reconhece alguns princípios e destaca outros: “conservação da sociobiodiversidade; equidade

social; bem comum; transparência; partilha cultural; atividade complementar; educação; dinamismo cultural; e continuidade”.

Ressalta-se que o TBC aparece como uma atividade econômica complementar, ou seja, não visa substituir as atividades já desenvolvidas pelas comunidades, e sim, se integra à dinâmica produtiva local, mobilizando os elementos culturais e naturais existentes. Como resultado indireto, o TBC traz oportunidades também para que os jovens permaneçam no local de origem (DALMORA; NASCIMENTO; VIEIRA, 2020). Oportunidade e direito às comunidades desenvolverem um turismo de auto beneficiamento e de visibilidade próprias, quando prioriza o desenvolvimento centrado nos recursos endógenos das comunidades (FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016).

O TBC depende do contato direto e efetivo com as comunidades idealizadoras e promotoras do turismo local e de como as atividades oferecidas podem fortalecer as relações e as trocas de saberes. Como afirmam Braghini; Santos; Vieira (2020, p. 31-32), o TBC é “focado na prestação de serviços pelas comunidades, que valoriza a interação com o turista, trocando saberes, vivenciando experiências locais e fortalecendo relações”. Ou seja, deve-se considerar o TBC numa perspectiva de uma construção sustentável, focado na partilha, no resgate e valorização cultural e na conservação ambiental. Nesse sentido, Moraes (2011, p. 18) reforça a importância do compartilhamento solidário, a “relação social com seu interesse pelo outro, pelo diferente, pela autenticidade no seu jeito de falar, cantar, dançar, comer, entre tantos, que respeita a simplicidade existente nas comunidades tradicionais”.

Desse modo, o planejamento é indispensável para o desenvolvimento do TBC, para que gere um equilíbrio e harmonia entre os recursos naturais, culturais, sociais, espaciais, a minimização dos impactos negativos e potencialização dos impactos positivos, evitando a descaracterização do patrimônio cultural e desestruturação social (BRASIL, 2007; COSTA, SANTOS, FACCIO-LI, 2014; RUSCHMANN, 2015).

Nesse processo, “não apenas se busca assegurar a participação das populações locais em todas as etapas do processo, mas também a qualidade ambiental e social do destino” (IRVING, 2009, p. 115). Os empreendimentos, equipamentos e serviços precisam ser próprios da comunidade e gerenciados

pelos seus membros, ou seja, o desenvolvimento do TBC só é possível se os moradores forem os protagonistas deste destino e não objetos do processo (IRVING, 2009; FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016).

Em Sergipe, de acordo com Braghini, Santos e Vieira (2020), existem algumas iniciativas de TBC, tal como, a experiência da Ilha Mem de Sá, que teve ações impulsionadas pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS). Outras iniciativas sergipanas apresentam características e níveis de desenvolvimento diferentes e, de forma geral, as ações focaram na sensibilização e capacitação de comunidades para o TBC e a comercialização de roteiros. Como exemplo tem-se as seguintes comunidades: Ponta dos Mangues em Pacatuba e Quilombo Santa Cruz em Brejo Grande, ambos no Litoral Norte; Quilombo Mocambo, no município de Porto da Folha, no sertão; e Ilha Grande, no município de São Cristóvão, localizado na região metropolitana.

3 O CAMINHAR DA PESQUISA E SUAS ESCOLHAS

Em termos metodológicos, este capítulo deriva de pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva, bibliográfica e de campo, com levantamento de potencialidades turísticas, através de diálogos e entrevistas com gestores públicos do município de Nossa Senhora das Dores, líderes de ONGs e moradores dos povoados Gado Bravo Sul e Cachoeirinha.

Buscou-se compreender o desenvolvimento do turismo no município, envolvendo levantamento bibliográfico, diálogos e entrevistas com pessoas que se relacionam na prática com o problema pesquisado (ÂNGELO, 2012). As informações específicas sobre iniciativas turísticas em Nossa Senhora das Dores foram fornecidas pela Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico (SECTUDE). Outros dados foram obtidos a partir do IBGE, dos Guias Dorenses e do site da prefeitura (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS DORES, 2021). Aspectos sobre dimensões de ruralidades e turismo no espaço rural, obtidos a partir das ideias de Souza e Klein (2019), auxiliaram na observação/leitura dos povoados.

No sentido de construir um processo participativo com moradores dos povoados, articulou-se a primeira reunião com foco na sensibilização/re-

flexão e foi estabelecido uma programação em conjunto, aproveitando-se da mobilização que a ONG Cultivar já possui com outras ações locais. A programação previu aplicação de técnicas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), entre elas a construção de mapa falado, que se refere a uma forma de representação gráfica de elementos ou aspectos da realidade a ser conhecida, constituindo-se de desenhos representativos, diagramas visuais e interativos, construídos por um grupo em torno de uma discussão (FARIA; FERREIRA NETO, 2006). Outra técnica escolhida foi a caminhada transversal, para auxiliar no levantamento das potencialidades e desafios à gestão comunitária do turismo. A técnica tem como principal característica o reconhecimento da realidade, relacionado à dinâmica de um determinado local. Nesse processo de levantamento conjunto, a análise considerou como referenciais as características e princípios do turismo de base comunitária (IRVING 2009; FABRINO; NASCIMENTO; COSTA, 2016; BRASIL, 2010).

As ações desenvolvidas geraram informações que foram sistematizadas evidenciando as potencialidades para o turismo em termos de atrativos, serviços e equipamentos, infraestrutura, organização e parcerias, assim como, as possibilidades e os desafios para se pensar a inserção de comunidades com certa organização, favoráveis ao TBC, ou seja, pensar as comunidades com processos coletivos de gestão de atividades turísticas.

4 O MUNICÍPIO, OS POVOADOS E AS PERSPECTIVAS PARA O TURISMO

O município de Nossa Senhora das Dores, chamado simplesmente de Dores pela população, está inserido no Polo dos Tabuleiros, localizado na Microrregião do Médio Sertão Sergipano, a 72,5 km da capital Aracaju. Conta com 25 povoados e, segundo o IBGE (2010), a população urbana corresponde a 16.027, com população Rural de 8.552, IDHM de 0,006 e Densidade demográfica de 52,18 hab./km². Ainda conforme o IBGE (2018), o PIB per capita é de 11.152,16 reais, distribuído numa área territorial de 482,339 km². A altitude média é de 250m, enquanto na Serra de Itapicuru, alcança 420m, e na Serra do Besouro, 310m. Sua economia provém, principalmente, da agropecuária, de pequenas indústrias, comércio e serviços. Os nascidos no município são

chamados de Dorenses. Ainda em termos de contextualização regional, o município faz conexão rodoviária com todas as regiões do estado de Sergipe (CARVALHO, 2013).

Relatos históricos indicam o início do povoamento no Século XVII, com massacre de indígenas, conflitos de vários tipos e formas de resistências. A herança cultural está ligada aos antepassados e ao processo de colonização, com práticas ligadas ao campo e à pecuária. A história está estampada nas manifestações religiosas, a exemplo das procissões centenárias, e nas expressões culturais, mas também, no contexto do movimento do Cangaço (CARVALHO, 2020).

Por pertencer à região do Agreste Sergipano, o município se localiza entre o Litoral e o Sertão, numa área de transição climática e com influência dos biomas Mata Atlântica e Caatinga. O município é banhado pelos rios Sergipe, Japarutuba e seus afluentes. Igualmente, registram-se algumas lagoas (Lagoa da Tabua, Lagoa Grande e Lagoa Várzea-grande) usadas das mais variadas formas, entre elas o lazer e a pesca, e que sofrem pressões e ameaças antrópicas.

Aspectos culturais fazem parte da preservação da memória histórica e cultural do município e principalmente dos povoados. Contos, lendas, festividades populares e artesanatos fazem parte do “celeiro cultural” de Nossa Senhora das Dores e de suas localidades rurais das mais diversas formas, desde bordados, artes entalhe, produção de tecidos (rendendê, fuxico, crochê, renda de bilro, ponto cruz e outras), barro, cipó, palha, tela e couro (CARVALHO, 2014/2015).

Com base em diálogos com a gestão municipal do turismo, foi lançado o “Projeto Dores Rumo ao Turismo”, com o objetivo de identificar os potenciais turísticos e econômicos do município (NOSSA SENHORA DAS DORES, 2021). O planejamento turístico se iniciou com a criação do Conselho Municipal de Turismo (Lei Municipal N° 376/19) e com as tratativas para inclusão de Nossa Senhora das Dores no Mapa do Turismo de Sergipe. Vale registrar que está em curso a fase final de elaboração do Plano Municipal de Turismo. Trata-se assim, de movimento favorável da gestão pública atual para desenvolver o turismo local.

A gestão municipal informou sobre a existência de parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), através de termo de Cooperação Técnica, assinado em 2021. Outros parceiros citados foram: o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/SE); Polo dos Tabuleiros; Grupo Ambientalista Dorense (GAD); Clube Dorense de Astronomia ÓRION (CDAO); Secretaria Municipal de Cultura (SECULT); Museu Caipira; Academia Dorense de Letras (ADL); Academia Brasileira de Letra e Artes do Cangaço (ABLAC); e Instituto Cariri Cangaço.

Desde 2022, o município está inserido no Mapa de Turismo de Sergipe, e no Plano Municipal de Turismo as tratativas buscavam inserir alguns povoados. Outro aspecto favorável se direciona às ações desenvolvidas pela gestão municipal e seus colaboradores (Quadro 1).

Quadro 1 – Ações de incentivo ao Turismo no Município de Nossa Senhora das Dores, SE, 2021

Ações	Situação do Projeto
Revitalização do Açude; estruturar o Cruzeiro e Revitalizar o espaço das pedreiras.	Projetos de Infraestrutura e paisagístico elaborados pela SMI e DIMURB.
Implantação de trilha ecológica (Rio Sergipe/Cachoeira do Dangi) com inclusão de Educação Ambiental, pesquisa científica do ecossistema local e patrimônio natural.	Projeto em andamento de levantamento ambiental do ecossistema da localidade, coordenado pelo Grupo Ambientalista Dorense (GAD).
Criação de roteiro turístico para a Serra do Besouro, com Educação Ambiental e construção de mirante.	Inventário da Serra do Besouro, com 310 m de altitude, com belíssima vista panorâmica que valoriza o patrimônio natural.
Implementação da Rota Dorense do Cangaço, com conteúdo histórico.	O projeto já se encontra em fase de conclusão, com fixação de marcos contendo informações históricas e geográficas de cada localidade.
Elaboração do projeto de estruturação e melhoramento de via de acesso para o Museu Caipira, incluído em roteiro.	Criado em 2012, de iniciativa privada, compreende rico acervo material e histórico da memória, cultura e identidade dos povos que habitavam a região.

Fonte: Adaptado de SECTUDE, 2021.

Deslocando-se o olhar mais especificamente para os aspectos gerais dos povoados, Gado Bravo Sul está localizado às margens da Rodovia Djenal Tavares de Queiroz, a SE-339, que interliga Nossa Senhora das Dores à Ita-baiana. O povoado está distante 17,6 km da sede municipal. Sua população está estimada em 467 habitantes, distribuída entre 39 famílias (SECRETARIA

MUNICIPAL DE SAÚDE, 2019). Em termos de ocupações e atividades econômicas, além das atividades agropecuárias, há um pequeno comércio, com mercearia, bar, borracharia, *lan house*, entre outros. As pessoas trabalham em diversas atividades, tais como: serviços domésticos, serviço público e atividades agrícolas e artesanais. Há pequenos produtores de gado de corte, ovinos, caprinos e suínos, além da pesca artesanal no rio Sergipe, em meio a atividades de cultivo de milho, macaxeira, mandioca, feijão, fava, batata-doce e abóbora. Em cada casa, constatou-se, no mínimo, um aposentado e há uma dependência de programas de inclusão social, como o bolsa família.

Por sua vez, o povoado Cachoeirinha está localizado na região sul às margens da Rodovia Djenal Tavares de Queiroz, SE-339, a 20 km da sede municipal, apresenta uma população de aproximadamente 60 habitantes, dividida entre 19 famílias (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2019), constituindo-se num dos menores núcleos de povoamento do município. A economia local provém praticamente da agropecuária, por isso não há espaços comerciais, e a maioria dos residentes está aposentada, mas alguns moradores trabalham prestando serviços domésticos, como servidores públicos, posseiros ou roceiros.

5 POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA O TURISMO COMUNITÁRIO

Dentre as características naturais de Gado Bravo Sul destacam-se o relevo acidentado e as paisagens atrativas, entrecortadas por riachos e pelo rio Sergipe (CARVALHO, 2014–2015). A partir de levantamento de campo, identificou-se as seguintes potencialidades naturais: açude do barreiro, o rio Sergipe, o riacho Dangi e a cachoeira do Dangi, a principal atração natural do município.

O rio Sergipe (Figura 1) atravessa parte da região sul do município, entre os povoados Taboca e Gado Bravo Sul, e com seus afluentes conforma a segunda bacia hidrográfica existente no território de Nossa Senhora das Dores. A região é caracterizada como espaço de transição entre a zona da mata e a caatinga e por isso apresenta resquícios de floresta tropical e o predomínio da vegetação do Agreste com destaque para o uso e ocupação do solo em forma

de pastagens (CARVALHO, 2013). Embora o rio não tenha influência direta do mar, devido à composição geológica nessas localidades suas águas são salobras, servindo de berçários para algumas espécies de crustáceos.

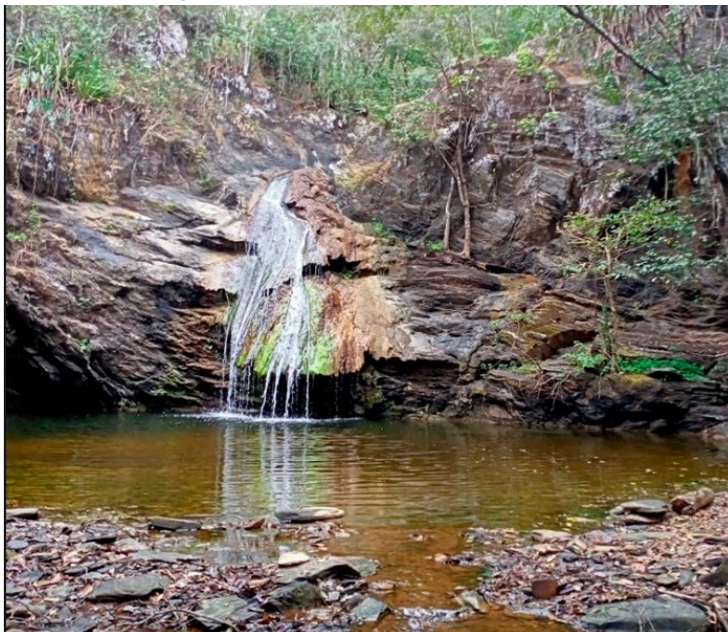
Figura 1 – Trecho do Rio Sergipe, próximo ao povoado Gado Bravo Sul – SE



Fonte: Autora, 2022.

A Cachoeira do Dangi (Figura 2) é considerada o cartão postal de Nossa Senhora das Dores, atraindo jovens, moradores, turismo pedagógico e aventureiros. Em 2021, a Assembleia Legislativa do Estado, através da Lei nº 8.832/2021 (ALESE, 2022), a declarou como Patrimônio Histórico e Cultural Material de Sergipe. Do ponto de vista de atratividade, além da beleza paisagística, a cachoeira tem um espaço convidativo e conta com um ambiente favorável e revigorante pela conservação da vegetação e pela água doce, com coloração esverdeada.

Figura 2 – Cachoeira do Dangi – Nossa Senhora das Dores – SE



Fonte: Autora, 2022.

Considerando-se os elementos históricos e culturais, as estruturas territoriais construídas trazem certo simbolismo para os moradores. Para a comunidade de Gado Bravo Sul, a igreja católica e a praça Nossa Senhora da Boa Hora evidenciam influência da religiosidade. Igualmente, registra-se as instalações da Ong Cultivar. Sobre o artesanato, identificou-se a confecção de crochê, peças em ferro e a arte no cipó (Artesão Paulo do Mato), retirados das matas locais, que ganham formatos específicos como cestas e artefatos para caça e pesca (Figura 3).

Figura 3 – Artesanato no cipó em Nossa Senhora das Dores – SE

Fonte: Henrique Garcia, 2022.

No âmbito das manifestações culturais, a religiosidade católica é marcante, evidenciada na Festa da Padroeira Nossa Senhora da Boa Hora. Os eventos populares concentram-se em Gado Bravo Sul, como a Cavalcada de Damião, as festas pagãs no período de quaresma, a exemplo dos “Caretas” e da Queima de Judas. Há tentativa de preservar o Reisado, único grupo do município e que faz parte da história do povoado.

É importante evidenciar que a ONG Cultivar tem papel fundamental na promoção dessas atividades culturais. A instituição, sem fins lucrativos, objetiva “contribuir com alternativas permanentes de proteção social, através de ações nas áreas de educação, cultura, lazer, geração de renda, agricultura familiar, meio ambiente etc.” (SOBRAL, 2017, p. 74). De acordo com os moradores locais, a ONG representa um espaço de oportunidades, de desenvolvimento, tanto pessoal como local, promovendo educação, diversão e aprendizado, um verdadeiro meio de valorização para os alunos e residentes. Além disso, gera emprego temporário para os moradores que prestam serviços a ONG.

No caso de Cachoeirinha, dentre as representações edificadas e que simbolizam aspectos religiosos e histórico-cultural destacam-se: a Capela de São José, o sítio Tia Francisca, o Museu, com a casa de taipa e a cruz do finado jovem. O Museu Caipira (Figura 4), a principal atração do povoado, foi construído em

uma pequena casa de taipa. Suas instalações preservam peças, móveis, utensílios e uma diversidade de objetos, muitas deles centenários, relacionadas à história, memória, cultura e identidade do homem do campo. O museu é particular e foi criado em 2012 por Valtênio Santos Santana (SANTANA, 2021). A infraestrutura externa do Museu é composta por azulejos de barro e ganchos para rede, artefatos presentes na maioria das casas da região. Em seu interior, as paredes estão decoradas por diversos objetos e utensílios que formam um cenário bucólico que expressa o modo de vida local (Figura 5).

Figura 4 – Museu Caipira, Povoado Cachoeirinha, Nossa Senhora das Dores – SE



Fonte: Autora, 2022.

Figura 5 – Espaço interno do Museu Caipira Nossa Senhora das Dores – SE



Fonte: Autora, 2022.

As peças que compõem o acervo do Museu Caipira incluem: ferramentas de trabalho, utensílios de cozinha e mobiliário de quarto espalhado pelos cômodos da casa. A maioria das peças estão identificadas com nomes de origem e data de doação: roda de fiar, balança, mesa, oratórios, rádios, máquinas de costura, ferraduras, relógios, radiolas, moringas (cabaças), moedas, rodete, disco de vinil, ferro de brasa e elétricos, máquinas de escrever, carro de boi e até uma urna funerária indígena (CARVALHO, 2014/2015; SANTANA, 2021).

Em Cachoeirinha, os eventos principais são de cunho religioso, como a festa do padroeiro São José, enquanto o Samba de Roda, de cunho popular, resistiu até o falecimento do fundador em 2018. Há esforços de manter a prática, com o resgate das canções (transmissão oral) e a tentativa de manter a tradição da família. Segundo Sr. Valtênio Santana, nesse Samba de Roda o grupo se reunia praticamente para se divertir, sem intenção de cultuar nenhuma entidade religiosa.

Quanto à gastronomia local, nos dois povoados aqui estudados a situação é similar à comida regional, por exemplo do pirão da galinha de capoeira, a tradição da guisada de carne de carneiro e de carne bovina, além de diversos doces e a cocada de coco.

No tocante às formas de organização e parcerias para pensar a gestão coletiva do turismo, observou-se a existência e envolvimento da ONG Cultivar, do Grupo Ambientalista Doreense (GAD), da SECTUDE e das associações dos povoados. Tais instâncias sinalizaram positivamente para o desenvolvimento participativo do turismo. A ONG Cultivar tem papel social em vários povoados e o GAD busca desbravar e conservar os ecossistemas doreenses. Essas instituições poderiam contribuir com o desenvolvimento e elaboração de roteiros turísticos locais, incluindo Gado Bravo Sul e Cachoeirinha. Entretanto, evidenciou-se, por meio de entrevistas com representantes do GAD, que não existia parceria com a gestão de turismo do município. Foi enfatizado que “desde o início fomos contra o desenvolvimento do turismo na região, por causa dos impactos ambientais provocados, pois as ações propostas pela gestão incluíam abrir estradas e sem visão da sustentabilidade dos ambientes. Como não havia acordo, também, não houve nenhum diálogo com as comunidades de Gado Bravo Sul e Cachoeirinha referente ao roteiro turístico”.

Ficou evidenciado, assim, um cenário diferente do esperado e justificativas da gestão pública indicam um atraso na implementação do turismo, mas que ações estariam em curso.

Diante dos elementos acima que apontaram possibilidades para o turismo, observaram-se entraves para a gestão comunitária, bem como, fragilidades do roteiro turístico construído colaborativamente. Dessa maneira, delinear-se desafios a serem enfrentados com a construção de estratégias a serem implementadas (SANTOS, 2023).

Na verdade, é preciso inicialmente fortalecer o engajamento nos povoados para a organização e gestão do turismo. Vale recordar que a iniciativa dessas ações turísticas partiu de provocação externa, mas se não houver motivação e expressões dos desejos dos moradores, não serão atendidas as demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá com o protagonismo social, conforme Irving (2009).

Entende-se que o cerne da questão é a gestão comunitária. Observou-se o envolvimento de alguns moradores no processo, nas atividades propostas e acordadas, legitimando uma sementeira de um caminho para organização coletiva do turismo. Dessa forma, o desafio principal é estabelecer ações comuns que fortaleçam e ampliem a participação das comunidades no processo. Nesse cenário, o roteiro esboçado pode trazer a centralidade das ações, parcerias e colaboração, conforme características do TBC. O caminho escolhido para delinear os desafios se direcionaram para a viabilização do roteiro turístico construído, considerando-se os princípios do TBC, como forma de estabelecer algo comum, em que outros moradores venham se agregar.

O roteiro turístico levou em consideração os potenciais atrativos levantados, no entanto, na fase alcançada, a indicação de alguns atrativos aponta problemas, por exemplo: a Cachoeira do Dangi e a Mata da Varginha se localizam ou dependem de acesso em propriedades particulares, o que implica articular e obter autorização de passagem com os proprietários ou buscar alternativas, sem mencionar que o uso da Cachoeira é sazonal, secando durante o verão.

Levando-se em conta que o modo de vida da comunidade é o principal atrativo no TBC, pois incluem os projetos sociais e mobilização comunitária,

como aponta o Projeto Bagagem, (2010), as atividades da ONG Cultivar podem ser integradas, dada sua contribuição social na localidade. Na mesma linha de ação, as atividades propostas implicam fortalecer possibilidades de trocas culturais, maior interação entre visitantes e comunidade em momentos específicos e com programação que não siga a lógica convencional de roteiros.

No roteiro, definiu-se um momento de apresentação de manifestações culturais e diálogos com moradores, porém não ficou claro como essa interação se daria. Parte da ruralidade, associada aos quintais produtivos e roças, não foram inseridos no roteiro, por conta da insegurança ou pouco envolvimento de moradores em disponibilizar acesso. É possível articular sensibilização e aos poucos mobilizar tais moradores, no sentido de se sentirem mais seguros ou respeitar a decisão final deles, sem prejuízo algum para o roteiro.

Outro aspecto cultural se relaciona com a gastronomia e o artesanato. Apesar de haver evidência de artesanato variado, como citado anteriormente, não está claro como estaria presente o saber e o fazer dos artesãos nas duas localidades. Cabe articular com os artesãos a exposição e acesso de produtos à venda ou até mesmo, oficina de confecção de peça pelos visitantes.

Na gastronomia, além da dificuldade de operacionalizar alimentação nos povoados, não há sinalização de aspectos peculiares das localidades. Não existem restaurantes, bares ou meios de hospedagem nos povoados estudados. A inexistência de tais ofertas pode ser atenuada em curto prazo com articulação de restaurante e meios de hospedagem próximos, fora dos povoados. A estratégia a médio prazo é viabilizar formação e investimentos em serviço de cama e café, ou seja, hospedar os visitantes nas residências dos moradores locais, característico em iniciativas de TBC. Conforme Irving (2009) e Fabrino, Nascimento e Costa (2016), no Turismo de Base Comunitária a ideia é que os moradores sejam “donos” do turismo e proprietários dos seus negócios, os protagonistas do turismo local.

Discutiu-se a importância das festas e eventos que já trazem pessoas de fora, mas isso implicaria uma organização específica, dada a sazonalidade desses eventos. Potencializar o roteiro, itinerário ou circuito local no período de festas pode ser uma estratégia viável e adequada. A própria comunidade pode articular pequenos eventos para promover as manifestações. Foi sugere-

rida a criação de um espaço de cultura no povoado para expor as apresentações culturais, os artesanatos e a História do Reisado minimizando, assim, os períodos sazonais. Tal atividade pode contribuir de forma positiva na experiência do visitante, afinal há uma busca por vivenciar coisas diferentes do cotidiano de quem visita. Da mesma maneira, deve envolver os artesãos e a líder do Reisado para possíveis diálogos com visitantes.

Na construção do roteiro, o grupo compreendeu a importância da divisão de tarefas e papéis para sua viabilização. Nesse sentido, funções e responsabilidades foram descritas, mas se evidenciou ser um grupo pequeno, cerca de seis pessoas, para a gestão inicial do roteiro. Quatro pessoas se colocaram à disposição como condutores locais, considerando a aptidão de cada um nos espaços e atrativos. Contingente pequeno, mas existe um embrião do processo.

Outros exercícios foram feitos, tais como: cálculos de preços dos serviços e formação complementar ao grupo para tais competências. A definição de um perfil de turista que se deseja também necessita um aprofundamento. No processo reflexivo foram levantadas pelo grupo preocupações com a exploração de atrativos naturais e os problemas relacionados ao lixo e impactos socioambientais que o fluxo turístico possa gerar.

A infraestrutura de acesso aos povoados e aos atrativos indica fragilidades, como no caso específico de Cachoeirinha, pois as estradas vicinais são todas em piçarra e durante o inverno ficam difíceis os acessos ao povoado e ao Museu Caipira.

A ausência de estratégias de comunicação e comercialização para o roteiro é uma preocupação frequente em iniciativas de TBC. Há que identificar habilidades locais ou parcerias que possam auxiliar na elaboração de peças de comunicação adequadas aos meios eletrônicos, bem como a identidade visual do roteiro, que represente as comunidades de fato. Pensando-se na identidade do roteiro, que represente os povoados e a cultural local, podem ser mobilizadas em médio e longo prazo, a partir de projetos ou ações com parceiros, para gerar oficinas com fotografia e outras formas de expressão, que se traduzam em imagens e produtos a serem comercializados, como no processo desenvolvido por Carvalho (2016), no Povoado Ponta dos Mangues, em Pacatuba.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as informações iniciais com base nos dados levantados, o quadro de ações desenvolvido pela Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico e as possibilidades e desafios encontrados, sinaliza-se caminhos ao turismo no município, mas há questões de organização, compreensão sobre o significado do turismo comunitário e articulação de atividades e serviços que apontem para o fortalecimento de laços nas comunidades e com os parceiros.

Os elementos da ruralidade local permitem pensar em turismo no espaço rural, seja pelo viés do turismo cultural, turismo rural, e por que não, o ecoturismo quando há associação com trilhas, rios e cachoeira. Cabem escolhas coletivas para direcionar o que se pretende ofertar e direcionar a comunicação, quando um produto turístico se configurar.

Os processos participativos desenvolvidos pela pesquisa estabeleceram oportunidades de construção coletiva, reflexão e articulação inicial. Representam processos de aprendizagem mútua entre pesquisadores e moradores dos povoados estudados. Visivelmente, caminhos foram trilhados e novos percursos se avistam para o desenvolvimento do turismo com perfil comunitário nos povoados Gado Bravo Sul e Cachoeirinha. Há espaço para parcerias e projetos de pesquisa e extensão que auxiliem nessa caminhada.

A possibilidade de TBC abre uma esperança em contribuir com a inclusão das comunidades no processo de planejamento e construção do turismo, com a valorização da cultura, do modo de vida, aumento da autoestima e que os moradores sejam protagonistas das atividades e não, objetos do turismo.

REFERÊNCIAS

ALESE. Assembleia Legislativa de Sergipe. **Patrimônio cultural, a cachoeira do Dangi atrai amantes da natureza**, 2022. Acesso em: <<https://al.se.leg.br/patrimonio-cultural-cachoeira-do-dangi-atrai-amantes-da-natureza/>>. Acesso em: 24 nov. 2022.

ÂNGELO, E. R. B. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação CECIERJ, 2012.

ALMEIDA, M. G. de. A sedução do turismo no espaço rural: das naturezas e políticas. In: SANTOS, E, de O; SOUZA, M. de. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. São Paulo: Editora Manole, 2010.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas: Papyrus, 2010.

BRAGHINI, C. R.; SANTOS, T. C.; VIEIRA, L. L. V. Reflexões sobre o turismo de base comunitária – TBC. In: BRAGHINI, C. R.; PICANÇO, C. S.; VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá – Sergipe**. Aracaju: Editora EDIFS, 2020, p. 23–53.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo e Sustentabilidade**. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Coordenação Geral de Regionalização. 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Ministério do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos Históricos e Conceituais da Multifuncionalidade da Agricultura. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, 2009.

CARVALHO, J. P. A. de. **Guia do Comércio Nossa Senhora das Dores**. Aracaju: Editora Art&Cia, 2013, 2014/2015 e 2020.

CONCEIÇÃO, F. Carlos da. Multifuncionalidade e Pluriatividade rural: Uma revisão bibliográfica. **Revista Tocantinense de Geografia**, 9 (18), 2020 p. 103–112. Disponível em: <<https://doi.org/10.20873/rtg.v9n18p103-112>>. Acesso em: 1 abr. 2023.

COOPER, C; FLETCHER, J.; FYALL, A.; GILBERT, D.; WANHILL, S.. **Turismo: princípios e práticas**. 3ª ed. São Paulo: Editora Bookman, 2008.

COSTA, C. C. M.; SANTOS, C. S.; FACCIOLI, G. G.. O Turismo de Base Comunitária: possibilidades e limitações do Turismo no Meio Rural. **VIII Fórum Internacional de Turismo do Iguacu**. Foz do Iguacu, Paraná, Brasil, 2014.

DALMORA, E.; NASCIMENTO, I. R. do; VIEIRA, L. V. L.. Potencialidades e fragilidades para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) em sinergia com a Agroecologia em Sergipe. **XVII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2020. <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/17/1753>>. Acesso em: 1 abr. 2023

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P. do; COSTA, H. A. (2016) Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, 16(3), p. 172– 190. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n3.2016.1178>>. Acesso em: 1 abr. 2023

FARIA, A. A. C.; FERREIRA NETO, P. S. **Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo**. Brasília: MMA/IEB, 2006.

GÓMEZ, C. P.; FALCÃO, M. C.; CHEREM, L.; SILVA, T. do N.. A participação da comunidade no Turismo de Base Comunitária: um estudo de múltiplos casos. **Caderno Vir-**

tual de Turismo, 16(2). 2016, p. 263–279. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1190>>. Acesso em: 1 abr. 2023

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010, 2018, 2019, 2020).

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais**, Brasília, 2018.

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.), **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Letra e Imagem, 2009, p. 108–121.

MORAES, W. V. de. **Análise do Ordenamento dos Atrativos de Turismo de Base Comunitária no Território da Serra do Brigadeiro–MG**. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, Brasil, 2011.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Letra e Imagem, 2009, p. 25–44.

MÉXICO, Secretaria de Turismo. **Turismo Alternativo: una nueva forma de hacer Turismo**. México, D.F., 2004.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil: insustentabilidade é uma questão de gestão. **Revista Turismo em Análise**, 24(1), 2013, 170–189. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v24i1.p170-189>>. Acesso em: 20/04/2023.

NOSSA SENHORA DAS DORES, SE. PREFEITURA MUNICIPAL. **Projeto Dores rumo ao turismo é oficialmente lançando**, 2021. Disponível em: <<https://nossasenhoradasdores.se.gov.br/noticias/projeto-dores-rumo-ao-turismo-%C3%A9-oficialmente-lan%C3%A7ando>>. Acesso em: 1 abr. 2023.

----- **Prefeito Mário vai em busca de parceria e apoio do Estado para implantação do Turismo em Nossa Senhora das Dores, 2021**. Disponível em: <https://nossasenhoradasdores.se.gov.br/noticias/prefeito-m%C3%A1rio-vai-em-busca-de-parceria-e-apoio-do-estado-para-implanta%C3%A7%C3%A3o-do-turismo-em>. Acesso em: 1 abr. 2023.

----- **Prefeito Luiz Mário e Reitor da UFS assinam Termo de Cooperação Técnica entre o Governo Municipal e a Universidade Federal, 2021**. Disponível em: [ossasenhoradasdores.se.gov.br/noticias/prefeito-luiz-m%C3%A1rio-e-reitor-da-ufs-assinam-termo-de-coopera%C3%A7%C3%A3o-t%C3%A9cnica-entre-o-governo](https://nossasenhoradasdores.se.gov.br/noticias/prefeito-luiz-m%C3%A1rio-e-reitor-da-ufs-assinam-termo-de-coopera%C3%A7%C3%A3o-t%C3%A9cnica-entre-o-governo). Acesso em: 1 abr. 2023.

----- **Nossa Senhora das Dores recebe certificado de inclusão no Mapa do Turismo Brasileiro, 2022**. Disponível em: <https://nossasenhoradasdores.se.gov.br/noticias/nossa-senhora-das-dores-recebe-certificado-de-inclus%C3%A3o-no-mapa-do-turismo-brasileiro>. Acesso em: 1 abr. 2023.

PIRES, P. dos S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

PROJETO BAGAGEM. Semeando o turismo comunitário no Brasil – Parte 1. (Série Turisól de Metodologias – Turismo Comunitário), 2009. Disponível em: <https://issuu.com/projetobagagem/docs/livreto-projeto_bagagem-08>. Acesso em: 1 abr. 2023.

RAMALHO, A. L.; SILVA, P. B.; RABINOVICI, A. O turismo no contexto da sustentabilidade. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs.) **Turismo e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Editora Manole, 2010, p. 25–41.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 2010.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In BARTHOLO, R.; SANSOLO, D; G. BURSZTYN, I. (Orgs.), **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Letra e Imagem, 2009.

SANTANA, V. S. Um Museu para chamar de seu. In FILHO SANTOS, J. dos; CARVALHO, J. P. A. JESUS, L. C. de. **Memórias de Nossa Senhora das Dores**: uma cidade centenária. Aracaju: Editora Infographics, 2022, p. 63–70.

SANTOS, A. S. dos; PIRES, P. dos S. Políticas públicas de turismo rural: uma alternativa necessária. In: SOUZA, M. de S; SANTOS E. de O. (Orgs.). **Teoria e prática no espaço rural**. São Paulo: Manole, 2010. p. 60–79.

SANTOS, M. I. R.; AQUINO, M. A. C.; BRAGHINI, C. R. JESUS, M., E. C. de. **Entre paisagens, saberes e fazeres em Pirambu, Sergipe**: construção colaborativa para roteiro ecoturístico. Iniciação científica (Graduação Tecnológica em Gestão de Turismo). IFS, Aracaju, 2019.

SANTOS, T. C. **Caminhos para o Turismo de Base Comunitária em Nossa das Dores, SE**. Dissertação (Mestrado Profissional de Turismo) – Instituto Federal de Sergipe, PPMTUR, Aracaju, SE, 2023.

SANTOS, T. C. **Turismo de Base Comunitária**: oportunidades e desafios para Ponta dos Mangues, Pacatuba–SE. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Tecnológica em Gestão de Turismo) – IFS, Aracaju, 2016.


SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOSSA SENHORA DAS DORES/SE. **Dados populacionais dos povoados da região sul do Município de N. S. D. Dores**, 2019.

SOBRAL, D. R. Ong Cultivar. In: **Guia Dorense**. Publicação de Patati Pererê Promoção e Vendas, 2017.

SOUZA, M. de; KLEIN, Â L. Rural, Ruralidade, Pluriatividade e Multifuncionalidade do Desenvolvimento Rural. In: SOUZA, M. de; DOLCI T. S. (Orgs.). **Turismo rural**: fundamentos e reflexões. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

VELOSO, M. P. **Visita Técnica**: uma investigação acadêmica. Goiânia: Editora Kelps, 2000.

WANDSCHEER, E. A. R.; TEIXEIRA, A. R. Novas ruralidades: demandas e potencialidades da sociedade contemporânea. In: SOUZA, M. de; SANTOS, E de O. (Orgs), **Teoria e prática no espaço rural**. São Paulo: Manole, 2010, p. 47–58.



TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: PLANO TURÍSTICO PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO PARA A COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS, VITÓRIA DO XINGU-PA

Franderon Eudes Uchoa Duarte
Claudio Roberto Braghini
Flaviano de Oliveira Fonseca

1 INTRODUÇÃO

A região do Xingu, no estado do Pará, está composta por dez municípios: Altamira, Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. Essa região geográfica tem inúmeras dificuldades no tocante ao turismo, destacando-se a ausência de políticas públicas, problemas no planejamento e desarticulação entre os municípios e a iniciativa privada.

Segundo o IBGE (2017), Vitória do Xingu/PA tem uma área territorial de 3.089,537 km² e aproximadamente 15 mil habitantes. Mais da metade da população reside em áreas rurais, ou seja, em comunidades recortadas pela rodovia PA-415, em localidades vicinais e ribeirinhas. O município apresenta atrativos potenciais de ordem natural, cultural e religiosa, além da realização de eventos e espaços construídos aproveitados para o turismo. De forma marcante, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHBM) gerou transformações na paisagem e atualmente recebe turistas e visitantes pelo projeto “Visita Belo Monte”.

Observa-se que há oportunidades para que as comunidades sejam capazes de empreender comunitariamente, diante das possibilidades que o turismo oferece. Entre os atrativos naturais e culturais da região, citam-se a proximidade do Rio Xingu, o principal afluente da região da Transamazônica,

a floresta exuberante, aldeias indígenas e a própria Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com a maior área construída no município.

Na região de Xingu, reconhece-se as transformações impactantes em termos sociais e ambientais dinamizadas pela implementação da hidrelétrica de Belo Monte, mas alguns projetos estruturantes também trouxeram possibilidades para o turismo. Nesse contexto, a construção da rodovia BR-230 e a própria hidrelétrica permitem pensar em um novo olhar para atividade turística, bem como, abre perspectivas para uma forma de manter e proteger a biodiversidade amazônica.

A comunidade São Francisco das Chagas (SFC) está localizada na área rural do município de Vitória do Xingu, no Pará, tendo organização social por meio de cooperativa, com potenciais atrativos naturais e culturais. No presente capítulo, questiona-se de que maneira um planejamento com foco no turismo de base comunitária (TBC) pode contribuir com a organização e inclusão social da referida comunidade.

O texto é resultado da pesquisa de Mestrado Profissional, de caráter qualitativa e aplicada, com trabalho de revisão bibliográfica e de campo, que teve como objetivo principal formular um Plano de Desenvolvimento Participativo de Turismo de Base Comunitária na comunidade São Francisco das Chagas, no município de Vitória do Xingu/PA.

A fundamentação teórica apresenta elementos sobre turismo no espaço rural e turismo de base comunitária, bem como, a respeito do planejamento turístico como subsídio para a construção do plano participativo em comunidades rurais.

Em termos de procedimentos metodológicos, fez-se uso de técnicas de diagnóstico rápido participativo (DRP), com reuniões, construção de mapa falado, visita aos atrativos, além da análise de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças através da matriz *SWOT (Strengths, Weakness, Opportunities and Threats)* (CORDIOLI, 2001). Essas ferramentas se configuram como maneiras para se levantar dados e legitimação de processo na perspectiva participativa e de aprendizagem mútua, bases para elaboração do plano turístico participativo.

Nessa linha de pensamento, segundo Verdejo (2006), as técnicas de DRP auxiliam no diagnóstico em comunidades rurais de forma participativa, com o

envolvimento da própria comunidade na construção do conhecimento e planejamento, configurando-se como processo de aprendizagem e empoderamento para uma gestão comunitária do turismo local.

2 PLANEJAMENTO TURÍSTICO PARTICIPATIVO NO ESPAÇO RURAL: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO POSSIBILIDADE

O turismo carrega em si um forte simbolismo na perspectiva de avançar em termos socioeconômicos, culturais e ambientais para os destinos receptores, diretamente ligados ao desejo de melhorias de onde se vive e do cotidiano, diante de um mundo em forte transformação.

Para Ruschmann (2016, p. 128), “o planejamento da oferta turística de núcleos receptores deve considerar o desempenho isolado de cada um, integrado a um objetivo geral, e cooperado – voltado para a qualidade total dos produtos e serviços oferecidos”. Por sua vez, o planejamento turístico com a participação ativa da população local é condição para se pensar na autogestão pela comunidade.

Avançando na discussão, Beni (2012) afirma que a natureza do planejamento turístico local exige a participação da comunidade durante todo o processo, além da consciência do valor do patrimônio material e imaterial, decidindo sobre o que compartilhar, o que reservar para sua guarda e proveito próprio e onde deseja que essa troca se efetue.

Segundo Nóbrega (2007), há registros de ações do setor público voltadas para o turismo na Amazônia desde o final dos anos setenta:

Os primeiros planejamentos turísticos para a região Amazônica foram com os PTA's, iniciado em 1977 pelo governo federal que tiveram como principais objetivos ocupação, contribuição para economia local e social, geração de emprego e renda, valorização da natureza e da história, e desta forma sendo incorporada as ações do setor privado (NÓBREGA, 2007, p. 43).

No entanto, vale também ressaltar que a participação das comunidades da região do Xingu ainda é pequena se comparada ao tamanho da região e se

levarmos em consideração as riquezas da floresta amazônica e os enormes potenciais ali identificados. Na verdade, mesmo com algumas poucas ações do setor público em suas diversas esferas, a região do Xingu tem poucos operadores de turismo, infraestrutura turística e profissionais dessa área. Apesar disso, entende-se que a comunidade busca participar ativamente do turismo, mesmo com suas limitações em termos de acesso à educação e capacitação, de infraestrutura básica, entre elas as de locomoção dadas as condições das estradas e o acesso aos transportes.

Potencialidades para o turismo e necessidades de melhorias são elementos relevantes para um diagnóstico e planejamento desse setor. Nessa linha de raciocínio, entende-se com Holm (2016) que o planejamento turístico participativo pode beneficiar coletivamente as comunidades rurais, além das atividades existentes relacionadas diretamente à lida no campo. Mas antes de pensar em planejamento do turismo no campo, cabe uma reflexão, ainda que breve, sobre o significado desse espaço geográfico.

Inicialmente, é importante destacar que a ideia de campo remete à noção de rural, que pode ser visto como espaço geográfico, e sua compreensão implica um contexto histórico, face às transformações e entendimentos distintos.

Para entendermos o território rural, não devemos reduzi-lo somente a uma simples realidade quantitativa, mas sim, considerá-lo dentro de um contexto histórico com suas interrelações com o urbano, com o resto do território e suas relações estabelecidas internamente.[...] Portanto, denota-se que os critérios de delimitação do rural apresentam limitações que muitas vezes não permitem compreender que território é esse, relegando-o meramente a resíduos ou localidades com importância secundária.[...] Na compreensão do rural, há de se considerar a terra como principal fator de estabelecimento dos tipos de relações econômicas, políticas e sociais da população do campo, ou seja, seu elemento definidor (PONTE, 2004, p. 7).

Nesse recorte de interesse em que se discute o turismo no espaço rural (TER), diversas publicações inserem a atividade turística no contexto das “novas ruralidades”, ou seja, da multifuncionalidade do uso e ocupação da

propriedade ou da própria terra para além da função agrícola clássica (GRAZIANO, 2004). Nesse contexto, se insere o turismo com força norteadora para inclusão socioeconômica, aproveitando o resgate do modo de vida dos autóctones e a gestão coletiva, através de associação, cooperativa ou familiar.

O turismo como atividade não agrícola e manifestação da “nova ruralidade” pode ainda “auxiliar a conservação ambiental e a valorização cultural camponesa” (SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 146), além de potencializar a geração de trabalho e renda. Souza e Santos (2017) afirmam que surgiram novos arranjos econômicos relacionados às atividades não agrícolas, como industrialização de novos produtos agropecuários e de serviços como é o caso bem evidente do turismo nessa “nova ruralidade”. No contexto desse novo rural, segundo Silva e Martins (2008), o turismo contribui para o melhoramento da infraestrutura em geral, do transporte, da comunicação, dos sistemas de integração e até na autoestima dos agricultores.

Na região do Xingu entende-se que ao melhorar a infraestrutura básica e investir no turismo, é possível contribuir para o desenvolvimento dessa atividade, que de certa maneira já é praticada por famílias no município de Medicilândia, com o cacau como produto, e no município de Vitória do Xingu, tendo as cachoeiras como atrativo natural, além do turismo religioso.

Para Almeida (2010, p. 35), “o turismo no espaço rural será entendido como aquele turismo que tem como cenário o espaço rural para atividades de lazer e fruição em contato com a natureza e com as populações locais e suas práticas culturais”. Conforme o Ministério do Turismo brasileiro, Turismo no Espaço Rural (TER) inclui vários segmentos turísticos, tais como: ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura, turismo cultural, entre outros (BRASIL, 2010). Nesse sentido, espaço rural tem o sentido de local ou área onde o turismo ocorre. De acordo com BRASIL (2010, p. 17).

Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não.

Assim, é possível afirmar que no mesmo destino turístico no espaço rural pode-se pensar em possibilidades para vários segmentos turísticos, na perspectiva de obter ampliação da demanda de turistas e a oferta de atrativos locais.

Ao detalhar atividades ofertadas no campo através do turismo, Da Silva e Hillig (2010) referenciam a lida no campo, a exemplo do manejo de animais, a participação em ações de colheita ou do plantio, desde o preparo da terra, assim como passeios a cavalo e as trilhas. Ainda são citadas atividades vinculadas a outros aspectos culturais, como a prática de fazer e comprar artesanato, a gastronomia, as manifestações folclóricas, música e dança.

No Brasil, com a política de segmentação, o turismo rural é orientado pela União para o mercado, aproximando oferta e demanda. Especificamente no âmbito do espaço rural, o turismo é considerado como “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços” (BRASIL, 2010, p. 18)

Entende-se que o turismo rural tem possibilidade de contribuir com o desenvolvimento da região do Xingu e, considerando-se o TBC como organização coletiva para a gestão do turismo no espaço rural, as comunidades desta região estão mais organizadas através de cooperativas, que é a realidade da comunidade São Francisco das Chagas. Esta comunidade já recebe visitantes que buscam conhecer a produção do cacau orgânico e chocolate, além dos atrativos naturais como os lagos para pescaria e eventos esportivos. Dessa forma, é possível vivenciar um pouco do cotidiano familiar e conhecer a produção de polpa de frutas da cooperativa e a criação de bovinos.

Planejar o turismo no espaço rural com gestão e autonomia da comunidade exige trabalhar um novo modelo de planejamento, na medida em que a base comunitária deve, sem sombra de dúvidas, ser a gestora do processo, desde a implantação até as práticas das atividades turísticas.

A partir de duas publicações geradas pelo Edital 01/2008 do Ministério do Turismo, específico para o TBC, apresentaram-se conceitos e tentativas de trazer elementos teóricos para o campo de conhecimento, considerando as iniciativas e experiências da América Latina (MALDONADO, 2009). Em meio a gama de iniciativas, elencaram-se características comuns que funcionam como princípios norteadores do TBC:

Autogestão, associativismo e cooperativismo, democratização de oportunidades e benefícios; centralidade da colaboração, parceria e participação, valorização da cultura local e, principalmente protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, 2010, p. 16).

Nessa mesma linha de pensamento, Irving (2009, p. 111) apresenta premissas que contemplam as características do TBC e destaca o valor do encontro como forma de se estabelecer laços: “Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local, participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos, escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados, geração de benefícios diretos à população local, afirmação cultural e interculturalidade e o encontro como condição essencial”.

Reforça-se assim que a comunidade deve ser a principal beneficiada na perspectiva do TBC em contraposição ao turismo de massa, de grande escala. Nesse sentido, a participação da comunidade como agente do processo de implementação do turismo é importante. São os valores culturais, a hospitalidade e os serviços com foco local que podem trazer um diferencial de atratividade. Com o turismo de base comunitária, espera-se melhoria das condições de vida, fortalecimento da infraestrutura, avanços na economia, na inclusão social e no respeito e conservação do meio ambiente.

3 PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O TURISMO NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS

Antes de adentrarmos na questão do turismo na comunidade SFC, é conveniente apresentar alguns aspectos históricos que contextualizam a atividade e ajudam a entender sua evolução ao longo do tempo, seus problemas e as possibilidades de desenvolvimento turístico comunitário.

A comunidade de São Francisco das Chagas tem aproximadamente 90 famílias localizadas em uma área de no máximo 10 km², concentrada no

ramal do Jacarezinho, que tem 13 quilômetros de extensão. A comunidade surgiu com a primeira moradora, a senhora Deusa Barbosa, que se mudou para o Pará, influenciada pela abertura da rodovia Transamazônica (BR 230), cujo objetivo maior era viabilizar a ocupação da Amazônia e fazer uso da terra para plantio.

A história do uso e ocupação territorial da comunidade começou com o deslocamento de moradores da área urbana da cidade de Altamira para o ramal do km 27, localizado no município de Vitória do Xingu, que é hoje o centro da comunidade, mais conhecida como Baixada. Na busca por uma reconstrução histórica das mudanças territoriais, a comunidade reconheceu quatro momentos, numa periodização que ajuda a conhecer sua dinâmica temporal: 1) 1990 – 1994; 2) 1994 – 1998; 3) 2002 – 2013; e 4) 2013 – dias atuais.

Entre os anos de 1990 e 1994 existiam apenas três casas na comunidade SFC, um barracão de madeira, área do campo de futebol, um poço, casa do motor de energia e somente um caminho que passava no meio da comunidade que dava acesso a BR 230 – Transamazônica. O acesso precário gerava muitas dificuldades no deslocamento da comunidade, aliado à falta de transporte, aos atoleiros no inverno e poeira no verão. Por vezes, tardava um dia inteiro para chegar à cidade de Altamira, centro regional na Amazônia oriental. Diante dessas dificuldades, ocorreu uma união entre os moradores em busca de melhorias junto aos órgãos públicos.

Entre 1994 e 1998, a comunidade ainda dispunha do barracão, a casa do motor de energia e o campo de futebol. As mudanças paisagísticas são percebidas pelo pequeno aumento de novos moradores, pelo caminho de acesso que se transformou em uma estrada de barro, e houve também construção de uma igreja de madeira e de uma cozinha comunitária. O barracão sempre representou um espaço de convivência e manutenção da cultura local. Certas ocasiões de confraternizações e eventos, como é o caso do dia das mães, das crianças e das mulheres, são reconhecidos como momentos de alegria e encontros, reforçando laços sociais comunitários de longa data.

O período de 2002 a 2013 foi de grande instabilidade e transformações territoriais e paisagísticas. A comunidade se localizava na área de construção da Hidrelétrica de Belo Monte, o que gerou impactos sociais, territoriais,

ecológicas e culturais de grande envergadura. O primeiro impacto direto do projeto foi o aumento de moradores de outros estados do Brasil, já que se registrou emigrações de famílias num raio de 10 km² por motivo da cota de 100 metros de alagamento, prevista após a conclusão da hidrelétrica. Assim, foram gerados fortes impactos negativos na estrutura social e espacial por retiradas, realocação e mudanças de antigos moradores; e sobreviver a tudo isso é motivo de orgulho aos habitantes que permaneceram. O inchaço populacional com os novos moradores, o aumento do fluxo de automóveis e a proximidade da hidrelétrica impactaram diretamente à cultura local, pois os encontros, almoços comunitários, dias festivos e a prática esportiva foram sendo evitados pela falta de segurança.

A partir de 2013 os moradores consideram que o desenvolvimento local era ainda limitado, mesmo com a reforma do colégio, a construção do posto de saúde e o aumento de comerciantes. Mas atualmente, observa-se várias possibilidades para o desenvolvimento de atividades turísticas na comunidade, a exemplo de trilhas nas plantações de cacau e práticas de experiência nas colheitas e produção do chocolate orgânico (Figuras 1 e 2).

Figura 1 – Plantações de Cacau na Comunidade São Francisco das Chagas –Vitória do Xingu – PA



Fonte: Franderson Eudes Uchoa Duarte, 2020.

Figura 2 – Chocolate Orgânico na Comunidade São Francisco das Chagas – Vitória do Xingu – PA



Fonte: Franderson Eudes Uchoa Duarte, 2020.

Outras atividades que podem ser realizadas são: visita à produção de farinha em estrutura industrial (Figura 3) e a pesca esportiva nos três lagos, juntamente com realização de caminhadas nas trilhas nas matas que se encontram durante o trajeto (Figura 4).

Figura 3 – Farinheira na Comunidade São Francisco das Chagas – Vitória do Xingu – PA



Fonte: Franderson Eudes Uchoa Duarte, 2020.

Figura 4 – Pescaria no Lago na Comunidade São Francisco das Chagas – Vitória do Xingu – PA

Fonte: Franderson Eudes Uchoa Duarte, 2020.

Em reunião participativa, a comunidade refletiu e analisou aspectos do turismo comunitário em termos de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, utilizando para tanto a matriz *swot* (Quadro 1).

Quadro 1 – Análise SWOT da Comunidade São Francisco das Chagas para o Turismo

Forças	Fraquezas
Esporte (A comunidade organiza campeonato de futebol); Religião (Festejo do padroeiro); Eventos de datas festivas; Cooperativa COOPOTRAN; Campo de Futebol; Lago (para pesca); Produção do Chocolate Orgânico; Acesso a comunidade (Estrada asfaltada); Farinheira.	Falta de Comunicação (Internet/serviço telefônico); Problema na estrutura da quadra poliesportiva; Problema com a Iluminação Pública; Falta de asfaltamento na Baixada; Acesso limitado ao rio Xingu; Falta do barracão comunitário.
Oportunidades	Ameaças
Locais de lazer próximos da Comunidade; Certificação da Produção do Cacao Orgânico pela Certificadora IMO;	Conflitos com povos Indígenas, que requerem terras; Retirada Definitiva do Serviço Telefônico.

Fonte: Franderson Eudes Uchoa Duarte, 2020.

A localização da comunidade São Francisco das Chagas é um diferencial, dada a presença em seu entorno da pujante floresta Amazônica, do rio Xingu, de aldeias indígenas, da Hidrelétrica de Belo Monte e da proximidade com Altamira, considerado o terceiro maior município do mundo. Ademais, localidades próximas contribuem para potencializar a comunidade como atrativo, seja na floresta amazônica ou no rio Xingu (Quadro 2).

Quadro 2 – Potenciais Atrativos na Comunidade São Francisco das Chagas –Vitória do Xingu–PA

Floresta Amazônica	Rio Xingu e proximidades
Plantações e produção do cacau	Hidrelétrica de Belo Monte
Árvores frutíferas	Canais da Hidrelétrica
Plantações e produção do cacau	Observações de animais silvestres
Trilha ecológica	Pesca esportiva
Chocolate Orgânico	Lago e praias fluviais
Produções de produtos como a polpa, o néctar, o suco e doces	Trilhas nas plantações de cacau
Restaurante local	Farinheira

Fonte: Franderson Eudes Uchoa Duarte, 2020.

A organização comunitária está estruturada em termos de ações cooperadas, a exemplo da COPOTRAN (Cooperativa de Produtores Orgânicos da Transamazônica), relacionada principalmente à produção e comercialização de produtos derivados do cacau. Para o turismo, foi sugerida a formação de uma associação turística, que tornaria a implementação do plano participativo mais efetivo com a gestão dos membros e a definição de valores de produtos e serviços. Nessa busca de organização coletiva, a transparência dos resultados e uso dos recursos favorecem a gestão do turismo pela comunidade, que deve se refletir nas metas do plano de desenvolvimento do turismo.

A comunidade considera importante sua história, cultura, cotidiano e seu quadro natural, e reconhece a necessidade de ajustes ou desafios com vistas à implantação do turismo de base comunitária (Quadro 3). Vale registrar que ao evidenciar o modo de vida comunitário de SFC, o TBC ressalta o cotidiano e as formas locais de lidar com a natureza amazônica, seus rios e florestas e sua força, vivacidade e beleza. As variadas formas através das quais se manifestam as relações homem–meio e natureza–sociedade estão na base desse TBC.

Quadro 3 – Desafios para implantação do TBC na Comunidade de São Francisco das Chagas.

Desafios
Construção do barracão
Produção do artesanato
Entrega da farinha
Parcerias com o setor público e privado
Práticas de conservação ambiental
Resgate das danças locais
Criação da Associação de TBC da SFC
Hospedagem Cama & Café
Incentivos para equipar atrativos

Fonte: Franderson Eudes Uchoa Duarte, 2020.

As possibilidades e desafios do turismo podem ser vistos à luz dos princípios do TBC, no sentido de direcionar ações para a construção dessa modalidade na comunidade SFC (Quadro 4).

Quadro 4 – A comunidade São Francisco das Chagas em relação aos princípios do TBC

Princípios	Comunidade
Autogestão	Os moradores fazem a gestão do interesse local, tendo também dois representantes, podendo ser um embrião no âmbito do turismo.
Associativismo e cooperativismo	Existe uma cooperativa (COPOTRAN) que permite pensar em possibilidade de forma de organização comunitária ao turismo.
Democratização de oportunidades e benefícios	A democratização acontece através da cooperativa, dessa maneira, há possibilidade de se estabelecer o mesmo em termos da organização para o turismo.
Centralidade da colaboração	Através de reuniões comunitários é definido as colaborações dos moradores. Outra possibilidade relevante, pois o cooperativismo existente já estabelece essa ponte. Cabe o desafio de se estender ao turismo.
Parceria e participação	Existem parceiros de órgãos públicos para outras ações, cabem então analisar e traçar os tipos de parcerias mais adequadas ao perfil do TBC.
Valorização da cultura local	A cultura existente é mantida com algumas dificuldades, mas percebe-se que há aspectos reconhecidos pelos moradores. Cabe o desafio de saber como essa cultura pode ser trabalhada no turismo.
Protagonismo da comunidade	Os moradores têm sua forma de organização e mostra disposição e possibilidades de serem os protagonistas dos serviços e equipamentos para o turismo. Cabe definições e levantamento das necessidades e dificuldades.

Fonte: Franderson Eudes Uchoa Duarte, 2020.

4 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS

O Plano de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (PDTBC) na comunidade São Francisco das Chagas foi organizado com diretrizes divididas em eixos chaves, considerando os princípios básicos dessa modalidade. O objetivo principal foi construir estratégias para viabilizar a atividade turística local, levando em consideração as possibilidades e limitações de uma gestão coletiva. Desta forma, foi criado um plano de ação com as seguintes informações: eixos temáticos, diretrizes, objetivos estratégicos, ações, parceiros e fontes de recursos, prioridade e prazos.

Os eixos temáticos chaves têm como objetivo contemplar os princípios do TBC, conforme orienta o MTur (2010). Na organização turística da comunidade São Francisco das Chagas foi proposto foco no espaço rural, na história e na organização social para a gestão do turismo de base comunitária. Os eixos-chaves do PDTBC de SFC são os seguintes: infraestrutura local, atrativos turísticos, valorização e resgate cultural, capacitação profissional e pesquisa, marketing e comunicação interna. Eles trazem informações analisadas no pós-diagnóstico, com saberes da comunidade e seu interesse no desenvolvimento do turismo em seu espaço rural, buscando a autogestão (Quadro 6).

Quadro 5 – Eixos Temáticos, Diretrizes e Objetivos Estratégicos do Plano de Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária da Comunidade São Francisco das Chagas – Vitória do Xingu – PA

Eixo Temático	Diretrizes	Objetivos Estratégicos
Infraestrutura Local	Adequação e conservação da infraestrutura de apoio ao turismo	Asfaltar as ruas da Baixada Iluminar a as ruas Construir barracão comunitário Solicitar entrega definitiva da farinha Implantar placas turísticas bilíngue Construir estruturas acessíveis Pleitear serviços telefônicos móveis e de internet Realizar estudo de capacidade de carga dos atrativos Ampliar o sistema de coleta de resíduos sólidos

Eixo Temático	Diretrizes	Objetivos Estratégicos
Atrativos Turísticos	Definição e operação dos produtos turísticos	<ul style="list-style-type: none"> • Captar eventos • Elaborar produtos turísticos • Estruturar ambientalmente lagos e rios • Produzir chocolate orgânico para qualificar a produção associada ao turismo • Planejar campeonatos de futebol
Valorização e Resgate Cultural	Resgate da história e protagonismo cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Inserir a festividade do padroeiro no calendário de eventos do município • Planejar calendário de eventos • Resgatar dança junina • Desenvolver o artesanato local • Implementar museu local
Capacitação Profissional e Pesquisa	Formação para o mercado turístico Desenvolvimento de estudos e pesquisas turísticas	<ul style="list-style-type: none"> • Inserir a festividade do padroeiro no calendário de eventos do município • Planejar calendário de eventos • Resgatar dança junina • Desenvolver o artesanato local
Marketing e Comunicação Interna	Desenvolvimento da promoção externa e comunicação interna	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir selo de identificação da comunidade • Produzir plano de marketing • Criar canais nas redes sociais • Criar catálogo e vídeos promocionais • Criar site • Georreferenciar os atrativos • Captar turista/visitante através de outros empreendimentos
Serviços	Potencialização da qualificação dos serviços do turismo	<ul style="list-style-type: none"> • Criar atendimento adequado para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida • Viabilizar os meios de hospedagem tipologia cama & café

Fonte: Extraído e adaptado de Duarte (2020).

A organização local tem como intuito resgatar a infraestrutura e economia local, conforme os interesses apontados, entre eles o barracão e a farinha. As melhorias se refletem na acessibilidade e atendimento também aos visitantes. Busca-se valorizar a autogestão dos moradores e seu envolvimento na prática das atividades turísticas.

Quanto ao eixo temático intitulado atrativos turísticos foram propostas algumas estratégias para os casos já existentes, conforme preconiza Santos

e Souza (2010), e aproveitamento para práticas de outras modalidades turísticas, juntamente com atividades esportivas, em conformidade com Tulik (2010), na perspectiva de aumento dos benefícios para a comunidade.

O eixo chave associado à cultura se direciona para contemplar o princípio da valorização e do resgate da cultura local, princípio basilar do TBC, visto que a comunidade sofreu várias transformações sociais, territoriais e paisagísticas relativamente recentes. A ideia é contribuir para o resgate e manutenção da identidade rural local, conforme sugerem Sansolo e Bursztyń (2009), além de enriquecer a atratividade, em consonância com o pensamento de Almeida (2010).

O eixo associado à pesquisa se direciona para estabelecer fluxo de informações e controle das execuções dos objetivos estratégicos para a gestão da comunidade, enquanto a capacitação profissional visa a beneficiar os moradores através dos cursos e informações decorrentes da prática do turismo, buscando a sustentabilidade local.

O marketing e a comunicação interna direcionam algumas ações para promover os atrativos da comunidade, estabelecer uma identidade e os produtos a serem promovidos, adequando o que se oferece com a demanda, ou seja, com objetivo de alcançar o turista e visitante. Além disso, busca-se identificar e articular possíveis parceiros do setor privado e público e facilitar a identificação da comunidade em ferramentas sociais, sites e aplicativos voltado para o turismo.

Por último, no âmbito dos serviços a percepção foi a falta de meios de hospedagem e algumas dificuldades na locomoção de turista com deficiência, assim como, a ampliação dos serviços na perspectiva de trazer benefícios para os moradores em termos de infraestrutura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade tem papel fundamental no desenvolvimento local e para o turismo não é diferente. Com a participação dos autóctones e sua autogestão, o turismo pode ter rendimentos mais eficazes e a população estaria ciente do seu papel, buscando qualificação adequada e investimento turístico. A

organização coletiva nos moldes do TBC permite construir laços e ampliar a colaboração e solidariedade na comunidade.

O turismo no espaço rural, com atividades que são características do ecoturismo ou mesmo do turismo rural, podem ser estruturadas, adequando oferta e demanda, delineando o perfil de turista que interessa atrair. Nesse caminho, o profissional do turismo pode ser importante ator na busca de parcerias e articulação com o interesse da comunidade, bem como, contribuir no planejamento inclusivo.

O PDTBC de São Francisco das Chagas se propõe a facilitar o entendimento da comunidade sobre o turismo e melhorar o conhecimento sobre a atividade. Para aplicação do plano se propõe o monitoramento das ações e o trabalho com foco nas dúvidas. A partir do diagnóstico, os dados coletados e analisados nos eixos chaves apontam um caminho com as ações e prazos pretendidos, mas cabe à comunidade e parceiros darem sequência ao trabalho proposto.

A região do Xingu e seu contexto histórico indica que há muito tempo não há investimento para desenvolvimento do turismo, de forma considerável. É neste cenário que São Francisco das Chagas deseja se organizar, com gestão comunitária do turismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. A sedução do turismo no espaço rural: das naturezas e políticas. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010, p. 33–46.

BENI, M. C. **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri: Manole, 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. 2010. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/download.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CORDIOLI, S. **Enfoque participativo: um processo de mudança: conceitos, instrumentos e aplicação prática**. Porto Alegre: Genesis, 2001.

DA SILVA, A. P.; HILLIG, C. Agricultura Familiar e Pluriatividade: a contribuição das agroindústrias e do turismo no meio rural. In: Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável: turismo rural e agricultura familiar: iniciativas e inovações, 7, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Facos, 2010. p. 90 – 96.

DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/participacao/>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

DUARTE, F. E. U.. **Turismo de base comunitária**: plano turístico participativo como ferramenta de gestão para a comunidade São Francisco das Chagas, Vitória do Xingu-PA. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) IFS. Aracaju, 2020.

GRAZIANO, J. **O Novo Rural Brasileiro**: Novas Ruralidades e Urbanização. Brasília: EM-BRAPA, 2004.

HOLM, C. C. Planejamento participativo e desenvolvimento comunitário: perspectivas para se pensar o turismo em comunidades rurais. **Revista Turyds: Turismo y Desarrollo**, v. 9, n. 21, 2016. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/turydes/21/comunidades.html>>. Acesso em: 05 jan. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vitória do Xingu**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/vitoria-do-xingu/panorama>>. Acesso em: 21 set. 2018.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009, p. 108–121.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 25–44.

NÓBREGA, W. **Turismo: planejamento e políticas públicas na Amazônia**. Editora E-papers, 2007. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=p-t-BR&lr=&id=8wMJa5WtaaYC&oi=fnd&pg=PA15&dq=planejamento+turistico+AND+Par%C3%A1&ots=7Ucdc10Ful&sig=jfSulsMknoSBlcgvKkp3kFZyvN0#v=onepage&q=planejamento%20turistico%20AND%20Par%C3%A1&f=false>>. Acesso em: 15 dez. 2021.

PONTE, K. F. da. Repensando o conceito do rural. **Revista Nera**, UNESP, v. 7, n. 04, p. 20–28, 2004. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/32401930-Re-pensando-o-conceito-do-rural.html>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus Editora, 2016.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 142–161.

SANTOS, E. de O; SOUZA, M. (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Baurerri: Manole, 2010.

SILVA, M. F. T.; MARTINS, E. L. O Turismo como Alternativa para o Desenvolvimento Local de Áreas Rurais. In: V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-

–Graduação em Turismo, 2008, Belo Horizonte. Turismo e Hospitalidade em Destinos Turísticos, 2008, p. 1–11. Disponível em: < <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/5/80.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SOUZA, R. L. de; SANTOS, E. O.; THOMÉ–ORTIZ, H. O turismo no espaço rural como atividade complementar de geração de renda e ocupação não agrícola no Corede das Hortênsias do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 171–186, 2017.

TULIK, Olga. Turismo e desenvolvimento no espaço rural: abordagens conceituais e tipologias. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino (Orgs.). **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010, p. 2–22.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

A presente obra corresponde a uma contribuição de professores e alunos do Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS), Campus Aracaju, e está preocupada com aspectos teóricos e práticos da gestão de Turismo de Base Comunitária (TBC), a segunda linha de pesquisa do referido programa.

A maioria dos textos apresentados é resultado de Dissertações de Mestrado defendidas no período de vigência da emergência sanitária em função da covid-19. Nesse sentido, vale ressaltar as dificuldades para a realização das práticas de campo e o esforço docente e discente para levar a cabo o trabalho e apresentá-lo em defesa pública on line, presencial ou até mesmo de forma híbrida. De uma forma ou outra, a Covid-19, que tanto impacto trouxe para o turismo mundial, afetou a prática e a produção de ideias sobre o TBC, mas a qualidade dos capítulos dessa coletânea indica que o desafio de professores e alunos do PPMTUR-IFS foi bastante recompensado.

Claudio Roberto Braghini
Eliane Dalmora
Irinéia Rosa do Nascimento
José Wellington Carvalho Vilar
Ilka Maria Escalante Bianchini
(Organizadores)

